Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Juliana Leitão e Mello

Jovens em mudança: padronização e despadronização da transição para a vida adulta no Brasil

Rio de Janeiro

2015

Juliana Leitão e Mello

Jovens em mudança: padronização e despadronização da transição para a vida adulta no Brasil

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Doutorado em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Costa Ribeiro

Rio de Janeiro
2015

Juliana Leitão e Mello

Jovens em mudança: padronização e despadronização da transição para a vida adulta no Brasil

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Doutorado em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em:_____

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Carlos Antônio Costa Ribeiro
Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ

_____

Prof. Dr. Nelson do Valle Silva
Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ

_____

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso
Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ

_____

Prof. Drª. Joice Melo Vieira
Núcleo de Estudos de População da Unicamp

_____

Prof. Drª. Ana Amélia Camarano
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Ana e Marcos,
com amor, gratidão e saudades.

Ao pequeno Dante,
com encanto e alegria.

AGRADECIMENTOS

Quando comecei o doutorado, costumava brincar que estudar o “prolongamento da condição juvenil” era uma causa em benefício próprio. Afinal, preferia envelhecer lentamente. Mas o tempo - cronológico e social – passa sempre e a juventude se vai com ele. Hoje chego, ao final desse caminho, em idade adulta, bem adulta! Os anos do doutorado foram os mais intensos que vivi. Neles, experimentei quase todos os eventos do curso da vida: estudo, trabalho, união, nascimento e morte. Aprendi que fazer um doutorado não é só estar nele. Também é aproveitar a experiência cotidiana como base para a construção de um objeto de pesquisa. E assim foi comigo. Nada se passou ao meu redor que não fosse munição para fazê-lo. Nesse percurso longo, contei com a ajuda de muitos; direta e indiretamente. Por isso, tomo a liberdade de fazer esse agradecimento em mais de uma página. **Agradeço, em especial**:

Ao Carlos Antônio Costa Ribeiro, meu orientador, pelos comentários respeitosos ao meu trabalho, pelo estímulo, pelos prazerosos debates na sua sala e pela paciência na reta final.

Ao IESP, seus professores e funcionários, pela oportunidade, gentileza e disponibilidade.

Aos membros da banca examinadora por aceitarem o convite para discutir este trabalho, e pela vasta produção acadêmica, na qual me apoiei para desenvolvê-lo.

À professora Ana Amélia Camarano, pelas oportunidades que me deu, pelo conhecimento que comigo sempre partilhou e, especialmente pela imensurável generosidade.

Aos demais pesquisadores do IPEA, com quem tive o prazer de trabalhar e aprender, em particular, à Daniele Fernandes, que esteve comigo lado a lado no último ano desta empreitada, sempre disponível para me auxiliar, e à Solange Kanso, pelas trocas com que tanto aprendi e pelo exemplo de profissionalismo.

Aos amigos do IESP, Betina, Gabriel e Carol, pelas discussões sobre meu objeto de pesquisa e, ao Pedro, em particular, por ceder seu tempo para me ensinar tantas coisas.

Aos amigos da Secretaria Estadual de Educação, pelo ambiente aprazível de todos os dias. Agradeço, muito especialmente, a Adriano Giglio, pela compreensão, tolerância e apoio, e a Wilson Risolia, pela lição de persistência, determinação e obstinação à frente da Secretaria, lição que levarei pela vida.

À equipe da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria, por me fazer entender melhor os desafios dos jovens pobres do Rio de Janeiro, em especial à Rosana Mendes, de quem hoje me considero amiga.

Aos demais amigos que fiz no governo estadual, e que trago no coração, em particular Carol, Clarice, Dani, Nat e Rafa, pelas lutas diárias e pelas boas risadas que demos juntas. Ter estado na administração pública nos últimos anos do doutorado me trouxe uma ideia mais realista das possibilidades de elaborar políticas que viabilizem transições mais seguras. E tê-las por perto foi um prazer. A cada uma devo um tipo de ajuda: afeto, logística e revisões. No apagar das luzes, Clarice esteve comigo, o que será impossível esquecer e retribuir.

Aos meus amigos Talita, Ivan e Rafaela, pelas emoções que compartilhamos intensamente na realocação dos moradores em áreas de risco de Friburgo em 2011, um trabalho que cruzou e interrompeu o caminho deste doutorado, mas que, certamente, me ajudou a ver a experiência do tempo e do curso da vida de forma muito particular. À Ruth Jurberg por confiar a mim a condução desse trabalho.

Aos amigos de sempre, Ana Luiza, Bela, Cel, Cris, Débora, Fred, Magda, Mirela, Solange e Thiago, pelo aconchego dos momentos difíceis dos últimos anos. Também a esses grandes amigos, devo revisões, sugestões ao trabalho e muita conversa jogada fora sobre a vida. Em particular, agradeço à Marcela, minha irmã de alma, pela honra da amizade e pela paciência incondicional.

Aos meus irmãos, Gabi, Dani e Filho, e ao meu cunhado Antônio, pela torcida. Ao Dante, meu sobrinho, que chegou para divertir nossas vidas e meus momentos de lazer.

À minha tia Mirinha, pelo conforto emocional e operacional e por cuidar de mim nos mínimos detalhes. Por tudo! Agradecerei sempre, a ela e ao Sérgio, meu tio, por me darem moradia por alguns anos deste doutorado.

Às minhas tias Otília e Martha, que, mesmo de longe, torceram por mim, com todo carinho, e cuidaram do meu pai, o que me deu o conforto para trabalhar com o coração em paz no Rio.

À minha mãe, Ana, pelo exemplo de uma mulher forte, que transitou de uma fase a outra da vida com coragem. Ao meu padrasto, Elmar, pelo incentivo de sempre. Ao meu pai, Marcos, que se foi durante o doutorado, pelo olhar doce e o amor inesgotável de toda a vida. Aqui, se estivesse, estaria orgulhoso.

RESUMO

MELLO, J. L. **Jovens em mudança**: padronização e despadronização da transição para a vida adulta no Brasil. 2015. 204 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

O objetivo desta tese é analisar os processos de transição da juventude para a vida adulta no Brasil no período de 1970 a 2010 e avaliar em que medida as mudanças ocorridas ao longo das décadas representam rupturas, continuidades, homogeneidades e heterogeneidades entre coortes e intra-coortes. A vantagem de se analisar a juventude como transição é que ela permite incorporar ao discurso da juventude os conceitos de processo, transformação, temporalidade e historicidade.

O enfoque analítico em que a discussão proposta se dá é o das mudanças no curso da vida no nível macrossociológico, em que estão envolvidos aspectos institucionais, conjunturais e estruturais. Na Sociologia, os estudos têm apontado que está em andamento desde o final dos anos 1960 e início dos 1970 um processo de despadronização do curso da vida, marcado pela pluralização dos estilos de vida e pelo adiamento de determinadas etapas de transição, fenômeno acompanhado por uma menor ingerência do Estado na vida dos indivíduos, descrito pela literatura como desinstitucionalização. Esse novo modelo de transição se contrapõe ao observado após a Segunda Guerra, que se caracterizava pela padronização do curso da vida. Nele, prevalecia um modelo de transição linear, em que os eventos do curso da vida ocorriam em idades semelhantes. No que diz respeito à passagem para a vida adulta, tal linearidade é expressa pela sequência: sair da escola, entrar no mercado de trabalho, para então, deixar a casa dos pais, casar-se e ter filhos.

A partir dos dados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, discutiu-se a pertinência em se falar em despadronização e desinstitucionalização da transição para a vida adulta no Brasil. Os resultados apontam para um quadro de flexibilização dos modelos de transição para os diversos grupos socioeconômicos. No entanto, no que se refere ao *timing* em que os eventos aconteceram, não se pode dizer que a despadronização seja um fenômeno universal. Não há também evidências de que esteja ocorrendo no Brasil um processo de desinstitucionalização do curso da vida.

Observou-se o adiamento generalizado da idade da saída da escola e de entrada no mercado de trabalho, mas permaneceram as diferenças entre os grupos socioeconômicos: os que possuem menor renda tendem a entrar na vida adulta mais cedo. Na esfera reprodutiva e/ou familiar, as desigualdades são mais expressivas, sendo, inclusive de antecipação da idade do nascimento do primeiro filho entre as mulheres de renda baixa. Os resultados desta tese sugerem que ocorre no Brasil uma despadronização seletiva.

Palavras-chave: Transição para a vida adulta no Brasil. Juventude. Curso da vida.

ABSTRACT

MELLO, J. L. **Youngsters and change**: standardization and destandardization of transition to adulthood in Brazil. 2015. 204 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

This thesis aims to evaluate the transition from youth to adulthood in Brazil, between 1970 and 2010, and to what extent changes occurred along that period represent ruptures, continuities, homogeneities, and heterogeneities among cohorts and intra-cohorts. The analytical focus of the discussion relates to changes in life course at a macrosociological level, in which institutional, conjunctural and structural aspects are involved. Sociological studies indicate an ongoing process of life course destandardization from the late 1960s to the early 1970s, marked by the pluralization of life styles and the postponing of stages. Such a phenomenon is aligned with a lesser interference of the State in individuals' lives, described in the literature as desinstitucionalization. This new transitional model opposes the one observed after World War II, marked by standardization, when stages were associated to similar age groups. As transition to adulthood is regarded, such linearity is expressed by the sequence: leaving school, joining the labor market, and then leaving parents' house, getting married, and having children.

Based on Demographic Censuses from 1970, 1980, 1991, 2000 and 2010, the pertinence of referring to destandardization and deinstitutionalization of the transition to adulthood in Brasil was discussed. Results point to a scenario of flexibility in the modelling of transition for different socioeconomic groups. However, regarding the *timing* at which events occurred, it can not be said to be a universal phenomenon destandardization. There is no evidence that is happening in Brazil a process of desinstitutionalization life course.

A general postponing in the age of leaving school and joining the labor market was observed, despite the remaining differences among socioeconomic groups: those with a lower income tend to join adulthood prematurely. As reproductive and/or familiar spheres are concerned, inequalities are more expressive, indicating an anticipation of the age of giving birth to the first child among women with a low income. Results of this thesis suggest the existence of a selective destandardization in Brazil.

Keywords: *Transition to adulthood in Brazil. Youth. Life course.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Estudos internacionais selecionados sobre transição para a vida adulta.....31

Tabela 2 Estudos nacionais selecionados sobre transição para a vida adulta.....37

Tabela 3 Taxa de escolarização líquida por segmento e faixa etária.– Brasil, 1982 a 2012.....86

Tabela 4 Taxa de escolarização líquida por segmento, quintil de renda domiciliar *per capita* e faixa etária – Brasil, 1982 e 2012.....89

Tabela 5 Idades medianas em que ocorre a saída da escola e a entrada no mercado e trabalho – Homens – Brasil, 1970 a 2010.....114

Tabela 6 Idades medianas em que ocorre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho – Mulheres – Brasil, 1970 a 2010..... 114

Tabela 7 Idades medianas em que ocorreram os eventos relacionados à família - Homens – Brasil, 1970 a 2010.....129

Tabela 8 Idades medianas em que ocorreram os eventos relacionados à família - Mulheres – Brasil, 1970 a 2010.....131

Tabela 9 Distribuição proporcional da população jovem do sexo masculino segundo algumas categorias – Brasil, 1970 a 2010.....122

Tabela 10 Distribuição proporcional da população jovem do sexo feminino segundo algumas categorias – Brasil, 1970 a 2010.....123

Tabela 11 Categorias de transição para homens de 15 a 29 anos.....138

Tabela 12 Características dos jovens de 15 a 29 anos por categoria de transição – Homens – Brasil, 1970 e 2010.....142

Tabela 13 Categorias de transição para mulheres de 15 a 29 anos.....145

Tabela 14 Características dos jovens de 15 a 29 anos por categoria de transição – Mulheres Brasil, 1970 e 2010.....148

Tabela 15 População absoluta e relativa dos jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho por faixa etária – Homens – 1993, 2003 e 2013.....161

Tabela 16 População absoluta e relativa dos jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho por faixa etária – Mulheres, 1993, 2003 e 2013.....161

Tabela 17 População absoluta e relativa do total das jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho com filhos por faixa etária – Mulheres, 1993, 2003 e 2013.....162

Tabela 18 População absoluta e relativa do total das jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho sem filhos por faixa etária – Mulheres, 1993, 2003 e 2013.....163

Tabela 19 Distribuição proporcional de homens "Nem Nem" e do total de 15 a 29 anos por características selecionadas - Brasil, 1993, 2003 e 2013.....166

Tabela 20 Características dos domicílios com homens jovens chefes ou cônjuges segundo a condição de frequência à escola e participação na PEA - Brasil, 1993, 2003 e 2013.....176

Tabela 21 Características dos domicílios com e sem jovens "Nem Nem" - Brasil, 1993, 2003 e 2013.....179

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 Taxa de crescimento médio anual – Brasil, 1872 a 2010.....54
Gráfico 2 Taxa de fecundidade por quintil de renda domiciliar per capita – Brasil, 1980 a 2010.....56
Gráfico 3 Taxa de fecundidade por quintil de renda domiciliar per capita por escolaridade – Brasil, 2010.....57
Gráfico 4 Taxa de fecundidade Total e Taxa de urbanização – Brasil, 1940 a 2010.....61
Gráfico 5 Esperança de vida ao nascer – Ambos os sexos – Brasil, 1940 a 2010.....63
Gráfico 6 Distribuição proporcional de causas de mortes entre homens de 15 a 24 anos – Brasil, 1980 a 2010.....65
Gráfico 7 Distribuição proporcional de causas de mortes entre mulheres de 15 a 24 anos – Brasil, 1980 a 2010.....65
Gráfico 8 Distribuição proporcional dos óbitos por causas externas entre homens de 15 a 29 anos – Brasil, 1980 a 2010.....66
Figura 1 Pirâmides etárias de 1950 a 2010 e projeções para 2040.....69
Gráfico 9 Distribuição da população por grupos etários – Brasil, 1950 a 2040.....70
Gráfico 10 Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais – Brasil, 1970 a 2010.....82
Gráfico 11 Taxa específica de atividades dos homens – Brasil, 1970 a 2010.....96
Gráfico 12 Taxa específica de atividades das mulheres – Brasil, 1970 a 2010.....96
Gráfico 13 Distribuição percentual dos domiciliares por tipo de arranjo – Brasil, 1980 a 2010.....105
Gráfico 14 Proporção de mulheres casadas ou unidas que não tiveram filhos – Brasil, 1970 a 2010.....107

Gráfico 15 Idades medianas em que os homens realizaram os eventos de transição para a vida adulta – Brasil, 1970 a 2010.....111
Gráfico 16 Idades medianas em que as mulheres realizaram os eventos de transição para a vida adulta – Brasil, 1970 a 2010.....111
Gráfico 17 Idades medianas da saída da escola e da entrada no mercado de trabalho entre os homens – Brasil, 1970 a 2010.....113
Gráfico 18 Idades medianas da saída da escola e da entrada no mercado de trabalho entre as mulheres – Brasil, 1970 a 2010.....113
Gráfico 19 Idades medianas em que os homens saem da escola e entram no mercado de trabalho por quintis de renda domiciliar per capita – Brasil, 1980 e 2010.....118
Gráfico 20 Idades medianas em que as mulheres saem da escola e entram no mercado de trabalho por quintis de renda domiciliar per capita – Brasil, 1980 e 2010.....118
Gráfico 21 Idades medianas em que os homens saem da escola e entram no mercado de trabalho por cor/raça – Brasil, 1980 e 2010.....119
Gráfico 22 Idades medianas em que as mulheres saem da escola e entram no mercado de trabalho por cor/raça – Brasil, 1980 e 2010.....120
Gráfico 23 Tipologia de transição entre escola e trabalho para os homens jovens – Brasil, 1970.....125
Gráfico 24 Tipologia de transição entre escola e trabalho para os homens jovens – Brasil, 2010.....126
Gráfico 25 Tipologia de transição entre escola e trabalho para as mulheres jovens – Brasil, 1970.....126
Gráfico 26 Tipologia de transição entre escola e trabalho para as mulheres jovens – Brasil, 2010.....127
Gráfico 27 Idades medianas em que os homens saem de casa e se casam por quintis de renda domiciliar per capita – Brasil, 1980 e 2010.....133
Gráfico 28 Idades medianas em que as mulheres saem de casa, se casam e têm o primeiro filho por quintis de renda domiciliar per capita – Brasil, 1980 e 2010.....134
Gráfico 29 Idades medianas em que os homens saem de casa e se casam por cor/raça – Brasil, 1980 e 2010.....135

Gráfico 30 Idades medianas em que as mulheres saem de casa, se casam e têm o primeiro filho por cor/raça – Brasil, 1980 e 2010.....136

Gráfico 31 Distribuição percentual de homens jovens de 15 a 29 anos por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA – Brasil, 1970 a 2010.....139

Gráfico 32 Distribuição percentual de homens jovens por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA – Brasil, 2010.....141

Gráfico 33 Distribuição percentual de mulheres jovens de 15 a 29 anos por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA – Brasil, 1970 a 2010.....146

Gráfico 34 Distribuição percentual de mulheres jovens por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA – Brasil, 2010.....149

Gráfico 35 Percentual de jovens que não estudam e não participam da PEA. Homens - Brasil, 1993, 2003 e 2013.....160

Gráfico 36 Percentual de jovens que não estudam e não participam da PEA - Mulheres - Brasil, 1993, 2003 e 2013.....160

Gráfico 37 Percentual de mulheres de 15 a 29 anos por tipo de transição escola trabalho pela ocorrência de filhos - Brasil, 2013.....164

Gráfico 38 Percentual de homens jovens que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho residentes na área rural por faixa etária - 1993, 2003 e 2013.....167

Gráfico 39 Percentual de homens de 15 a 29 anos total e que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho por escolaridade - 2013.....168

Gráfico 40 Distribuição percentual de homens de 15 a 29 anos por quintil de renda domiciliar per capita e níveis de escolaridade – 2013.....169

Gráfico 41 Percentual de homens de 15 a 29 anos que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho por nupcialidade - 2013.....170

Gráfico 42 Percentual de jovens de 15 a 29 anos que declararam realizar atividades domésticas por *status* de transição da escola para o mercado de trabalho por sexo - 1993 e 2013.....171

Gráfico 43 Número médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico entre jovens de 15 a 29 anos por *status* de transição da escola para o mercado de trabalho e sexo - 1993 e 2013.....172

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1. JUVENTUDE, PADRONIZAÇÃO E DESPADRONIZAÇÃO DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA 22
1.1. Introdução 22
1.2. Curso da vida, individualização e modernidade 25
1.3. Padronização e institucionalização do curso da vida 27
1.4. Despadronização como símbolo de um novo tempo? 29
1.5. Evidências empíricas para o caso brasileiro 36
1.6. Síntese da discussão 50

2. A NOVA DEMOGRAFIA DO BRASIL: VULNERABILIDADES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A JUVENTUDE 52
2.1. Introdução 52
2.2. A queda da fecundidade como motor da mudança demográfica 53
2.3. Queda da mortalidade infantil, aumento da esperança de vida e vulnerabilidade juvenil 61
2.4. Novo padrão etário da população e a janela de oportunidade 67

3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL, POLÍTICAS UNIVERSAIS E DE JUVENTUDE: UM PASSO PARA A PADRONIZAÇÃO DA ENTRADA NA VIDA ADULTA 72
3.1. Introdução 72
3.2. Juventude, arcabouço legal e políticas públicas 72
3.3. A emergência das políticas sociais, a institucionalização do sistema educacional e a regulamentação do trabalho no Brasil 75
3.3.1. Pré-1988 76
3.3.2. E, então, ela chegou: a Constituição Federal de 1988 78
3.3.3. Os efeitos da institucionalização no sistema educacional brasileiro 80

3.3.4. A regulamentação do mercado de trabalho, desemprego juvenil e as tendências das últimas décadas 94
3.4. A família em transformação.....101

4. NOVOS E VELHOS PADRÕES DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA 108
4.1. Introdução.....108
4.2. Tempos de juventude e transição para a vida adulta 109
4.2.1. Transição da escola para o trabalho.....112
4.2.1.1. Simultaneidade entre trabalho e escola: até quando?.....120
4.2.2 Transição pela esfera familiar e reprodutiva.....127
4.3. Novos e velhos padrões de transição: escola, trabalho e família.....136
4.3.1. Padrões de transição entre os homens.....137
4.3.2. Padrões de transição entre as mulheres.....145
4.4. Discussão e conclusão.....151

5. JUVENTUDE "NEM NEM" E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA.....154
5.1 INTRODUÇÃO 154
5.2. A condição "Nem Nem" em debate 156
5.3. Juventude "Nem Nem": uma questão de gênero 160
5.4. O que há de específico entre os jovens homens "Nem Nem"? 166
5.5. Jovens "Nem Nem" em família 175
5.5.1. Domicílios *de* jovens "Nem Nem" 176
5.5.2. Domicílios *com* jovens "Nem Nem" 179
5.6. Discussão e conclusão.....181

CONCLUSÃO.....185

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 191

ANEXO 1 206

ANEXO 2 21853

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o interesse acadêmico sobre juventude ampliou-se expressivamente no Brasil, passando também por gradativas mudanças de enfoque. Até os anos 1990, o debate foi especialmente marcado pela ótica dos problemas sociais, o que reafirmava a associação entre juventude e comportamento desviante (CAMARANO; MELLO, 2006; GONÇALVEZ, 2005; MELLO, 2005; SPOSITO, 2001; ZALUAR, 1997). Nessa linha de estudos, os temas recorrentes eram criminalidade e violência, mortes por acidentes de trânsito, gravidez na adolescência, evasão escolar, desemprego juvenil, entre outros. Apesar da relevância desses assuntos e da necessidade de aprofundá-los, em geral, as análises restringiam-se a uma ou duas dimensões da vida juvenil, e não ao jovem na sua integralidade (MELLO, 2005). Apenas no início deste século é que os estudos sobre juventude no Brasil passaram a incorporar o enfoque de transição para a vida adulta, muito embora ele já fosse amplamente difundido na Europa e nos Estados Unidos no campo da Sociologia e da Demografia.

A abordagem de transição para a vida adulta é essencialmente multidimensional e adota a noção de juventude como uma fase da vida, na qual operam dispositivos subjetivos, biográficos, conjunturais e institucionais que, de forma articulada, atuam na vida dos indivíduos desde a puberdade e os conduzem a um novo papel social (CASAL, 1996). É o período marcado, nos termos utilizados por Silva (2003), pela "autonomização de *status*", em que os jovens começam a se desligar da família de origem e a construir um novo *status* (SILVA, 2003). Em sentido mais amplo, os estudos de transição para a vida, além de representarem um instrumento importante para o conhecimento da realidade das juventudes, têm sido vistos como um dos enfoques analíticos para a compreensão das transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo do século XX.

Parte dos questionamentos sobre as mudanças no curso da vida refere-se à distinção entre o tradicional e o moderno, bem como à observação das continuidades e descontinuidades no processo de transição entre as fases da vida ao longo dos tempos (BRUCKNER; MAYER, 2005). O modo tradicional é usualmente representado pela linearidade no desenvolvimento das fases. Os eventos que compõem esse modelo de transição obedecem a uma seqüência unidirecional, que ordena o caminho dos indivíduos da infância à velhice.

No que diz respeito à passagem da juventude para a vida adulta, tal linearidade pode ser expressa pela sequência: sair da escola, entrar no mercado de trabalho, para então, deixar a casa dos pais, casar-se e ter filhos. Esse padrão é atribuído à passagem para a vida adulta no período do pós-guerra, em particular na Europa e nos Estados Unidos. Também caracteriza-se pela pouca flexibilidade e baixa heterogeneidade dos arranjos de transição. Os anos posteriores à Segunda Guerra foram um período de intensa institucionalização e ingerência do Estado na vida dos indivíduos, inclusive no Brasil, em que regras normativas, legais e organizacionais definiam, de forma expressiva, a ordem social. A transição para a vida adulta passou, assim, a ocorrer de forma mais padronizada em termos sociais e mais condensada do ponto de vista etário. (BRÜCKNER; MAYER, 2005; BUCHMANN, 1989; FUSSEL, 2006; MODEL et al, 1976; MAYER, 2004; WYN; DWYER, 1999; SHANAHAN, 2000).

Ao longo do século XX, alterações de natureza pública - aumento da escolaridade e dificuldades de inserção profissional - e de ordem privada - desvinculação entre atividade sexual e união conjugal e entre união conjugal e parentalidade - afetaram o padrão[1] e o *timing* em que as etapas de transição acontecem no curso da vida, de tal maneira que os modelos tradicionais, ordenados e lineares de transição, passaram a ser considerados inadequados e demasiadamente simplificados. Na Sociologia, esses fenômenos têm sido discutidos à luz das teorias do curso da vida, em torno das quais se discute a tese da despadronização e desinstitucionalização do curso da vida, em contraste à da padronização e institucionalização observada no pós-guerra (BUCHMANN, 1989; ELCHARDUS; SMITS, 2006; MAYER, 2004). De maneira resumida, pode-se dizer que a despadronização é caracterizada pelo aumento da complexidade e da heterogeneidade dos modos de transição, pelo adiamento da ocorrência dos eventos da transição, pela inversão na ordem tradicional e pela sobreposição desses eventos ao longo da vida, em um contexto de crescente individualização, imprevisibilidade e experimentação. Importante ressaltar que as teses da padronização e despadronização discutem processos graduais e complexos de transformação e envolvem múltiplos campos da vida social e individual, não sendo, assim, descrições sobre um período que se encerra para outro se iniciar, simplesmente.

No caso específico das primeiras transições, parte das quais ocorre na juventude, o que confere a ela um período simbólico do curso da vida, observa-se a conjunção de duas perspectivas, que amplificam a importância do tema. Do ponto de vista individual, a fase de transição é relevante não apenas para o bem-estar emocional e psicológico dos jovens, mas

[1] Ao termo padrão, ao longo desta tese, pode-se atribuir também a noção de forma.

também porque está relacionada a uma série de decisões que terão desdobramentos sobre sua trajetória futura. Nessa fase da vida, estão envolvidas decisões sobre sua qualificação, as quais têm conseqüências sobre a sua posição no mercado de trabalho e, por decorrência, sobre o *status* social que terão, além de decisões da esfera privada, como sair da casa dos pais, estabelecer uma união conjugal e se e quando ter filhos.

As decisões dos indivíduos são particularmente influenciadas pelos arranjos institucionais de uma determinada sociedade, assim como pela conjuntura econômica e política de um país. Entre os arranjos institucionais que podem afetar a decisão dos indivíduos no processo de transição, destacam-se aqueles que se referem ao sistema educacional, à estruturação do mercado de trabalho e às formas de apoio às famílias. Ressalta-se que, nos últimos 30 anos, o Brasil passou por mudanças importantes na legislação sobre educação e trabalho que têm impacto na transição para a vida adulta, tais como a obrigatoriedade da educação fundamental e a proibição do trabalho infantil.

Do ponto de vista social, as decisões individuais, sob determinado arcabouço institucional e econômico, trazem consequências para a sociedade como um todo, podendo ter impactos sobre o seu grau de desenvolvimento. É o caso, por exemplo, do nível educacional que uma população atinge. Isso tem implicações sobre a força de trabalho, as condições de saúde, os níveis de violência e criminalidade e a participação política e cidadania. Atreladas a essas questões, do ponto de vista demográfico, a decisão de ter ou não filhos tem impactos, por exemplo, sobre o tamanho e a composição etária da população brasileira nas próximas décadas, o que pautará a priorização de políticas públicas.

As duas dimensões da transição para a vida adulta mencionadas – a individual e a social - se somam ao debate sobre despadronização do curso da vida. Ela não se limita à fase da juventude, mas parece ocorrer de forma ainda mais intensa na transição dessa fase para a vida adulta, fazendo com que ela possa ser vista como um caso exemplar para se compreender as mudanças sociais e demográficas ao longo do tempo (BILLARI, 2004; BUCHMANN, 1989). Tal idéia é reforçada também pela constatação de que os níveis de complexidade e heterogeneidade no processo de transição da vida adulta são maiores do que em qualquer outra etapa da vida (CAMARANO, 2006; FUSSEL, 2006; FUSSEL; EVANS; GAUTHIER, 2006; RIBEIRO, 2014; VIEIRA, 2008, 2009). As transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas nas últimas décadas relacionam-se aos jovens, em particular, mas os transcendem, uma vez que podem significar um reordenamento das várias fases da vida, influenciado também pelo alongamento do tempo de vida. A discussão proposta nesta tese

está centrada na passagem da juventude para a vida adulta, mas é oportuno dizer que também está em curso uma redefinição dos conceitos de vida adulta e de transição para a velhice.

Tem sido recorrentemente afirmada na literatura nacional e internacional a idéia da flexibilidade dos estilos com que os indivíduos transitam de uma fase à outra, bem como da idade em que o fazem. Isso resulta, cada vez mais, no aumento da sobreposição de eventos ao longo do curso da vida (CAMARANO, 2006). No Brasil, mais marcadamente do que em outros países, o processo de transição para a vida adulta apresenta uma peculiaridade. Apesar da redução observada na última década (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2006), o país apresenta elevados níveis de desigualdade, o que torna o debate ainda mais central, uma vez que se sabe que os processos ocorridos nessa fase podem afetar sobremaneira as oportunidades que os indivíduos terão na vida adulta.

Dito isso, o objetivo desta tese é analisar os processos de transição para a vida adulta no Brasil no período de 1970 a 2010, buscando avaliar em que medida eles representam rupturas, continuidades, homogeneidades e heterogeneidades entre coortes e intra-coortes. Utilizou-se como parâmetro etário as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, faixa considerada jovem pelos marcos legais quem definem as políticas para a juventude, discutidas no capítulo 3 (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2005; BRASIL, 2013). A partir dessas noções mais gerais, as questões que esta tese pretende responder são: 1) O padrão de transição para a vida adulta mudou ao longo das coortes de nascimento? 2) Se mudou, como mudou? 3) O fenômeno ocorreu na mesma direção para todos os grupos socioeconômicos? 4) É pertinente falar em despadronização e desinstitucionalização da transição para a vida adulta também no Brasil? 5) Há um "efeito" significativo das desigualdades sociais nesse processo ou fatores institucionais são mais fortes e acabam por padronizar as transições? 6) Há novas modalidades de transição, vulneráveis ou não?

Essas questões serão discutidas sob o enfoque analítico das mudanças no curso da vida no nível macrossociológico, em que estão envolvidos aspectos institucionais, conjunturais e estruturais. Nessa discussão, assume-se a juventude como uma fase de transição para um *status* de autonomia e independência e, ao final, de emancipação dos indivíduos. A vantagem de se analisar a juventude como transição é que ela permite incorporar ao discurso da juventude os conceitos de processo, transformação, temporalidade e historicidade. Desse modo, evidencia-se que a realidade juvenil se dá por processos desiguais, em que trajetórias diferenciadas exercem papéis distintos sobre as muitas maneiras de ser jovem (CASAL, 1988). A transição para a vida adulta, portanto, não é um evento, mas um processo gradual e complexo em que se constrói e se afirma o *status* de adulto (HOGAN; ASTONE, 1986).

Para desenvolvê-las, a tese foi estruturada em cinco capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo aprofunda o debate apresentado nesta introdução sobre as mudanças no curso da vida e as noções de padronização e despadronização da transição para a vida adulta. Nele, o tema é discutido à luz dos trabalhos empíricos produzidos, particularmente no Brasil.

O segundo capítulo discute a dinâmica demográfica que levou o Brasil a ter 51 milhões de jovens em 2010. Nele, são apontados também alguns dos desafios que essa população enfrenta, assim como o potencial que ela tem (ou teria) para o desenvolvimento social e econômico do Brasil nas próximas décadas.

No terceiro capítulo, serão abordadas os avanços institucionais relacionadas à escola e ao trabalho no século XX e as transformações ocorridas na esfera da família no período. O objetivo desse capítulo é discutir as mudanças das quais os jovens brasileiros se beneficiaram ao longo do século XX, em particular no campo da educação nas últimas décadas.

O quarto capítulo apresenta uma análise empírica sobre o processo de transição para a vida adulta no Brasil dos anos 1960 à primeira década do século XXI, a partir de dados provenientes dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. O capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, analisa-se a evolução do *timing* dos eventos de transição para a vida adulta, utilizando uma adaptação das tábuas de vida, consideradas um método indireto de análise de sobrevivência. A partir delas, são calculadas a idade mediana e média, o desvio padrão e o percentual de pessoas que não realizaram os eventos até o momento da coleta dos dados, desagregadas por sexo, cor/raça e renda. São utilizados os marcos usuais para delimitar a transição para a vida adulta: saída da escola, entrada no mercado de trabalho, saída de casa, casamento e maternidade. Por essa análise é possível identificar se houve adiamento, estabilidade ou antecipação das idades em que esses eventos, isoladamente, ocorreram, em especial aqueles diretamente relacionados ao desenho institucional que se consolidou no Brasil ao longo do século XX. Na segunda parte do capítulo 4, aborda-se a forma como esses jovens fizeram a transição ao longo das décadas, quais os modelos predominantes e qual o perfil de cada um deles. Nessa seção, a frequência à escola, a participação no mercado de trabalho, as uniões e/ou casamentos, a condição de domicílio e a maternidade, no caso das mulheres, foram combinadas, de maneira a medir as inter-relações entre elas.

O quinto capítulo versa sobre um tipo particular de transição para a vida adulta: os jovens do sexo masculino que não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho em 1993, 2003 e 2013, modalidade sobre a qual pouco ainda se conhece e que, no período,

cresceu, inclusive entre os jovens rapazes de 15 a 17 anos. Ou seja, há um grupo de jovens, ainda em idade escolar, que não está se beneficiando da ampliação do acesso ao sistema educacional. Para abordar esse tema, foram utilizadas as bases de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) de 1983, 1993 e 2013.

Por último, são apresentados os principais resultados da tese, tecem-se as considerações finais e os apontamentos para futuras pesquisas. Os principais achados apontam na direção da despadronização da vida adulta no Brasil. No entanto, como será discutido, o fenômeno apresenta contornos diferentes do que o observado internacionalmente, e não vem ocorrendo de forma igual para todos os grupos socioeconômicos, o que deu a ele um caráter seletivo. A esse processo, deu-se a denominação de despadronização seletiva. Ao contrário também do que se viu em outros lugares, no Brasil, o fenômeno ainda é bastante marcado pela institucionalização.

1. JUVENTUDE, PADRONIZAÇÃO E DESPADRONIZAÇÃO DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

1.1. Introdução

Nos estudos sobre juventude, de diversos campos do conhecimento, a primeira consideração encontrada é, em geral, a de que a juventude é uma categoria construída social, cultural e historicamente. Por mais trivial e consensual que essa afirmação seja, ela é a definição chave para situar o processo de transição da juventude para a vida adulta como objeto da Sociologia, e merece ser reiterada. O sentido em repartir a vida em etapas está no fato de que a cada fase o indivíduo assume um novo papel social, distinto do anterior e do seguinte, e atrelado a novas obrigações, direitos e expectativas. A configuração de um novo *status* é função da história e pode, assim, ser mudado, criado, recriado. Ao longo dos séculos, a institucionalização da vida e a mudança de valores, resultando em aumento da complexidade de situações, fizeram emergir um conjunto de novas fases e categorias, entre elas a própria juventude.

A categoria jovem nasceu como resultado da diferenciação entre adultos e crianças. (BUCHMANN, 1989). Nesse processo, a ampliação do acesso à escola, a educação compulsória, a ampliação do tempo escolar e a proibição do trabalho infantil tiveram enorme influência na distinção entre esses dois segmentos e contribuíram para a estratificação etária na sociedade (ARIÈS, 1981; BUCHMANN, 1989). Ao longo dos séculos, as crianças deixaram de ser vistas como adultos em miniatura, tornaram-se um grupo social distinto e ganharam espaço e sentidos próprios.

A juventude surge, então, como um grupo social caracterizado mais pelo que não é do que pelo que é (PIMENTA, 2007). Dito de outra forma: ela tem um caráter relacional e se firma na disputa por espaços com outras categorias etárias e gerações (BOURDIEU, 1983; CHAMBOREDON, 1985; DOMINGUES, 2002). A afirmação de Bourdieu (1983, p. 2) de que “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” sintetiza essa ideia: a juventude só existe em contraste a outras categorias, sejam crianças, adultos ou idosos. Uma passagem singular

de Domingues (2002) reforça a natureza dessas relações para a construção dos conceitos de subjetividade coletiva e gerações:

> [...] a vida social é tecida e se constitui como uma rede interativa, multidimensional, na qual atores individuais e coletividades se influenciam de forma mútua causalmente. Assim as dimensões hermenêutica e material, as dimensões das relações de poder e do espaço-tempo social que conformam as subjetividades coletivas são estabelecidas sob a influência de outras coletividades. No caso em tela não é possível compreender, por exemplo, como a juventude se vê e vê a sociedade sem entender como os "idosos" a veem, e a sociedade, e vice versa. Ou seja, as dimensões hermenêuticas (normativas, cognitivas e expressivas) das diversas coletividades geracionais se influenciam umas às outras; não se trata, portanto, muito ao contrário, de analisar suas dimensões hermenêuticas, nem quaisquer outras, isoladamente e sem referência a outras coletividades. É mister que esse jogo mútuo de influências seja assinalado e assimilado para que possamos de fato perceber como as coletividades particulares e a vida social em geral se constituem. (DOMINGUES, p.68-69).

Nas últimas décadas do século XX, outras mudanças institucionais, econômicas e culturais deram vida a novas diferenciações de estilos e de padrões, inclusive, dentro do que se definiu como a fase da juventude. O tempo e o estilo de ser jovem e de se assumir adulto continuaram mudando ao longo do tempo, como parte do processo social. No esforço de se entender esses estilos, surgiram novas categorias, em especial para classificar modelos de transição em que ocorria o adiamento na assunção de determinadas características da vida adulta. Esse fenômeno ficou conhecido como prolongamento da juventude. Um dos termos utilizados para captá-lo foi "pós-adolescência", proposto por Chamboredon (1985) e desenvolvido por Galland (1990, 2003) e, posteriormente, o de "jovens adultos", formulado por uma rede de pesquisadores denominada *European Society for Regional and International Social Research* (EGRIS, 2001), construções sociais amplamente discutidas por Pimenta (2007) para o contexto europeu.

De modo geral, essas denominações buscavam definir os estilos de vida em que os jovens combinavam atributos de maturidade, como o exercício da sexualidade – até então típica dos adultos – e de dependência, uma vez que esses jovens vinham retardando a entrada no marcado de trabalho e a saída de casa. Os pós-adolescentes eram caracterizados pela discrepância entre a autonomia psicológica, social e política e a dependência financeira desses jovens (BUCHMANN, 1989).

Vieram outros termos. Alguns para caracterizar situações mais específicas dentro de um quadro de flexibilização dos estilos de vida jovem e adulto. Entre eles, "Geração Io-Io" (PAIS, 1995) e "Geração Canguru" (COBO; SABOIA, 2010; FIGUEIREDO; CERVENY, 2012; HENRIQUES; JABLONSKI; FÉRES-CARNEIRO, 2004). O primeiro foi cunhado por

Pais (2005) para ressaltar um modo típico da juventude dos anos 1990[2]: a reversibilidade. A analogia refere-se às idas e vindas dos jovens entre os vários *status* profissionais, estudantis e conjugais. Ou seja, alguns jovens assumem posições no mercado de trabalho, depois voltam a estudar, outros saem da casa dos pais e a ela retornam tendo se casado, ou não, e com ou sem filhos, apontando para trajetórias mais erráticas e menos unidirecionais de transição (CAMARANO et al., 2004; MELLO, 2005). O termo "Geração Canguru", por sua vez, tem sido adotado para caracterizar um conjunto de jovens que, apesar de já possuir independência financeira, não deixa sua casa de origem. Ambos os termos tentam enquadrar condições distintas daquelas que faziam parte de um padrão de transição unidirecional e previsível do curso da vida.

No Brasil, o debate sobre juventude e transição incorporou mais acentuadamente as diferenças socioeconômicas no processo e abordou também a ocorrência da precocidade na passagem da vida juvenil para a adulta, acentuando o caráter de heterogeneidade, especialmente o de classe, que ser jovem possui. Isso quer dizer que, dentro de uma geração – que apresenta atributos históricos semelhantes, em uma visão bastante simplificada e reducionista de geração[3] -, é possível verificar acirradas diferenças no processo de transição para a vida adulta.

Partindo, assim, do pressuposto de que a juventude é uma categoria eminentemente social, heterogênea intra-coortes e diferente entre coortes, o presente capítulo objetiva apresentar o debate sobre transição para a vida adulta em um contexto de ordenamento e reordenamento do curso da vida, com especial atenção aos resultados dos estudos brasileiros sobre o assunto. Ressalta-se que os estudos sobre o curso da vida e transição para a vida adulta adotam, em geral, duas perspectivas de análise: macro e microssociológico. Na primeira, o foco de atenção está nos aspectos institucionais, históricos e estruturais, como mencionado na introdução. Na segunda, o escopo de análise são as escolhas individuais, em que prevalece a discussão sobre os aspectos subjetivos da ação dos indivíduos e as representações que eles têm sobre a juventude e o caminho para a vida adulta. O foco está no ator e na maneira como ele interage com seu entorno e opera suas escolhas. Em que pese a relevância dessa abordagem, a presente tese se atém à discussão sobre os aspectos institucionais, estruturais e históricos da transição para a vida adulta. Esse foi o escopo de

[2] Os estudos de Pais foram feitos sobre o contexto dos jovens portugueses, mas apresentam elementos que são encontrados para outros países, inclusive o Brasil.

[3] Para uma discussão sobre as diversas formas de se analisar o conceito de gerações, indica-se Domingues (2002) e Mauger (2013).

análise eleito para compreender as mudanças no processo de se tornar adulto no Brasil das últimas cinco décadas.

1.2. Curso da vida, individualização e modernidade

O tema da transição para a vida adulta tem sido discutido ao longo das últimas décadas sob várias abordagens. Uma delas é a do curso da vida e suas mudanças. Por curso de vida, entende-se a sequência de eventos que ocorrem e *status* que se desenvolvem do nascimento à morte. Do ponto de vista sociológico, ele não se refere às histórias de vida dos indivíduos isoladamente, mas à dinâmica em que elas se dão nas sociedades, operadas pelas instituições e pela ação dos indivíduos (MAYER, 2004). Na perspectiva macrossociológica, a questão é saber, então, como a sociedade organiza e define o curso de vida dos indivíduos (BUCHMANN, 1989) e como sua configuração se modifica ao longo do tempo.

Duas questões impulsionam esse debate. A primeira é entender o que distingue o curso da vida moderna daquela denominada genericamente como vida tradicional (BRUCKNER; MAYER, 2005). Nesse sentido, a investigação é se o próprio curso da vida e, em particular, a transição da vida adulta, atualmente representa uma ruptura ou não com o passado. A segunda questão, assumindo que há uma ruptura, é como a transição ocorre, quais os elementos que a impulsionam e que tipo de consequência cada modelo de transição acarreta.

Várias denominações são usadas para classificar e descrever as diferentes fases do curso da vida do ponto de vista histórico. Para alguns autores, essas fases podem ser divididas, ou cronologicamente ordenadas, em quatro grandes momentos, a saber: o período tradicional ou pré-industrial, o industrial, o fordista ou *welfare state* e o pós-fordista ou pós-industrial (BUCHMANN; 1989; MAYER, 2004; MODELL et al., 1976). A cada um associa-se um padrão típico de organização. No primeiro, de regime pré-industrial, a vida era organizada em torno das famílias, e não em torno dos indivíduos. Não havia um espaço definido para escolarização, sendo ela própria muito baixa. A vida tinha, assim, um caráter de imprevisibilidade. Não porque existiam muitas possibilidades de escolhas dos sujeitos - como mais à frente se deu nas sociedades modernas -, mas porque o regime era de precárias condições de vida, inclusive de mortalidade elevada. A fase seguinte corresponde ao período anterior à Segunda Guerra, em que a escolarização já era obrigatória, mas curta, e os trabalhadores viviam ainda boa parte de suas vidas em situações de pobreza. Após esse

período, inicia-se o modelo denominado fordista do curso da vida, período marcado pela consolidação de um padrão de grande regulamentação do Estado. Nessa fase, o curso da vida é descrito como bastante definido: o tempo da escolarização, o tempo do trabalho e o tempo da aposentadoria. Aqui, a marca era a da previsibilidade e da estabilidade, ambas garantidas pelo Estado em diversos campos da vida social. O período seguinte, que se inicia em torno dos anos 1970, ficou conhecido como pós-industrial (MAYER, 2004), em que a vida social se reordena e se reconfigura, assumindo um caráter de imprevisibilidade.

De modo geral, a maior parte dos autores que vem estudando as mudanças na transição para a vida adulta nas últimas décadas apresenta duas visões do curso da vida, que dividem e representam dois momentos históricos diferentes: a era industrial e a era pós-industrial, (ELCHARDUS; SMITS, 2006). Um associado a um momento de rigidez de papeis sociais; outro à flexibilidade de arranjos da vida social. Ainda que simplificadas e estilizadas, essas classificações buscam responder a uma observação recorrente: a vida parece menos previsível, menos coletivamente delineada, mais flexível e mais individualizada (BRUCKNER; MAYER, 2005). Essas idéias remetem à tese da despadronização do curso da vida, em oposição à construção vigente até os anos 1970, segundo a qual era afirmado que a vida havia se tornado mais padronizada e institucionalizada, particularmente nos países desenvolvidos, como será detalhado nas seções seguintes, por meio dos estudos empíricos.

As noções de despadronização, desestruturação e descontinuidades do curso da vida moderna vêm sendo discutidas, especialmente, à luz da teoria da individualização, desenvolvida no âmbito das discussões sobre segunda modernidade e modernidade reflexiva, propostas por Beck, Giddens e Lash. Por essa teoria, segundo Beck (2007), a individualização significaria a desintegração das certezas da sociedade industrial e a reincorporação de novas certezas e modos de vida, nos quais os indivíduos produzem, representam e acomodam suas próprias biografias. O processo de individualização não é definido por ele simplesmente pela possibilidade de livre decisão dos indivíduos. Mas algo mais amplo. As tradições do casamento e da família estão se tornando dependentes de processos decisórios e as contradições envolvidas nesses processos são experimentadas como *riscos* pessoais. Dessa forma, o autor considera que "a individualização significa que a biografia padronizada torna-se uma biografia escolhida" (BECK, 1997, p. 26).

Ao afirmar que o fenômeno da imprevisibilidade não é novo, Giddens (1997, p. 220) reforça seu argumento dizendo que "o que mudou foram as origens da imprevisibilidade. Muitas incertezas com que nos defrontamos hoje foram criadas pelo próprio desenvolvimento do conhecimento humano". Neste contexto, as possibilidades de estilos e modos de vida são

múltiplas e vão, por exemplo, desde a redescoberta das tradições até a sua dissolução. Por essa linha teórica, a sociedade industrial não estaria entrando na pós-modernidade, mas sim em um processo de radicalização da modernidade (PIMENTA, 2007).

A teoria da individualização tem sido o eixo de boa parte das discussões sobre as mudanças do curso da vida que se observam no mundo ocidental após os anos 1970, especialmente nas pesquisas qualitativas sobre transição para a vida adulta. Observa-se, atualmente na literatura, uma certa tendência a ressaltar o poder da ação dos jovens sobre suas transições; e menos as limitações que os aspectos estruturais e institucionais podem gerar no decorrer da trajetória desses jovens. O diálogo entre essas duas maneiras de se apropriar da discussão sobre transição para a vida adulta é reflexo de uma das discussões mais caras à Sociologia, qual seja: a relação entre estrutura e *agency* (PIMENTA, 2007).

Várias pesquisas sobre juventude e transição para a vida adulta nas últimas décadas têm incorporado a noção de que cada vez mais as pessoas podem escolher suas próprias trajetórias, reforçando a idéia de *agency* entre os jovens. O termo enfatiza que os aspectos do processo de decisão na transição para a vida adulta são, predominantemente, individuais, criativos, pró-ativos e mais resistentes às pressões externas (RUDD; EVANS, 1998). De modo geral, as pesquisas qualitativas têm apontado que as gerações mais novas estão se tornando mais pró-ativas em relação aos riscos e às incertezas do futuro e estão fazendo escolhas pragmáticas que permitem manter suas aspirações, apesar da persistência da influência de fatores estruturais em suas vidas (WYN; DWYER, 1999). Em algum sentido, o que se tem dito é que essas são biografias de escolha (DU-BOIS REYMOND, 1998; DU BOIS-REYMOND; LÓPEZ BLASCO, 2004; EGRIS, 2001). Como decorrência, em parte, do predomínio dessa abordagem, observa-se uma disseminação e uma aceitação mais freqüente da ideia de que as transições vêm se tornando cada vez mais despadronizadas (ELCHARDUS; SMITS, 2006), como será discutido no decorrer deste capítulo.

1.3. Padronização e institucionalização do curso da vida

No período industrial, marcado pela forte ingerência do Estado na vida dos indivíduos, os eventos da transição para a vida adulta alcançaram *status* universais, condensados e uniformes. A esse conjunto de características, o curso da vida foi definido como padronizado e institucionalizado, especialmente nas primeiras transições (BRÜCKNER; MAYER, 2005;

MODELL et al., 1976; SHANAHAN, 2000; WYN; DWYER,1999). O pano de fundo dessas mudanças foi o processo de modernização das sociedades. Por modernização, entende-se, especialmente, a urbanização, a industrialização, as mudanças tecnológicas, a ampliação da ciência, a secularização, o declínio da atividade de agricultura, entre outros acontecimentos, que se deram ao longo do século XX (SHANAHAN, 2000). Nessa nova conjuntura, a vida dos indivíduos tornou-se mais coletivamente organizada pela escola, pelo mercado de trabalho e, em última instância, pelo Estado de Bem-Estar social (FUSSEL, 2006), o que significa dizer que houve um processo de institucionalização do curso da vida. De acordo com Brückner e Mayer (2005), a institucionalização refere-se ao processo em que regras normativas, legais e organizacionais definem a ordem social e temporal da vida humana. A partir delas, por exemplo, foram fixados intervalos etários para a freqüência à escola, idade mínima para inserção no mercado de trabalho, idade para aposentadoria, entre outros eventos do curso da vida.

Um estudo de referência que identificou o processo de institucionalização é o de Model et al. (1976). Ao comparar coortes no final do século XIX e de jovens dos anos 1970 nos Estados Unidos, os autores mostraram que os eventos da transição para a vida adulta tinham se tornado mais circunscritos a idades específicas ao longo do século XX, atribuindo tal fato aos arranjos institucionais desenvolvidos naquela sociedade e naquele período. O estudo reforça a ideia de que a vida tornou-se mais padronizada e mais institucionalizada naquele período nos Estados Unidos. De forma similar, Unlenberg (1969 *apud* SHANAHAN, 2000), examinando a prevalência de diferentes padrões do curso da vida entre mulheres das coortes nascidas entre 1830 e 1920, identificou uma convergência para um "padrão típico" entre elas, que envolvia idade ao casar e ao ter filhos. O autor mostrou que, entre as nascidas em 1830, 21% experimentou o "padrão típico", enquanto, entre as nascidas em 1920, ele foi observado para 57% delas. Ou seja, um conjunto expressivamente maior de mulheres da geração nascida em 1920 passou a viver uma experiência semelhante e mais padronizada dos eventos do curso da vida, como resultado, segundo o autor, do controle de doenças infecto-contagiosas, como a varíola.

O que se observou nesse período foi a passagem de um modelo em que os eventos do curso da vida eram geridos exclusivamente pelas famílias em torno de uma economia agrícola, para um em que o Estado e o mercado eram os garantidores de uma vida estável e mais homogênea. Desse modo, pode-se dizer que operaram para esse novo modelo a organização dos serviços públicos, as oportunidades de emprego de uma economia capitalista pujante e em expansão, baseada em um modelo fordista de produção, e a garantia da renda ao

longo do curso da vida dos indivíduos (MAYER, 2004; SHANAHAN, 2000), consolidando a vida social dentro de uma lógica da intervenção estatal (BUCHMANN, 2000). Nessa lógica, os direitos são garantidos em um sistema legal. Ao ordenar a vida dos indivíduos de acordo com princípios universais e legais, o Estado produziu um curso da vida padronizado, estruturado e burocratizado, como discute Buchmann (1989), pelo menos no que diz respeito aos eventos de ordem pública do curso da vida, como o autor ressalta. Entre eles, estão o acesso à escolarização e a trajetória da vida profissional que, em termos de transição para a vida adulta, significa estar e sair da escola e obter um emprego estável que garanta aos indivíduos sustento, independência e autonomia.

O modelo preponderantemente padronizado do curso da vida começa a ser colocado à prova, em especial, pelas mudanças no mercado de trabalho a partir dos anos 1970, dando origem a novas formas de transitar para a vida adulta. A esse modelo foi associada à ideia de que estava posto um tempo despadronizado do curso da vida. Pode-se dizer que esse novo modelo emergiu, inicialmente nos países desenvolvidos, em decorrência das crises econômicas dos anos 1970, tomou força com as transformações do mercado de trabalho nas décadas mais recentes, mas foi impulsionada, sobretudo, pelas mudanças de comportamento e de valores que vem se desenrolando desde os anos 1960. O conjunto dessas transformações contribuiu para a reorganização dos eventos e fases da vida social, e esse é o debate atual sobre transição para a vida adulta.

1.4. Despadronização como símbolo de um novo tempo?

Dois conceitos estão associados à tese da despadronização: a desinstitucionalização e a pluralização. O primeiro refere-se a diminuição da intervenção estatal na vida dos indivíduos, representado pela flexibilidade de algumas normas legais, em oposição à tendência de institucionalização característica do período entre o pós-guerra e os anos 1970 nos países desenvolvidos. O segundo discute o aumento de possibilidades e arranjos da vida dos indivíduos, contrastando com a homogeneização das etapas e estilos de vida de meados do século XX.

Diversos estudos, de cunho empírico e teórico, trataram das mudanças na transição para a vida adulta nas últimas décadas. A Tabela 1 sistematiza alguns dos estudos internacionais que buscaram discutir e caracterizar essas mudanças, dialogando, assim, com a

tese da despadronização e suas derivações. Na França, entre 1979 e 1992, Galland (2003), por exemplo, observou que o exercício de uma atividade laboral e a formação de uma família estavam acontecendo mais tarde e pareciam "dessincronizados" entre si. Esses resultados sugeriam modos intermediários de vida, que combinam *status* e regras dos mundos adulto e jovem. Em outro trabalho, partindo da observação dessa diversidade de estilos, do portergamento de etapas e da "dessincronização" entre as etapas de transição para a vida adulta, Galland (1990) discute a hipótese de que os jovens estariam passando de um "modelo de identificação" para um de "experimentação". Isso significaria um descolamento do quadro de referencia desses jovens. No modelo de "identificação", o autor afirma que prevalece a transmissão de valores de uma geração à outra. Já, no segundo, a construção de uma identidade ocorre fora do quadro de referências familiares. O segundo modelo aponta, então, para a direção de um crescente predomínio da individualização nas trajetórias dos jovens. A experimentação de novos estilos de vida entre eles, em especial os de classe média, foram também observados por Pais para o caso português nos anos 1990 (PAIS, 2001, 1993).

Sob outra perspectiva e, a partir de outra metodologia, Fussel (2006) aponta na mesma direção: o prolongamento e o aumento da complexidade do processo de transição para a vida adulta nas décadas recentes. Fussel tomou como base as etapas de transição nos Estados Unidos entre 1880 e 2000. Utilizando um índice que combina os *status* possíveis das etapas que compõe a transição para a vida adulta – estudar, trabalhar, ser chefe de domicílio, ser casado e ter filhos - a autora mostra que a transição para a vida adulta entre os americanos é mais complexa e heterogênea hoje do que foi no passado, reforçando a tese da despadronização do curso de vida nas últimas décadas.

O método utilizado por Fussel (2006) é conhecido por análise de entropia e vem sendo replicado para diversos países (EVANS, 2004; FUSSEL; EVANS; GAUTHIER, 2006; VIEIRA, 2010), inclusive para o Brasil (RIBEIRO, 2014; VIEIRA, 2008, 2009), como será discutido adiante. A entropia é uma noção que tem origem na termodinâmica. Theil (1972) ampliou sua aplicação para outras áreas de conhecimento. Por meio da combinação da frequência de etapas da transição, ele permite a comparação da heterogeneidadde das transições ao longo do tempo e entre diversos países.

Tabela 1 - Estudos internacionais selecionados sobre transição para a vida adulta (continua)

Autores	Instituto	Ano	Base de dados	Metodologia	Abrangência	Alguns resultados
Modell, John; Furstenberg, Frank e Hershberg, Theodore	University of Pennsylvania	1976	Censos Demográficos (comparação de coortes no final do século XIX e a de jovens dos anos 1970)	Índice de congruência etária	Estados Unidos	Aponta para a padronização dos eventos da transição para a vida adulta; eles tornaram-se mais universais e circunscritos a idades específicas ao longo do século passado até os anos 1970.
Galland, Olivier	Centre de la Recherche en Économie et Statistique	1995	INSEE survey - Dados retrospectivos (coorte de nascimento de 1953 e 1978)	Modelo de regressão	França	Dessincronização (desconexão) das fases da entrada na vida adulta; adiamentto da idade de entrar no mercado de trabalho e constituir família, em especial para os jovens com alta escolaridade; o estudo aponta para a emergência da juventude como uma fase da vida distinta da adolescência, não podendo ser chamada de pós-adolescência. Reforça o caráter de escolha das trajetórias.
Bllari, Francesco; F¨urnkranz, Johannes e Prskawetz, Alexia	Max Planck Institute for Demographic Research	2000	Family and Fertility Surveys (FFS)	Machine Learning Techniques	Itália e Austria	Sincronia entre os eventos de sair de casa e o primeiro casamento; esta é principal diferença entre caminhos percorridos entre Italianos e austríacos, em função dos italianos saírem tardiamente da casa dos
Bllari, Francesco e Wilson, Cris	Max Planck Institute for Demographic Research	2001	Family and Fertility Surveys (FFS)	Análise comparativa das idades de ocorrência de diversos eventos da transição para a vida adulta e da sequência desses eventos (metodologia não especificada)	Diversos países europeus	Maior diversidade entre os países, contestando a hipóstese da convergência dos padrões de formação de família na Europa.

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 1 - Estudos internacionais selecionados sobre transição para a vida adulta (conclusão)

Autores	Instituto	Ano	Base de dados	Metodologia	Abrangência	Alguns resultados
Brückner, Hannah e Mayer, Karl Ulrich	Yale University	2005	West German part of the German Life History Study (GLHS) - Dados retrospectivos de coortes de nascimento (1920-1971)	Modelo não paramétrico (Kaplan Meier), para o cálculo das idades medianas dos eventos	Alemanha	Evidências corroborando a tese da despadronização do curso da vida entre os alemães ao longo do século XX no que diz respeito a esfera privada (aumento de uniões antes do casamento; adiamento da idade de início da vida conjugal; aumento do divórcio), mas o estudo indica que não há indícios de despadronização para o âmbito da escola e do trabalho.
Fussel, Elizabeth	Tulane University	2005	Censos Demográficos de 1970 e 2000	Análise de entropia	México	A idade do primeiro casamento e do nascimento do primeiro filho não aumentaram significativamente, embora os jovens passem mais tempo na escola. Conclui que a vida dos jovens de hoje não se modificou muito em relação a geração dos seus pais.
Fussel, Elizabeth*	Tulane University	2006	Censos Demográficos de 1880 a 2000	Análise de entropia	Estados Unidos	Elevação do grau de heterogeneidade de *status* nas fases de transição ao longo do tempo.

Fonte: Elaboração da autora.

* Em outros trabalhos, a autora realizou comparações entre Estados Unidos, Austrália, Canadá, bem como realizou estudos sobre o México, Brasil e Kenya.

De modo geral, Fussel (2006) identifica que, na infância, a heterogeneidade é bastante baixa, uma vez que, nessa fase, os indivíduos ainda são dependentes e a atividade predominante é a frequência à escola. A heterogeneidade de combinação de *status* começa a ser observada na adolescência e tem seu ápice na juventude. A partir daí, ela começa a decrescer evidenciando a fase adulta. Pela análise do índice de entropia, esse é o padrão. O que tem variado ao longo do tempo é a duração do seu ápice. Nos Estados Unidos, por exemplo, ela identificou que a transição era intensa e concentrada entre 18 e 22 anos nos períodos entre 1880 e 1940 e entre 1950 e 1970 (padronização), alongando-se no período recente entre 1980 e 2000 (despadronização).

Para o México, Fussel (2005) analisou um período mais curto do que o estudo feito sobre os Estados Unidos, em que foi possível observar as alterações ao longo do século XX. Para o México, o recorte foi entre 1970 e 2000. Também para esse estudo a autora utilizou dados dos Censos Demográficos disponibilizados pela *Integrated Public Use Microdata Series-International* (IPUMS), da Universidade de Minnesota. A autora mostra que, apesar de observar o prolongamento do tempo passado na escola, ela considera que não houve aumento expressivo nas idades do primeiro casamento e do nascimento do primeiro filho naquele país. Ela conclui que a vida dos jovens mexicanos de hoje não se modificou muito em relação à geração dos seus pais.

Brückner e Mayer (2005), ao analisar as trajetórias de vida de coortes nascidas entre 1920 e 1971 na Alemanha, em uma pesquisa de painel, mostraram que as transições para a vida adulta também se alongaram ao longo do século passado. As transições de escola e trabalho estão acontecendo cada vez mais tarde e se observa uma tendência à convergência entre homens e mulheres. No que diz respeito à dimensão da família, os autores observaram enorme variabilidade entre as gerações e a desconexão entre eventos de escola e trabalho e formação de família. Ou seja, formar família não está necessariamente relacionado ao casamento e ao emprego formal entre os alemães. Os autores, no entanto, interpretam seus resultados com cautela e afirmam que as teses de padronização e despadronização podem estar coexistindo nas novas gerações. Eles concluem que existem evidências expressivas de que o curso da vida na esfera privada está se despadronizando, o que não parece ocorrer nas esferas da escola, profissionalização e inserção no mercado de trabalho na Alemanha. Segundo os autores, essas etapas estão mais prolongadas, mais diferenciadas e menos seqüenciais. No entanto, também se observam elevados níveis de estabilidade ao longo do tempo.

Apesar da prevalência de um discurso no contexto internacional que reitera a hipótese da despadronização e desestruturação do curso da vida, e da transição da juventude para a vida adulta como parte desse processo, alguns estudos fazem ressalvas a sua consistência, generalização e universalização. O estudo de Billari e Wilson (2001) é um deles. Os autores constroem esse argumento a partir das análises comparativas entre alguns países europeus. Utilizando a base de dados da pesquisa *Family and Fertility Surveys* (FFS)[4], realizada no final dos anos 1980 e início dos 1990, os autores discutem a pertinência da noção de convergência dos padrões de transição entre os diferentes países europeus, em especial aos eventos relacionados à transição demográfica[5]. Uma das vantagens dessa pesquisa é que ela recupera as idades de ocorrência dos eventos relativos à transição para a vida adulta. Os autores analisam quatro eventos para as coortes de nascimento de 1946-50 a 1961-1965, a saber: saída de casa, formação da primeira união, casamento e nascimento do primeiro filho. Foram calculadas as estatísticas de mediana, intervalo interquartil e a sequência na qual esses eventos ocorreram.

No que se refere à saída de casa, Billari e Wilson (2001) observaram que a idade mediana da ocorrência desse evento varia, no mínimo, por volta de quatro anos entre as coortes de nascimento dos diversos países. No entanto, a mudança ao longo do tempo não foi muito expressiva, exceção feita à Itália para o caso das mulheres. Na Suécia, o evento é mais concentrado, enquanto nos países do sul, ele ocorre com maior espaçamento. Também na idade à primeira união, registram-se os maiores valores para os países do sul da Europa – na Itália, o evento tem maior amplitude -, mostrando uma variação maior entre as coortes dos diversos países. Os dados para saída de casa e primeira união tendem a uma diversidade e não convergência entre os países.

No tocante à idade do primeiro casamento, saltam-se aos olhos a experiência da Suécia, na qual se registrou a idade mais elevada do evento para ambos os sexos. No entanto, o aumento também é notado para os outros países. No que se refere ao primeiro filho foi

[4] Essa pesquisa foi realizada na Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha ocidental, Itália, Portugal, Espanha e Suécia.

[5] Por segunda transição demográfica, entende-se, simplificadamente, o contexto de mudanças na configuração dos arranjos familiares e no padrão de nupcialidade, descritos na década de 1980 por Lesthaegue e Van de Kaa (1986). Essas mudanças são observadas pela antecipação da idade à primeira relação sexual, redução nas taxas de nupcialidade, aumento na idade média ao casar e ao primeiro filho, no número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, de uniões não formais com coabitação, de famílias monoparentais, de taxas de divórcio, de re-casamentos, de nascimentos entre pais não-casados, de mulheres que não tem filhos e redução no número de filhos tidos. Tais eventos estão relacionados à dissociação entre sexualidade e reprodução, influenciada pela disseminação de métodos hormonais de contracepção; à revolução sexual, que desligou a sexualidade do casamento, bem como às mudanças no papel social da mulher (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009).

observado um grande aumento nas idades medianas de todos os países, com exceção de Portugal, confirmando a tendência, já amplamente debatida, de adiamento desse evento entre as mulheres e homens europeus. Embora essa tendência seja clara para todos os países, os autores concluem que não há evidências de convergência dessas idades entre os países. Antes o contrário, a diferença entre as idades da ocorrência desse evento entre os países é maior entre as coortes mais jovens. Ou seja, todos aumentam, mas em magnitudes diferentes, resultando em diversidade e não convergência.

De acordo com os autores, não há evidências claras de que todos os países tendam à despadronização das etapas da transição, a ponto de que seja confirmada a hipótese de uma individualização generalizada da vida social. Persistem as diferenças entre os países, ao mesmo tempo em que se observa a convergência para alguns eventos entre países e coortes. Em alguns países, por outro lado, como na Suécia, observa-se, ao contrário, uma homogeneidade na transição para a vida adulta, que ocorre em função, provavelmente por um Estado de Bem-Estar mais fortalecido. Eles sugerem que o que está em curso seria um novo padrão de transição, o que não levaria a constatação de um aumento generalizado da individualização, embora os resultados apontem para a diversidade de estilos. Apontamentos semelhantes sobre o papel menor da família na emancipação dos jovens europeus em um contexto de países com forte apoio do Estado também foram feitos por outros autores (EGRIS, 2001; DU BOIS-REYMOND, M; LÓPEZ BLASCO, 2004).

Nenhuma das grandes teorias utilizadas para entender as mudanças no curso da vida, segundo Billari e Wilson (2001), é suficientemente adequada para explicar os novos padrões de transição para a vida adulta na Europa. Os autores se referem, em particular, às teorias institucionalista, das preferências culturais, da individualização e da segunda transição demográfica. Apostam, em síntese, na necessidade de se conceber uma nova estrutura teórica que abarque tanto a abordagem institucional – que isoladamente, segundo os autores, não explica todas as mudanças -, como a abordagem baseada nas preferências culturais.

Também na linha de contestação da tese da despadronizado do curso da vida estão Elchardus e Smits (2009). Baseando-se nos resultados de uma pesquisa quantitativa de amostra aleatória realizada em 2004 na Bélgica com jovens de 18 a 36 anos[6], eles chamam a atenção para o fato de que a construção coletiva de um ideal de transição dessa geração de jovens ainda está baseada em um padrão linear e unidirecional, que vai de sair da escola, obter um emprego e formar uma família, e que esse ideal é que norteia a ação desses

[6] Foram feitas 4.666 entrevistas.

indivíduos. Os autores refutam fortemente a tese da despadronização do curso da vida. Afirmam que há modestos sinais nessa direção, e que as mudanças observadas são adaptações ao padrão tido pelos jovens como o ideal, e não despadronização ou desestruturação do curso da vida. A seguir, passe-se a discutir o assunto no contexto nacional.

1.5. Evidências empíricas para o caso brasileiro

No Brasil, os estudos de juventude, sob a ótica do conceito de transição para a vida adulta, são mais recentes. Alguns estudos concentram-se na transição da escola para o trabalho, abordando estritamente a esfera produtiva. Outros focam na perspectiva reprodutiva e da esfera privada. Na última década, alguns pesquisadores têm buscado tratar as duas dimensões em conjunto, com o intuito de discutir o processo de transição como um todo, integrando essas duas dimensões. Ou seja, levam em consideração os eventos da escola, do trabalho e da família. De modo geral, essas análises buscam testar as hipóteses de despadronização do curso da vida, ainda que, nem todas utilizem essa denominação.

Em que pese a maioria dos estudos, de modo geral, verificarem o postergamento das idades em que alguns eventos da transição para a vida adulta passaram a ocorrer nas últimas décadas, reafirmando o fenômeno do prolongamento da fase de juventude, observa-se na literatura que tal configuração não pode ser generalizada para todos os segmentos socioeconômicos e para ambos os sexos. A Tabela 2 apresenta uma seleção de estudos sobre o assunto no Brasil e/ou em estados específicos. Ou seja, somente os estudos que abordaram as dimensões produtivas e reprodutivas de forma conjunta, sob o pressuposto teórico de que a juventude é um período do curso da vida de transição entre o *status* de dependência para o de independência. No entanto, outros estudos também são mencionados ao longo desta seção. A sistematização dos estudos da Tabela 2 levou em consideração apenas a produção que utilizou métodos quantitativos.

Tabela 2 - Estudos nacionais selecionados sobre transição para a vida adulta (continua)

Autores	Instituto	Ano	Base de dados	Metodologia	Abrangência	Alguns resultados
Arruda, Marcela	Ence	2004	Pnads de 1981 e 2001 - IBGE	Tábuas de vida por renda, região, situação de domicílio e cor e modelo de regressão logística para analisar a saída de casa	Brasil	Adiamento nas idades medianas de saída da escola em um ano e entrada no mercado laboral em dois, para ambos os sexos. Apontou aumento na idade ao ter filho no período. Em 2001, a idade ao ter filho ocorria mais cedo para as jovens mais pobres, de menor escolaridade, residentes na região nordeste e no setor rural. A autora não calculou as idades de transição desagregada por indicadores socieconômicos nos dois anos. Os resultados da regressão logistica apontaram que, para os homens, as variáveis que mais contribuíram para o aumento da probabilidade de sair de casa foram a idade e a renda *per capita:* quanto mais tarde, maior probabilidade; quanto menor renda maior a probabilidade de sair de casa. Para as mulheres, foi ter tido filhos. Trata-se de uma dissertação de mestrado.
Oliveira, Elzira	Cedeplar	2005	PPV 1996/1997 - IBGE	Modelo não paramétrico (Kaplan Meier), para estimar funções de sobrevivência, e abordagem semiparamétrica (Modelo de Riscos Proporcionais de Cox)	Brasil (Nordeste e Sudeste)	A idade ao primeiro filho reduz em apenas 0,8% o risco de deixar a escola. Entre suas conclusões, a autora aponta que a transição para o primeiro filho não representava o principal motivo de evasão escolar para os jovens da geração do estudo. Trata-se de uma tese de doutorado.
Mello, Juliana	Ence	2005	Censos Demográficos de 1970 e 2000 - IBGE	Tábuas de vida por renda e cor	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Aumento expressivo da idade mediana de saída da escola e discreta elevação da idade de entrada no mercado de trabalho, casamento e de saída de casa. Acentua o aumento da desigualdade entre as idades de nascimento do primeiro filho entre 1970 e 2000. Aponta crescimento do padrão de transição de escolarização prolongada no período. Trata-se de uma dissertação de mestrado.
Camarano, Ana Amélia; Mello, Juliana; Kanso, Solange	Ipea	2006	Censos Demográficos de 1980 e 2000 - IBGE	Tábuas de vida por regiões e cor	Brasil e regiões Nordeste e Sudeste	Partindo de uma perspectiva do ciclo de vida, a autora ressalta a prevalência de um modelo tradicional de passagem para a vida adulta, embora se observe a antecipação da entrada na escola, adiamento da idade de entrada no mercado de trabalho e discreto aumento da idade de constituição do domicílio e a ter filhos. Esses fenômenos apresentam variação por região e cor. O estudo mostra também a sobreposição de etapas ao longo do ciclo de vida, como trabalho e estudo e aposentadoria e estudo. Aumentou-se o tempo que as pessoas passam aposentadas, não só pelo aumento da esperança de vida, mas pela antecipação da idade média da aposentaria para ambos os sexos. Trata-se dos capítulos 2 e 3 do livro: Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição, organizado por Ana Amélia Camarano.

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 2 - Estudos nacionais selecionados sobre transição para a vida adulta (continua)

Autores	Instituto	Ano	Base de dados	Metodologia	Abrangência	Alguns resultados
Camarano, Ana Amélia; Kanso, Solange; Mello, Juliana	Ipea	2006	Censos Demográficos de 1980 e 2000 - IBGE	Tábuas de vida	Brasil	Aponta efeito da ampliação da duração do tempo passado na escola, como o fenômeno que reordenou as demais etapas de transição a vida adulta. A entrada no mercado de trabalho se antecipou à saída da escola. A maternidade e o casamento se anteciparam à saída de casa e não foram afetados pela saída da escola. Ressalta predominância ainda vigente do padrão tradicional de transição, no qual para as mulheres ele está mais associado à esfera da família. Identifica alterações menos expressivas, em termos de *timing* e duração, para os eventos do casasmento, saída de casa e maternidade, do que para os de escola e trabalho. Trata-se do capítulo 4 do livro: Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição, organizado por Ana Amélia Camarano.
Vieira, Joice Melo	Nepo	2008	Censos Demográficos de 1970 e 2000 - IBGE	Análise de entropia, total, renda, situação de domicílio e cor	Brasil	Maior complexidade do curso de vida em 2000 se comparado a 1970; aumento da freqüência escolar e a diminuição do trabalho em idades inferiores aos 15 anos; persistência de desigualdades por renda domiciliar *per capita* e situação de domicílio.
Vieira, Joice Melo	Nepo	2009	Censos Demográficos de 1970 e 2000 e Pesquisa de Condições de Vida (PCV/Seade)	Análise de entropia, total, renda e cor e Índice de congruência etária	Brasil e Estado de São Paulo	Para São Paulo, as maiores diferenças entre o ápice da heterogeneidade de status foram observadas entre as mulheres de camadas baixas (19 anos) e altas de renda (26 anos), sendo maiores em 2000 do que em 1970. Nas camadas de renda alta, não se observam diferenças entre os homens e as mulheres em 1970. Em 2000, o ápice das mulheres ocorrem em idade superior a dos homens. Observou-maior homegeneidade nas primeiras idades em 2000, como impacto de aspectos institucionais. Trata-se de uma tese de doutorado.

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 2 - Estudos nacionais selecionados sobre transição para a vida adulta (conclusão)

Autores	Instituto	Ano	Base de dados	Metodologia	Abrangência	Alguns resultados
Madeira, Fátima de Carvalho	Ence	2009	Pnads de 1995 e 2015 - IBGE	Análise multivariada: T*wo-Step Cluster* e análise de correspondência	Brasil	Pela análise de correspondência, a autora observa que a correlação entre estudo e trabalho é maior na transição masculina em 1995 e 2005. Entre as mulheres, esses eventos não aparecem correlacionadas, principalmente em 1995 e entre as mulheres de 25 a 29 anos. Na trajetórias das mulheres a transição passava pela formação de família e fora da casa dos pais. A análise de Two Step Cluster, um modelo de agrupamento de dados, mostra que, tanto em 1995 e 2005, entre as mulhere,s o número de grupos formados é menor que entre o de homens. Nos dois anos, para as mulheres foram formados dois grupos. Para os homens, foram dois, em 1995 e, quatro, em 2005, o que sugere maior grau de complexidade entre os homens. Para as mulheres, também por este método as variáveis que mais contribuíram no processo são condição no domícilo e situação conjugal. As variáveis de trabalho e *status* ocupacional não são representativas em 1995 e 2005. Trata-se de uma dissertação de mestrado.
Costa-Ribeiro, Carlos	Iuperj	2009	PPV 1996/1997 - IBGE	Modelo logistico multinomial	Brasil (Nordeste e Sudeste)	Homens tendem a trabalhar mais cedo e a casar mais tarde que as mulheres. Elas tendem a estudar mais tempo e a casar mais cedo. Importante impacto escolaridade dos pais na idade ao ter filhos e idade ao se casar; as que têm pais com nível superior apresentam 3 vezes maior chance de não terrem filhos e as cujos pais têm algum nível secundário têm 4,5 vezes maior chance de serem solteiras que as cujos pais têm baixa escolaridade.
Ribeiro, Carlos Costa	IESP	2014	PPV 1996/1997 - IBGE - e Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade - IUPERJ	Modelos conhecidos por "*partial proporcional odds* ", que pode ser considerado como intermediário entre o logístico ordenado e o logístico multinomial	Brasil	Trata-se do capítulo 2 do livro: Juventudes e Educação: escola e transições para vida adulta no Brasil, organizado por Carlos Costa Ribeiro. O estudo aponta para a diminuição do efeito das desigualdades de classe, de gênero e de região no perídod como resultado dos avanços institucionais do período. Esses avanços exerceram um importante papel equalizador das desigualdades na transição, o que aproximou o padrão de transição para a vida adulta dos diferentes grupos sociais, especialmente no transição da escola para o mercado de trabalho.
Ribeiro, Carlos Costa	IESP	2014	Censos Demográficos de 1970 e 2010	Análise de entropia	Brasil	Trata-se do capítulo 1 do livro: Juventudes e Educação: escola e transições para vida adulta no Brasil, organizado por Carlos Costa Ribeiro. O autor mostra que houve um processo de padronização na adolescência e um de despadronização na entrada da vida adulta entre 1970 e 2010.

Fonte: Elaboração da autora.

Algumas observações são recorrentes nos estudos brasileiros sobre o assunto. Uma delas é unânime: o viés de gênero no processo de transição. Todos os estudos apontam e ressaltam as diferenciações entre homens e mulheres ao longo do caminho da juventude ao *status* de adulto. Alguns ressaltam que a correlação entre estudo e trabalho é maior na transição masculina do que na feminina, que estão mais relacionadas ao casamento e à saída da casa dos pais. Isso quer dizer que, para as mulheres, estar inserida no mercado de trabalho não é condição necessária para obter o *status* de adulto, diferentemente do que ocorre entre os homens, para os quais o mercado de trabalho é ainda o evento mais marcante do processo. A preponderância do evento do trabalho na transição para a vida adulta entre os homens e do casamento e família para as mulheres foi bastante discutida nos trabalhos de Camarano (2006) e de Madeira (2009)[7].

As razões das diferenciações no padrão de transição são históricas e, apesar dos muitos sinais de mudanças – inclusive de valores -, a transição é influenciada pelo fato de a participação das mulheres no mercado de trabalho ser menor do que a dos homens. Nem todas as mulheres ingressam no mercado de trabalho, evento considerado um marco da transição para a vida adulta, em torno do qual gira o alcance da independência financeira. E por que não entram no mercado de trabalho, ou dele saem com mais frequência? E por que esse evento nem sempre compõe a transição para a vida adulta entre as mulheres?

As transições femininas são pautadas pela construção social da mulher na sociedade brasileira. Às mulheres é atribuída a atividade do cuidado. Uma das observações é óbvia e biológica: as mulheres engravidam e gestam seus filhos. Tal fato, em si, traz uma diferenciação, que não é de ordem social, mas biológica. Ela ocorre no corpo feminino. Por suposto, confere a elas uma diferença, de ordem natural. No entanto, a quase exclusividade do cuidado com os filhos e outros membros da família é uma construção social e histórica. Na maior parte das vezes, são as mulheres que deixam de trabalhar para cuidar das famílias e dos afazeres domésticos. Mesmo entre as mulheres que não têm filhos – tendência crescente como será visto no capítulo 2 -, as tarefas domésticas ainda são realizadas pelas mulheres, reforçando um padrão desigual das relações de gênero. A maior parte dos estudos sobre transição para a vida adulta realizados no Brasil parte do pressuposto de que as diferenças de gênero são cruciais nesse processo.

[7] Ver detalhamento do estudo de Madeira (2009) no Quadro 2.

Nem todos os estudos desenvolveram análises temporais sobre o processo de transição. A noção da despadronização do curso da vida, entendida por diferenciações nos padrões de transição ao longo do tempo, em alguns estudos, aparece mais como medida das desigualdades sociais em um dado instante, e não como comparação no tempo. Aqueles que desenvolveram análises temporais encontraram tendências semelhantes, particularmente relacionadas à esfera produtiva – escola e trabalho. Entre elas, estão o adiamento expressivo e generalizado da idade de saída da escola e o incremento da idade à entrada no mercado de trabalho (ARRUDA, 2004; CAMARANO, 2006; HASENBALG, 2003; MELLO, 2005; RIBEIRO, 2014a, 2014b; TOMÁS; OLIVEIRA; RIOS-NETO, 2008; VIEIRA, 2008, 2009). Essas duas dimensões estão bastante articuladas e foram modificadas pela ampliação das políticas sociais no Brasil, particularmente no que diz respeito à ampliação do acesso ao sistema escolar, como será discutido no capítulo 2.

A maior parte dos estudos mostra que a prorrogação da idade à saída da escola foi mais expressiva do que a de ingresso no mercado de trabalho, o que intensificou a combinação entre trabalho e estudo, fenômeno mais expressivo no Brasil do que em outros países. Camarano, Kanso e Mello (2006) encontraram um aumento de aproximadamente três anos da idade mediana da saída da escola entre 1980 e 2000, passando de aproximadamente de 15 para 18 anos para ambos os sexos. Arruda (2004) também observou o adiamento na idade ao sair da escola entre os jovens brasileiros entre 1981 e 2001. No entanto, ela encontrou incrementos mais discretos e idades mais elevadas em 1981, de 17 para 18, apontando um incremento de um ano. Independentemente da metodologia utilizada e da magnitude dos intervalos etários, eles apontam na mesma direção ao longo das décadas: o aumento expressivo do tempo passado na escola. Ambos os estudos utilizaram o método das tábuas de vida, considerado um método indireto de análise de sobrevivência, que também será utilizado nesta tese.

Utilizando o suplemento sobre mobilidade social da PNAD de 1996, que contém perguntas retroativas e possibilita a aplicação de métodos diretos de análise de sobrevivência, Hasenbalg (2003) enfatiza especificamente a transição da escola para o trabalho. O autor analisa a evolução da idade de ingresso no mercado de trabalho por década de entrada e mostra a precocidade da entrada entre aqueles que o fizeram até 1967. Ambos os sexos ingressavam no mercado de trabalho, em média, pouco acima dos 11 anos, com níveis de escolaridade bastante baixos, sem diferenças expressivas entre homens e mulheres. Na visão do autor, a pouca idade deve-se à predominância da população rural vigente no Brasil daquela

época. A idade ainda é baixa para quem entrou no mercado de trabalho no período de 1968 a 1979, em torno de 13 anos. Nesse período, já se observa a ampliação da diferença entre os sexos, sendo a idade maior entre as mulheres. Na década de 1980, a idade supera os 14 anos e, no período de 1990 a 1996, a idade média é em torno de 21 anos. Para o grupo que entrou no mercado de trabalho nesse período, a diferença entre homens e mulheres é de cinco anos.

A idade média de entrada no mercado de trabalho da última coorte é mais elevada nesse estudo do que nos demais. Por esta razão, o autor ressalta que os dados daqueles que começaram a trabalhar no período entre 1990 e 1996 devem ser visto com cautela, uma vez que a pesquisa foi aplicada aos moradores com 15 anos e mais na condição de chefes e cônjuges naquele ano e pode apresentar um viés de seleção. Eles não são representativos de todas as pessoas que começaram a trabalhar na década de 1990. Desconsiderando a condição no domicílio, as idades da década de 1980 e 1990 seriam 14,2 e 14,4, respectivamente, idades compatíveis com outros estudos sobre o tema.

Tomás, Oliveira e Rios-Neto (2008) também reafirmaram a tendência de aumento da idade de entrada no mercado de trabalho. O estudo abrange as regiões metropolitanas no período de 1983 e 2001 e utiliza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). O aumento no período foi de dois anos, de 17,3 para 19,12. A idade das mulheres é maior nos dois momentos. O aumento foi menor entre as mulheres, fazendo com que as idades entre homens e mulheres se aproximassem. No entanto, eles ressaltam que o padrão de idade à entrada no mercado de trabalho continua baixo comparado aos demais países. Os autores entendem que o aumento da idade de inserção no mercado de trabalho indica um prolongamento da condição de inatividade, o qual não parece ser justificado somente pelo prolongamento dos estudos, já que os jovens brasileiros não necessariamente ingressam no mercado de trabalho após completarem os estudos, mas sim, também, pelas dificuldades decorrentes do mercado de trabalho e as mudanças culturais na transição para a vida adulta.

Quando incorporada a dimensão reprodutiva e familiar, os estudos nem sempre convergem no que diz respeito ao *timing* de alguns eventos, apesar de eles serem unânimes em ressaltar as mudanças no padrão de arranjos familiares e estilos de vida na esfera privada. Observou-se, nas últimas décadas, uma crescente desvinculação entre sexualidade e reprodução e entre casamento e maternidade. Diversos estudos mostram que a idade à iniciação sexual é menor entre coortes de nascimento mais jovens e ocorre antes do casamento. Observa-se também a diminuição de mulheres virgens entre as mais jovens (LONGO; RIOS-NETO, 1998; SIMÃO et al., 2006). Um estudo entre as mulheres de Belo

Horizonte, realizado com base em pesquisa com perguntas retroativas, mostra que a idade mediana à iniciação sexual entre as mulheres nascidas entre 1973 e 1982 é três anos menor que as nascidas entre 1943 e 1953 (SIMÃO et al., 2006).

No que refere especificamente à idade a ter o primeiro filho, os estudos apontam algumas tendências divergentes. Arruda (2004) indica um aumento da idade mediana ao ter o primeiro filho. Entre 1981 e 2001, a autora encontrou um adiamento de aproximadamente dois anos. Utilizando bases de dados diferentes, Camarano, Kanso e Mello (2006) indicam uma discreta antecipação de aproximadamente um ano nessa idade, tendência ao contrário do que se observa em países desenvolvidos. No início do século, a idade mediana ao primeiro filho girava em torno dos 20 anos, idade bastante diferente a do padrão europeu (BILLARI; WILSON, 2001). A despeito dessas diferenças, de modo geral, ressalta-se que a idade em que as mulheres têm o primeiro filho no Brasil não se alterou na magnitude das alterações observadas nos países desenvolvidos e o evento ocorre mais cedo aqui do que nesses países.

Os resultados discretos de alteração de transição pelo nascimento do primeiro filho ao longo das últimas décadas podem estar captando diferenciações socioeconômicas importantes nesse processo, uma vez que se observam idades ao primeiro filho bastante menores entre mulheres com menor renda e/ou entre mulheres negras. Isso foi observado, por exemplo, para a região metropolitana do Rio de Janeiro (MELLO, 2005). Na comparação temporal, a diferença de idade ao primeiro filho entre mulheres do primeiro quartil de renda e o último era de 2,5 anos em 1970 e passou a ser de 5,4 em 2000. Entre as jovens mais pobres, observou-se uma antecipação da idade mediana em que elas tiveram filhos em cerca de dois anos, movimento oposto ao observado entre as mulheres de renda mais elevada. Isso pode sugerir que o processo de despadronização do curso da vida no caso brasileiro acontece de forma variada nos diversos contextos socioeconômicos. Nesse sentido, ele reflete os elevados níveis de desigualdades sociais existentes no Brasil. Salutar mencionar que todos os estudos sobre o Brasil mencionados neste capítulo encontram padrões diferenciados de acordo com segmentos socioeconômicos: mais pobres transitam para a vida adulta mais cedo que os mais ricos.

Quanto aos demais eventos da esfera reprodutiva e familiar, esses estudos apontam para a mesma direção: a idade à saída de casa e o casamento não apresentaram mudanças expressivas considerando conjunto da população, sugerindo, novamente, que as mudanças na esfera produtiva foram mais acentuadas e universais do que as da esfera reprodutiva e familiar. Em trabalho mais recente, Camarano e Fernandes (2014) também mostraram que houve uma variação pequena na idade ao casar. Os três eventos – saída de casa, casamento e

o nascimento do primeiro filho – ocorrem em idades bastante próximas, sugerindo também que esses fenômenos estão bastante relacionados.

A relação entre os eventos de transição são analisadas por diversas técnicas e diferentes bases de dados. Algumas delas permitem captar o efeito das condições sociais de origem na trajetória de vida dos indivíduos, e não apenas as de *status* social no momento da pesquisa, como, em geral, é possível pelas bases dos Censos Demográficos e PNADs do IBGE, de abrangência nacional. Por meio de perguntas sobre as características dos pais desses jovens quando eles tinham 15 anos, é possível saber quais eram as condições das familiares desses jovens no momento em que ele fez a transição. É o caso da Pesquisa de Padrão de Vida (PPV), realizada pela IBGE em 1996 -1997, que é representativa para as regiões Nordeste e Sudeste[8]. A PPV também é interessante, pois traz perguntas retrospectivas. Ou seja, pergunta-se diretamente com qual idade o entrevistado saiu da escola, entrou no mercado de trabalho e teve o primeiro filho[9]. Isso possibilita a utilização de métodos diretos de sobrevivência.

Alguns trabalhos fizeram uso dessas bases para captar o efeito das condições de origem nas transições. Um deles é o realizado por Oliveira (2005). Utilizando um modelo não paramétrico (Kaplan Meier), para estimar funções de sobrevivência, e a abordagem semiparamétrica (Cox *Proportional Hazard*)[10], a pesquisadora procurou evidenciar como os eventos da transição para a vida adulta se relacionam entre os jovens das regiões Nordeste e Sudeste. O estudo visou a relação e o ordenamento dos eventos, mas não trabalhou em uma perspectiva de coortes e a alteração de padrões ao longo do século.

Oliveira mostra que, entre homens e mulheres jovens brasileiros, a entrada no mercado de trabalho ocorre antes da saída da escola. Esta última precede ao nascimento do primeiro filho. A autora mostra também que, para aquela geração, a transição para o primeiro filho, medida pela idade em que este evento ocorre, reduz em apenas 0,8% o risco de deixar a escola. Isso indica que este evento não se configura no principal motivo para a saída da escola. Resultado semelhante ao de Oliveira, no que diz respeito à ausência de relação entre a saída da escola e a transição para o primeiro filho, também é encontrado por Heilborn e

[8] A PPV tem uma amostra de 4.900 domicílios, o que representa ao redor de 19.400 observações. Ela é representativa somente para as regiões Nordeste e Sudeste.

[9] Essas perguntas são feitas apenas para os chefes e cônjuges.

[10] *Hazard rate* é a taxa de ocorrência de evento num dado ponto do tempo ("falha"). O modelo *Proportional Hazard* de Cox assume que a *hazard rate* é determinada por uma equação da duração do evento e por um fator que incorpora as características do indivíduo.

Cabral (2006), que se basearam nos resultados da pesquisa "Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico interdisciplinar sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil" (Gravad), realizada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). As autoras mostram que a gravidez e o nascimento do primeiro filho ocorrem em grande proporção após a interrupção e/ou conclusão dos estudos.

Outro estudo que também utiliza a PPV é o de Ribeiro (2009). A análise é empreendida em duas etapas separadamente para as duas esferas do processo de transição, valendo-se de um modelo logístico multinomial. Na primeira etapa, o autor busca definir as correlações na transição na esfera produtiva (escola e trabalho) e, na segunda, na esfera reprodutiva (casamento e maternidade). O autor analisa esses processos separadamente para homens e mulheres e mostra que os homens tendem a trabalhar mais cedo e a casar mais tarde que as mulheres. Elas tendem a estudar mais tempo e a casar mais cedo. Ele ressalta também que existe importante impacto da escolaridade dos pais na idade ao ter filhos e na idade ao se casar. As mulheres que têm pais com nível superior apresentam 3 vezes mais chance de não terem filhos e as cujos pais têm algum nível secundário têm 4,5 vezes maior chance de serem solteiras.

Recentemente, Ribeiro (2014a) realizou um estudo combinando duas bases de dados que contém perguntas retroativas e condições de escolaridade e ocupação dos pais dos jovens para analisar as mudanças ao longo do tempo e discutir a noção de padronização da transição para a vida adulta no Brasil, o impacto das mudanças instituições e o das desigualdades sociais. Uma das bases foi a PPV; outra, a "Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade", coordenada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e realizada pelo Ibope Inteligência em 2008[11]. O foco da análise desse estudo foi a desigualdade de classes nos padrões de transição das décadas 1990 e 2000, mensuradas a partir das variáveis de ocupação e escolaridade dos pais. A observação geral é que o padrão de transição entre homens e mulheres tornou-se mais parecido para a esfera produtiva ao longo desse período. O autor confirma o adiamento da idade à entrada na escola. Ressalta ainda que as transições de homens com pais mais escolarizados não sofreram mudanças no período. Também mostra que, no grupo mais escolarizado, não há diferenças importantes entre os sexos em 2008. Para

[11] Trata-se de uma pesquisa de tipo *cross-section*, com uma amostra de 8.048 domicílios, totalizando 26.146 observações. O total refere-se às respostas de chefes de família, cônjuges e filhos. A amostra é probabilística e estratificada.

ambos, houve mudança importante entre os mais pobres: eles dedicavam-se mais aos estudos do que antes.

As estimativas do modelo utilizado pelo autor apontam que os jovens de classe mais altas ficavam no sistema escolar até os 20 anos nos dois anos. Entre os mais pobres, ela passou a ser de até 14 anos em 1996 e 17 em 2008. No que se refere ao trabalho, a constatação é a mesma para os dois anos e mostra as vantagens no processo de transição para o mercado de trabalho para os mais ricos. Além disso, eles tendem a combinar mais estudo e trabalho. Na esfera reprodutiva, o autor também observou que, entre os de classes mais elevadas, são maiores as chances de permanência na casa dos pais, na condição de solteiros e de sem filhos. O autor ressalta que a principal variável que determina a transição para o casamento e a saída de casa é a idade: quanto mais velhos maiores as chances de transitar, como intuitivamente esperado. Para esses dois indicadores, houve um adiamento da transição e um processo de equalização entre os grupos sociais, de gênero e de região. No que refere à maternidade, o efeito da idade diminuiu, o que significa, segundo o autor, que as transições para a maternidade passaram a ocorrer mais tarde em 2008. No entanto, as diferenças socioeconômicas permanecem vigentes e não houve alteração significativa no período, de acordo com os parâmetros do modelo. O efeito equalizador dos aspectos institucionais ao longo do tempo parece ter sido menos intenso na esfera reprodutiva do que na esfera produtiva. O estudo de Ribeiro aponta para a seguinte conclusão: o impacto das desigualdades de classe, de gênero e de região diminuiu significativamente ao longo do tempo e o dos avanços institucionais aumentaram no período, particularmente na transição da escola para o trabalho. Os resultados gerais do estudo indicam, segundo o autor, que a despadronização do processo de transição não é simplesmente conseqüência das desigualdades de classe, mas tem sido influenciada pelas mudanças institucionais, especialmente a ampliação do acesso à educação.

A partir dos anos 2000, alguns pesquisadores brasileiros passaram a se valer da metodologia de entropia, aplicada por Fussel aos estudos de transição para a vida adulta, que, como mencionado, combina a participação nos vários eventos de transição para a vida adulta e mede seus *timings*. Vieira (2008a, 2008b, 2009) utilizou amplamente essa técnica e trouxe resultados interessantes sobre os fenômenos da padronização e despadronização no Brasil. Os estudos foram realizados para o Brasil, para São Paulo e para a Espanha.

Viera (2008) mostra que, em 2000, a transição era mais complexa do que em 1970. Isso significa dizer que a transição, em 2000, apresentava um número maior de combinações

possíveis que no passado. No Brasil, isso ocorre mais cedo que o observado para países desenvolvidos. Ela mostra também que os jovens de ambos os sexos oriundos de camadas de baixa renda fazem a transição mais cedo que os demais, padrão também observado em outros estudos. Para as mulheres, o processo ocorre mais cedo. Vieira ressalta que os jovens de baixa renda tiveram o pico da transição antecipado em um ano no período entre 1970 e 2000. Para os homens pobres, ele passou de 23 para 22 anos e, entre as mulheres, de 21 para 20 anos. Entre as mulheres de classes média e altas, observou-se um adiamento de um ano entre 1970 e 2000. Para os homens dessas classes, praticamente não houve alteração no período. Em que pesem tenham ocorrido mudanças nas idades de entrada na vida adulta nos trinta anos analisados por Vieira, as variações não são tão expressivas como se observam em outros países.

Vieira (2008) comparou o padrão de transição no Brasil e na Espanha entre 1980/81 e 2000/2001, utilizando o mesmo método. Observou que, se comparado à Espanha, o Brasil não apresentou um postergamento expressivo da entrada tardia na vida adulta no período, mas sim um aumento da heterogeneidade. Dizendo de outra forma, a idade ápice de transição mudou pouco no Brasil entre 1980 e 2000, enquanto, na Espanha, ela se elevou expressivamente. No Brasil, a oscilação é pequena para homens - 23 para 22 anos - e inexistente para mulheres. Na Espanha, ela aumenta de 24 para 30 anos entre os homens e de 22 para 28 anos entre as mulheres. Esses dados corroboram os achados de adiamento da transição para a vida adulta nos paísess europeus, como mostrado anteriormente.

O que salta aos olhos entre os dois países é a diferença entre a idade em que a transição ocorre: o Brasil apresenta um modelo de transição consideravelmente mais curto que o da Espanha. O ápice da mudança de *status* ocorre sete anos mais cedo entre as mulheres jovens brasileiras do que entre as espanholas, uma diferença muito expressiva. No Brasil, isso ocorre aos 21 anos e, na Espanha, aos 28 anos. Entre os homens, a diferença é de oito anos: 22 no Brasil e 30 na Espanha. Discutindo os resultados do estudo à luz dos conceitos de padronização e despadronização, a autora conclui que é possível dizer que, a partir dos 17 anos no Brasil, o curso da vida tenha se tornado mais despadronizado, uma vez que há maior heterogeneidade de combinações do que no passado, independente de ter havido ou não adiamento expressivo da entrada da vida adulta, como se deu no caso espanhol.

Vieira (2009) aplica também a metodologia de entropia para São Paulo. Os resultados são semelhantes aos observados para o Brasil. O ápice para a entrada na vida adulta ocorre mais cedo para os jovens pobres do que os inseridos em contextos de renda mais elevada, bem

como entre os jovens rurais e negros. Também entre as mulheres os eventos da transição ocorrem mais cedo do que entre os homens. A autora mostra que as diferenças de idade de transição entre as mulheres pertencentes aos 20% mais ricos e aos 20% mais pobres têm aumentado no tempo. Em 1970, essa diferença era de aproximadamente quatro anos. Já, em 2000, ela passa para sete anos. A autora ressalta que, entre as mulheres de camada alta de renda, as transições femininas, em 2000, são superiores às masculinas. O padrão para São Paulo segue os padrões observados para outras localidades: a transição tardia para a vida adulta, nos moldes do que ocorre nos países europeus, se aplica para os jovens de alta renda.

Vieira aponta ainda que, em São Paulo, a idade em que a metade das mulheres de renda elevada tinha filhos era de 30,5 anos, em 2000, enquanto entre as mulheres de renda baixa era de 19,5 anos, aproximadamente dois anos antes do que elas apresentavam em 1970 (21,2). Naquele ano, as mulheres de renda alta tinham filhos aos 27,6 anos. Esse é um importante indicador de que, no Brasil, pode haver dois movimentos em direções distintas em curso. Para as mulheres mais pobres, o tempo de juventude, no que diz respeito à maternidade se encolheu, enquanto entre as de renda elevada se elevou, acentuando, assim, a desigualdade entre esses grupos sociais. Pode-se falar em tempo de juventude mais curto ou mais longo, de acordo com as condições socioeconômicas.

Nas primeiras idades, até os 16 anos, Vieira mostra que os processos de transição para a vida adulta tornaram-se mais homogêneos, no que diz respeito à entrada na escola e à entrada no mercado de trabalho, de modo geral, para todos os segmentos. A autora explica o fato pela ótica da institucionalização ocorrida no Brasil, em alguns aspectos anteriormente em São Paulo, no que diz respeito à normatização do acesso à escola e à proibição (e fiscalização) do trabalho infantil, empurrando aquela coorte para a entrada mais cedo no sistema de ensino, aumento da escolarização e adiamento da entrada no mercado de trabalho. Mais recentemente, Ribeiro (2014b) também utilizou o método da entropia para analisar a transição para a vida adulta, incorporando os dados do Censo Demográfico de 2010. Foram considerados os jovens de 12 a 30 anos em 1970 e em 2010. Os resultados apontam a mesma direção dos de Vieira (2009). Não houve inversão de tendência quando se incorpora a análise a primeira década do século XIX. Ele concluiu que há uma padronização na adolescência e despadronização entre os adultos, apontando um aumento da diversidade de combinações entre os eventos da escola, trabalho e família. Ribeiro destaca os efeitos institucionais na transição, particularmente o aumento do acesso à escola. Nesse capítulo, o autor não contempla análise por grupos socioeconômicos.

O estudo de Arruda (2004) também indica um efeito importante da renda domiciliar no processo de transição para a vida adulta no Brasil. Nesse estudo, a autora usou a renda domiciliar *per capita* vigente. Utilizando um modelo de regressão logística, a partir dos dados da PNAD de 2001, ela mostra que a probabilidade de um jovem do sexo masculino transitar para a vida adulta, definida por ela como tornar-se chefe e/ou cônjuge e não estudar, é maior para aqueles inseridos em domicílios com menor renda *per capita*. Para os mais escolarizados, as chances são menores. Os parâmetros do modelo para 2001 indicam que as variáveis que mais contribuíram para a transição foram a renda e a idade. Entre as mulheres, é o fato de ela ter filhos nascidos vivos. Arruda também encontra probabilidades menores de transição para as mulheres com ensino médio. O efeito do ensino superior não é significativo estatisticamente. Para ambos os casos, Arruda ressalta que o efeito da idade é ainda bastante expressivo, o que, de alguma forma, é intuitivo.

A saída de casa como evento definidor da transição para a vida adulta também é utilizada por outros estudos. Eles têm do apontado para a predominância ainda de um modelo convencional de transição, apesar do adiamento de algumas etapas, e do crescimento de modelos em que os jovens permanecem mais tempo na casa dos pais enquanto estudam. Camarano et al. (2004) e Mello (2005) mostraram que a saída de casa permanece sendo uma etapa importante da transição para a vida adulta. Ambas chamam a atenção, no entanto, de que a emancipação do jovem não deve passar necessariamente pelo cumprimento da etapa de saída de casa, sendo cada vez mais recorrente os jovens estenderem sua permanência nos seus domicílios de origem, sem que estejam efetivamente deixando de se tornarem adultos.

Os estudos de Mello (2005) e Camarano (2006) questionam o excessivo grau de expectativas depositadas nos jovens com relação ao momento “adequado” e o estilo adotado para a transição para o mundo adulto. Duas condições diametralmente opostas são, de forma recorrente, analisadas pela via do problema social. Por um lado, a demora em assumir um *status* consideração de adulto e o prolongamento da condição juvenil. Por outro, a problematização dos elementos de precocidade da vida adulta, como a gravidez na adolescência, ainda que ela tenha diminuído a partir da metade dos anos 2000, como mostraram Cavenagui e Berquó (2005). Mello aponta alguns indícios de que a permanência alongada na casa dos pais por parte de jovens de camadas médias da população tem um sentido de mão dupla. Pode ser conveniente ao jovem, que deseja permanecer se escolarizando, em um ambiente com alto grau de liberdade, o adiamento dessa etapa não parece que venha a ser um problema para os pais. Para os jovens de camadas mais pobres, a

necessidade de trabalhar, a saída da escola com níveis mais baixos de escolaridade e a formação de vínculos conjugais - com ou sem filhos – criam um cenário para que a transição ocorra mais cedo. As condições socioeconômicas desses jovens parecem funcionar, em uma via, como condicionantes desta precocidade e, em outra, até mesmo como estímulo, como pode ser o caso da gravidez na adolescência.

Heilborn e Cabral (2006) chamaram o padrão de transição pela maternidade precoce de "transição condensada" para a vida adulta. Tal modelo é mais presente entre jovens que se encontram em situação de menor renda *per capita* e escolaridade mais baixa. As autoras chamam a atenção para o fato de que essas jovens já se encontravam em situações de escolaridade baixa e/ou erráticas antes mesmo da gravidez, ao contrário do que se veicula no senso comum. Nesse caso, não seria a maternidade a causa da vulnerabilidade, mas a vulnerabilidade tem levado as jovens à gravidez precoce[12].

1.6. Síntese da discussão

Os trabalhos produzidos no Brasil apresentam contribuições importantes para o debate sobre juventude e sobre as alterações no curso da vida na segunda metade do século XX. Poucos ainda incorporam a análise do início do século XXI. De modo geral, como mencionado, até 2000, eles apontam para o adiamento generalizado para todos os grupos socioeconômicos da saída da escola e da entrada no mercado de trabalho.

Por outro lado, como se viu, alguns dos estudos mostram que o evento da maternidade não sofreu adiamento em todos os grupos socioeconômicos (MELLO, 2005; VIEIRA, 2009). O aumento da idade da mulher ao nascimento do primeiro filho ao longo das décadas parece ser circunscrito às mulheres de renda mais elevada. Entre as de renda mais baixa, em alguns casos, observou-se, inclusive, para alguns casos, a antecipação dessa idade, sugerindo um forte caráter de desigualdade nesse processo. Além disso, observa-se também que, tanto a saída da escola quanto à entrada no mercado de trabalho, permanecem ocorrendo mais cedo para os mais pobres, em 1970 e em 2000. As variações entre as idades ao ter o primeiro filho entre mulheres pobres e as de classe alta parecem ser o grande diferencial entre os padrões de

[12] Ver mais sobre o assunto em Côrrea (2004) e Heilborn et al. (2002).

transição brasileiros e os de países mais desenvolvidos. Nesses países, notadamente os europeus, tem sido evidenciado o adiamento quase universal da idade ao ter o primeiro filho. No entanto, na transição para a vida adulta na esfera reprodutiva e familiar não há uma convergência absoluta entre os estudos brasileiros. Os resultados gerais e o debate sobre o tema não são conclusivos. Seja pelo tipo de método, seja pela base de dados, os resultados sobre as mudanças das últimas décadas não ser tão unânimes.

Nos próximos dois capítulos, essas questões serão aprofundadas com a incorporação das mudanças ocorridas na última década. A análise partirá das mudanças demográficas e institucionais ocorridas desse os anos 1960 e se situa em um contexto de desigualdades sociais, raciais e de gênero.

2. A NOVA DEMOGRAFIA DO BRASIL: VULNERABILIDADES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A JUVENTUDE

2.1. Introdução

Uma das principais mudanças do século XX está relacionada ao tamanho e à distribuição etária da população, que decorrem, diretamente das mudanças nos níveis de mortalidade, fecundidade e fluxo migratório e, em sentido amplo, das transformações de valores, desejos e comportamentos dos indivíduos. Do final do século passado para os tempos atuais, a população brasileira passou de 9.930.478 para 190.755.799 e mudou radicalmente suas características[13]. De um país rural passou a um país preponderantemente urbano; de um país de crianças e jovens para um mais envelhecido. À luz dessas mudanças, o padrão de transição para a vida adulta foi se redesenhando ao longo do século XX.

O objetivo deste capítulo é apresentar as grandes mudanças demográficas do século XX, discutir o novo regime demográfico e suas implicações para a juventude do século XXI. O novo Brasil traz oportunidades para a juventude, ao mesmo tempo em que impõe enormes desafios para as políticas públicas futuras. Para desenvolver essa discussão, organizou-se o capítulo em quatro seções, além desta breve introdução. Na seção dois, serão abordadas a configuração demográfica atual e suas modificações ao longo do tempo. Nela, discute-se a importância dos diferenciais da queda da fecundidade para a definição da nova estrutura etária do Brasil. A seção três descreve a queda da mortalidade geral e aumento da esperança de vida. Nela, aborda-se também o aumento das mortes por causas violentas, que se apresenta como notória fonte de vulnerabilidade entre os jovens, uma vez que atravessam e interrompem a transição para a vida adulta. Na seção quatro, discute-se as oportunidades derivadas da "nova cara" do Brasil.

[13] Os dados da população brasileira do período entre 1872 e 1960 foram extraídos do site do IBGE na seção especial "Séries Históricas". Os dados de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 foram obtidos a partir dos microdados dos Censos Demográficos.

2.2. A queda da fecundidade como motor da mudança demográfica

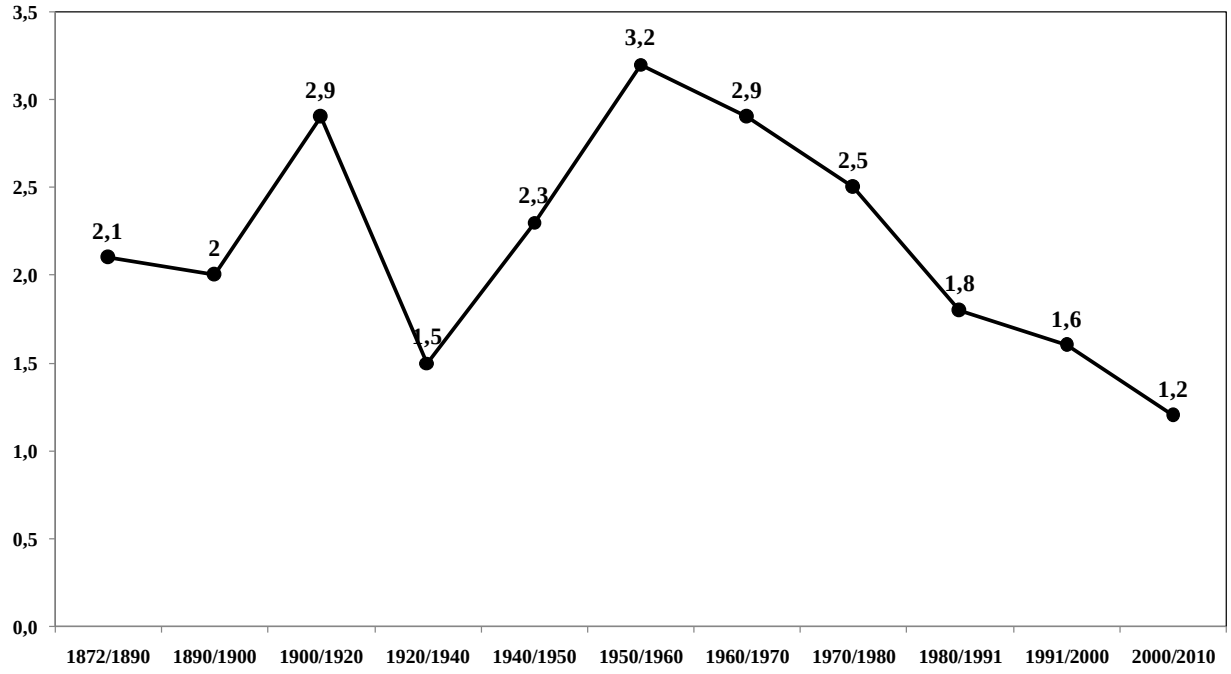
No Brasil, o período em que se observou a maior taxa de crescimento médio anual da população foi o de 1950-1970, o período do *boom* demográfico. Desde então, o crescimento da população reduziu-se a menos da metade do que era naquela época. O Gráfico 1 ilustra bem esse fenômeno. Entre 1872 e 1940, o crescimento apresentou um caráter errático, subiu e desceu fortemente[14]. A partir de 1970, a queda da taxa de crescimento é constante. No período 2000-2010, a população brasileira cresceu a taxas de 1,2% ao ano. É a menor taxa de crescimento observada na série histórica dos censos populacionais.

Em termos absolutos, a população aumentou quase 20 vezes entre 1872 e 2010, e deve ainda aumentar até 2030, quando, mantidas as tendências de queda da fecundidade e da mortalidade, a população começará a diminuir, de acordo com as projeções existentes (BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004; CAMARANO; KANSO, 2011; IBGE, 2008)[15]. Hoje, a tendência brasileira é de queda da taxa de fecundidade e das taxas de crescimento, mas o contingente populacional ainda é grande. Isso é reflexo de um grande número de mulheres em idade reprodutiva, fruto da fecundidade elevada no passado. É o que se conceitua de inércia demográfica. Isso significa que a demanda por serviços públicos, por exemplo, de educação ainda é grande, mas tende a diminuir rapidamente.

[14] Tal fato pode ser relativizado já que aqueles eram dados bem mais precários do que os levantados a partir do Censo Demográfico de 1940 (MERRICK; GRAHAM, 1981). O Censo de 1940 é considerado o primeiro censo moderno do Brasil e que obedeceu aos padrões internacionais ao longo do século.

[15] No médio prazo, acredita-se que a taxa de crescimento populacional será de –0,6% (CAMARANO, 2014).

Gráfico 1: Taxa de crescimento médio anual - Brasil, 1872 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos. Elaboração própria.

A diminuição do ritmo de crescimento populacional está relacionada à queda da fecundidade e da mortalidade ao longo do século XX.[16] Hoje, as perspectivas para o século XXI são de um período de declínio da população em muitos países e o principal determinante desse declínio é a queda irreversível e sustentada da fecundidade (CAMARANO, 2014). No Brasil, a taxa de fecundidade começou a cair de forma consistente e contínua a partir de meados da década de 1960, rompendo com a estabilidade observada das décadas anteriores. Entre 1940 e 1960, ela era bastante alta e girou, em média, em torno de 6 filhos por mulher. Em 1960, ela atingiu a maior taxa mensurada a partir dos Censos Demográficos, 6,3. Daí em diante o declínio foi sistemático: as taxas de 1970, 1980 e 1991 foram de 5,8, 4,4 e 2,9 filhos por mulher, respectivamente. No período entre 2000 e 2010, a taxa de fecundidade atingiu o

[16] Esse movimento da dinâmica demográfica foi discutido a partir do que se denominou teoria da transição demográfica (BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004; BRITO et al., 2008; CAMARANO; KANSO, 2011; NADALIN, 2004; PATARRA, 1973; PATARRA; OLIVEIRA, 1988). De forma simplificada, a transição demográfica seria a passagem de uma população com altas taxas de mortalidade e fecundidade para um estágio de taxas de mortalidade e fecundidade baixas. Hoje, a teoria da transição demográfica tem sido bastante questionada para descrever a trajetória do crescimento populacional, uma vez que ela tinha como pressuposto a estabilização da fecundidade em torno da taxa de reposição, o que não aconteceu. Ela não tem sido suficiente para compreender o momento demográfico atual, que é de redução da população em vários países. Para uma discussão detalhada sobre o assunto, ver Camarano (2014).

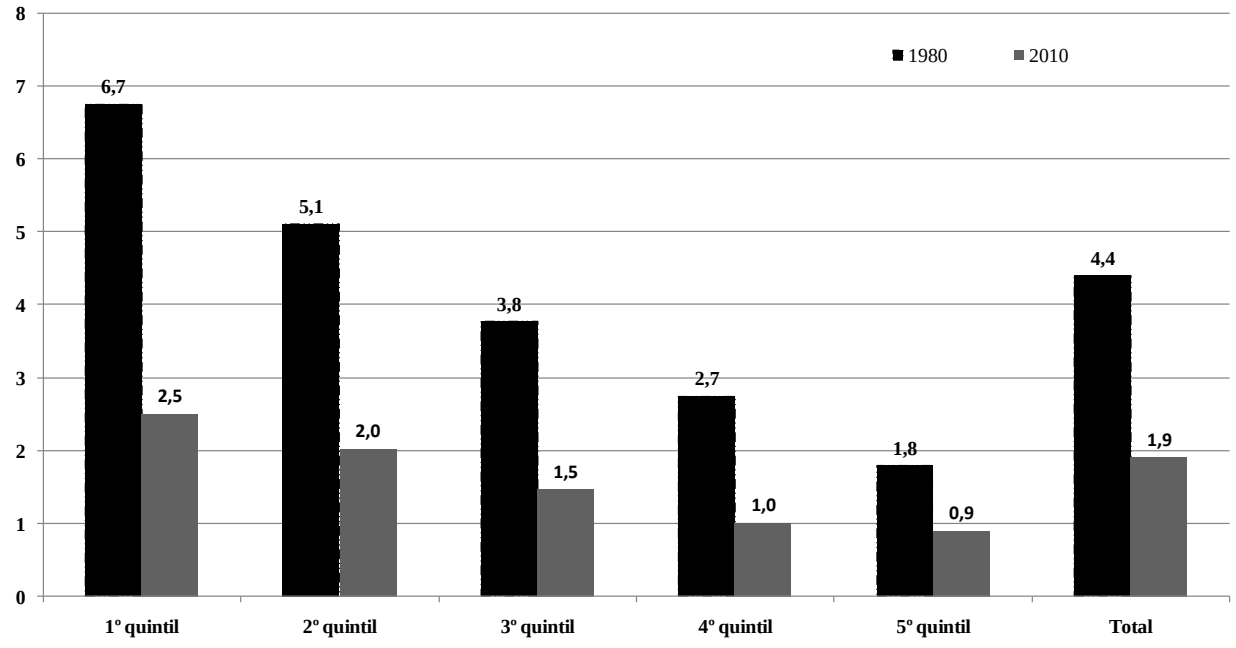
nível abaixo do de reposição[17]. Em 2010, ela foi de 1,9 filhos por mulher, a menor taxa já registrada[18].

A queda da fecundidade ocorreu em todos os segmentos de renda, apontando para uma tendência à convergência das taxas de fecundidade entre as mulheres brasileiras. Analisando especificamente o período de 1980 a 2010, observa-se que, entre as mulheres residindo em domicílios do primeiro quintil de renda *per capita*, as taxas de fecundidade vem diminuindo em ritmo mais acelerado que entre os demais, conforme ilustra o Gráfico 2. No período, entre as mulheres do primeiro grupo de renda, a redução foi de 63%, passando de 6,7 para 2,5 filhos. Isso equivale a dizer que, em 1980, as mulheres mais pobres apresentavam fecundidade semelhante à do Brasil de 1940. Para as mulheres de domicílios do quinto quintil de renda *per capita*, a taxa de fecundidade já estava abaixo no nível de reposição em 1980, de 1,8 filho por mulher. A redução nos últimos 30 anos foi de 50%, e ficou abaixo de 1 filho, mais baixo, portanto, que a taxa nacional, de 1,9.

[17] De acordo com Camarano, Kanso e Fernandes, 2014, "Para que uma população se reponha, é necessário que as mulheres apresentem taxas de fecundidade que garantam um número de filhos suficiente para repor a si mesmas. Uma vez alcançado o nível de reposição, medido pela taxa líquida de reposição igual a 1,0, os nascimentos gradualmente atingem o equilíbrio com as mortes e, na ausência de imigração e emigração, a população parará de crescer e se tornará estacionária. Atualmente, a maioria dos países desenvolvidos e um grande número dos em desenvolvimento apresentam fecundidade no nível de reposição ou abaixo dele, mas as suas populações continuam a crescer, dado o *momentum* demográfico positivo". A taxa de reposição é considerada 2,14 filhos por mulheres.

[18] Camarano (2006) menciona que, dos 202 países sobre os quais se tem informações, 80 já apresentam taxa de fecundidade abaixo de 2,14. No total, 30 países apresentam taxa de fecundidade inferior a 1,5 filho, que é considerada muito baixa.

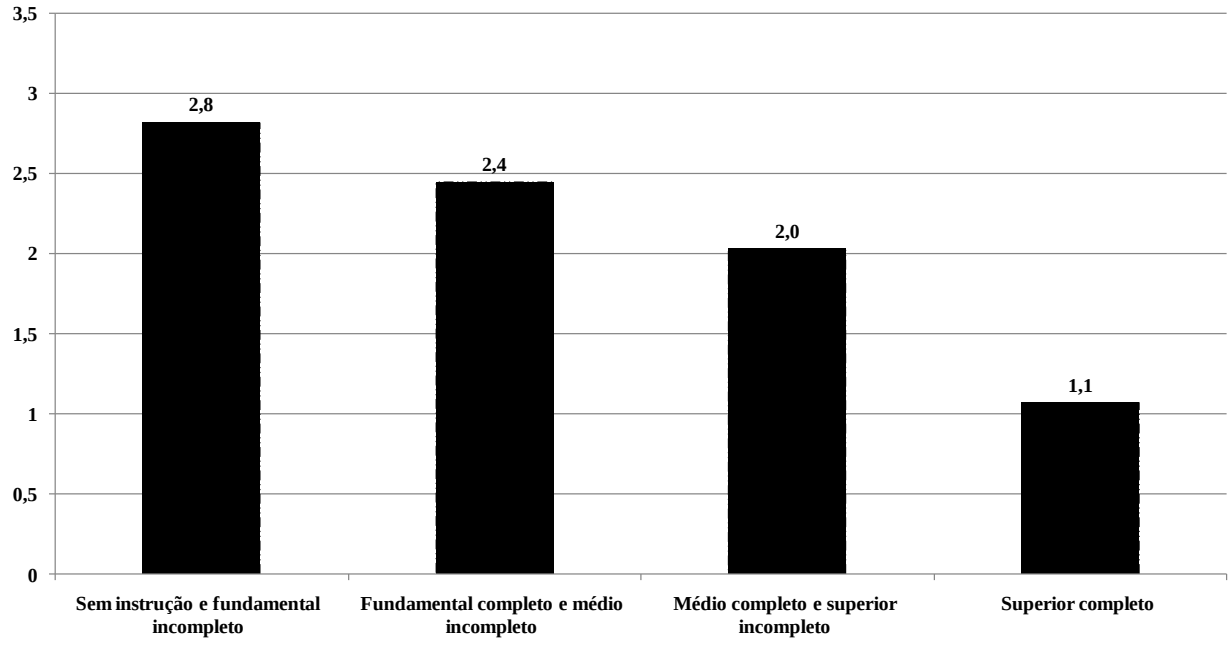
Gráfico 2: Taxa de fecundidade por quintil de renda domiciliar *per capita* - Brasil, 1980 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2010.

Apesar da inegável convergência nas últimas décadas e do elevado ritmo de queda da taxa entre os grupos mais pobres, os diferenciais na taxa de fecundidade podem ser analisados por uma ótica de despadronização pela via da desigualdade social: mulheres mais pobres têm mais filhos do que mulheres de classes mais altas, o que pode levar a trajetórias de vida em padrões (e oportunidades) bem diferenciados. A análise das taxas de fecundidade pelo nível de escolaridade das mulheres também reforça a desigualdade do evento da maternidade. A fecundidade diminui à medida que sobe o nível de escolaridade. Entre as mulheres com fundamental incompleto, a taxa é quase o dobro da observada entre as mulheres com nível superior, de 2,1 para 1,1 filhos por mulher. É interessante notar que a mesma tendência é observada quando se leva em consideração apenas as mulheres mais pobres, como mostra o Gráfico 3. Entre elas, a taxa de fecundidade é também mais elevada entre aqueles com escolaridade mais baixa. Isso pode indicar que o efeito da escolaridade sobre a queda da fecundidade é mais elevado do que o de renda.

Gráfico 3: Taxa de fecundidade do primeiro quintil de renda domiciliar *per capita* por escolaridade - Brasil, 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2010.

Uma das fontes recorrentemente apontadas como de vulnerabilidade juvenil é a gravidez na adolescência, especialmente entre as mulheres mais pobres. O debate sempre teve o tom alarmista e desencadeou uma intensa polêmica acerca dos problemas, das causas e das conseqüências da fecundidade dita precoce (CORRÊA, 2004). No período, também foi discutida a possibilidade de as jovens não estarem conseguindo separar sexualidade de reprodução, uma vez que a ocorrência de gravidez indesejada era elevada (BERQUÓ, 2008). As taxas específicas de fecundidade para as mulheres de 15 a 19 anos apresentaram crescimento importante até o início do século XXI, diferindo-se do padrão tradicional até então, no qual as maiores taxas eram observadas entre as mulheres de 20 a 24 anos (CAVENAGUI; BERQUÓ, 2005; CAMARANO, 1998; MADEIRA, 2009). Já nos anos 1980, registrava-se o aumento das taxas específicas de fecundidade desse grupo etário (CAMARANO, 1998), aumento intensificado nos anos 1990. A tendência de alta foi revertida no início do século XX (ALVES; CAVENAGUI, 2012; CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014; CAVENAGHI; BERQUÓ, 2014). A distribuição da fecundidade recente mostra que a taxa específica entre as mulheres de 15 a 19 anos passou de 93 nascimentos por mil mulheres nessa faixa etária, em 2000, para 71, em 2010, de acordo com Berquó e Cavenaghi (2014). Apesar da reversão desse quadro, ainda é recorrente o discurso

de preocupação em torno do tema. Isso é repercutido nos veículos de comunicação e nas percepções da sociedade.

Há um amplo debate na demografia e, de forma mais restrita na sociologia brasileira, sobre as razões que levaram à queda da fecundidade, uma vez que não houve, no Brasil daqueles tempos, uma política formal de controle da natalidade, ao contrário do que ocorreu em outros países. Mais claramente dizendo, ao menos nesse campo, no Brasil, não houve interferência direta de ações governamentais para controlar a fecundidade (ALVES, 2004a; CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2014; CARVALHO; BRITO, 2005). A ideia de controle era polêmica e permeada de visões ideológicas e políticas típicas daquele momento histórico de início da ditadura militar. Assim como em outros temas, o momento foi influenciado por forte resistência a ideias associadas ao controle, seja qual fosse, da população dos países, chamados à época de subdesenvolvidos, como lembram Carvalho e Brito (2005). A agenda dos programas dos organismos internacionais foi influenciada pelos estudos que apontavam para uma relação negativa entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico e, em certa medida, as políticas de controle da natalidade foram incluídas nos auxílios aos países subdesenvolvidos. Associado a esse debate, crescia também a percepção de que essa população era potencialmente perigosa para a manutenção do jogo de forças políticas internacionais, especialmente a população jovem.

No Brasil, dentro da própria burocracia estatal conviviam diversas opiniões sobre estabelecer ou não uma política de anticoncepção (CARVALHO; BRITO, 2005). Apesar do apoio americano ao golpe militar, os militares não pactuavam da visão que os EUA tinham sobre a necessidade de implantação de políticas de controle da natalidade no Brasil. Ao contrário, os militares entendiam que o crescimento populacional era importante para o povoamento do Brasil, o que se alinhava à visão de defesa da segurança nacional. Alguns técnicos dos governos militares, por sua vez, achavam que era necessário implantar políticas de controle populacional, porque elas contribuiriam para a diminuição da pobreza no país. O fato é que, aqui, a queda da fecundidade veio antes que se chegasse a um consenso sobre as políticas públicas a serem elaboradas. O debate sobre controlar ou não se perdeu e não considerou se as famílias demandavam políticas públicas de amplo acesso a métodos de anticoncepção. As famílias anteciparam-se. O Censo Demográfico de 1970 já apontava sinais da queda da fecundidade, mas foi apenas com PNAD de 1976 que houve o reconhecimento por parte dos acadêmicos de que ela estava caindo, mesmo em um cenário em que não havia

políticas públicas de controle da natalidade. Portanto, a queda da fecundidade no Brasil não se deu pela ingerência explícita do Estado.

Algumas hipóteses sobre essa queda foram apresentadas, especialmente entre 1970 e 1990 (ALVES, 1994, 2004; CARVALHO, 1973 *apud* CARVALHO; BRITO, 2005; CARVALHO; PAIVA; SAWYER, 1981; MERRICK; BERQUÓ, 1983). Uma parte delas focava em aspectos econômicos e partia do pressuposto de que as famílias fizeram escolhas racionais. Nesse sentido, a ideia de que a diminuição do número de filhos das famílias mais pobres era uma estratégia de sobrevivência dessas famílias. Por essa ótica, se antes os filhos significavam aumento da capacidade produtiva das famílias, a partir de 1970, com a elevação do custo de vida e o pequeno aumento dos salários, eles passaram a significar gastos maiores, o que teria desestimulado as famílias pobres a terem mais filhos (CARVALHO; BRITO, 2005; PATARRA; OLIVEIRA, 1988).

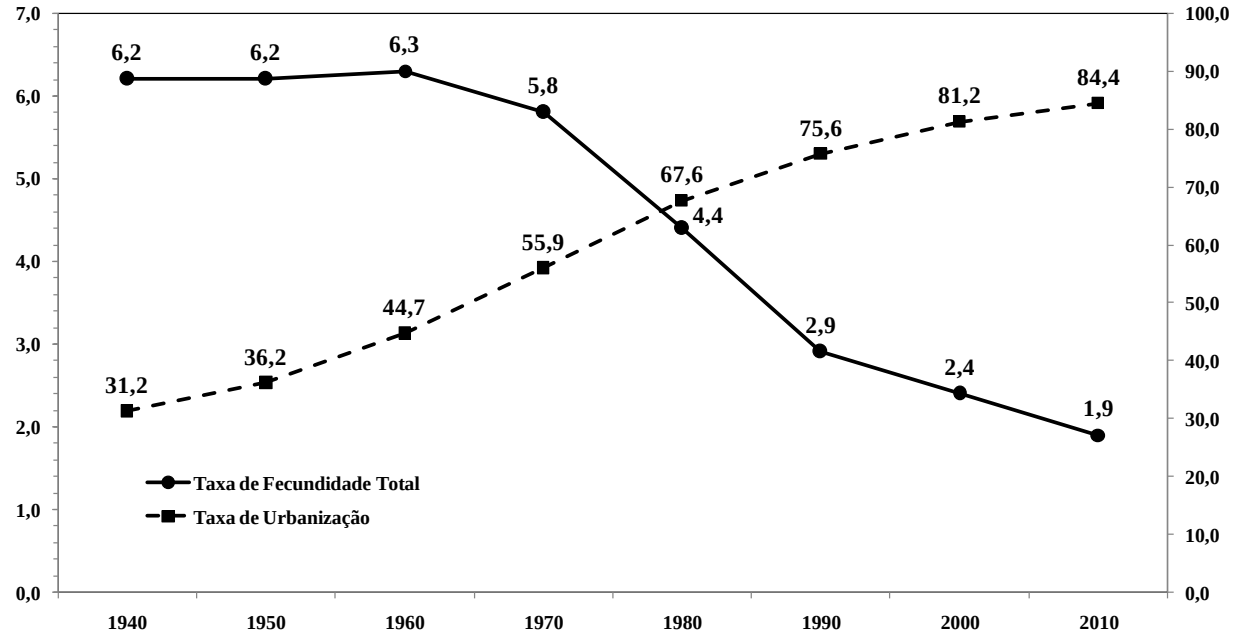
A explicação pela via dos processos institucionais teve mais peso e destaque na bibliografia sobre a queda da fecundidade. Ela foi sistematizada por Faria (1989). Sua tese incorporava algumas das proposições anteriores e avançava dando ênfase às mudanças institucionais. Patarra e Oliveira (1988) consideram que o enfoque de Faria avançou em relação às demais explicações de ênfase institucional, porque nela não se omitia a influência das mudanças sociais e estruturais da sociedade. Nela, as mudanças foram propulsoras das condições para a mudança do desejo dos casais por um número menor de filhos. Nesse caso, o nível macro-social, as variáveis intermediárias e a esfera do indivíduo estavam articulados. As variáveis intermediárias eram representadas pela igreja católica, a escola e as instituições de saúde.

Faria (1989) supôs que as políticas governamentais de crédito ao consumidor, de telecomunicações, de previdência e de saúde desencadearam mudanças culturais de grande difusão. Isso teria provocado a institucionalização da demanda por regulação da fecundidade, sem que elas tivessem o objetivo direto de controle da fecundidade. Os efeitos dessas políticas sobre a demanda por regulação da fecundidade são considerados "conseqüências não-antecipadas". Entre elas, ressaltam o fortalecimento do cálculo econômico como orientação na escolha do número de filhos, a exposição da população a cuidados médicos e sanitários, as mudanças de valores sobre atividade sexual e atividade reprodutiva e o deslocamento da percepção de responsabilidade da saúde e da previdência das famílias para o Estado (CARVALHO; BRITO, 2005; FARIA, 1989).

Faria entendia que as mudanças institucionais podiam afetar a maneira de pensar dos indivíduos. Para ele, por exemplo, a medicalização é capaz de difundir a ideia de controle de saúde e a existência de política previdenciária pode difundir a necessidade de se pensar no cuidado com os idosos, bem como se pode dizer com o futuro. Apesar de vários pesquisadores questionarem as explicações que privilegiassem os argumentos de cunho estrutural e econômico, em que prevaleciam a ênfase nos efeitos sobre a desigualdade e pobreza, não se negava que o processo de mudança social se apresentava de forma muita distinta daquele do passado. Havia uma ruptura, de fato. Por uma série de fatores, entre eles a massificação dos meios de comunicação e o intenso processo de urbanização, os indivíduos estavam mais abertos e sensíveis à assimilação de novas ideias, estilos de vida e de novos padrões de comportamento (PATARRA; OLIVEIRA, 1988; PATARRA, 1973).

No Brasil, a transição de altos níveis de crescimento para baixo foi rápida, se comparada às transições européias, que chegaram a durar aproximadamente 100 anos (PATARRA; OLIVEIRA, 1988). No entanto, a transição demográfica brasileira começou mais tarde aqui e coincidiu com a urbanização, propiciada pela industrialização, que se intensificou, especialmente, a partir dos anos 1950. A industrialização promoveu a intensa criação de oportunidades de trabalho nas cidades, em particular, na região sudeste, atraindo a população rural, que gerou as condições para o processo de modernização. Apesar de uma simplificação questionável, pode-se utilizar a urbanização como *proxy* de um conjunto de transformações que o Brasil experimentou ao longo do século XX e que contribuíram para a queda da fecundidade e a difusão de informações e abertura para novas ideias. No Gráfico 4, é possível visualizar que a taxa de fecundidade cai à medida que a taxa de urbanização sobe. Observa-se que, em 1940, ele era predominantemente rural. Apenas 31,2% da população moravam nas cidades. Nesse período, o Brasil apresentava uma fecundidade de 6,2 filhos por mulher. Já, em 2010, o Brasil era quase todo urbano, 84,4%, e a taxa de fecundidade já está em níveis de reposição, abaixo de 2 filhos por mulher, como mostrado anteriormente. A seguir, discute-se o processo de queda da mortalidade no Brasil, um dos componentes responsáveis pela atual regime demográfico.

Gráfico 4: Taxa de fecundidade Total e Taxa de Urbanização - Brasil, 1940 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos.

2.3. Queda da mortalidade infantil, aumento da esperança de vida e vulnerabilidade juvenil

Os avanços da área médica e social afetaram desde os cuidados mais básicos, que se traduziram, especialmente na queda da mortalidade infantil, aos mais avançados recursos, que contribuíram para o prolongamento da vida dos muito idosos, aqueles com mais de 80 anos. A queda da mortalidade ao longo do século XX foi generalizada. No entanto, ocorreu de forma distinta entre os grupos etários. Ela teve início entre as crianças[19] (DUARTE, 2007; KANSO, 2011; PAIXÃO; FERREIRA, 2012). Em 70 anos, a mortalidade infantil apresentou uma queda extraordinária[20]. Em 1940, a cada 1.000 crianças nascidas vivas 150 morriam antes de

[19] A mortalidade infantil é um indicador muito utilizado para avaliar as condições de saúde de uma população, pois as crianças, em geral, são muito sensíveis às condições socioeconômicas e ambientais. Assim, quando mais baixa for a mortalidade infantil de uma população, pode-se inferir que melhor é seu nível socioeconômico (BATISTELLA, 2007; DUARTE, 2007; PAIXÃO; FERREIRA, 2012).

[20] Para o cálculo dos indicadores de mortalidade por tipo de causa, foram utilizados também dados de óbitos do Ministério da Saúde/DATASUS. Por recomendação das notas técnicas do DATASUS, os dados até 1995

completarem o primeiro ano de vida. Apesar de ainda bastante elevada, em relação a outros países, em 2010, 15 crianças morriam a cada 1.000 nascidas. A queda da mortalidade infantil está ligada ao aumento da cobertura dos serviços de saúde, educação e saneamento, e à implantação de programas voltados para a saúde da mulher e da criança. Entre eles, pode-se citar a atenção ao pré-natal, o incentivo ao aleitamento materno, o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, a terapia de reidratação oral e o aumento da cobertura vacinal (BATISTELLA, 2007; DUARTE, 2007; IPEA, 2007). Um exemplo das campanhas bem sucedidas de vacinação implementadas no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 é a do Sarampo. Em 1960, ela era a causa de morte mais comum entre as crianças menores de cinco anos. A partir de 1982, as campanhas de vacinação tornaram-se periódicas e, em 2000, eliminou-se a ocorrência da doença (IPEA, 2007). O Brasil também importou novas tecnologias de outros países, especialmente as relacionadas às vacinas, ampliando as possibilidades de atendimento.

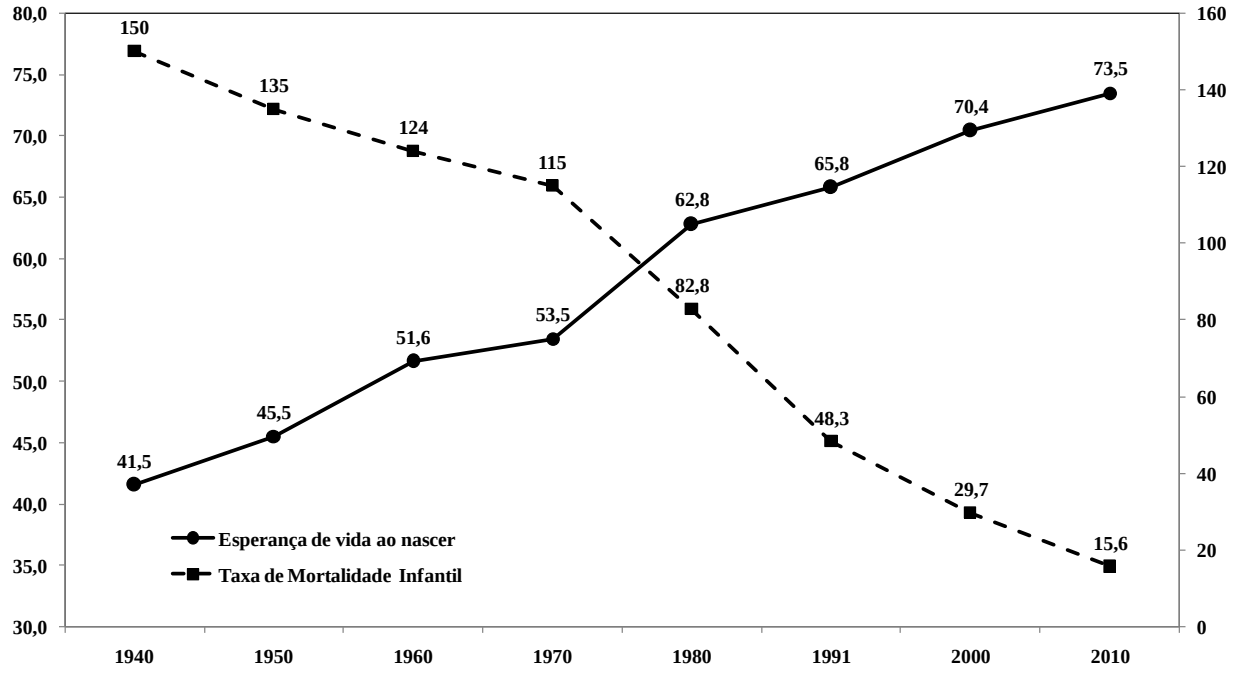
O movimento de queda da mortalidade infantil afetou positivamente a esperança de vida ao nascer, como mostra o Gráfico 5. De 1940 para 2010, a esperança de vida do brasileiro aumentou em 32 anos. Nas três últimas décadas, foram aproximadamente oito anos a mais. Nas últimas décadas, presenciou-se também o aumento da proporção dos muito idosos, população de 80 anos ou mais, o que tende a aumentar a demanda por cuidados no futuro, e, assim, a demanda por mais recursos financeiros (CAMARANO, 2010). A esperança de vida é também bastante diferenciada por sexo. Em 2010, as mulheres viviam oito anos a mais que os homens, diferença que vem aumentando ao longo do tempo, em razão, especialmente das elevadas taxas de mortalidade por causas externas entre os homens jovens, como será discutido à frente. Em 1980, a diferença da esperança de vida entre homens e mulheres era de seis anos. Além do fato de as mortes por causas externas ocorrerem mais entre os homens, Kanso (2011) ressalta que homens e mulheres procuram os serviços de saúde por finalidades e em momentos distintos. Entre as mulheres, a busca dá-se como medida preventiva, o que propicia o acompanhamento da evolução das eventuais doenças. Já os homens, utilizam os serviços de saúde em caráter de emergência e são mais hospitalizados

---

foram coletados a partir da Classificação Internacional de Doenças da 9º revisão (CID-9). Os referentes aos anos 2000 e 2010 referem-se à Classificação Internacional de Doenças da 10º revisão (CID-10), que não correspondem estritamente à anterior.

(DUNLOP et al., 2002; FERNANDEZ et al, 1999; MUTRAN; FERRERO, 1988; PINHEIRO et al., 2002).

Gráfico 5: Esperança de vida ao Nascer - Ambos os sexos - Brasil, 1940 a 2010



Fonte: IBGE/Séries Históricas; Censo Demográfico de 2010.

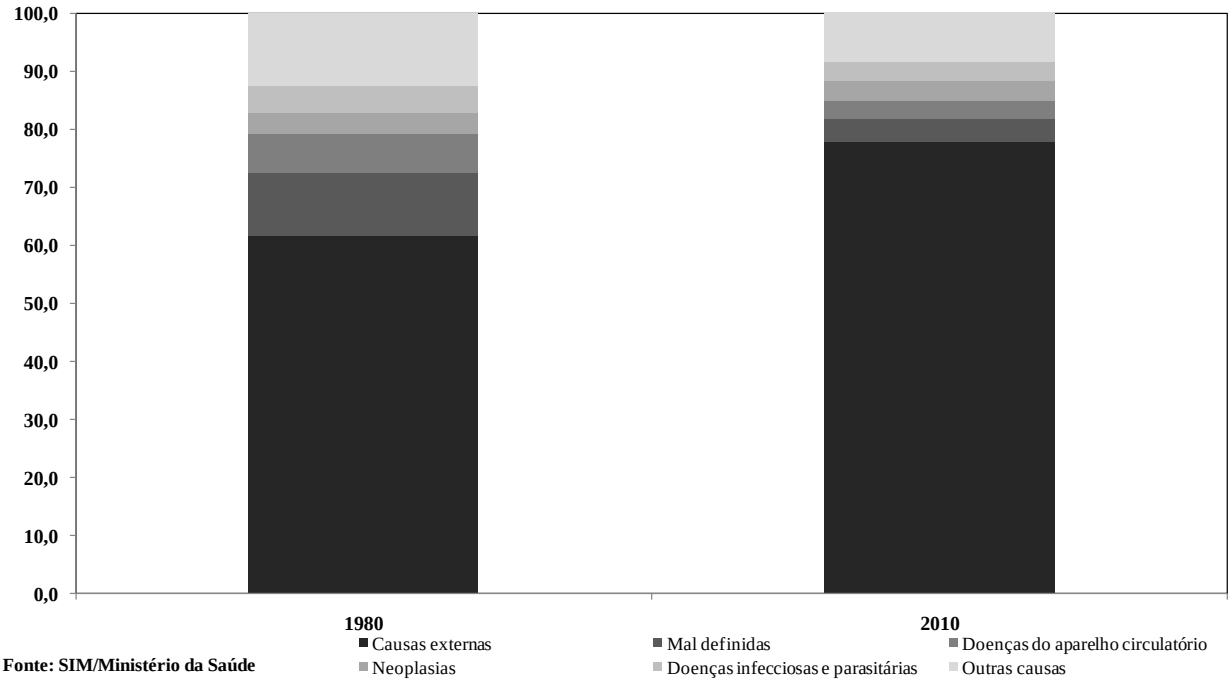
Ao longo das últimas décadas, o Brasil não experimentou apenas a queda dos níveis de mortalidade, mas presenciou uma mudança no perfil da mortalidade, o que foi entendido como transição epidemiológica, termo cunhado por Omran (1971), a partir da análise dos efeitos da transição demográfica. No período, observou-se uma queda contínua dos óbitos por doenças infecciosas e parasitárias, reflexo da melhoria no atendimento de atenção básica de saúde no período. Nas últimas três décadas, a proporção de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias caiu de 11,4% para 4,3% do total de óbitos para o conjunto da população. Para este tipo de causa, não foram observadas diferenças expressivas entre os sexos. As proporções oscilaram na mesma ordem de grandeza. Por outro lado, os óbitos por neoplasias passaram a responder a aproximadamente 16% do total. O aumento da prevalência de tumores, em geral, está associado ao aumento da idade, a tendências hereditárias e/ou a estilos de vida. A incidência desse tipo de causa é diferenciada por sexo. Entre os homens, essa proporção passou de 9,4% do total de óbitos em 1980 para 14,9% em 2010. Para as mulheres, de 10,6% para 17,6% no período. Em que pesem essas mudanças de pesos relativos mencionados, os

óbitos por doenças do aparelho circulatório são ainda os responsáveis pela maior parcela de óbitos no Brasil. Em 1980, elas totalizavam 31% dos óbitos, passando para 28,8% em 2010. Do total de mortes ocorridas entre as mulheres, a proporção chegava a 33% em 2010. Entre os homens, foi de 26,5%.

As causas por mortes externas - ou causas violentas, como são conhecidas - também merecem destaque. Essas mortes são compostas, majoritariamente, por homicídios e mortes no trânsito, decorrentes da violência urbana. Para o conjunto da população, as proporções de óbitos por essas causas subiram entre 1980 e 2010. Entre os homens, ela passou de 15,8% para 18% do total de óbitos entre 1980 e 2010, atingindo pico em 1991, sendo responsáveis por 19,1% do total de mortes. Entre as mulheres, as proporções oscilam em torno de 5% ao longo do período. A proporção é relativamente elevada para o conjunto da população e deve-se à elevada incidência dessa causa de morte entre os jovens, particularmente os do sexo masculino.

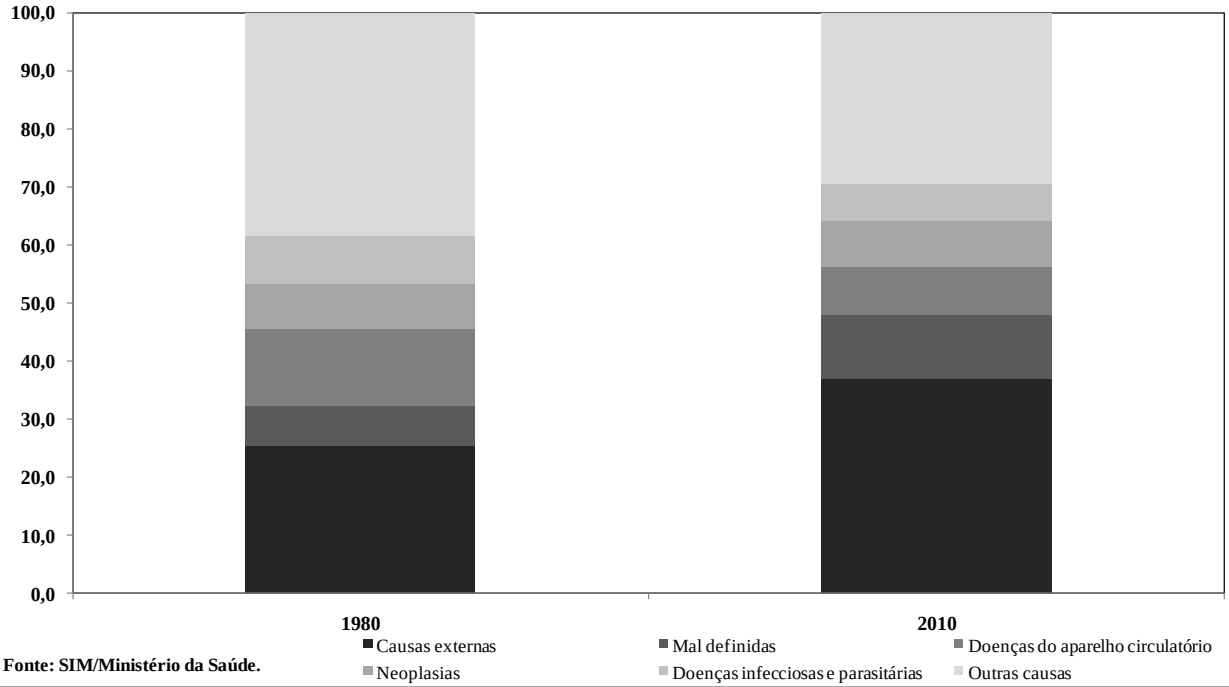
As mortes por causas externas podem ser consideradas, de fato, uma fonte de vulnerabilidade juvenil e se apresenta como um problema social relevante. Isso porque, pela etapa do ciclo da vida, os jovens deveriam estar longe do evento da morte. É esperado que os idosos estejam mais próximos da morte em função naturalmente da idade, mas não as crianças e os jovens. O fenômeno é expressivo entre eles, como mostram os Gráficos 6 e 7, e é bastante associado à juventude masculina. Do total de óbitos dos homens de 15 a 29 anos, aproximadamente 78% deles ocorreram por causas externas em 2010. Em 1980, esses óbitos representavam 61,5% do total. Há uma diferença substancial entre homens e mulheres. As mortes por causas externas entre as jovens respondiam a uma proporção bem inferior, de 36,8% em 2010. No entanto, essa proporção era mais elevada que a observada em 1980, 25,5%. Apesar de ser quase a metade da proporção observada entre os homens, a incidência desse tipo de causa de morte entre as mulheres não é desprezível e indica que elas estão se tornando mais vulneráveis.

Gráfico 6: Distribuição proporcional de causas de mortes entre homens de 15 a 29 anos - Brasil, 1980 a 2010



Fonte: SIM/Ministério da Saúde

Gráfico 7: Distribuição proporcional de causas de mortes entre Mulheres de 15 a 29 anos - Brasil, 1980 a 2010

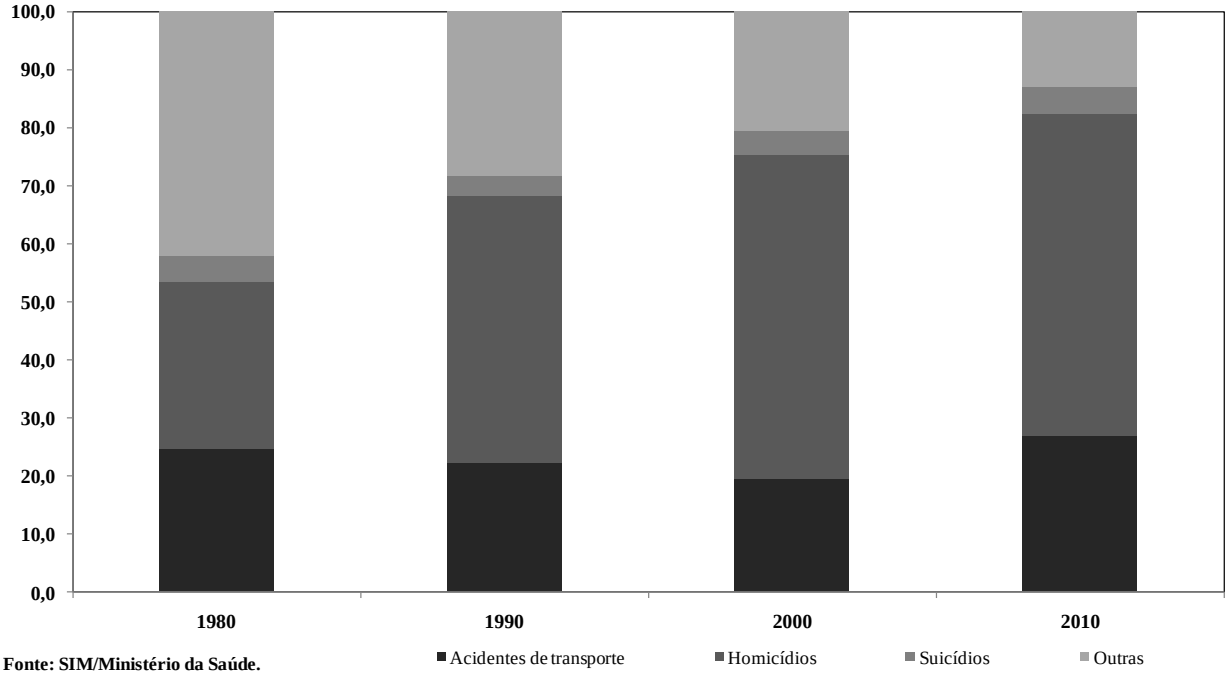


Fonte: SIM/Ministério da Saúde.

Importante ainda destacar o perfil das mortes por causas externas entre os jovens do sexo masculino, os mais afetados por esse tipo de óbito. O Gráfico 8 mostra que os

homicídios são a causa predominante. Ele indica ainda que o peso relativo dos homicídios apresentou aumento desde a década de 1980, quando eles respondiam por aproximadamente 29% do total de mortes por causas externas. Já em 2010, mais da metade dos óbitos deviam-se a esse tipo de causa, sugerindo um recrudescimento da violência extrema, especialmente a urbana. A letalidade aumentou para diversos grupos de idade, mas especialmente entre os mais jovens, conforme mostram esses dados e os estudos sobre o tema no Brasil. Alguns deles tem se ocupado de entender a relação entre homicídios e o tamanho da população jovem, como o de Cerqueira e Moura (2014). Não há consenso na literatura internacional, como descrevem os autores. Para o caso brasileiro, os autores mostram que parece existir uma relação entre o aumento da população jovem e o aumento da taxa de homicídios. O efeito demográfico foi mais expressivo nos anos 1990, contribuindo para o aumento de 1,1 mortes por 1000 habitantes. Nos anos 2000, o efeito foi de 0,5. Nesse sentido, a diminuição da população jovem, já em curso, pode contribuir para a queda dos homicídios. No entanto, os autores ressaltam que apenas o cenário demográfico não é suficiente para a diminuição da violência. O que está posto é também apenas uma oportunidade, como outras que serão discutidas a seguir.

Gráfico 8: Distribuição proporcional de causas externas por tipo entre homens de 15 a 29 anos - Brasil, 1980 a 2010



Fonte: SIM/Ministério da Saúde.

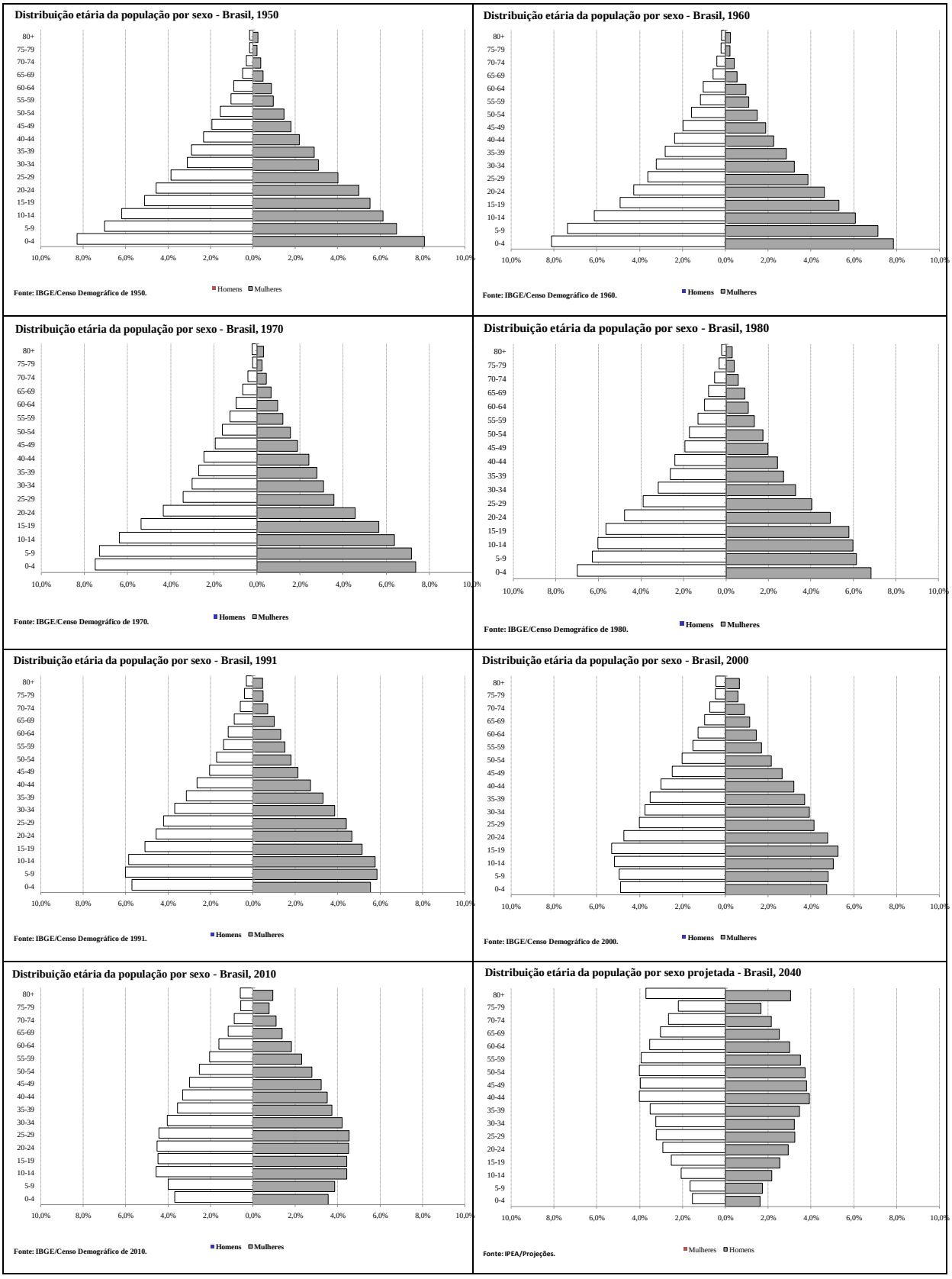
2.4. Novo padrão etário da população e a janela de oportunidade

O Brasil mudou: afirmação irrefutável quando se observam as transformações por que passou ao longo do século XX e início do século XXI, a começar pela nova configuração demográfica debatida aqui. Dela, decorrem preocupações sobre as oportunidades para os jovens, investimentos e capacidade produtiva. Nesse contexto, o discurso alarmista sobre o tamanho da população - antes voltado para o temor de uma explosão demográfica – desloca-se para os efeitos das transformações demográficas do século XX, seu reflexo na fecundidade potencial e a capacidade de gerar poupança para o Estado e o envelhecimento das populações. A composição etária da população foi sendo alterada ao longo das últimas décadas pela queda sistemática da fecundidade e pela queda da mortalidade nas idades avançadas. Essa dinâmica propiciou o envelhecimento da populacional que, do ponto de vista demográfico, nada mais é do que a mudança dos pesos relativos da população de crianças e jovens e da de idosos. Dois conceitos demográficos simplificam o entendimento do envelhecimento populacional: pela base e pelo topo. As pirâmides a seguir ilustram esses conceitos (Figura 1). O envelhecimento pela base é aquele provocado pela queda da fecundidade e, portanto, o número de crianças nascidas (CARVALHO; GARCIA, 2003). Nesse caso, diminui a proporção de jovens em relação à de idosos, que corresponde ao grande número de crianças nascidas na fase chamada de *baby boom.* O envelhecimento pelo topo é aquele que ocorre devido à redução da mortalidade nas idades avançadas, prolongado a esperança de vida também para o grupo de idosos (CAMARANO; KANSO, 2011).

O fato é que essa mudança de pesos entre grupos modificou radicalmente a cara do Brasil, como se pode visualizar pelas pirâmides etárias abaixo. O Brasil de 1950 tinha 4,2% de pessoas com 60 anos ou mais[21] e, em 2010, 10,8%. Isso significa um aumento de quase 10 vezes da população idosa. Hoje, o Brasil tem aproximadamente 20 milhões de idosos e, em 1950, tinha 2 milhões. O envelhecimento pelo topo está provocando ainda uma subdivisão no interior do grupo de idosos. Dos 20 milhões de idosos, aproximadamente 14,2% têm 80 anos ou mais.

[21] De acordo com a Política Nacional do Idoso, são considerados idosos a população com 60 anos e mais.

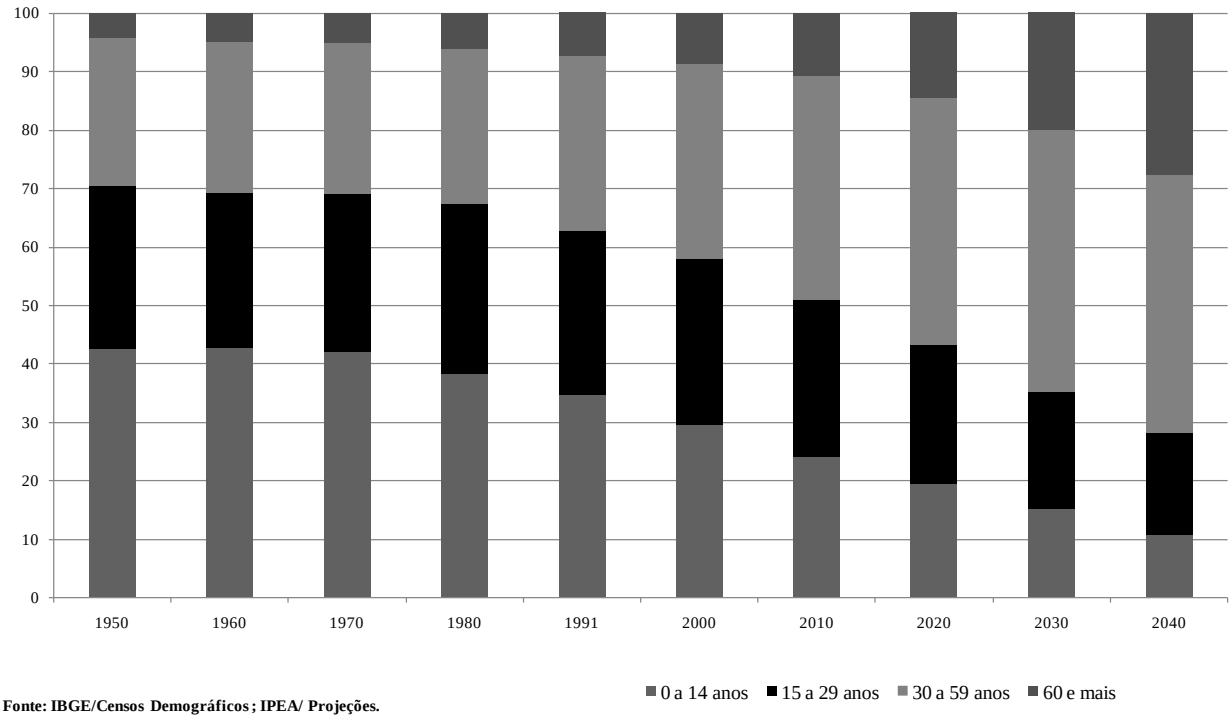
Figura 1: Pirâmides etárias de 1950 a 2010 e projeções para 2040



De um país de estrutura etária mais jovem, com desafios relacionados à infância, à adolescência e à juventude, nas duas últimas décadas, o país passou a ser visto também pela ótica do envelhecimento populacional, um dos maiores fenômenos sociais e demográficos do século XXI (CAMARANO, 2010). O crescimento de um grupo considerado "dependente" tem motivado o debate em função da pressão que exercem sobre o Estado, cada vez menos capaz de arcar com os custos da seguridade social. (CAMARANO, 2010; IPEA, 2006; TAFNER; GIAMBIAGI, 2007). Apesar do crescente debate sobre os desafios da sociedade e do Estado para lidar com a realidade do envelhecimento da população, as questões da juventude nunca saíram de cena. Um conjunto de razões explica a permanência das discussões acerca da juventude. Um deles certamente é o seu tamanho.

O que mais chama atenção é menos a distribuição em relação aos demais grupos etários e mais o número absoluto de jovens. Nas últimas seis décadas, a proporção de pessoas entre 15 e 29 anos oscilou entre 26,6% e 29%. A menor proporção foi captada pelo Censo Demográfico de 1960 e a maior pelo de 1980. Ao longo do período, ela passou de 28,1%, em 1950, para 26,9%, em 2010. Não é uma variação tão expressiva. Diferente do que se observou com a variação relativa das crianças de 0 a 14 anos, que passou de 45,2%, em 1950, para 24,1% em 2010. Se a distribuição da população jovem em relação aos demais grupos etários não foi tão expressiva, a variação absoluta foi enorme. O número de jovens mais que triplicou entre 1950 e 2010. Em 1950, eram cerca de 14 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos e, 2010, de aproximadamente, 51 milhões. O maior número absoluto de jovens no Brasil foi registrado em 2010. A partir desse ano, o número de jovens passará a diminuir, acompanhando também a queda em termos relativos. O contingente populacional de jovens ainda será elevado por um longo período, como resultado dos níveis elevados de fecundidade nas décadas anteriores. De alguma forma, pode-se dizer que se trata de um número já "contratado". As projeções populacionais apontam para um número de cerca de 36 milhões de jovens em 2040, segundo o Ipea (CAMARANO, 2014). Apesar de expressivo, o Brasil nunca teve como maior grupo populacional o de jovens de 15 a 29 anos. Até 1991, o maior número absoluto e relativo observado na população era o de crianças e, a partir daí, o contingente populacional mais numeroso e a maior proporção em relação aos demais passou a ser o de 30 a 59 anos.

Gráfico 9: Distribuição da população por grupos etários - Brasil, 1950-2040



Fonte: IBGE/Censos Demográficos; IPEA/ Projeções.

O ainda elevado número de jovens, por um lado, é um desafio para políticas públicas, especialmente pela necessidade de aumentar a oferta de ensino médio e a melhoria da qualidade do ensino; por outro lado, se apresenta como potencialidade, uma vez que eles são parte importante da população em idade ativa. Há um debate nas ciências humanas acerca dos dividendos de se ter, ainda que temporariamente, um elevado grupo de pessoas em idade ativa em relação a um grupo decrescente de crianças e a um ainda pequeno de idosos. A ideia é que esse momento demográfico abre um espaço particular para o desenvolvimento social e econômico. Várias denominações têm sido dadas ao fenômeno: bônus demográfico, dividendo demográfico e janela de oportunidades. Todas elas estão relacionadas aos ganhos sociais e econômicos decorrentes da equação de uma população produtiva maior que uma população dependente (ALVES, 2004b, 2008; BRITO et al., 2008; CARVALHO; WONG, 1995).

O fenômeno pode ser dividido em dois tipos. O primeiro dividendo vem de o Brasil passar a ter um elevado contingente populacional capaz de gerar renda, convivendo com uma população menor que é dependente dela. A combinação desses dois processos propiciaria o aumento da renda nacional e da renda *per capita*. Esse dividendo é temporário e diz respeito a

uma estrutura etária transitória. O segundo dividendo já é visto como algo mais prolongado sobre a renda *per capita*. Argumenta-se uma população mais velha e com esperança de vida mais elevada tende a acumular riqueza e fazer poupança.

Ressalvas e críticas têm sido feitas ao risco de se assumir que o bônus decorrente do momento demográfico é automático. Nesse sentido, o termo janela de oportunidades, utilizado por Carvalho e Wong (1995), parece mais adequado à descrição do fenômeno, pois ele sugere que está posta uma chance ao Brasil de elevar o bem estar da população. No entanto, chama a atenção para que a estrutura etária, que se apresenta, não determinará uma condição social e econômica mais favorável e duradoura. Ou seja, o momento demográfico, isoladamente, não irá gerar os efeitos esperados, caso o Brasil mantenha uma estrutura de desigualdade de oportunidades, especialmente as educacionais, e crescimento econômico baixo. Segundo Alves (2008), a janela de oportunidades começou a se abrir em 1995, começa a se fechar em 2025 e se encerra em 2055, quando perde todos os seus benefícios. O autor ressalta que o período entre 2020 e 2025 é o de maior abertura da janela. É nesse quinquênio que o Brasil, caso se prepare, poderá obter o maior dividendo da estrutura etária.

O desafio, então, para um "ponto de chegada" de equidade e justiça social, parece ser reduzir mais e mais as desigualdades para transitar para a vida adulta, particularmente via políticas públicas de educação e de transferência de renda condicionada, resultando assim em oportunidades de independência financeira e autonomia real para que se possa escolher os estilos desejados de vida adulta. Caso contrário, o Brasil terá visto apenas, e simplesmente, uma janela. Camarano (2014) sintetiza o que está em jogo assim: "se existem dividendos, estes parecem ser educacionais e não demográficos" (p.51). No próximo capítulo, serão abordados os avanços institucionais do século XX e início do XXI que afetaram diretamente as mudanças do processo de transição para a vida adulta no período. A maior parte dessas mudanças, como se verá, levou a um processo de padronização dos marcos iniciais do curso da vida e da juventude.

3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL, POLÍTICAS UNIVERSAIS E DE JUVENTUDE: UM PASSO PARA A PADRONIZAÇÃO DA ENTRADA NA VIDA ADULTA

3.1. Introdução

O presente capítulo aborda as mudanças institucionais que deram um novo formato ao processo de transição para a vida adulta ao longo do século XX e início deste século no Brasil. Organizou-se a discussão em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. A seção 2 discute a origem, a formulação da política de juventude no Brasil, seu desenho institucional e suas principais características. Na seção 3, aborda-se a emergência das políticas sociais no Brasil, com destaque para as políticas de educação e as de trabalho ao longo do século XX. Nela, discute-se a evolução e a ampliação do acesso ao sistema educacional e seus gargalos atuais e a regulamentação do mercado de trabalho. Assume-se que o desenho institucional e a normatização das políticas de educação e de trabalho foram responsáveis, em boa medida, para a padronização de algumas idades e etapas de passagem da juventude para a fase adulta. Na seção 6, são elencados alguns marcos legais que envolvem as mudanças nos arranjos familiares.

3.2. Juventude, arcabouço legal e políticas públicas

Até os anos 1990, a maior parte das ações governamentais, no Brasil, não se destinava exclusivamente à população jovem. O olhar era para o conjunto da população, e os jovens eram atendidos no bojo das políticas para crianças e adultos (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009; RUA, 1998). A partir de meados da década de 1990, ganha força o discurso sobre a necessidade de elaborar ações específicas para a juventude. Tal discurso foi embasado na concepção dos jovens como “sujeitos de direitos”, e não somente como um grupo etário em transição, e foi impulsionado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1992 e

a Constituição Federal de 1988. Nesse novo paradigma, os jovens deveriam ser atendidos em sua integralidade. Para tal, fazia-se necessário o desenho de políticas específicas e articuladas, que levassem em consideração as particularidades e a heterogeneidade das juventudes. Os desafios imediatos, que envolvem o acesso à escola e ao trabalho, bem como a ampliação de sua cidadania, por meio da participação política, social e cultural deveriam ser contemplados nas novas políticas de juventude (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009; NOVAES, 2009; UNESCO, 2004).

No âmbito internacional, algumas iniciativas fortaleceram o debate nacional, como a promulgação do Plano Mundial de Ação para a Juventude, em 1995; a realização da primeira Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, em 1998, que resultou na adoção da Declaração de Lisboa sobre a Juventude; e o Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, resultando no Plano de Ação de Braga. O Plano foi considerado um marco para a consolidação da percepção dos jovens como força positiva para impulsionar o desenvolvimento dos países (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009; CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009).

Apesar de os fundamentos de uma nova visão estarem presentes desde os anos 1990 no Brasil, foi somente nos anos 2000 que o novo paradigma começou a ser revertido em ações, em especial no plano institucional. Em 2005, a demanda por um órgão governamental voltado para a juventude, nos moldes do que já existia em outros países, foi atendida com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009). Pode-se dizer que, com ela, consolidou-se o que se chama de "Políticas Públicas de Juventude" (PPJs). A lei que a criou instituiu também o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), instância responsável por formular e propor diretrizes para as políticas públicas de juventude. Ele ainda existe e é composto de 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. A Secretaria está vinculada à Secretaria Geral da Presidência e foi criada com a função de articular os programas federais destinados à juventude. Nessa legislação, os jovens foram definidos como pessoas de 15 a 29 anos (BRASIL, 2005; SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006), ampliando o espectro etário utilizado até então, que era de 15 a 24 anos, conforme convencionado pela Assembleia Geral da ONU em 1985; ano que foi escolhido como o Ano Internacional da Juventude.

A articulação dos projetos no âmbito federal, de atribuição da Secretaria Nacional de Juventude, é o grande desafio, uma vez que a política pública brasileira mantém a

característica de fragmentação e sobreposição de ações. A desarticulação entre os projetos e programas que envolvem a juventude repercute nas esferas estaduais e municipais, e também não é uma particularidade das ações para os jovens. É característica de todo o sistema e afeta as políticas para outros grupos etários. A rigor, inclusive dentro de uma mesma esfera administrativa, observa-se a desarticulação entre secretarias. Nesse sentido, o discurso político em torno do tema não foi totalmente revertido em ações governamentais efetivas e exclusivas para a juventude. A instituição de um órgão específico para articular as políticas de juventude não parece ter sido suficiente para garantir o melhor atendimento ao jovem brasileiro. No entanto, os avanços nessa direção foram muitos e relevantes.

Após a implantação da Secretaria Nacional de Juventude – o que, em si já foi considerado um avanço - destacam-se a incorporação da categoria jovem ao Art. 227 da Constituição Federal em 2010[22]; a realização de diversos estudos e parceiras com órgãos de pesquisa e da sociedade civil; a realização de duas conferências nacionais da juventude em 2008 e 2011, e, mais recentemente, em 2013, o Estatuto da Juventude, considerado uma das maiores conquistas do movimento de afirmação dos jovens como "sujeito de direitos". Nele, estão estabelecidos os direitos que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro para os jovens (BRASIL, 2013). O Estatuto reitera as demais normatizações no que se refere à definição do recorte etário considerado jovem, que é o de pessoas de 15 a 29 anos. Quanto à mudança constitucional, a introdução do termo "Jovem" tem significado especial, pois mostra o reconhecimento dos jovens como um grupo específico de atendimento e de direitos, com necessidades particulares, que o distinguem das crianças e dos adultos.

Diante desse novo paradigma, as PPJs têm sido classificadas em três tipos: universais, atrativas e exclusivas, de acordo com Novaes (2009). As políticas universais são aquelas voltadas para a população como um todo, na qual estão os jovens. São, principalmente, as políticas educacionais, de trabalho e emprego, de assistência social, de saúde e cultural. Aquelas chamadas de atrativas são as políticas não dirigidas aos jovens, mas que os afetam diretamente, como os projetos e programas de cultura, e outros que acontecem em ambientes escolares. Por fim, as políticas exclusivas são, como o nome indica, políticas de qualquer área

[22] O capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal passa a denominar-se "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso" e o Art. 227 foi alterado introdução o termo Jovem: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

desde que sejam voltadas especificamente para a população de 15 a 29 anos, ou de algum grupo etário específico compreendido nesse intervalo.

Há na literatura nacional sobre as políticas de juventude uma aparente dicotomia ou um conflito entre a ideia de jovens como "sujeitos de direitos" e a de jovens como um grupo etário em transição, para os quais prevalecem o olhar de preparação para a vida adulta. Não se pretende aqui uma discussão aprofundada sobre o tema. Mas algumas ressalvas merecem ser feitas. Do ponto de vista político, a incorporação da visão de jovens como "sujeito de diretos" foi crucial para a demarcação de juventude como um grupo com identidade própria, necessidades específicas e manifestações particulares. Nesse sentido, o movimento que fez valer a necessidade de se elaborar um eixo de políticas de juventude foi de enorme relevância, mobilizou a agenda política do país e criou condições para a criação de instâncias próprias. No entanto, tal visão não exclui ou conflita com a perspectiva de juventude como fase de transição, enfoque primeiro desta tese, como, em certos momentos, a literatura sobre o tema expressa.

Neste capítulo, a discussão concentra-se, especialmente, na emergência e na evolução das políticas universais, que beneficiaram os jovens, ampliando sua capacidade de inserção social, emancipação e entrada na vida adulta, sem que, no entanto, elas tenham sido elaboradas somente para eles. Nesse rol de políticas, encontram-se as de educação e de trabalho e emprego, como será visto. Para situá-las historicamente, na seção seguinte, será discutido o modelo geral de políticas sociais que o país foi construindo ao longo do século XX.

3.3. A emergência das políticas sociais, a institucionalização do sistema educacional e a regulamentação do trabalho no Brasil

A emergência e a consolidação do sistema de proteção social brasileiro deram-se ao longo do século XX, partindo de um conjunto de ações isoladas e residuais nas primeiras décadas para um sistema mais complexo, articulado e universalista. Até os anos 1980, ele pode ser considerado um sistema de tipo meritocrático e, a partir da Constituição Federal de 1988, um modelo redistribuitivo e universal. Na acepção de Esping-Andersen (1991), o modelo meritocrático recebe a denominação de conservador, e o redistribuitivo, de social-

democrata. No modelo meritocrático ou conservador, a ação protetora do Estado restringe-se ao atendimento e à proteção dos grupos que contribuíam para a riqueza nacional por meio da inserção formal no mercado de trabalho. O modelo redistribuitivo caracteriza-se pela universalidade das ações de proteção, independentemente de contribuições (CASTRO; RIBEIRO, 2009; DRAIBE, 1990; VIANNA, 1998)[23]. Apesar de a consolidação do sistema de proteção social se caracterizar pela incorporação crescente de novos segmentos ao longo desse período, algumas décadas foram mais ou menos vigorosas, o que se faz suficiente para refutar a ideia de que tenha sido um processo linear, como alerta Draibe (1990). Segundo a autora, a construção desse sistema usualmente tem sido dividida em três grandes períodos: 1930-1964 e 1965-1988 e pós-1988. Nesta seção, no entanto, serão usadas duas grandes periodizações: antes e pós-1988, tendo como marco a Constituição Federal. Porém, é importante ressaltar que, como será visto, antes da Constituição Federal, já havia elementos universalizantes na política social brasileira.

3.3.1. Pré-1988

Apesar de algumas ações protetoras terem se dado ainda na década de 1920, como Lei Eloy Chaves, de 1923, que previa a criação das caixas de aposentadoria e pensões (CAPs), para empregados de empresas do setor exportador urbano, sem ônus para o Estado, dando origem à noção de seguro social[24] no Brasil, foi apenas na década de 1930 que se pode falar, de fato, em nascimento da política social brasileira, composta de ações, pela primeira vez, mais articuladas nacionalmente e com regulação estatal (CAMARANO; MELLO, 2010; CARDOSO JUNIOR; JACCOUD, 2005; CASTRO et al, 2009; DRAIBE, 1990; DRAIBE; CASTRO; AZEVEDO, 1991; MEDEIROS, 2001; OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986). Ela nasce com algumas peculiaridades. Uma delas é que, diferentemente do que se passou na Europa, o modelo de proteção social no Brasil não emergiu de uma pressão organizada da classe trabalhadora, de partidos ou de sindicados, e sim de um movimento inverso: do Estado para

[23] Para uma análise histórica dos modelos de *Welfare State*, sugere-se Thomé (2013).

[24] O modelo de proteção baseado na garantia do seguro social surgiu na Alemanha no final do século XIX, no período de Otto Bismarck. Nesse modelo, o acesso à proteção estava condicionado à contribuição compulsória prévia de trabalhadores e empregadores, dando origem a um fundo coletivo elaborado para garantir a proteção de trabalhadores formais em situações de inatividade. Apesar de restrita, foi um avanço para a época, uma vez que ele se opunha à assistência caritativa destinada aos pobres, que prevalecia naquele momento.

os trabalhadores e os empregadores, como ressalta Santos (1979), em um claro movimento de controle das classes populares.

O início desse modelo de proteção foi a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensão (IAPs) em 1933, que igualaram os benefícios de determinadas categorias profissionais em todo território nacional, mantendo a lógica do seguro social das primeiras ações dos anos 1920. A institucionalização das ações no período 1930 a 1964 não se limitou ao campo da previdência social e ao atendimento à saúde. Também foi marcado por ações relacionadas ao eixo principal das políticas que afetam diretamente a transição para a vida adulta: educação e trabalho. No período, regulamentou-se a Justiça do Trabalho e os diversos órgãos de promoção da saúde pública foram unificados e migrados para o Ministério da Justiça. Em seguida, as ações de saúde pública e educação foram unificadas em torno do Ministério da Saúde e Educação. No campo da educação, a Constituição de 1934 consolidou importantes avanços. Ela foi a primeira a dedicar um capítulo à educação. Nela, estabeleceu-se a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário como dever do Estado. Contudo, a Constituição não vinculou essa obrigatoriedade a uma faixa etária específica (HILSDORF, 2003 *apud* VIEIRA 2009). Na Constituição de 1937, a educação voltada para o trabalho ganha destaque, o que era adequado à expansão da economia industrial e urbana

Os marcos legais na área de educação, assim como nas demais políticas, foram gradualmente definidos e ampliados, seja por uma ótica orientada para o trabalho, seja com caráter mais generalista. A Constituição de 1946 estabeleceu o ensino primário de quatro anos e reiterou sua obrigatoriedade e gratuidade, estipulada na Constituição de 1934. Na década de 1950, o Ministério da Educação e Saúde é desagregado, evidenciando a crescente importância dessas agendas no sistema de proteção social. No que se refere às políticas de trabalho, o Estado Novo inaugura o trabalhismo oficial, com sindicato único e contribuição sindical obrigatória. Nesse período, foi homologada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, em voga até os dias de hoje. Nesse mesmo período, foi fundado o Sistema S com o objetivo de expandir a qualificação profissional.

Apesar desses movimentos de inclusão de outros segmentos ocorridos especialmente entre 1930 e 1940, na era getulista, o sistema de proteção social permanecia vinculado, em maior ou menor grau, a um princípio meritocrático, em que as normas para a elegibilidade aos benefícios sociais era dada pela posição dos indivíduos no mercado de trabalho e pela da renda adquirida ao longo de sua a vida produtiva, à exceção da educação que, embora bastante restrita, era gratuita, obrigatória e aberta à população. Nesse período, o sistema de

proteção era normatizado pelo Estado sem a influência de atores da sociedade, resultando em uma cidadania denominada por Santos (1979) como “cidadania regulada”.

Nas décadas seguintes, marcadas pela acelerada industrialização e urbanização, o sistema de proteção social foi sendo ampliado com a incorporação gradual de segmentos da sociedade, apresentando alguns elementos universalizantes já nos anos 1960 e 1970 (DRAIBE, 1990). Nesse período, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que trouxe uma proteção adicional aos trabalhadores formais. É importante ressaltar que boa parte das instituições de mercado de trabalho foram criadas e consolidadas até meados do século XX. No entanto, as políticas de acesso ao emprego e proteção aos momentos de desemprego vieram mais tarde, com a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) em 1977. Ele deveria ofertar um conjunto de serviços com o objetivo de potencializar o acesso a cursos de qualificação e orientação vocacional. No entanto, o SINE acabou funcionando como uma agência de empregos. Até mesmo como agência de empregos seu alcance foi baixo (CONZALEZ, 2010). No campo da educação no período, presenciou-se a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961 e 1971. Na última, a obrigatoriedade ao ensino foi expandida para oito anos, o que também promoveu o aumento crescente do número de matrículas, como será visto mais adiante. Nesse período, de 1966-1971, consolidaram-se os sistemas públicos de proteção social no Brasil. Isso significa dizer que o núcleo duro da política social estava identificado (DRAIBE, 1990).

3.3.2. E, então, ela chegou: a Constituição Federal de 1988

A partir de 1988, com a promulgação da Constituição, definiu-se um novo marco jurídico para o sistema de proteção social brasileiro, em todos os campos. No das políticas de previdência, saúde e assistência, a Constituição instituiu a Seguridade Social como forma ampla de proteção social, rompendo com o caráter meritocrático e contributivo vigente até então. Ela concretizou-se pela unificação das políticas previdenciárias, assistenciais e de saúde. A introdução do conceito de Seguridade Social na Constituição de 1988 superou a

lógica do seguro, que marcava a política previdenciária e de saúde até então[25]. Destacam-se dois grandes avanços nesse âmbito: a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), de caráter universal e gratuito para toda a população, regulamentado em 1990, a vinculação das aposentadorias e pensões ao piso do salário mínimo e a ampliação da cobertura previdenciária.

Além da garantia à previdência social, à saúde e à assistência social, a Constituição de 1988 estabelece a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade como direitos sociais. Nela, a educação passou a ser um "direito público subjetivo" e ficou estabelecido que o ensino fundamental era dever obrigatório e gratuito do Estado, inclusive para aqueles que não estivessem na idade apropriada. Incluía também a progressiva universalização do ensino médio, o atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais, o atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos e a oferta de ensino regular noturno. A gratuidade é reiterada para os níveis de ensino, mas a obrigatoriedade ficou restrita ao ensino fundamental. Pela primeira vez também, a educação de jovens e adultos passou a ser modalidade de ensino, não mais sendo compreendida no campo da assistência social. Um importante avanço no campo da educação foi o aumento da vinculação de recursos. Nela, estabeleceu-se que a União deve aplicar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% da receita de impostos na manutenção do ensino. Além disso, a normatização da educação refletiu o espírito descentralizador do período e contribuiu para a delimitação das responsabilidades entre estados e municípios pelos níveis de ensino (CASTRO et al., 2009).

O desenho institucional da educação no Brasil após 1988 contou ainda com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Ela foi alterada ao longo das duas décadas seguintes, reforçando o caráter público e obrigatório da educação brasileira. A LDB divide o sistema de ensino em educação básica e superior, e introduz, assim, um novo conceito de educação (CURY, 2008). A partir dela e de suas reformulações, a educação básica organizou-se em ensinos infantil, fundamental e médio. Não há referência explícita a esse novo conceito no capítulo de educação na Constituição de 1988, mas seu espírito como direito inerente à cidadania já estava presente no texto constitucional (CURY, 2008). Na versão original, de

[25] A noção de seguridade que passou a ser adotada a partir de então se assemelha à desenvolvida por Willian Beveridge na Inglaterra nos anos 1940 e tem como ponto de partida o entendimento de que a proteção deve ser preventiva. Para tal, o acesso a bens e serviços não poderia estar condicionado à contribuição obrigatória previamente para o grupo contribuinte.

1996, a LDB mencionava a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental. Posteriormente, a lei 12.796 de 2013 definiu a educação básica obrigatória e a gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, incorporando a pré-escola e o ensino médio.

Alteração importante também foi definida pela lei 11.274 de 2006. Nela, o ensino fundamental passou a durar nove anos, incorporando a classe de alfabetização. A partir dessa lei, o ensino médio volta a ter caráter mais generalista, perdendo a concepção de preparação para o mercado de trabalho. Houve avanços também na garantia do financiamento da educação, norteado pelo princípio da descentralização de recursos: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef) e, posteriormente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

No campo das políticas de emprego e renda, na década de 1980, pouco antes da promulgação da Constituição de 1988, o destaque foi criação do seguro-desemprego em 1986, que significou uma proteção importante para os empregados com carteira assinada, e, em 1989, foi disponibilizado o Abono Salarial. Esses foram os dois mais importantes benefícios disponibilizados no período. Ambos têm o salário mínimo como piso (CASTRO et al., 2009). No início da década de 1990, foi definida uma fonte de financiamento para as políticas de trabalho, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em 1990, que viabilizou a ampliação da cobertura dos benefícios (CONZALEZ, 2010). Nas décadas seguintes, o direito ao seguro-desemprego foi sendo gradualmente ampliado. No presente momento, discute-se sua reformulação, no sentido de corrigir distorções e manter a sustentabilidade do benefício ao longo do tempo. As últimas décadas presenciaram também a afirmação dos direitos dos negros e das mulheres e de grupos etários específicos etários, ampliando, assim, a noção de cidadania construída ao longo do século XX. Entre eles, como discutido na seção anterior, os direitos da população jovem.

3.3.3. Os efeitos da institucionalização no sistema educacional brasileiro

A agenda da educação foi adquirindo importância gradual ao longo do século XX, como visto anteriormente. Apesar da urgência por melhorias nos indicadores de qualidade, e ainda de universalização de alguns segmentos, pode-se dizer que um dos destaques do período foi o reconhecimento da centralidade da educação para a melhoria das condições de

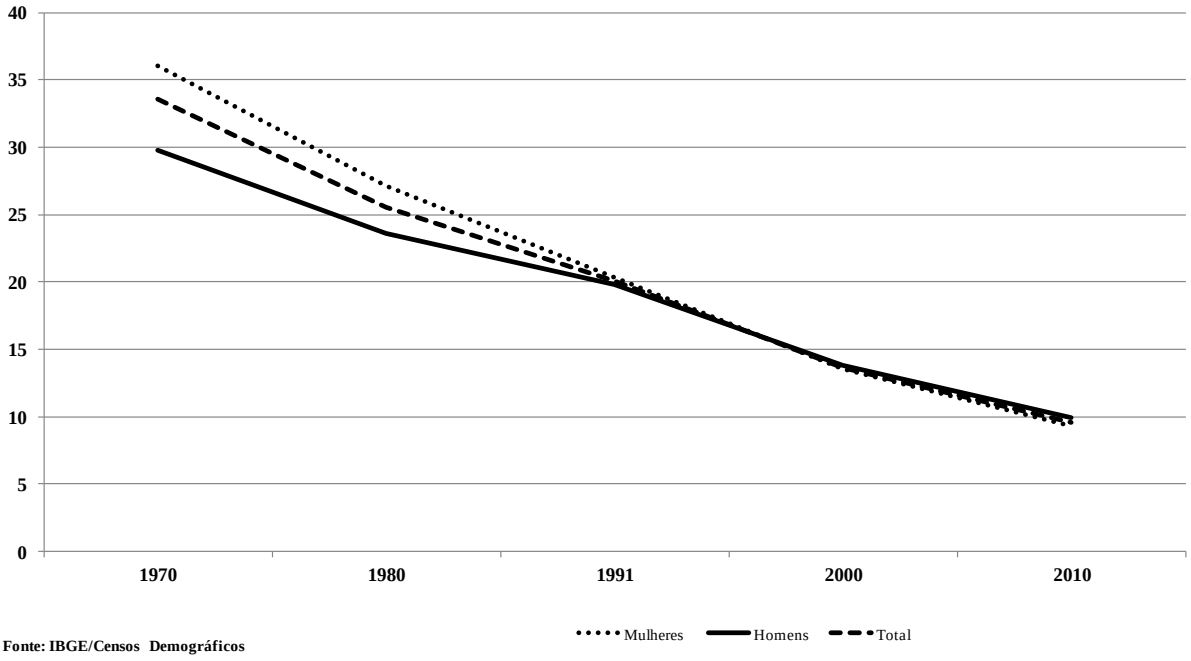
vida da população e do desenvolvimento social e econômico. Tal centralidade é sugerida, entre outros, pelo fato de a educação passar a ser considerada direito inalienável dos cidadãos nas legislações nacionais do século XX, como destaca Vieira (2009). O reconhecimento da importância da educação como elo propulsor de desenvolvimento criou condições para que o acesso à escolarização fosse expandido de forma constante e acelerado nas últimas décadas.

Um dos indicadores mais utilizados para se medir o nível de desenvolvimento social de um país é a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos e mais. Isso, em parte, porque, o acesso a bens materiais e imateriais, em uma sociedade baseada na escrita, dá-se pelo aprendizado das habilidades de ler, escrever e contar (HENRIQUES, 2006). Neste sentido, a alfabetização tem caráter inclusivo. Por oposição, o analfabetismo traz fortemente o sentido de exclusão; objetiva, pelo que pode adquirir com o conhecimento da leitura e da escrita; e subjetiva, porque o letramento é um valor social, e não apenas uma conquista intelectual. Por esta razão, pessoas analfabetas são constantemente vítimas de discriminação, preconceito e desvalorização social, e as limitações a que estão submetidas podem reduzir suas possibilidades de reação, inclusive para utilizar os instrumentos legais de garantia de direitos (HENRIQUES, 2006). No final do século XIX, adultos analfabetos eram excluídos, inclusive, do processo político, mesmo no contexto em que 72% da população não sabiam ler e escrever (HADADD; PIERRO, 2000). A eles não era permitida a participação pelo voto. A alfabetização é, em certo sentido, uma porta de entrada para novas oportunidades de inserção social.

Ao longo do século XX, o Brasil apresentou expressivo avanço na alfabetização de crianças, jovens e adultos. No caso específico do letramento de adultos, de 1940 para cá, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais caiu 46 pontos percentuais para o total da população, sendo 24 pontos somente no período mais recente. O Gráfico 10 ilustra ainda outra importante mudança: a queda deu-se para homens e mulheres, mas em ritmo mais acelerado entre elas, evidenciando, também para este indicador, a reversão do hiato de gênero na educação brasileira. A queda mais elevada da taxa de analfabetismo entre as mulheres corrobora análises realizadas sobre os diferencias dos níveis de escolaridade entre homens e mulheres no Brasil ao longo do século XX (BELTRÃO; ALVES, 2004; BELTRAO; ALVES, 2009; BELTRÃO; NOVELLINO, 2002; GUEDES, 2004). No caso da taxa de analfabetismo, a reversão deu-se somente na década de 1990, reflexo de um efeito composição entre grupos etários da população. A taxa de analfabetismo é maior entre as coortes mais velhas, fato que, por si só, pode contribuir para a redução do analfabetismo nas próximas décadas. Nessas

coortes, o predomínio é feminino, pois elas vivem mais que os homens, como mencionado no capítulo 2.

Gráfico 10: Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais - Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos

O fato de o analfabetismo ter se reduzido expressivamente e estar concentrado nas coortes mais velhas não quer dizer que não se deva investir em programas para combatê-lo. Antes o contrário, como ressalta Medeiros (1999), que trabalhou com projeções até 2020. Segundo o autor, apenas o efeito demográfico pode não ser suficiente para erradicar o analfabetismo, pois ainda é elevado o percentual de jovens analfabetos. O analfabetismo atual é fruto da insuficiência e da demora na melhoria da alfabetização ao longo da segunda metade deste século (MEDEIROS, 1999). O Brasil ainda está longe da meta acordada com a Organização das Nações Unidas (ONU), de 6,7% até 2015.

A queda das taxas de analfabetismo pode ser analisada como resultante de dois processos: 1) Políticas voltadas especificamente para erradicar o analfabetismo e; 2) Políticas universais de educação. O primeiro deles está relacionado aos esforços para lidar com o que se pode chamar de um estoque de exclusão: pessoas para as quais as políticas universais educacionais não foram efetivas ao longo do ciclo de vida. Nessa linha de esforços, encontram-se os programas focalizados na alfabetização de jovens e adultos. Do decorrer do século XX, foram muitos, públicos ou privados, e a priorização dessas ações variou ao longo

do tempo. Até a Constituição de 1934, e a elaboração do Plano Nacional de Educação, por ela determinada, o Brasil não oferecia um tratamento específico para a educação de jovens e adultos. O Plano Nacional de Educação foi importante para o reconhecimento da necessidade de um olhar específico para a escolarização dos jovens e adultos em situação de defasagem, mas foi na de LDB de 1971, durante o regime militar, que o ensino supletivo foi regulamentado e, posteriormente, em legislações complementares, seus objetivos foram precisados até que se constituísse, de fato, uma política pública (HADADD; PIERRO, 2000).

No decorrer dos anos 1960, algumas iniciativas para a alfabetização de adultos foram realizadas, entre elas, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1967. Ele foi fortemente criticado, pois era entendido como um projeto ideológico do governo militar para domesticar a população e por ser considerado de baixa qualidade. Estigmatizado, ele acabou sendo extinto e substituído, em 1985, pela Fundação Educar, também extinta em 1990, gerando um vazio de ações no plano federal. De forma consistente, elas foram retomadas pelo Programa Recomeço, em 2001. Fora do âmbito do Ministério da Educação, ao longo dos anos 1990, outros programas foram destinados à educação de jovens e adultos, entre eles, o Programa Alfabetização Solidária e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (HADADD; PIERRO, 2000). Nos primeiros anos do século XXI, foi implantado o Programa Brasil Alfabetizado, em 2003, que vigora até hoje, com desenho e financiamento majoritariamente federal e execução municipal e estadual. Em casos de população indígena, quilombola e carcerária ela é de execução exclusivamente estadual[26].

O segundo processo, relacionado à queda do analfabetismo no Brasil, não se refere especificamente ao tratamento do estoque de exclusão, mencionado antes, mas envolve todas as ações que levaram ao aumento do acesso à escolarização. Hoje, os anos iniciais e os finais do ensino fundamental estão quase universalizados. Ou seja, o avanço das políticas para o conjunto da população como um todo evitou que mais crianças deixassem de se alfabetizar, como ocorreu no passado, gerando o tal estoque de exclusão.

---

[26] A eficácia desses programas nem sempre é alta. O Brasil Alfabetizado, por exemplo, foi avaliado recentemente e, em que pense sua importância, os resultados dessa avaliação não foram positivos. Ela mostrou que o programa funciona mais como um reforço do aprendizado de pessoas em situação de analfabetismo funcional, e menos para pessoas que, de fato, não sabem ler (AZEVEDO et al, 2006; ULYSSEA; AZEVEDO; SCHWARTZMAN, 2006). Isso se deve, em especial, a imperfeições no processo de seleção entre os alunos, que - seja por falta de oferta para continuar seus estudos, seja por não se reconhecerem alfabetizados -, acabam se inscrevendo no programa. Há um viés de origem na seleção dos beneficiários. De lá para cá, o programa foi ajustado, mas as falhas permanecem, prejudicando sua eficácia junto ao seu público alvo. Nem ele nem outras iniciativas públicas são desprezíveis evidentemente, pois parte dessas pessoas também se encontra em situação de exclusão, constatação ainda mais verdadeira quando se considera os diferenciais regionais. Mas é sinal de que o programa está mal focalizado e não atinge o chamado "analfabeto absoluto".

O crescimento do acesso ao ensino fundamental é notável: a taxa líquida de matrícula - aquela que mede o número de pessoas cursando o segmento em idade adequada, 7 a 14 anos -, superava os 96% em 2012. Em 1982, ela oscilava em torno de 77%, como mostra a Tabela 3. Esse foi o grande ganho do ponto de vista educacional. Os percentuais são semelhantes para homens e mulheres. Pode-se afirmar que o ensino fundamental está praticamente universalizado no Brasil. No entanto, o mesmo não pode ser dito sobre o ensino médio. Apesar do expressivo crescimento nas três últimas décadas, esse segmento ainda está muito longe de cobrir a população jovem, particularmente a entre 15 e 17 anos, faixa etária considerada adequada à freqüência do ensino médio. Entre 1982 e 2012, a taxa líquida de matrícula desse segmento passou de 13,3% para 54,2%. Nos dois anos considerados, as taxas são maiores entre as mulheres, 14,9% para 59,9%, respectivamente. Entre os homens, ela passou de 11,6% para 48,7% no período. Houve também crescimento da população freqüentando ensino superior, de 2,9% para 12,9% entre os jovens de 18 e 19 anos, e de 5,8% para 16,1% entre os jovens de 20 a 24 anos. Essas taxas também são sempre maiores para as mulheres do que para os homens, sugerindo que, quanto maior o segmento, maior a participação das mulheres. Viu-se que no ensino fundamental, a freqüência das mulheres é praticamente igual a de homens. À medida que se avança no sistema educacional, a diferença vai se ampliando em favor das mulheres. Isso resulta em uma escolaridade média maior entre as mulheres. Ou seja, o sistema educacional acabou se configurando muito mais como um espaço feminino do que masculino.

A universalização do ensino fundamental e o incremento da freqüência no ensino médio indicam que, ao longo da segunda metade do século XX, o Brasil conseguiu ampliar a oferta de educação básica, mesmo levando em conta o aumento da população em idade escolar, conforme detalha Soares (2006). No período, houve aumento da população em idade escolar e cada faixa etária aumentou em ritmo diferenciado, o que requereu por parte do Estado um esforço particular para atender a demanda dos diversos níveis de ensino[27].

Uma das ações que impulsionou esse crescimento foi a instituição do Fundef, a partir do qual a maior parte dos recursos públicos da educação foi reunida em um fundo e,

[27] Decompondo o crescimento na matrícula total entre o que se refere ao crescimento demográfico e aquele que aumenta o acesso, observa-se que, entre 1970 e 2000, o número de vagas criadas superou o necessário para que se atendesse o crescimento dos grupos populacionais em idade escolar, de acordo com Soares (2006). Ou seja, o Brasil conseguiu neste período aumentar as oportunidades educacionais para o ensino fundamental e o médio. Entre 1996 e 2000, mais do que o crescimento da população criou 32 milhões de vagas em todos os níveis. Dois milhões representaram novas oportunidades (SOARES, 2006).

posteriormente, redistribuído entre as esferas de governo estadual e municipal, proporcionalmente às matrículas do ensino fundamental nas respectivas redes. Ressalta-se que as matrículas de educação de jovens e adultos não eram computadas nesse cálculo, bem como as do ensino infantil (HADADD; PIERRO, 2000). O objetivo da criação do fundo era garantir um gasto mínimo por aluno e, por decorrência, acabou reafirmando a necessidade dos estados e dos municípios de vincularem de 25% das receitas de impostos, previsto constitucionalmente. A criação do fundo acentuou o processo da gestão descentralizada em curso, uma vez que definiu que a responsabilidade de arcar com os recursos do fundo era dos municípios e dos estados, podendo ser complementado pela União (CASTRO; DUARTE, 2008). Tal arranjo institucional foi positivo e contribuiu para o avanço da universalização do ensino fundamental.

Tabela 3: Taxa de escolarização líquida por segmento e faixa etária (%)

Brasil, 1982 e 2012

	1982					2012				
Total	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**
Ensino fundamental	77,6	37,4	13,0	3,8	0,5	96,1	29,0	5,2	1,6	0,5
Ensino médio		13,3	13,8	5,2	0,4		54,2	24,9	5,0	0,6
Ensino superior			2,9	5,8	0,9			12,9	16,1	2,5
Homens	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**
Ensino fundamental	77,1	38,3	13,2	3,8	0,4	96,3	34,2	6,4	1,7	0,4
Ensino médio		11,6	12,8	5,1	0,4		48,7	25,7	5,1	0,5
Ensino superior			2,3	5,4	1,0			10,1	14,1	2,2
Mulheres	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**
Ensino fundamental	78,1	36,4	12,8	3,9	0,6	95,9	23,6	3,8	1,4	0,6
Ensino médio		14,9	14,9	5,3	0,5		59,9	24,0	4,9	0,8
Ensino superior			3,5	6,1	0,8			15,8	18,1	2,7

Fonte: IBGE/ PNADs 1982 e 2012.

O modelo de financiamento adotado para o ensino fundamental foi estendido para o ensino médio regular, o de jovens e adultos e o infantil, em 2006, com a criação Fundeb. Apesar da modificação na estrutura de financiamento, e do aumento de vagas, já descontando o crescimento populacional (SOARES, 2006), os gargalos para a ampliação do acesso ao ensino médio permanecem. Houve melhora nas últimas décadas, mas a universalização está muito longe de se concretizar.

Interessante notar também, como mostra a Tabela 3, que há um deslocamento da taxa de freqüência nos ensinos fundamental e médio para a idade correta ao longo dos anos, apontando para um movimento de correção do fluxo. Observa-se que, em 2012, um percentual menor de jovens de 15 a 17 anos freqüentava o ensino fundamental, um menor ainda entre 18 e 19 anos e assim por diante. Ou seja, à medida que o acesso é ampliado nos níveis iniciais, a freqüência de jovens com idade mais avançada nos primeiros anos de escolarização vai se reduzindo. Observe que, em 1982, a taxa líquida de matrícula entre os jovens de 15 a 17 anos que freqüentava o ensino fundamental era de 37,4% e, em 2012, de 29%. Entre os de 18 e 19 anos, a redução é ainda maior. A taxa de matrícula caiu de 13% em 1982 para menos da metade em 2012, de 5,2%.

Inegável, assim, é a constatação da universalização do acesso ao ensino fundamental que se deu ao longo dos anos 1990. No entanto, como se viu, o quadro não se repete para o ensino médio, apontando para uma desigualdade de oportunidades acentuada no acesso a esse nível de ensino, tema bastante investigado nos últimos anos. Desigualdades semelhantes no acesso são observadas também para o ensino superior, como mostra Ribeiro (2011). A conclusão do ensino médio e a entrada no ensino superior também representam gargalos para o avanço da escolarização no Brasil.

Uma das linhas de estudo sobre as desigualdades de oportunidades no Brasil tem sido sobre o impacto da origem social nas chances de concluir o ensino fundamental e transitar para o ensino médio. Analisando as mudanças nas desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil e no México em diferentes períodos econômicos, Marteleto, Carvalhaes e Hubert (2012) mostram que o impacto das variáveis de origem social – no caso, escolaridade da mãe – na matrícula do ensino fundamental diminuiu expressivamente entre as décadas de 1980 e 2000 no Brasil e no México. Nos anos 1980, no Brasil, a probabilidade de completar o ensino fundamental era 61 pontos percentuais maior para adolescentes cuja mãe tinha nível superior do que para aquelas com mães sem escolaridade. Na década de 1990, essa

diferença caiu para 54 pontos e, na de 2000, para 41. O declínio foi constante, mas mostrou-se mais acentuado nos períodos de crescimento econômico e de políticas públicas de inclusão e manutenção de jovens nas escolas, entre as décadas de 1990 e o final dos anos 2000.

Apesar de a influência da origem familiar no ensino fundamental ter diminuído entre 1980 e 2000, o mesmo não ocorre na transição para o ensino médio. Os resultados apontam na direção de uma estabilidade na associação entre origem social e freqüência na transição para o ensino médio, condicionada à conclusão do ensino fundamental, entre 1980 e 2000. Já no México, país que alcançou a universalização do fundamental antes que o Brasil, a associação diminuiu. Marteleto, Carvalhaes e Hubert também investigam as diferenças existentes entre alunos da rede pública e privada no que se refere ao impacto da origem social. Os resultados mostram um aumento da associação da origem social e freqüência à escola no que refere à escola privada, o que, segundo os autores, indica o aumento das desigualdades no acesso de qualidade.

Os dados da Tabela 4 reforçam alguns dos achados dos estudos mencionados e sugerem também um processo de democratização do acesso ao sistema de ensino: a redução do diferencial na freqüência ao ensino fundamental entre crianças inseridas em famílias mais pobres e os em famílias com renda mais elevadas, expressos aqui como primeiro e quinto quintil de renda domiciliar *per capita* para o período. Em 1982, o ensino fundamental já estava praticamente universalizado entre as crianças de classes altas, com taxas semelhantes às observadas para a população total em 2012, enquanto, entre as crianças pobres, ela estava abaixo da média nacional, oscilando em torno de 64% das crianças entre 7 e 14 anos. A diferença no acesso ao ensino fundamental entre os quintis de renda *per capita* desaparece em 2012. Ou seja, atualmente, as crianças de famílias pobres e ricas entram na escola na idade adequada na mesma proporção.

Tabela 4: Taxa de escolarização líquida por segmento, quintil de renda domiciliar *per capita* e faixa etária (continua)

Brasil, 1982

	1982									
	Primeiro quintil de renda domiciliar *per capita*					Quinto quintil de renda domiciliar *per capita*				
Total	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**
Ensino fundamental	64,3	37,2	16,5	4,7	0,5	95,0	34,1	8,9	2,9	0,5
Ensino médio		2,3	3,7	1,6	0,1		40,6	27,0	7,0	0,7
Ensino superior			0,5	0,9	0,1			11,9	17,3	2,6
Homens	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**
Ensino fundamental	77,1	38,3	13,2	3,8	0,4	96,2	38,1	9,5	2,5	0,4
Ensino médio		1,7	3,3	1,4	0,1		39,3	29,9	7,5	0,8
Ensino superior			0,3	1,2	0,1			10,4	16,9	3,0
Mulheres	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**	**7 a 14**	**15 a 17**	**18 a 19**	**20 a 24**	**25 e mais**
Ensino fundamental	65,5	36,9	17,9	4,8	0,6	93,8	30,8	8,5	3,4	0,6
Ensino médio		2,9	4,0	1,7	0,1		41,8	24,4	6,5	0,6
Ensino superior			0,7	0,6	0,1			13,3	17,6	2,1

Fonte: IBGE/ PNADs 1982 e 2012.

Tabela 4: Taxa de escolarização líquida por segmento, quintil de renda domiciliar *per capita* e faixa etária (conclusão)

Brasil, 1982

	2012									
	Primeiro quintil de renda domiciliar *per capita*					Quinto quintil de renda domiciliar *per capita*				
Total	**7 a 14 anos**	**15 a 17 anos**	**18 a 19**	**20 a 24 anos**	**25 e mais**	**7 a 14 anos**	**15 a 17 anos**	**18 a 19**	**20 a 24 anos**	**25 e mais**
Ensino fundamental	96,0	42,4	10,2	3,4	1,1	96,5	13,1	0,9	0,4	0,1
Ensino médio		39,0	29,4	7,0	1,0		76,1	16,0	2,0	0,3
Ensino superior			2,9	4,4	0,6			37,9	37,3	4,4
Homens	**7 a 14 anos**	**15 a 17 anos**	**18 a 19**	**20 a 24 anos**	**25 e mais**	**7 a 14 anos**	**15 a 17 anos**	**18 a 19**	**20 a 24 anos**	**25 e mais**
Ensino fundamental	96,3	34,2	6,4	1,7	0,4	96,2	15,4	0,7	0,4	0,1
Ensino médio		32,0	28,6	7,4	0,6		74,5	19,8	2,1	0,3
Ensino superior			2,2	3,5	0,6			35,1	35,2	4,6
Mulheres	**7 a 14 anos**	**15 a 17 anos**	**18 a 19**	**20 a 24 anos**	**25 e mais**	**7 a 14 anos**	**15 a 17 anos**	**18 a 19**	**20 a 24 anos**	**25 e mais**
Ensino fundamental	95,9	34,8	7,4	3,1	1,5	96,9	10,4	1,1	0,3	0,1
Ensino médio		46,2	30,0	6,7	1,3		78,0	11,8	2,0	0,3
Ensino superior			3,4	5,2	0,7			41,0	39,7	4,1

Fonte: IBGE/ PNADs 1982 e 2012.

Já no ensino médio, a diferença nas taxas de matrículas de jovens entre 15 e 17 anos era grande, em 1982, e permanece bastante desigual em 2012. No primeiro quintil de renda *per capita*, a proporção de jovens na idade adequada passou de 2,3% para 39%% no período, enquanto a proporção entre os jovens do quinto quintil de renda cresceu de 40,6% para 76,1%. Observa-se que a proporção entre os jovens mais ricos em 1982 já era superior a observada para os jovens pobres em 2012. Nesse ano, a taxa de matrícula dos mais riscos era 20 pontos percentuais a mais que a taxa de matrícula total. A diferença vem diminuindo ao longo das décadas, o que é um bom sinal, mas o padrão permanece, o que é preocupante, pois a desigualdade no acesso ao sistema educacional pode trazer implicações nas transições futuras desses jovens. Tal padrão de desigualdade no ensino médio repete-se para o ensino superior. O acesso à educação vai se afunilando ao longo da vida escolar, deixando pelo caminho muitos jovens, que vão se transformar em adultos com maiores dificuldades de inserção social e profissional.

Apesar dos avanços destacados acima, os dados mostram que um dos grandes desafios do sistema educacional é a permanência do jovem na escola, especialmente na transição do fundamental para o ensino médio. Verifica-se que há uma descontinuidade nas matrículas ao longo do ciclo de vida. Elas são substancialmente menores no ensino médio, apontando para uma expressiva evasão do sistema educacional. Salvo situações de mortalidade precoce – como os homicídios, uma das importante fontes de vulnerabilidades -, se o fluxo fosse perfeito, os alunos matriculados em um segmento estariam matriculados no segmento seguinte. A diminuição é gradativa e na transição do fundamental para o médio perde-se um grande volume de alunos.

Durante muito tempo, o problema da evasão escolar[28] foi entendido como resultante exclusivo de um sistema mais amplo, em que as condições econômicas das famílias determinavam o baixo desempenho das crianças e jovens nas escolas. O argumento girava em torno de uma causalidade entre a pobreza e a evasão escolar. As crianças e jovens deixavam as escolas, porque precisavam trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias. A explicação recaia, em última instância, no trabalho infantil. Nessa ótica, as famílias pobres eram

[28] Utilizou-se aqui o termo evasão escolar e abandono como sinônimos. No entanto, cabe ressaltar que há uma diferença sutil entre elas. O termo evasão é utilizado para descrever uma situação em que um aluno matriculado em uma determinada série, de um ano letivo, não se matricula ano seguinte, tendo sido ele aprovado ou reprovado. O abandono dá-se quando o aluno deixa de frequentar a escola ao longo do ano. Em geral, os indicadores educacionais consideram o abandono, e não a evasão. O abandono, a aprovação e a reprovação compõem o indicador de fluxo escolar.

responsabilizadas pelo fracasso escolar e, posterior, abandono da escola, assumindo também que elas não valorizavam a escola. Essa visão ressaltava os mecanismos externos ao ambiente da escola e perdurou até meados da década de 1980, quando os estudos sobre o assunto voltaram-se para os mecanismos internos da escola (MADEIRA, 1998; MELLO, 2005; OLIVEIRA; SOARES, 2012; SOARES, 2006).

O ponto de inflexão no debate foi uma série de estudos realizados, especialmente, por Ribeiro (1994). A partir de uma metodologia conhecido como Profluxo, Ribeiro (1994) mostrou que o maior obstáculo à universalização do ensino no Brasil não era a evasão precoce das escolas, mas as altas taxas de repetência das primeiras séries do sistema escolar. Isso foi comprovado mesmo entre as regiões mais desenvolvidas e para as camadas de renda mais elevada. A evasão era, portanto, apenas o resultado final de um longo processo de desestímulo à freqüência à escola, provocado pela prática pedagógica da repetência (MADEIRA, 1998, SOARES, 2006). Ela funcionava como barreira à permanência das crianças nas escolas. Desde o início da vida escolar, começava a operar uma forma cruel de seleção, que é a repetência (SOARES, 2006). Ao longo do processo, os alunos tentavam progredir no sistema, repetindo e repetindo sucessivas vezes e, desestimulados, acabavam deixando as escolas. Os alunos passavam anos na escola sem que conseguissem aumentar sua escolaridade. A partir dos estudos da década de 1980 e 1990, então, o eixo da discussão sobre evasão escolar deslocou-se da pobreza das famílias para a escola, que produzia um ambiente pouco atrativo às crianças e jovens.

Como ressalta Mello (2005), não se trata de um processo de baixa valorização da escola pelas famílias carentes, nem somente das condições socioeconômicas a que estão submetidas, já que elas fazem um esforço considerável para mantê-los no sistema. Sabe-se hoje, por evidências de pesquisas qualitativas, que a escola é valorizada pelos segmentos mais e menos favorecidos da população. Além de ser reconhecida como o espaço onde se pode adquirir qualificação adequada para a disputa por postos no mercado de trabalho, ela é comumente vista como "local de desenvolvimento de relações afetivas, de amizade, de socialização, de construção de identidade". É o que apontam Corrochano e Nakano (2000) em análise sobre a produção acadêmica na educação de jovens estudantes que trabalham.

A repetência é um fenômeno perverso que vai minando pouco a pouco as chances de um aluno superar as dificuldades e concluir sua escolarização. Também afeta de forma diferenciada alguns grupos, acirrando, em algum sentido, algumas desigualdades. Utilizando

dados dos Censos Escolares de 2007 a 2010, Oliveira e Soares (2012) mostram que as chances de os meninos repetirem são mais do que o dobro as das meninas em todos os anos analisados. A diferença entre meninos e meninas diminui quando se comparam alunos que já tiveram uma repetição. Contudo, no agregado, o estudo mostra que as chances de repetência de um aluno defasado, seja ele homem ou mulher, aumentam entre 3% e 8% para alunos de 1º e 5º ano, sendo ligeiramente menores para os anos finais do fundamental. Os autores observaram também que alunos com necessidades especiais também são mais suscetíveis à repetência, assim como aqueles alunos que necessitam de transporte escolar. Observou-se também que alunos matriculados em escolas com melhores condições de infraestrutura têm menores chances de repetir, assim como aqueles que estão em horário ampliado. Este último ponto é bastante importante, uma vez que ainda é muito pequeno o número de alunos matriculados em horário integral no Brasil.[29]

Outras políticas públicas tiveram impactos positivos sobre a diminuição da repetência. É o caso do Programa Bolsa Família. Implantado em 2003, a partir da reformulação do desenho de políticas de transferência de renda para a população de baixa renda e unificação de programas na área de saúde e acesso a bens e serviços, ele prevê, entre outras, a manutenção das crianças e adolescentes nas escolas com incentivo pecuniário. Ou seja, é um programa baseado em condicionalidades na área da educação e saúde[30]. Se é verdade que ele não tem mais impactos diretos sobre o aumento da frequência à escola no ensino fundamental, uma vez que, quando foi implantado ele já havia sido praticamente universalizado (CRAVEIROS; XIMENES, 2013), como mostrado, ele traz impactos positivos sobre a repetência dos alunos desse segmento, segundo estudo feito por Oliveira e Soares (2013), realizado a partir das base do Cadastro Único, do Projeto Frequência e do Censo Escolar de 2008[31]. O estudo mostra que o aluno participante do programa possui uma probabilidade de

[29] De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), educação integral é aquela em que o aluno fica na escola por sete ou mais horas por dia.

[30] Em 2004, o programa atingia cerca de três milhões beneficiários, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social. Dez anos depois, em maio de 2014, ele já contava com quase 14 milhões, apresentando um considerável grau de cobertura e de focalização no público alvo, população em situação de pobreza extrema (CAMPELLO; NERI, 2013). Em 2008, foi instituído o benefício variável vinculado ao adolescente. Ele é destinado a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que contam com adolescentes entre 16 e 17 anos.

[31] O Cadastro Único é o registro administrativo que conta com as informações sobre o beneficiário. É a partir dele que são selecionados os beneficiários do Programa Bolsa Família. Já o Projeto Frequência traz as informações sobre a freqüência das crianças beneficiárias e o Censo Escolar tem as informações sobre os

repetência 11% menor que os demais. O estudo aponta ainda que alunos que cumprem a condicionalidade – ou seja, freqüentam a escola – apresentam chance até 40% menor de repetência do que aqueles que não cumprem[32] (OLIVEIRA; SOARES, 2012).

Os resultados desta seção dão um panorama do avanço obtido na educação brasileira, especialmente nas duas últimas décadas. Do ponto de vista do acesso, ou seja da quantidade, o problema do ensino fundamental foi praticamente equacionado, refletindo os avanços institucionais no período. Quanto ao ensino médio e o superior, como se viu, o acesso ainda é um gargalo. A alteração recente da legislação sobre a obrigatoriedade do ensino médio poderá surtir efeitos nos próximos anos, nos moldes do que ocorreu com o fundamental especialmente a partir dos anos 1990. No entanto, o maior desafio para todos parece ainda ser o da qualidade, seja para uma educação entendida no seu caráter generalista, seja uma orientada para o mercado de trabalho. Nos testes internacionais, por exemplo, o Brasil fica bastante aquém do esperado para um país do porte econômico que tem. Na avaliação realizada no âmbito do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil figura entre os últimos colocados. De um total de 65 países participantes em 2012, o Brasil ficou em 58º lugar no ranking de matemática; na de leitura, em 55º e, em ciência, o país ocupou a 59º posição.

3.3.4. A regulamentação do mercado de trabalho, desemprego juvenil e as tendências das últimas décadas

A maior parte do desenho institucional e legal do âmbito do trabalho foi definida em meados do século XX, como abordado anteriormente. Salvo algumas exceções e programas governamentais de incentivo ao emprego e renda, o grosso da legislação e das instituições permanece ainda hoje. Uma ressalva importante também sobre o comportamento do mercado de trabalho é que ele sofre influências consideráveis da conjuntura econômica, nem sempre

alunos e as escolas. O estudo de Oliveira e Soares analisou os resultados dos alunos da primeira a oitava série do ensino fundamental em 2008.

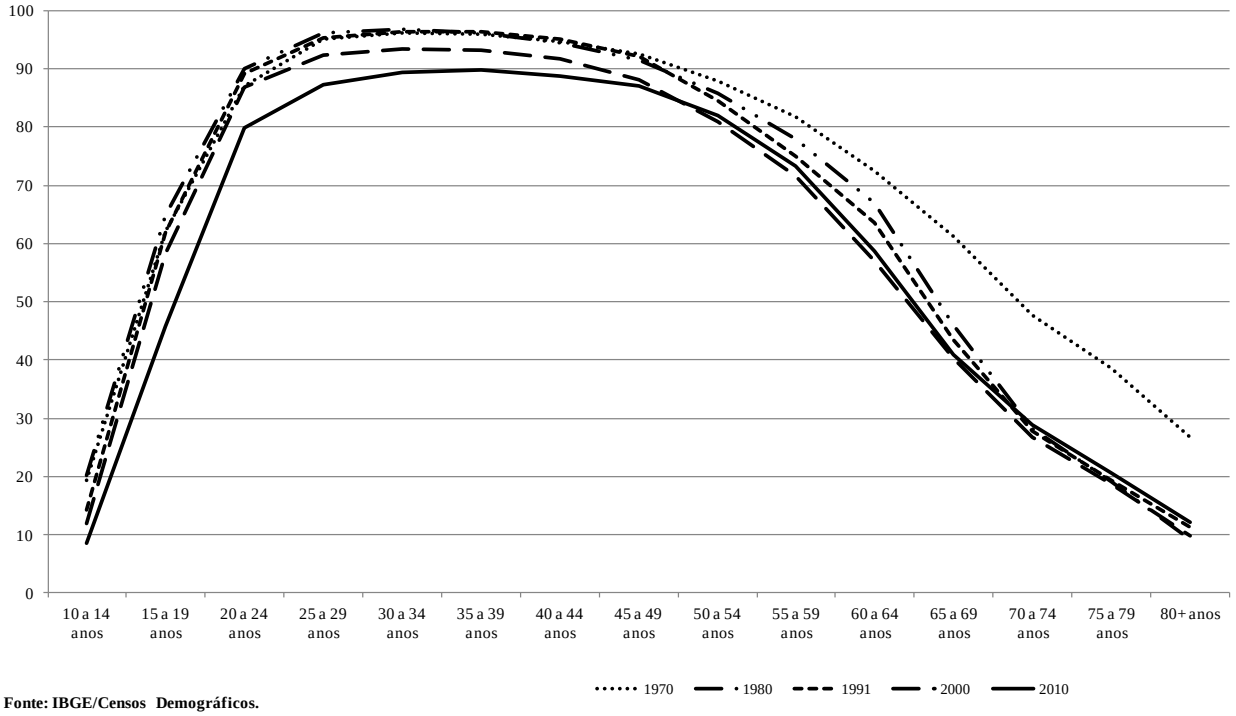
[32] A base de dados tratada para utilizações do estudo tem 98% dos alunos frequentando a escola.

previsíveis e passíveis de intervenção governamental imediata. Uma conjuntura econômica desfavorável pode afetar, particularmente, o nível de desemprego e renda, o grau de informalidade e a taxa de participação da população na População Econômica Ativa (PEA). Portanto, é preciso estar atento para diferenciar as mudanças estruturais e de perfil do mercado de trabalho daquelas que são meramente conjunturais, e merecedoras de políticas econômicas específicas.

A alteração estrutural mais importante ocorrida nas últimas décadas é, sem dúvida, a inserção generalizada das mulheres no mercado de trabalho. Tal fenômeno alterou radicalmente o perfil do mercado de trabalho brasileiro. De 1970 para 2010, foram observadas duas tendências: o aumento expressivo da participação das mulheres no mercado de trabalho e a discreta queda da participação dos homens. Os Gráficos 11 e 12 ilustram esse movimento por meio da razão entre o número de pessoas da PEA, que reúne a população ocupada e a desocupada, e a população de 10 anos e mais[33]. Em relação ao conjunto da população masculina de 15 a 60 anos, 79,7% participavam do mercado de trabalho em 2010. O percentual é decrescente levando em condição o Censo de 1970, quando era de 85,8%. Observa-se um discreto incremento em 1980 e 1991, voltando a declinar a partir dos anos 1990, fenômeno aferido pelo Censo de 2000. Entre as mulheres da mesma faixa etária, o aumento é sempre crescente no período de 1970 a 2010, passando 22,7% para 60,4%. Em 1991, a participação já superava 40% da população entre 15 e 60 anos. Apesar do aumento expressivo, a participação das mulheres no mercado de trabalho ainda é menor que a dos homens.

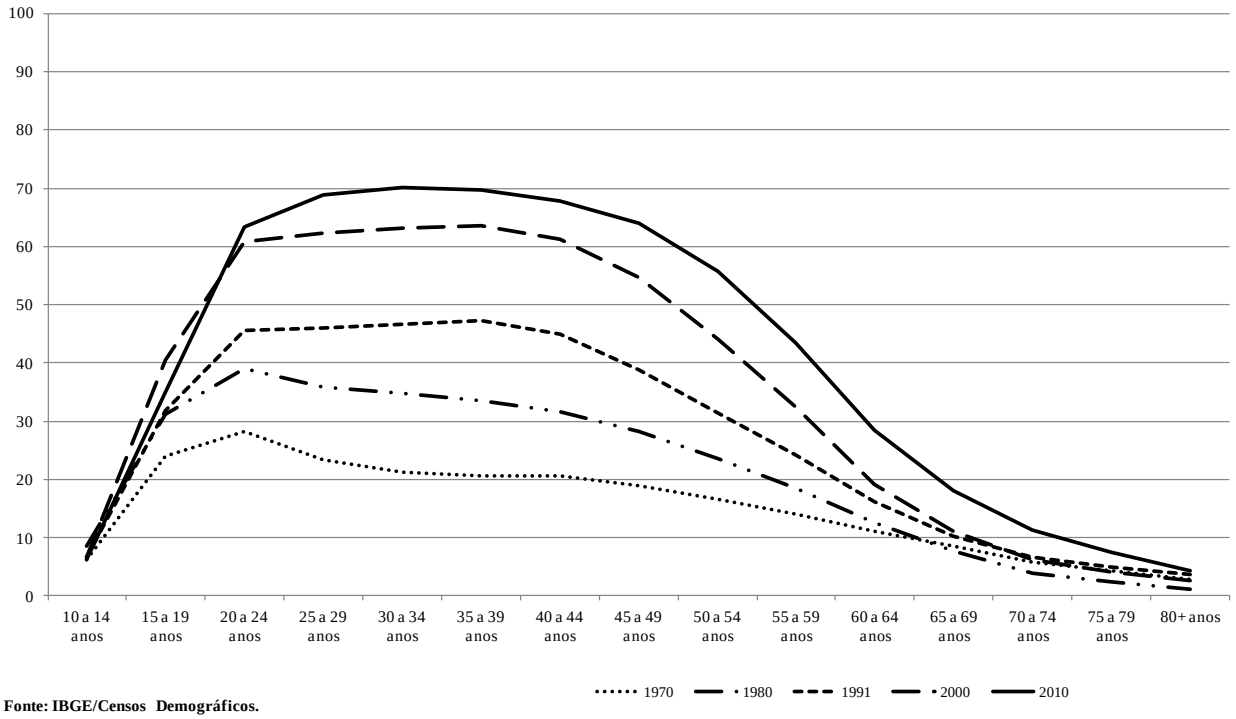
[33] É a definição de Taxa de Atividade.

Gráfico 11: Taxa específica de atividades dos homens - Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos.

Gráfico 12: Taxa específica de atividades dos mulheres - Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos.

Os Gráficos 11 e 12 mostram também que o ápice da participação no mercado de trabalho ocorre entre 25 e 39 anos para todos os anos. Isso vale tanto para homens quanto mulheres. Por eles, também é fácil identificar que a participação no mercado de trabalho entre pessoas de 10 a 14 anos[34] vem caindo ao longo das décadas. Entre os homens, o percentual era de 19,3%, em 1970, chega a 20,2% em 1980 e, então, começa a declinar expressivamente até 2010, quando atinge 8,5%. A queda é de aproximadamente 10 pontos percentuais no período, sendo oito entre 1980 e 2000, período em que se observou a consolidação dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. O trabalho infantil sempre foi menor entre as mulheres. Em 2010, ela era de 6,2%. Ela caiu se considerado as taxas observadas em 1980, de 8,6%, mas a queda é discreta. A queda sistemática reflete, em parte, a evolução da legislação que proíbe o trabalho infantil e a que normatiza o trabalho de adolescentes como aprendizes.

A proteção às crianças e adolescentes no que diz respeito ao trabalho existe desde o início do período republicano. No início, o Estado não proibia o trabalho, mas estabelecia em que condições ele podia se dar e a idade permitida variava por ramos de atividade (VIEIRA, 2009). De alguma forma, durante as primeiras décadas do século XX, a normatização oscilava de acordo com os interesses econômicos da época, com várias brechas legais que justificavam e autorizavam o trabalho de crianças e adolescentes. Vários foram as leis e os decretos sobre o assunto no Brasil, mas pode-se apontar quatro marcos: O Código de Menores em 1927, a CLT em 1943, a instituição do salário-família em 1936, ampliado em 1967, a Constituição Federal em 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

O Código estabeleceu a idade mínima para o trabalho em 12 anos para todos os ramo de atividade. Mas permitia o trabalho em empreendimentos familiares, desde que subordinados aos pais ou responsáveis, como descreve Vieira (2009). Na CLT, observou-se uma elevação da idade mínima para o trabalho: de 12 para 14 anos. Permaneciam algumas exceções, entre elas a agricultura familiar e o trabalho de crianças de instituições disciplinares e os matriculados no ensino profissional. Para esses grupos, o trabalho era permitido a partir dos 12 anos. O trabalho noturno permanecia proibido para menores de 18 anos, bem como os insalubres. O salário-família, instituído em 1936 e ampliado em 1967, definia um acréscimo de salário por filhos menores de 14 anos aos trabalhadores formais, chefe de família. A

[34] Os Censos Demográficos só captam a participação do mercado de trabalho para a população de 10 anos e mais.

intenção era substituir a renda advinda do trabalho infantil. Assim, as crianças poderia se dedicar exclusivamente aos estudos (VIEIRA, 2009).

A partir dos anos 1980, a proteção à criança e adolescência adquire outro *status* e consolida-se ao longo dos anos 1990. Na Constituição Federal, foi estabelecida uma idade mínima para a admissão ao trabalho, bem como condições específicas para seu exercício. Estabeleceu-se a proibição do "trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos". Em 1990, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principal marco legal da proteção a esses grupos. Na reformulação nos anos 2000, ele também fixa em 14 anos a idade mínima para o jovem aprendiz, ao qual é assegurada uma bolsa de aprendizagem. No entanto, somente aos adolescentes maiores de 16 anos é que estão garantidos os direitos trabalhistas e previdenciários fixados na Constituição Federal (MELLO, 2005). O ECA, então, seguia o padrão definido pela Organização Internacional do Trabalho, no qual a idade permitida para o trabalho formal era a de 16 anos e mais.

No que se refere à inserção dos jovens acima de 16 anos no mercado de trabalho, apesar das garantias legais de acesso, uma grande parcela deles encontra-se desempregada. Por um lado, se a queda da participação no mercado de trabalho nas primeiras idades pode ser positiva, porque sinaliza que a maior deles está estudando, o aumento da taxa de desemprego entre aqueles que já compõem a PEA a partir dos 18 anos revela, em alguma medida, um quadro negativo. Dizendo de outra forma, o aumento da taxa de inatividade entre os jovens mais jovens pode ser positivo. No entanto, se eles compõem a taxa de participação na condição de desempregados é preocupante, porque isso indica que eles estão com dificuldades em transitar para uma condição de autonomia e independência financeira, um dos pilares para uma condição de adulta plena.

Na perspectiva sociológica, o trabalho é um espaço em que se dá a construção de aspirações e projetos de vida e, em última instância, da sua própria identidade. Cardoso (2008) chama atenção para essas questões e para o fato de que o desemprego entre jovens pode ser o resultado final de um processo mais amplo de transição da escola para o trabalho, ao qual se associam a entrada para a vida adulta, independência financeira e realização de expectativas. No entanto, a divisão social do trabalho envolve, não só as preferências, as qualificações e as aspirações dos indivíduos, mas as demandas do mercado e da empresas. Nem sempre essas questões podem ser antecipadas pelos jovens, explica Cardoso (2008). A

dinâmica familiar, que envolve o tempo biológico e o tempo social de construção e reprodução das instituições, difere do tempo da construção da divisão social do trabalho, resultados das demandas e decisões dos empregadores. O autor alerta, portanto, que não há razão para que se entenda que a lógica da família e a do mercado resultarão em emprego para todos.

De fato, a taxa de desemprego sempre foi elevada entre os jovens. De acordo com a PNAD de 2012, a taxa para jovens de 18 a 24 anos era aproximadamente três vezes a da população entre 25 a e 49 anos; 13,2% e 4,8%, respectivamente. Para as mulheres, a taxa de desocupação entre jovens de 18 a 24 anos chega a 17%, enquanto a de pessoas de 25 a 49 anos, de 6,6%. A taxa de desemprego feminina é sistematicamente maior do que a masculina. Isso ocorre tanto para jovens quanto para o total da população. São várias as especulações sobre as razões pelas quais o desemprego é maior entre os jovens. Alguns autores sugerem que os jovens tendem a ser mais seletivos na procura por postos de trabalho, particularmente aqueles com escolaridade mais elevada e/ou que vivem em famílias com maior renda jovens a ocupar. Em tese, eles poderiam esperar por uma oportunidade mais atrativa financeiramente e/ou uma oportunidade que satisfaçam suas aspirações no futuro (MADEIRA; RODRIGUES, 1998; SILVA; KASSOUF, 2002). Outras análises defendem que o desemprego elevado entre os jovens deve-se ao fato de eles serem mais sensíveis a oscilações econômicas do que os adultos. Em situações de crises econômicas, como ocorreu nos anos 1990, o mercado tende a ficar mais inacessível aos jovens (GONZALEZ, 2009).

Há um importante componente do comportamento dos jovens no mercado de trabalho que pode contribuir para entendê-lo melhor: a rotatividade dos postos de trabalhos. Estudo feito pelo Ipea, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que registra o total de contratações e desligamentos ao longo de um ano, mostrou que os jovens apresentam maior rotatividade no mercado de trabalho formal (CORSEUIL et al., 2014). A taxa de desligamento, medida pelo número de trabalhadores que deixam seus postos de trabalho, entre os jovens empregados é de 72,4%, enquanto a dos mais velhos oscila em torno de 41,3%%. A conclusão é que os jovens entram e saem do emprego com maior freqüência que os adultos. Por outro lado, surpreendentemente, o estudo indica também que, apesar das elevadas taxas de desemprego e da rotatividade, os jovens têm mais facilidade para obter empregos. A taxa de contratações entre os jovens é o dobro da observada entre os adultos; 92,6% e 42,8%, respectivamente. Ou seja, os jovens obtêm empregos mais rapidamente ao

longo de um ano, mas o perdem também mais rapidamente que os adultos. Na visão dos autores, isso por si já indica que o mercado de trabalho para os jovens é mais turbulento (CORSEUIL et al., 2014).

É de considerar também que a rotatividade dos jovens no mercado de trabalho pode estar relacionada a uma ótica da experimentação, característica dos jovens e que permeia outras dimensões da transição para a vida, como desenvolve Pais (1993; 2001). Para o autor, as gerações mais novas experimentam mais, pois são pautadas também pelo "princípio da reversibilidade", como mencionado no capítulo 1. Assim, eles transitam em diversos estatutos profissionais, estudantis e conjugais com mais freqüência do que os adultos. Adaptando essa idéia de Pais, pode-se pensar o mercado de trabalho para jovens, em alguma medida, como um campo fértil para a experimentação, uma vez que, na juventude, ainda não estão postas todas as obrigações de uma vida autônoma e independente.

Apesar dessas ressalvas, e das diferentes maneiras de se encarar o problema do desemprego entre jovens, ele tornou-se uma preocupação não só brasileira, mas mundial. Por decorrência, ele é entendido como um fenômeno passível de enfrentamento via políticas públicas de trabalho e renda especificamente para jovens. Na história recente do Brasil, alguns programas foram implantados com o objetivo particular de enfrentar o desemprego juvenil em três frentes basicamente: acesso a cursos de qualificação profissional, incentivos à contratação com redução de custos para as empresas e estímulo ao empreendedorismo entre jovens. Todos eles enquadram-se no que a literatura define como políticas ativas de emprego. Um dos exemplos mais recentes de políticas ativas, especificamente para os jovens, é o Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE), criado em 2003, cujo pilar na primeira versão do era a contratação incentivada, que consistia em subsídio às empresas ao longo do primeiro ano (GONZALEZ, 2009; IPEA, 2005). O Programa era destinado a jovens entre 16 e 24 anos de baixa renda e que não possuíam experiência prévia no mercado de trabalho formal. O Programa passou por vários desenhos. O modelo de subvenções às empresas teve adesão muito restrita. Uma das explicações é que, possivelmente, as regras de contratação e de demissão acabavam sendo pouco atrativas às empresas (PAIVA, 2009). No segundo momento, o PNPE passou a apostar na oferta combinada de qualificação, intermediação e prestação de serviços comunitários, conduzida a partir dos Consórcios Sociais da Juventude (CSJ), formados por entidades locais da sociedade civil. Apesar do redesenho, o programa também não cumpriu o objetivo de gerar mais oportunidades de trabalho, muito embora, na

percepção de alguns jovens entrevistados em pesquisas qualitativas, foi considerado positivo por aumentar a rede de relacionamentos profissionais e sociais e por ensinar determinadas regras de comportamento e condutas relativas ao mundo do trabalho (ROCHA; ARAUJO, 2008). Ao longo da experiência do programa, a percepção dos formuladores passou a ser a de que o problema não era o acesso ao primeiro emprego, mas a baixa escolarização dos jovens para a permanência nele. A tônica das políticas para aumentar as chances da obtenção de um trabalho formal voltou-se para o aumento da escolarização, o que levou a formulação do ProJovem, de 2005 e reformulado em 2007, que, de modo geral, buscava unir preparação para o trabalho, elevação da escolaridade e adiamento da entrada no mercado de trabalho (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009; GONZALEZ, 2009).

3.4. A família em transformação

Nas seções anteriores, tratou-se dos aspectos diretamente sensíveis às ações de iniciativa do poder público. O consenso em torno da prioridade da educação foi construído ao longo de tempo e consolidou-se no século XX por meio de políticas públicas, ações governamentais e instrumentos legais. O mesmo ocorreu em relação aos sistemas de proteção aos trabalhadores e garantia dos demais direitos sociais. Não é difícil entender, por exemplo, como a institucionalização do sistema educacional refletiu no acesso progressivo de pessoas à escola. Não é difícil constatar também que a proibição do trabalho infantil trouxe benefícios para o desenvolvimento das crianças e que a regulamentação do sistema de trabalho e emprego trouxe segurança aos trabalhadores. Ações semelhantes do poder público influenciaram a diminuição da mortalidade infantil, o que acarretou o aumento da esperança de vida, e assim por diante. Os exemplos são inúmeros. Todas essas ações são tangíveis e tenderam a tornar as trajetórias dos indivíduos mais estáveis.

Mas o que dizer sobre as transformações no âmbito da família? As normas legais tiveram impactos sobre os arranjos familiares? Elas foram mais ou menos expressivas do que a normatização do sistema educacional e do trabalho? Uma das respostas possíveis é: as famílias brasileiras se transformaram mais em decorrência dos novos valores que emergiram das transformações do mundo do trabalho e da educação e pelas mudanças demográficas do

que especificamente pela mudança da legislação que envolve a família. Nesse sentido, explicar e compreender as mudanças no âmbito familiar é mais complexo e menos tangível do que as mudanças nas demais esferas da transição para a vida adulta. Elas envolvem também mudanças comportamentais mais difíceis de ser mensuradas. O que se observa é que a família foi se reinventando em um contexto de mudanças sociais, econômicas e culturais. A suposição é que o novo ambiente – no qual o sistema educacional foi expandido, as condições de trabalho e de aposentadoria, normatizadas e o acesso à saúde, universalizado - propiciou uma resposta diferente por parte das famílias, rompendo com determinados padrões do passado, mesmo antes do reconhecimento legal.

Inicia-se esta seção fazendo essas considerações para esclarecer que, diferentemente das dimensões da educação e do trabalho, também integrantes de um processo para a vida adulta, a dimensão da família foi menos previsível. Fala-se, por exemplo, do fato de as políticas de acesso a meios de contracepção terem surgido apenas depois do início da queda da fecundidade no Brasil, como mencionado no capítulo 2. Fala-se também da lei regulamentando o divórcio em 1977, a qual se deu quando já havia uma pressão muito grande para que ele fosse legalizado (BERQUÓ; LOYOLA, 1984; BERQUÓ, 1989). Fala-se da regulamentação da união estável em 1996, condição conjugal já amplamente difundida na sociedade brasileira, especialmente entre os mais jovens. As famílias mudaram antes de as legislações terem sido revistas. O que se fez depois disso foi ampliar e facilitar as novas formas de união e de arranjos familiares.

O processo de formação de uma nova família é tido como um dos elementos cruciais da autonomia e da emancipação dos indivíduos e, em geral, ocorre ainda na juventude, como será visto na capítulo 4. As discussões em torno da constituição de uma família adquiriu centralidade na passagem para a vida adulta, dada à intensidade e a velocidade das mudanças sociais e econômicas ocorridas no século XX. Essas mudanças ampliaram o leque de possibilidades para a formação de uma nova família, alterando o tamanho, a forma e a composição dos arranjos familiares. Não há consenso, no entanto, sobre quais eventos definem a constituição de uma nova família. Alguns pressupõem que seja o casamento; outros que seja o nascimento do primeiro filho.

Não há sequer consenso sobre o que é família. Há uma série de definições, entre elas a de que a família é um conjunto de pessoas unidas pelos laços de sangue, casamento ou adoção em um mesmo domicílio. O núcleo da definição seria a co-residência. Outras pressupõem que

os membros da família não necessariamente precisam estar unidos em um mesmo domicílio, desde que exista entre eles alguma relação de dependência financeira e de suporte. A ideia aqui seria a de uma rede familiar (BRUSCHINI, 1989; MEDEIROS; OSÓRIO, 2002; TOMÁS, 2013). Operacionalmente, essa concepção é de difícil mensuração. Por essa razão, em geral, os estudos são feitos a partir da noção de co-residência. No caso desta tese, utiliza-se o domicílio como a unidade de análise.

Seja como for a intensidade das mudanças, o casamento parece ainda ser um importante passo na constituição de uma nova família. Do ponto de vista legal, houve uma série de mudanças na legislação ao longo do tempo. A idade mínima permitida para o casamento, por exemplo, oscilou entre 12 e 21 anos do final do século XIX e início do século XX e, por determinados períodos, ela era diferenciada por sexo. O Código Civil, promulgado em 1916, foi a primeira legislação a estabelecer normas mais definidas sobre os impedimentos, os direitos e os deveres dos casais (VIEIRA, 2009), e perdurou até 2002, quando entrou em virou o Novo Código Civil. Ele antecipou a maioridade para o casamento de 21 anos para 18 anos, uniformizando a capacidade para a vida civil, e estabelece condições especiais para o casamento antes da maioridade civil. A emancipação pode ocorrer a partir dos 16 anos com autorização dos pais. É interessante notar que o Novo Código Civil mantém a disparidade entre as idades para a assunção de determinadas condições, entre elas o voto e o trabalho formal, para os quais a idade mínima permitida foi fixada em 16 anos (MELLO, 2005). O que se observa é que a legislação que regula as idades mínimas para o casamento foi importante, mas não parece ter pautado sua ocorrência na vida dos indivíduos de forma tão clara e direta como ocorreu com a normatização do acesso à escola e à proteção ao trabalhador.

O mesmo ocorre quando se observa outros eventos relativos vida familiar. Dizendo de maneira mais clara: a normatização sobre a família foi fundamental para a concretização de situações existentes, mas elas vieram, na maior parte das vezes, por pressão de baixo para cima. Várias condições familiares já estavam presentes na sociedade. O que se fez foi abrir espaço para a garantia de direito dos indivíduos. E, uma vez dado o caráter legal para as novas situações, a normatização impulsionou e encorajou as mudanças, mas não as determinou. Um caso típico foi a regulamentação do divórcio em 1977. Casamentos já se desfaziam; casais já se separavam. Mas eles não podiam formalizar uma nova união legalmente com garantias de direitos. A regulamentação do divórcio acabou por contribuir para a flexibilização das

relações conjugais e abriu possibilidades para a concretização de desejos de mudança e novos arranjos.

O IBGE passou a coletar informações sobre o divórcio em 1984. Desde lá, observou-se um crescimento expressivo na taxa de divórcios. Em 2012, ela era três vezes mais elevada do que no primeiro ano da série (CAMARANO; FERNANDES, 2014). A forma como os casamentos ocorrem também sofreu modificações ao longo do tempo. Alves e Cavenagui (2012) mostraram que, em 1970, 65% dos casamentos aconteciam no civil e no religioso, 14% somente no civil, 14% só no religioso e 7% eram uniões consensuais. Em 2010, o casamento no civil e religioso caiu para 43%, só no civil aumentou para 17%, só no religioso caiu para 3% e as uniões consensuais subiram para 37% (ALVES; CAVENAGUI, 2012). Dois avanços importantes indicam esses dados. O primeiro é a maior aceitação da não formalização do casamento, o que abriu brechas para a experimentação, especialmente para os jovens, entre os quais as uniões consensuais são mais comuns. O segundo é que a dissolução do casamento passou a ser objeto da vontade dos indivíduos e deixou de ser a morte de um dos cônjuges (CAMARANO; FERNANDES, 2014). Isso indica uma mudança de grandes proporções no período analisado nesta tese: os indivíduos passaram a se mover mais pelos seus desejos e menos por restrições legais ou morais (GOLDANI, 2005).

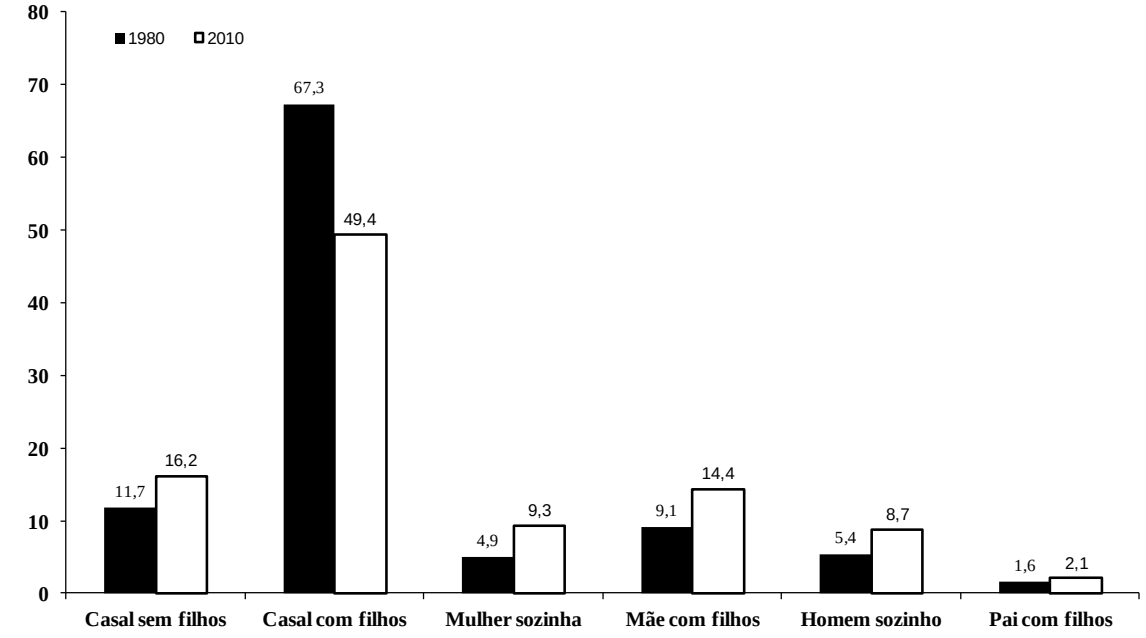
A normatização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é outro exemplo de avanço na sociedade brasileira que está se dando depois de os indivíduos terem feito suas escolhas privadas. Ela nasceu de uma enorme pressão dos movimentos sociais e foi o reconhecimento público de um arranjo familiar existente ao longo da história. O projeto de lei que permite a união de pessoas do mesmo sexo ainda está em discussão no Congresso Nacional. No entanto, o Superior Tribunal Federal deu parecer favorável ao assunto em resolução, abrindo, por jurisprudência, a possibilidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Desde 2013, os cartórios são obrigados a fazer o registro de casamento de relacionamentos homoafetivos. A partir da formalização da união, os cônjuges passaram a ter os mesmos direitos de um casamento entre homens e mulheres, inclusive em relação a bens e aposentadoria. O reconhecimento das uniões homoafetivas impactou, inclusive, os órgãos oficiais de pesquisa, como o IBGE que, no último Censo Demográfico, incluiu uma pergunta sobre casais formados por pessoas do mesmo sexo.

A regulamentação do divórcio, o aumento do número de separações, a queda da fecundidade e a aceitação de novos arranjos familiares e afetivos acabaram contribuindo para

a mudança do tamanho e da composição dos domicílios. Essas mudanças propiciaram o rearranjo familiar e levou a diminuição do tamanho médio dos domicílios brasileiros. Em 1970, eles contavam, em média, com cinco moradores e, em 2010, com 3,3 moradores. No caso de o domicílio ser chefiado por um jovem entre 15 a 29 anos, o tamanho médio era ligeiramente menor em 2010, de 3,2 pessoas. A composição dos domicílios brasileiros também mudou nas últimas três décadas, como pode ser visto no Gráfico 13, que apresenta a distribuição dos domicílios por tipo de arranjo.

Apesar de ser o modelo predominante, observou-se uma expressiva diminuição dos domicílios compostos por casal com filhos[35], de 67,3% para 49,4% do total de domicílios. Por outro lado, nota-se o crescimento de todos os outros tipos de arranjos familiares. Entre eles, estão os tipos provavelmente derivados do aumento de separações, quais sejam: mãe com filhos e pais com filhos. A proporção de mães com filhos em 2010 era de quase 15% do total, ao passo que o tipo de família pais com filhos era de aproximadamente 2%, o que mostra que a guarda dos menores ainda é majoritariamente das mães. Destaca-se também o aumento das proporções de domicílios unipessoais, sejam de mulheres, sejam de homens.

Gráfico 13: Distribuição percentual dos domiciliares por tipo de arranjo - Brasil, 1980 a 2010

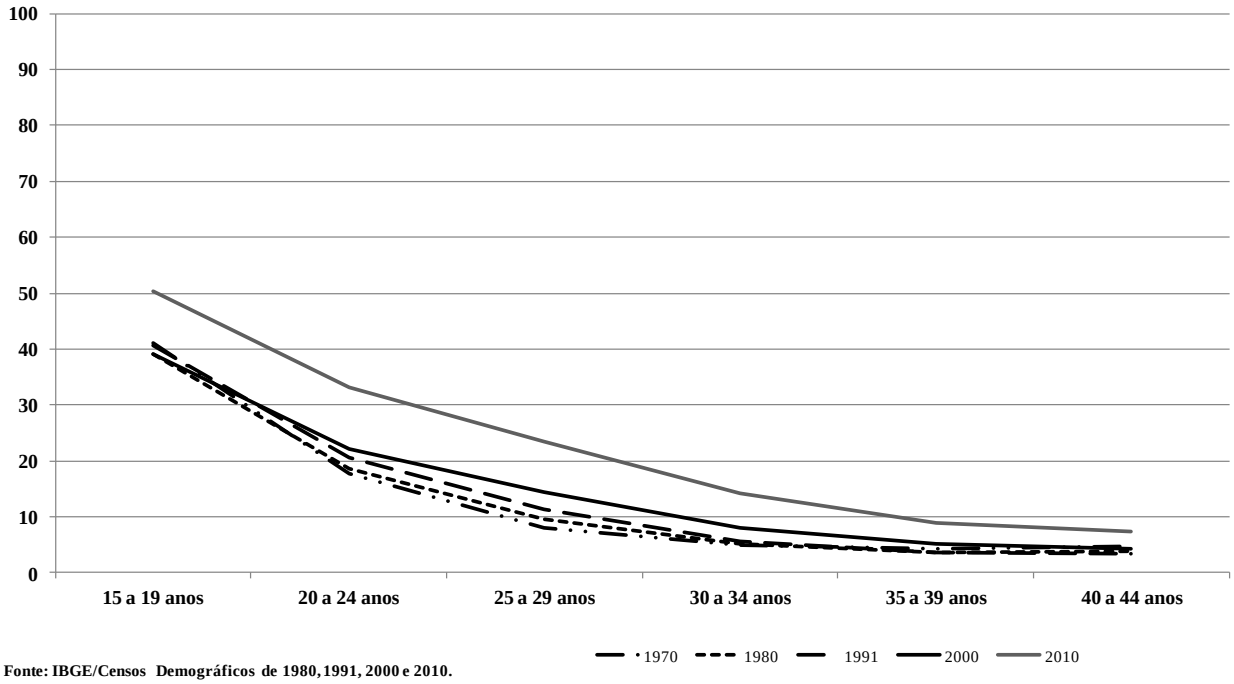


Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 e 2000.

[35] Para esta tipologia, consideram-se aqui os casais que vivem unicamente com os filhos – famílias nucleares - e aqueles que vivem com os filhos e quaisquer outros parentes e agregados - famílias extensas.

No período, observou-se também o aumento proporcional dos domicílios do tipo casal sem filhos, de 11,7% em 1980 para 16,2% em 2010. Isso reflete a queda da fecundidade. Ou, ainda, o fato de que cada vez um número maior de mulheres opta por não ter filhos, mesmo quando estão casadas ou vivendo em união. O Gráfico 14 mostra a evolução desse indicador entre 1970 e 2010. No total das mulheres unidas de 15 a 44 anos, período considerado o reprodutivo, 18,2% das mulheres unidas não tinham filhos em 2010, sendo que, em 1970, esse percentual não passava de 10%. É interessante notar que o aumento é mais intenso na última década, entre 2000 e 2010 e menor até 1991. Entre 1970 e 1991, a proporção foi relativamente estável. Nos anos 1990, ela era para 12,2% e, nos anos 2000, ela sobe seis pontos percentuais, ficando no patamar dos 18% do total de mulheres entre 15 e 44 anos. Analisando apenas o grupo entre 40 e 44 anos, etapa final do período reprodutivo, nota-se que a proporção subiu de 4,8% para 7,3% entre 1970 e 2010. Da mesma forma, até 2000, elas não apresentavam variações expressivas. O aumento expressivo ocorre entre 2000 e 2010. O início do século XXI é o período de mudanças mais intensas no que diz respeito às famílias brasileiras.

Gráfico 14: Proporção de mulheres casadas ou unidas que não tiveram filhos - Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

No tipo de arranjo casal sem filhos também está embutida a categoria de casais DINC, sigla que, em inglês, é *Double Income No Children.* Esse tipo de família vem tomando a agenda dos estudos de família (ALVES; CAVENAGUI, 2012; ALVES; CAVENAGUI; BARROS, 2010; CAMARANO; FERNANDES, 2014) e a de pesquisa de mercado, uma vez que eles fazem parte de um conjunto específico de consumidor (SILVA; ROHDE, 2012). Esse arranjo cresceu expressivamente no período, passando de um milhão de casais em 2000 a 2,8 milhões em 2010. Em geral, possuem maior renda e moram nas cidades. Não existem casais DINC, por exemplo, entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, pois duas pessoas vivendo no mesmo domicílio que possuem renda de, pelo menos um salário mínimo cada um, já são classificadas como membros de uma classe mais elevada (ALVES; CAVENAGUI, 2012). Na maioria eram domicílios chefiados por homens, seguindo o padrão dos demais tipos de arranjos familiares. Isso tanto em 1980 quanto em 2010, embora a proporção de chefes mulheres tenha crescido no período. São, em geral, casais com idade que variam entre 32 e 36 anos, com escolaridade mais elevada (CAMARANO; FERNANDES, 2014).

Os dados acima apontam para um cenário de mudança e de flexibilização de padrões familiares, confirmando as impressões que se tem nos círculos sociais. Na sociedade do final do século XX e início do XXI, há casamentos, divórcios, re-casamentos, mulheres e/ou casais que escolhem não ter filhos, casamentos homoafetivos, mulheres morando sozinhas, seja em função da morte de cônjuges, seja por opção, entre tantas outras observações cotidianas. A marca é de pluralidade. Não se pode, no entanto, afirmar (nem refutar) por esses dados o impacto direto da institucionalização na esfera da família sobre essas mudanças. Como mencionado, ele parece ter sido ser menor do que as conseqüências da institucionalização da educação e do trabalho na vida dos indivíduos no Brasil.

O fato é que o Brasil que surge no século XIX é formado por pessoas uniformemente mais escolarizadas, com garantias trabalhistas pré-definidas, vivendo em um ambiente mais aberto e propício a mudanças do ponto de vista de suas vidas privadas. No próximo capítulo, esse debate se volta para as mudanças ocorridas na transição da juventude para a vida adulta e a pergunta principal é: como foi se tornar adulto em um contexto plural na dimensão da família e de maior grau de institucionalização nas dimensões da educação e do trabalho?

4. NOVOS E VELHOS PADRÕES DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

4.1. Introdução

Tornar-se adulto pressupõe a passagem de um estado de dependência para um estado de independência e de autonomia, em torno do qual se constrói um indivíduo capaz de se sustentar, tomar decisões e gerir a própria vida. Essas noções se confundem, mas, usualmente, a independência é associada à capacidade de produção e envolve trabalhar e adquirir meios financeiros que garantam sua sobrevivência. Por outro lado, ser autônomo aparece como uma habilidade mais ampla no processo de emancipação de um indivíduo, e está relacionada à capacidade de fazer escolhas de acordo com seus princípios (SINGLY, 2000; VIEIRA, 2009).

A passagem de um estado para outro é experimentada gradualmente com vários estágios intermediários e abarca modificações biológicas e/ou culturais. Sabe-se também que uma característica não é necessariamente condição para a outra: autonomia pode existir sem independência financeira e independência sem autonomia (SINGLY, 2000; VIEIRA, 2009). Isso quer dizer que o indivíduo não deixa de se tornar adulto se não alcançar essas duas condições simultaneamente (CAMARANO et al, 2004; MELLO, 2005). No entanto, ainda que com essas ressalvas, a imagem socialmente construída de um adulto é a de alguém capaz de produzir de acordo com suas necessidades, no qual a escolaridade tem importante papel; e constituir uma nova família e/ou se reproduzir de acordo com seus desejos. Assim compreendido, o processo de transição pressupõe sair da escola, entrar no mercado de trabalho, sair da casa dos pais, casar-se e ter filhos. Na visão tradicional, como se viu no capítulo 1, essa transição obedece a uma sequência linear, que se inicia com a saída da escola e se finaliza com a constituição de uma nova família, em um novo domicílio, formado a partir do casamento.

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de transição para a vida adulta ao longo das últimas cinco décadas, tendo como parâmetro duas abordagens: o *timing* e a forma. Por essas abordagens, pretende-se mensurar as idades em que os eventos que marcam a transição para a vida adulta ocorreram nesse período, qual a relação entre elas e sob qual

arranjo a transição se deu. Busca-se, assim, responder às seguintes questões: as etapas de transição obedecem a uma ordem? Como essas etapas se relacionam? Houve um adiamento da idade em que esses eventos ocorrem na vida dos indivíduos? Ele foi uniforme para todas as faixas etárias e para todos os eventos? O adiamento de uma etapa afetou as demais etapas? Quais foram os desdobramentos dessas mudanças? Elas foram lineares ao longo das décadas? Em última instância, deseja-se saber se o padrão tradicional permanece válido para explicar o processo de transição para a vida adulta. Trata-se ou não de uma ruptura com o padrão vigente nas décadas de 1950 e 1960? É pertinente falar em despadronização da transição para a vida adulta?

Para discutir essas questões, o presente capítulo foi organizado em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. Na seção dois, os eventos de transição serão analisados separadamente. Nela, serão discutidas as alterações (ou não) do *timing* em que os eventos de transição ocorreram na vida dos indivíduos. Por meio de técnicas de análise de sobrevivência, serão calculadas as idades em que os eventos de transição ocorreram a partir dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010[36]. A análise contemplou também as variações por sexo, renda domiciliar *per capita* e cor/raça para 1980 e 2010. Na seção três, serão abordados os eventos de forma combinada, levando em consideração as inter-relações entre as esferas do trabalho, da escola e da família. Nesta seção, o enfoque está mais na *forma* em que as transições ocorreram no período, e menos no momento em que ocorrem. Na seção quatro, são feitas considerações finais.

4.2. Tempos de juventude e transição para a vida adulta

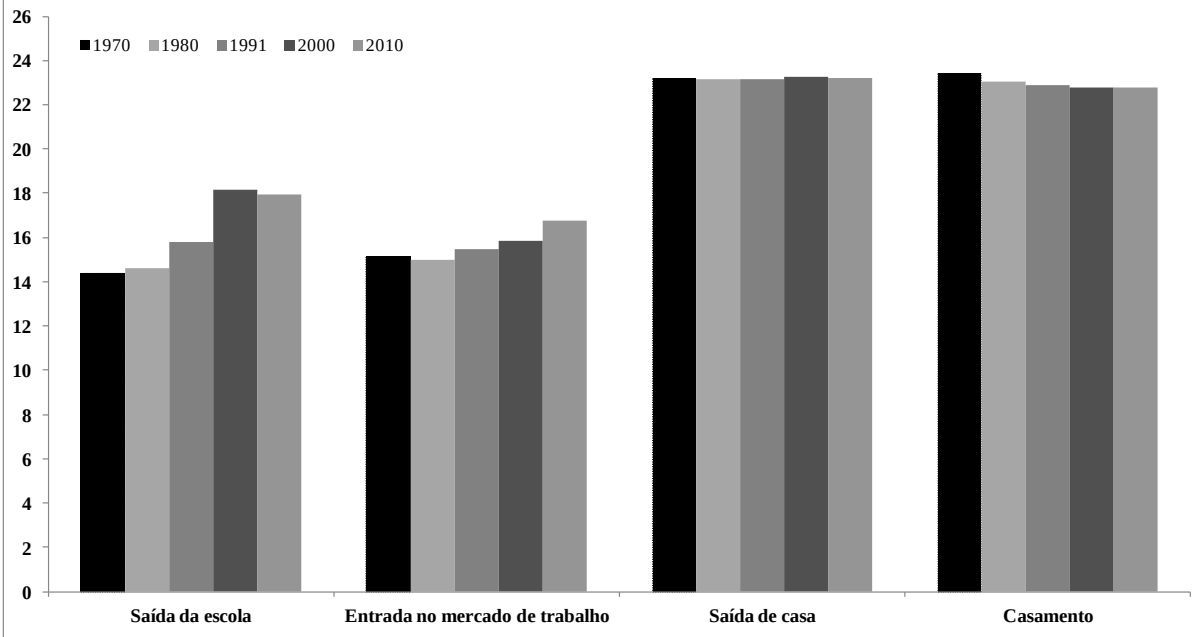
Alguns autores entendem que o casamento é o evento que define a passagem para a vida adulta (MADEIRA, 2006); outros assumem a saída de casa como o marco mais importante (ARRUDA, 2004; CAMARANO, 2006; MELLO, 2005; CARNEIRO; KNUDSEN; OSÓRIO, 2002). O nascimento do primeiro filho também é descrito como o evento que resulta em um particular amadurecimento (BILLARI, 2001), o que leva à

[36] Para os detalhes sobre a construção das variáveis e o método utilizado, ver Anexo 1.

assunção de um *status* de adulto, independentemente da idade em que ele ocorra (HEILBORN; CABRAL, 2006). A maior parte das visões encontrada na bibliografia sobre o tema refere-se ao que está se chamando aqui de esfera familiar e reprodutiva, e não à esfera produtiva, o que envolve, na maior parte dos casos, independência financeira. Não se minimiza a importância que ela tem para o processo. No entanto, os estudos têm ressaltado que ser o responsável por um domicílio transcende o sustento de seus membros. A independência financeira pode funcionar como a primeira etapa de um processo, mas não a suficiente para que um indivíduo seja considerado um adulto pela sociedade. O *status* de adulto depende, em boa medida, da relação que ele estabelece com os demais membros da família. Nesse processo, o efeito da idade é um importante fator, como será visto.

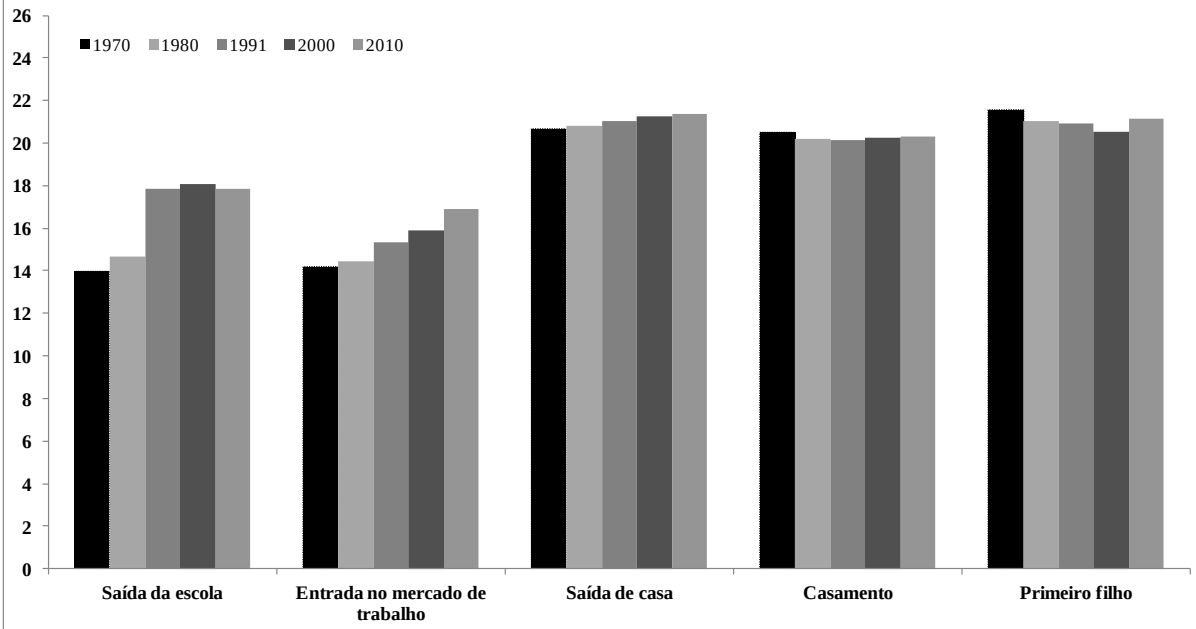
Os Gráficos 15 e 16 sintetizam a evolução histórica das idades medianas em que os eventos que perpassam a transição para a vida adulta ocorreram entre 1970 e 2010. Por meio deles, pode-se observar que há uma ordenação em duas grandes dimensões na ocorrência desses eventos ao longo dos anos: aqueles relacionados à esfera produtiva ocorrem antes dos eventos relacionados à esfera reprodutiva e familiar. Ou seja, os eventos de saída da escola e de entrada do mercado precedem aos de saída de casa, de casamento e do primeiro filho. Isso se dá para ambos os sexos e em todos os anos analisados. Os primeiros ocorrem em torno dos 14 e 18 anos, seguidos dos segundos relacionados à independência familiar, que se dá a partir dos 21 anos.

Gráfico 15: Idades medianas em que os homens realizaram os eventos de transição para a vida adulta - Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Gráfico 16: Idades medianas em que as mulheres realizaram os eventos de transição para a vida adulta - Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.

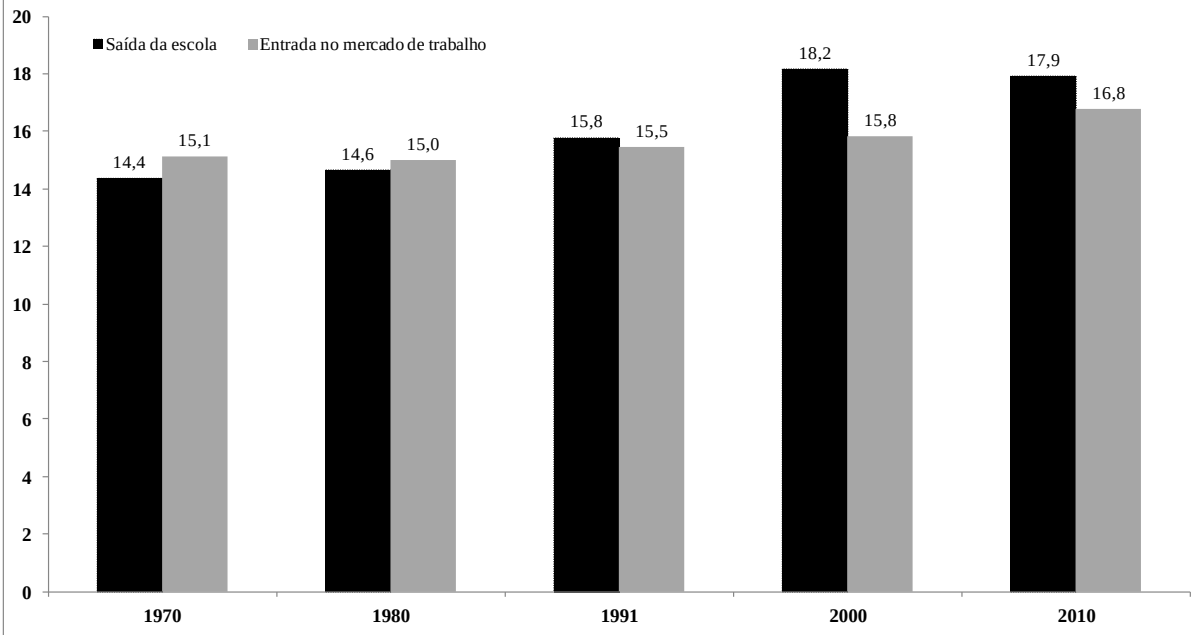
A primeira observação que se faz é que, quando os eventos de transição para a vida adulta são analisados a partir das duas grandes esferas (produtiva e reprodutiva/familiar), o

princípio geral da linearidade do modelo tradicional está presente. Isso ocorre nas cinco décadas discutidas e é particularmente expressivo para os homens, como ilustra o Gráfico 15. De modo geral, pode-se supor que a escolarização e a entrada no mercado de trabalho venham ao longo do tempo criando condições para o estabelecimento de espaços de autonomia e emancipação individual. No entanto, a análise de cada um dos eventos separadamente, como será visto a seguir, aponta para modificações expressivas que colocam em xeque o padrão tradicional como explicação única do processo de transição para a vida adulta.

4.2.1. Transição da escola para o trabalho

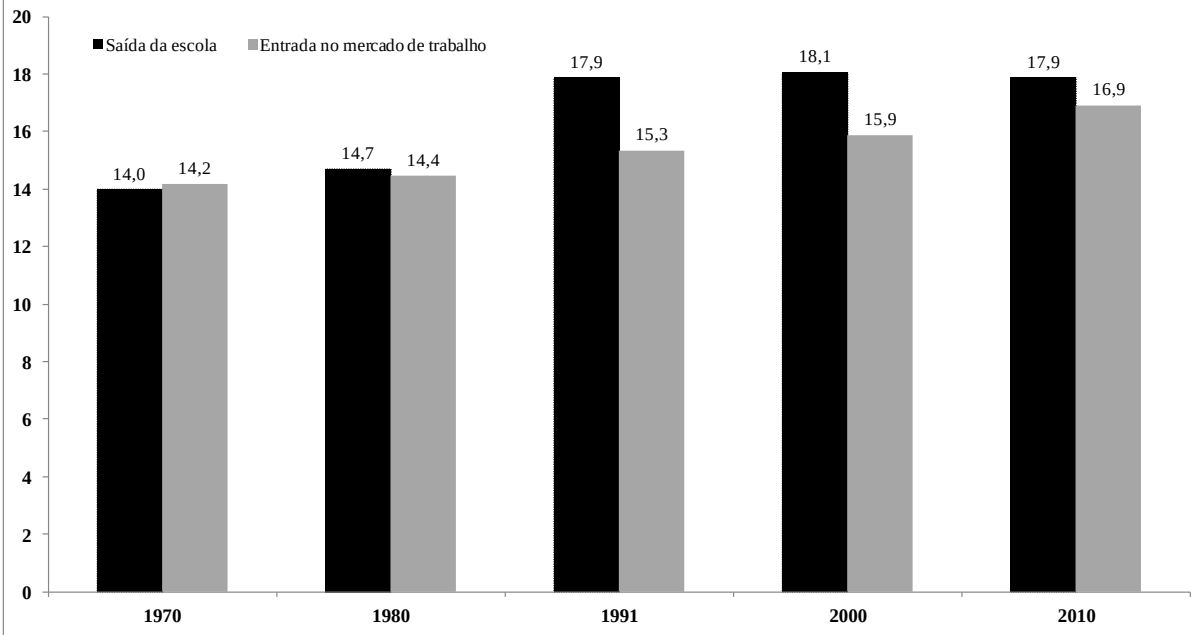
Ao analisar os eventos que compõem a dimensão produtiva, percebe-se que importantes modificações se deram ao longo dos anos, especialmente a partir dos anos 1990. Uma delas é a inversão na ordem dos eventos que compõe a esfera produtiva, quais sejam: escola e trabalho. Se antes os jovens primeiro concluíam um grau de escolaridade para só, então, entrar no mercado de trabalho, a partir de 1980 para as mulheres, e de 1991 para os homens, os jovens passaram a entrar no mercado de trabalho antes de saírem da escola. Ver Gráficos 17 e 18. A partir desses momentos, o modelo tradicional de transição começa a não ser mais suficiente para descrever o processo de transição da esfera escola e trabalho. Esse movimento ocorre, particularmente, pelo aumento do tempo passado na escola, sinalizando uma forte influência dos aspectos institucionais que levaram à ampliação do acesso à escola no período. Em 2000, a diferença entre a idade mediana da saída da escola e a entrada no mercado de trabalho era de mais dois anos para ambos os sexos, refletindo o intenso processo de universalização do ensino fundamental que se deu nos anos 1990, fenômeno discutido no capítulo 2.

Gráfico 17: Idades medianas da saída da escola e da entrada no mercado de trabalho entre os homens - Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Gráfico 18: Idades medianas da saída da escola e da entrada no mercado de trabalho entre as mulheres - Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Os eventos de saída da escola e entrada no mercado de trabalho sofreram adiamento no período analisado, mas ele foi bem mais expressivo para a saída da escola, o que explica a inversão do padrão tradicional e o aumento da concomitância dos eventos. Observa-se que, entre 1970 e 2010, os jovens passaram a sair da escola quase quatro anos mais tarde, como mostrado nas Tabelas 5 e 6. Isso é observado tanto pela mediana quanto pela média. Observa-se também a diminuição do desvio padrão, o que indica uma convergência das idades em torno do valor médio de saída da escola. O aumento da idade ao sair da escola foi ligeiramente maior entre as mulheres, resultando na equiparação dos momentos em que homens e mulheres saem da escola. Para ambos os sexos, o aumento da idade mediana é crescente até 2000, oscilando ligeiramente para baixo em 2010 e sugerindo uma estabilização no patamar. O salto entre as mulheres deu-se antes do observado para os homens. Já na década de 1980, observou-se entre elas um aumento expressivo da idade mediana de saída da escola, evolução captada pelo Censo Demográfico de 1991. Para os homens, esse salto ocorreu apenas ao longo da década de 1990.

Tabela 5 - Idades medianas em que ocorreram a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho Homens - Brasil, 1970 a 2010

	1970	1980	1991	2000	2010	2010 - 1970
Saída da escola						
Mediana	14,4	14,6	15,8	18,2	17,9	3,5
Quartil 1 de idade	10,0	10,1	12,0	16,0	16,4	6,3
Quartil 3 de idade	18,4	18,3	18,8	20,7	19,9	1,5
% que não fizeram o evento	3,5	4,1	3,4	7,2	9,8	6,3
Média	15,7	15,5	16,3	18,9	18,9	3,2
Desvio Padrão	5,3	5,1	4,7	4,2	3,7	-1,6
Entrada no mercado de trabalho		0,0				
Mediana	15,1	15,0	15,5	15,8	16,8	1,6
Quartil 1 de idade	12,6	12,5	13,3	13,8	14,7	2,1
Quartil 3 de idade	18,2	17,8	18,1	18,1	18,8	0,6
% que não fizeram o evento	3,9	0,0	3,8	6,9	11,6	7,7
Média	16,1	15,9	16,4	16,6	17,4	1,3
Desvio Padrão	4,2	3,9	3,7	3,5	3,7	-0,5

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Tabela 6 - Idades medianas em que ocorreram a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho Mulheres - Brasil, 1970 a 2010

	1970	1980	1991	2000	2010	2010 - 1970
Saída da escola						
Mediana	14,0	14,7	17,9	18,1	17,9	3,9
Quartil 1 de idade	10,2	10,0	16,3	16,0	16,3	6,2
Quartil 3 de idade	18,0	18,6	20,1	20,6	20,1	2,0
% que não fizeram o evento	2,7	4,0	13,0	9,8	13,0	10,3
Média	15,3	15,6	18,9	18,8	18,9	3,6
Desvio Padrão	4,9	5,1	3,7	4,0	3,7	-1,3
Entrada no mercado de trabalho						
Mediana	14,2	14,4	15,3	15,9	16,9	2,7
Quartil 1 de idade	12,4	11,6	13,3	14,0	14,9	2,5
Quartil 3 de idade	15,9	15,8	17,5	17,7	18,8	2,9
% que não fizeram o evento	78,4	65,3	54,0	37,5	30,2	-48,3
Média	14,7	14,9	15,8	16,4	17,5	2,8
Desvio Padrão	2,5	2,7	2,6	2,8	3,7	1,1

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1970 a 2010.

As Tabelas mostram também que o avanço da idade de saída da escola é ainda maior entre os primeiros 25% da distribuição (1º quartil de idade). Ou seja, 25% dos jovens de ambos os sexos saíram da escola com aproximadamente 10 anos, em 1970, e 16 anos, em 2010, resultando em um extraordinário aumento de seis anos no período, maior do que o observado para os 50% (mediana). O avanço também é observado para os jovens que estão no 3º quartil da distribuição, mas é bem menor, de dois pontos: 75% dos jovens do sexo masculino saíram da escola aos 18,4 anos, em 1970, e aos 19,9, em 2010. Entre as mulheres, 75% saíram da escola aos 18 anos, em 1970, e 20,1 anos, em 2010. Ressalta-se, no entanto, que esse aumento reflete o aumento da escolaridade, mas não se equivale a ele, pois, para o cálculo das idades aqui apresentadas, levou-se em consideração apenas a freqüência à escola e não o nível de escolaridade alcançado na saída da escola.

No que se refere à idade de entrada no mercado de trabalho, observou-se também um aumento no período, apontado, por alguns estudos, como resultado do aumento da idade mínima permitida para o trabalho a partir da Constituição de 1988 (FERRO; KASSOUF, 2005) e das ações de proteção das crianças e adolescente combate ao trabalho. Em 2010, a maior parte dos jovens entrava no mercado de trabalho após os 16 anos. Apesar de importante e crescente, o adiamento foi mais tímido do que o observado para o evento da saída da escola.

Entre os homens, o aumento da idade foi crescente, redundando em um incremento de 1,6 anos no período, tomando como parâmetro a idade mediana. Entre as mulheres, esse aumento foi maior, de 2,7. Também para esse indicador o aumento é mais expressivo no início da distribuição: 25% dos jovens. Eles passaram a entrar no mercado de trabalho aproximadamente dois anos mais tarde em 2010. Apesar de um avanço, a idade para faixa de distribuição era baixa mesmo em 2010, o que sugere que boa parte dos jovens entra no mercado de trabalho sem concluir o ensino médio.

É importante ressaltar que o cálculo das idades mostradas acima leva em consideração somente aqueles que saíram da escola, entraram no mercado de trabalho, saíram de casa, se casaram ou tiveram filhos até o momento da coleta dos dados. O método das tábuas de vida, considerado um método indireto para o cálculo das idades, não leva em consideração os dados censurados à direita. Ou seja, ele não capta os jovens que possam vir a experimentar alguns desses eventos mais tarde, após o instante da coleta dos dados. Não se sabe, por exemplo, se eles irão (ou não) realizar alguns desses eventos. É possível que venham a fazê-lo mais à frente, em algum tempo indeterminado, que não se possa prever. Nesse sentido, a análise do percentual de pessoas que não realizaram esses eventos até o momento da pesquisa é um importante indicador do adiamento de alguns eventos da transição. No caso da idade à saída da escola, o percentual de pessoas que, até os 30 anos, continua freqüentando a escola aumenta ao longo do tempo: de 2,6% passa para 9,8 entre os homens e de 2,8% para 13% entre as mulheres. A tendência também se dá para o mercado de trabalho para ambos os sexos: de 3,9% para 11,6% no período. Ver Tabelas 5 e 6.

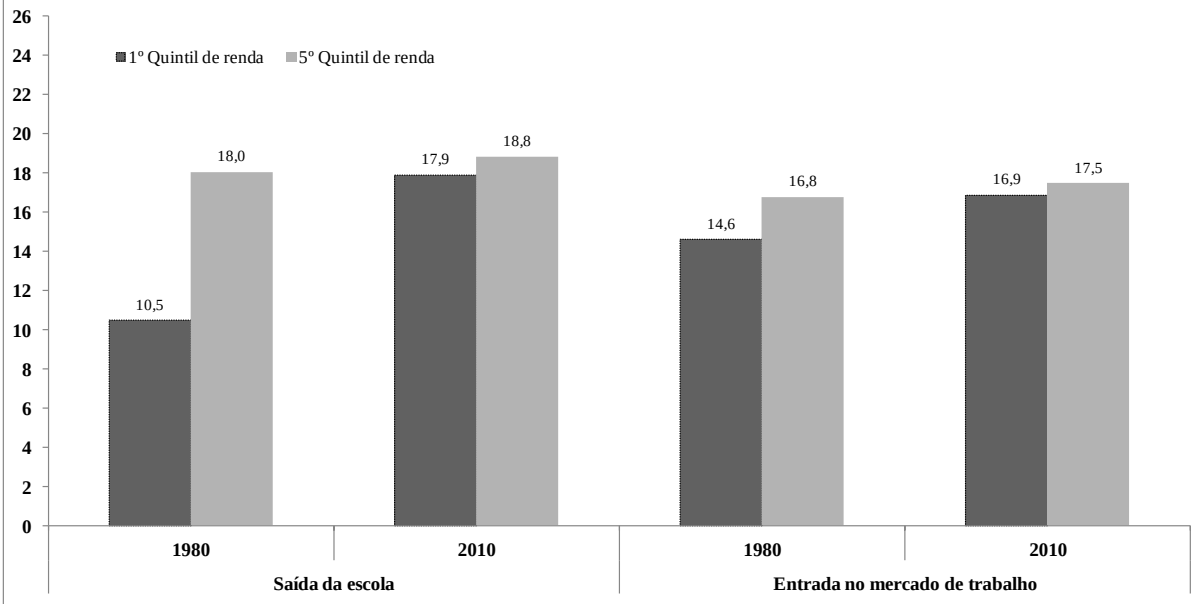
Os indicadores de transição da escola para o trabalho são também sensíveis às variáveis socioeconômicas. Para discutir o assunto, eles foram desagregados por quintis de renda domiciliar *per capita* e por cor/raça em 1980 e 2010 para homens e mulheres. Os resultados mostram que a transição da escola para o trabalho é bastante afetada pela renda domiciliar *per capita* e confirma o padrão de desigualdade observado em outros estudos: a transição entre os grupos inseridos em contexto familiar de menor renda ocorre mais cedo e em piores condições (ARRUDA, 2004; MELLO, 2005; RIBEIRO, 2014a; VIEIRA, 2008). As idades medianas de saída da escola e de entrada no mercado de trabalho eram menores entre os mais pobres nos dois anos analisados para ambos os sexos, como ilustram os Gráficos 19 e 20. O quadro evoluiu no período, particularmente no campo educacional. Houve um aumento generalizado da idade ao sair da escola. Porém, ele foi mais expressivo

para os mais pobres, fazendo com que as idades de saída da escola entre os jovens dos extremos da distribuição de renda se aproximassem. Apesar da manutenção de um quadro mais desfavorável para os mais pobres, observou-se uma convergência das idades entre os diferentes grupos socioeconômicos.

No caso dos homens, o aumento da idade mediana de saída da escola dos jovens mais pobres foi de cerca de sete anos entre 1980 e 2010. Entre os jovens pertencentes ao 5º quintil de renda domiciliar, o aumento foi de menos de um ano. Ou seja, os jovens mais ricos já saíam da escola com idade mais elevada desde 1980, em torno de 18 anos. Por decorrência da diferença na intensidade do aumento da saída da escola de jovens pobres e ricos, a distância entre eles foi reduzida para menos de um ano em 2010. Para as mulheres, as tendências são semelhantes: se, em 1980, a diferença era de 7 anos, em 2010, ela era de 2,3. Ressalta-se que, entre elas, a diferença entre as jovens de diferentes contextos socioeconômicos ainda é bastante expressiva. Observa-se também que a idade de saída da escola no 5º quintil de renda era maior entre as mulheres do que entre os homens em 2010; 20 anos e 18,8, respectivamente. Em 1980, as idades eram semelhantes.

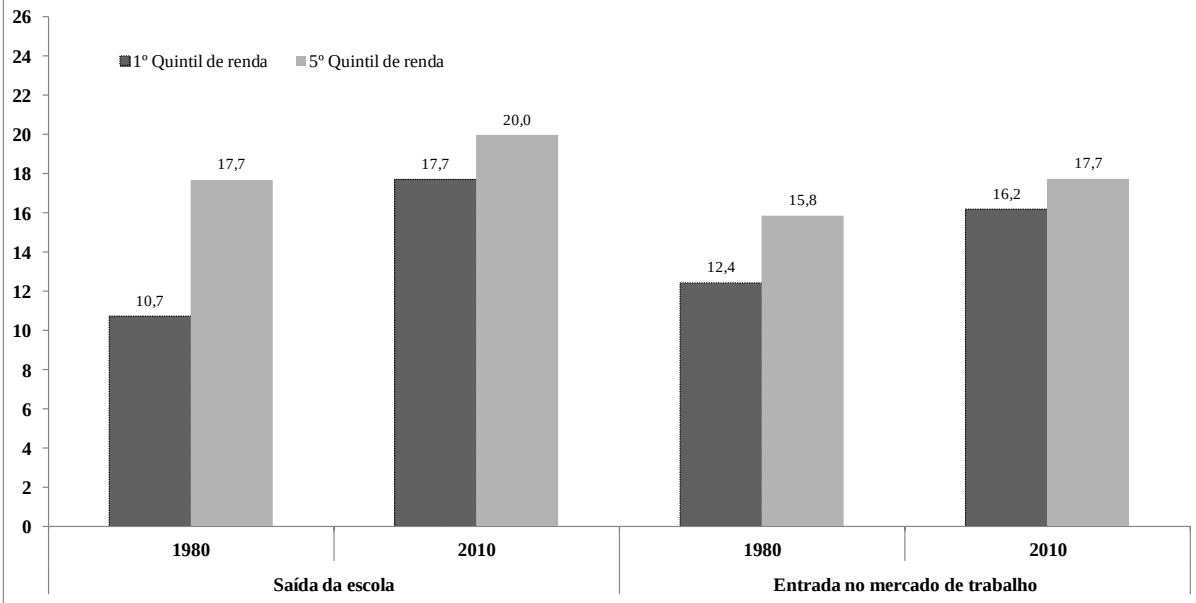
O movimento de ingresso para o mercado de trabalho apresenta o mesmo padrão: entre os mais pobres a entrada ocorre mais cedo do que para os mais ricos. Isso é válido para os dois anos analisados e pode ser observado para homens e mulheres. Porém, os diferenciais são menores do que os para o indicador de saída da escola. Em 2010, os jovens inseridos em contextos diversos de renda saíam da escola com idade superior a 16 anos.

Gráfico 19: Idades medianas em que os homens saem da escola e entram no mercado de trabalho por quintis de renda domiciliar *per capita* Brasil, 1980 e 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 a 2010.

Gráfico 20: Idades medianas em que as mulheres saem da escola e entram no mercado de trabalho por quintis de renda domiciliar *per capita* Brasil, 1980 e 2010

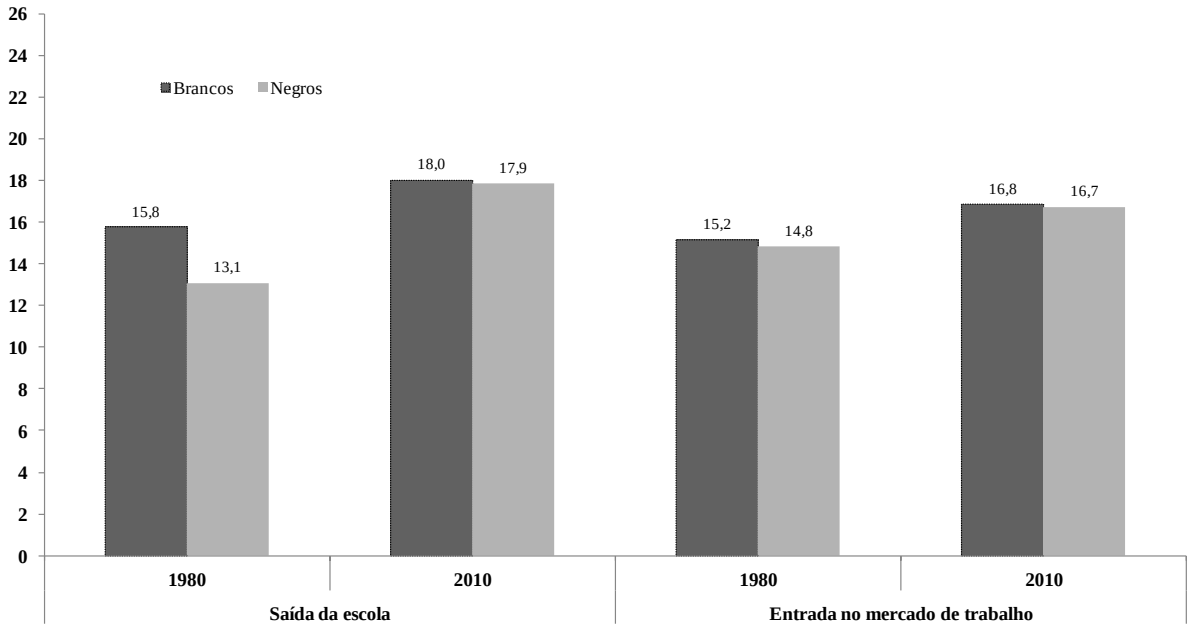


Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 a 2010.

No tocante à transição da escola para o trabalho por cor/raça, observa-se que, apesar de existentes, as diferenças são menos expressivas do que aquelas encontradas na análise por renda. Duas observações podem ser destacadas. A primeira delas é que a maior parte dos

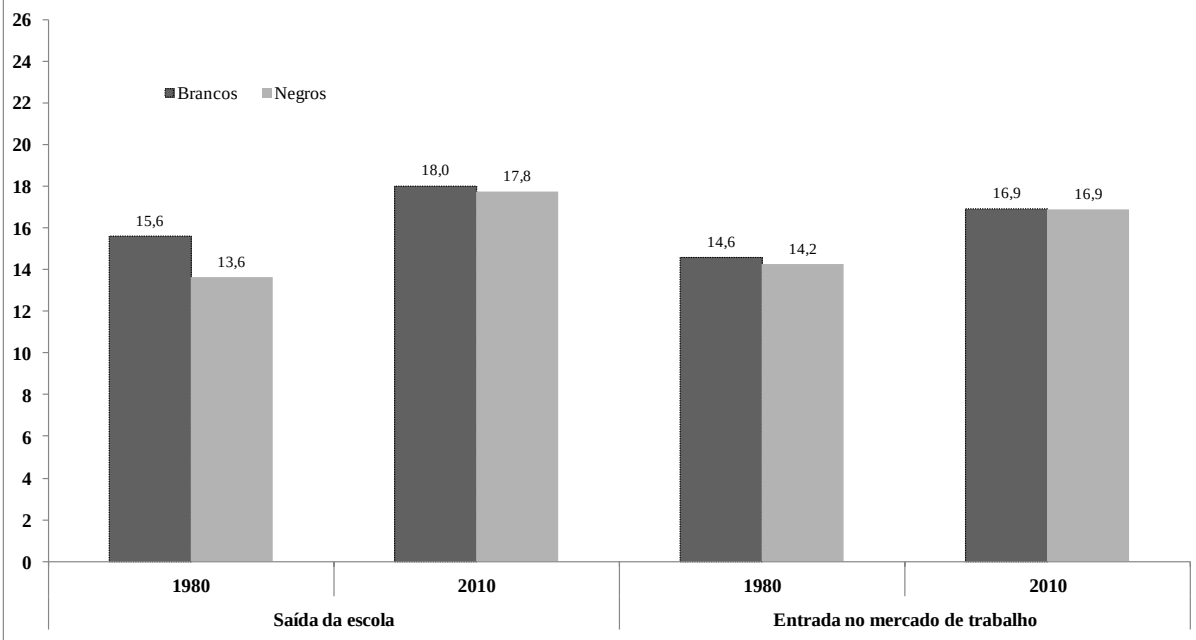
jovens negros que saiu da escola o fez mais cedo em 1980, sugerindo que eles transitavam para o mercado de trabalho em piores condições do que os brancos. Isso é válido para homens e mulheres, como mostram os Gráficos 21 e 22. A segunda observação é que houve um adiamento expressivo na idade de saída da escola para brancos e negros no período tanto entre os homens quanto entre as mulheres e o mais importante: esse adiamento ocorreu em maior intensidade entre os negros, o que provocou uma diminuição dos diferenciais entre esses segmentos, assim como observado para a transição por grupos de renda. Para os homens, em 1980, a metade dos jovens brancos saía da escola aos 15,8 anos, idade que passou a ser de 18 em 2010, representando um aumento de 2,4 anos. Entre os negros, o aumento foi mais que o dobro, de 4,7 anos.

Gráfico 21: Idades medianas em que os homens saem da escola e entram no mercado de trabalho por cor/raça - Brasil, 1980 e 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 a 2010.

Gráfico 22: Idades medianas em que as mulheres saem da escola e entram no mercado de trabalho por cor/raça - Brasil, 1980 e 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 a 2010.

Para o indicador de entrada no mercado de trabalho, observava-se, já em 1980, o menor grau de desigualdade entre negros e brancos. O adiamento das idades de cada grupo foi semelhante no período e não mudou expressivamente a diferença entre eles em 2010. O mais importante no que aos dados apresentados é que, pelo menos, 50% dos jovens negros e brancos transitavam para o mercado de trabalho com idade superior ao limite legal para estabelecimento de vínculo empregatício, de 16 anos. Isso ocorreu para homens e mulheres. Apesar do grande aumento, esses jovens, brancos ou negros, realizavam esse avento em torno dos 15 anos, idade em que eles não teriam condições de completar o ensino médio, seguindo a tendência nacional, como mostrado na seção anterior.

4.2.1.1. Simultaneidade entre trabalho e escola: até quando?

Vários autores têm apontado a simultaneidade de eventos do ciclo da vida e a complexidade em que os modelos de transição para a vida adulta passaram a se dar no final do século XX (CAMARANO, 2006; RIBEIRO, 2014b; VIEIRA, 2009). No caso específico

dos jovens, é bastante freqüente que eles combinem escola e trabalho em determinadas faixas etárias. A simultaneidade entre escola e trabalho parece ser uma marca da juventude brasileira (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006; GUIMARAES, 2006)[37]. Ela foi acentuada no período, como resultado do aumento mais expressivo da idade ao sair da escola, em relação ao da entrada no mercado de trabalho, como se viu anteriormente. Ou seja, ao retardar a saída da escola, em maior grau do que a entrada no mercado de trabalho, os jovens passaram a experimentar durante mais tempo a combinação dessas duas atividades. As Tabelas 9 e 10 traduzem esse movimento e mostram que o percentual de jovens que estudavam e faziam parte da PEA teve forte crescimento ao longo das últimas décadas. De 1970 a 2010, o percentual de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos nessa situação passou de 8,8% para 17%, e o do sexo feminino, de 4,3% para 15,8%. O aumento desse percentual foi expressivo em todos os grupos etários.

A simultaneidade entre estudar e participar do mercado de trabalho nunca foi a situação predominante entre os jovens de 15 a 29 anos no período entre 1970 e 2010. No entanto, é uma condição significativa por algumas razões. Na maioria dos casos, ele é a segunda maior freqüência, inclusive entre os jovens de 15 a 19 anos, idade em que seria esperado que os jovens se dedicassem exclusivamente aos estudos e aumento da escolarização. Foi entre os jovens de 15 a 19 anos que se observou o maior percentual de jovens que estudavam e participavam do mercado de trabalho em 2010, entre as quatro categorias. Nessa faixa etária, a proporção de pessoas que combinavam estudo e trabalho superava 20%, tendo atingido aproximadamente 32% do total em 2000, tanto entre homens quanto entre mulheres. Um indicador interessante é que esse percentual era mais elevado que o de só estudar para os jovens do sexo masculino aos 17 anos em 2000 e o mais elevado entre os 18 anos em 2010, como destacam os Gráficos 9, 10, 11 e 12, que apresentam os dados por idade individual.

[37] No Brasil, a simultaneidade de atividades estende-se ao longo da vida dos indivíduos, seja entre trabalho e estudo, seja entre trabalho e aposentadoria, e não se restringe aos jovens, como mostraram Camarano, Mello, Kanso (2006). Entre os idosos, é cada vez mais comum que a aposentadoria não seja acompanhada do retiro da vida laboral. Há uma aposentadoria "de direito" e não "de fato". Isso porque a legislação brasileira permite que aqueles que recebem aposentadoria permaneçam no mercado de trabalho, salvo em situações de aposentadoria por invalidez.

Tabela 9 - Distribuição proporcional da população jovem do sexo masculino segundo algumas categorias Brasil - 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Categoria	Homens				
	1970	1980	1991	2000	2010
15-19 anos					
Só estuda	28,4	24,9	27,5	33,8	43,7
Estuda e participa do mercado de trabalho	10,0	16,2	16,7	32,5	24,5
Só participa do mercado de trabalho	52,0	48,9	45,1	25,8	21,3
Nem estuda e nem participa do mercado de trabalho	9,6	10,1	10,6	7,9	10,5
20-24 anos					
Só estuda	7,8	5,1	4,9	6,7	9,5
Estuda e participa do mercado de trabalho	9,8	11,3	9,5	23,2	20,7
Só participa do mercado de trabalho	77,3	79,1	79,8	81,8	81,9
Nem estuda e nem participa do mercado de trabalho	5,0	4,5	5,9	9,3	16,4
25-29 anos					
Só estuda	1,5	1,0	0,9	1,2	2,4
Estuda e participa do mercado de trabalho	5,5	6,1	4,5	9,5	10,5
Só participa do mercado de trabalho	89,5	90,0	90,8	82,8	76,8
Nem estuda e nem participa do mercado de trabalho	3,5	2,9	3,8	6,5	10,3
15-29 anos					
Só estuda	14,6	11,8	12,0	15,0	17,8
Estuda e participa do mercado de trabalho	8,8	11,8	10,6	21,5	17,0
Só participa do mercado de trabalho	70,1	70,2	70,4	56,1	53,9
Nem estuda e nem participa do mercado de trabalho	6,5	6,3	7,0	7,4	11,2

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1970-2010.

Tabela 10 - Distribuição proporcional da população jovem do sexo feminino segundo algumas categorias Brasil - 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Categoria	Mulheres				
	1970	1980	1991	2000	2010
15-19 anos					
Só estuda	30,5	32,8	41,6	55,9	60,5
Estuda e participa do mercado de trabalho	4,8	9,6	13,0	32,0	24,6
Só participa do mercado de trabalho	19,3	21,7	22,2	21,7	18,9
Nem estuda e nem participa do mercado de trabalho	45,4	35,9	33,8	23,2	20,2
20-24 anos					
Só estuda	8,6	8,1	8,3	9,3	10,4
Estuda e participa do mercado de trabalho	5,1	8,0	8,3	16,5	16,4
Só participa do mercado de trabalho	23,2	30,8	37,4	44,2	46,9
Nem estuda e nem participa do mercado de trabalho	63,1	53,1	46,1	30,0	26,4
25-29 anos					
Só estuda	2,4	2,5	2,2	3,6	4,4
Estuda e participa do mercado de trabalho	2,5	3,8	3,6	8,9	11,4
Só participa do mercado de trabalho	20,8	32,0	42,4	53,5	57,5
Nem estuda e nem participa do mercado de trabalho	74,3	61,7	51,7	34,1	26,8
15-29 anos					
Só estuda	16,0	16,3	17,0	19,8	20,9
Estuda e participa do mercado de trabalho	4,3	7,5	8,1	17,1	15,8
Só participa do mercado de trabalho	21,0	27,6	32,7	36,6	40,0
Nem estuda e nem participa do mercado de trabalho	58,7	48,7	42,2	26,5	23,2

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1970-2010.

O fenômeno da combinação entre escola e participação no trabalho chama a atenção para uma especificidade da juventude: os eventos de transição para a fase adulta não se encerram para que outro evento tenha início. Não existe uma separação nítida entre eles, propiciando um tempo de experimentação e adaptação para um novo status. Ela é uma categoria intermediária entre a escola, atividade predominante na infância; e a atividade econômica, *status* típico da fase adulta, particularmente entre os homens. Ribeiro (2014a) ressalta também que a combinação desses eventos a partir dos 18 anos entre os homens era maior entre os jovens de classes altas do que entre os de classes mais baixas. Isso pode significar que os homens de classe alta adquirem capital humano tanto no sistema educacional quanto no mercado de trabalho combinado com o estudo. Madeira (2009) também encontrou resultados semelhantes de acordo com a renda entre os jovens a partir de 18 anos em 2005.

De modo geral, a combinação desses eventos sempre existiu em todos os grupos de renda e se acentuou com o passar dos anos, reforçando esta característica entre os jovens brasileiros.

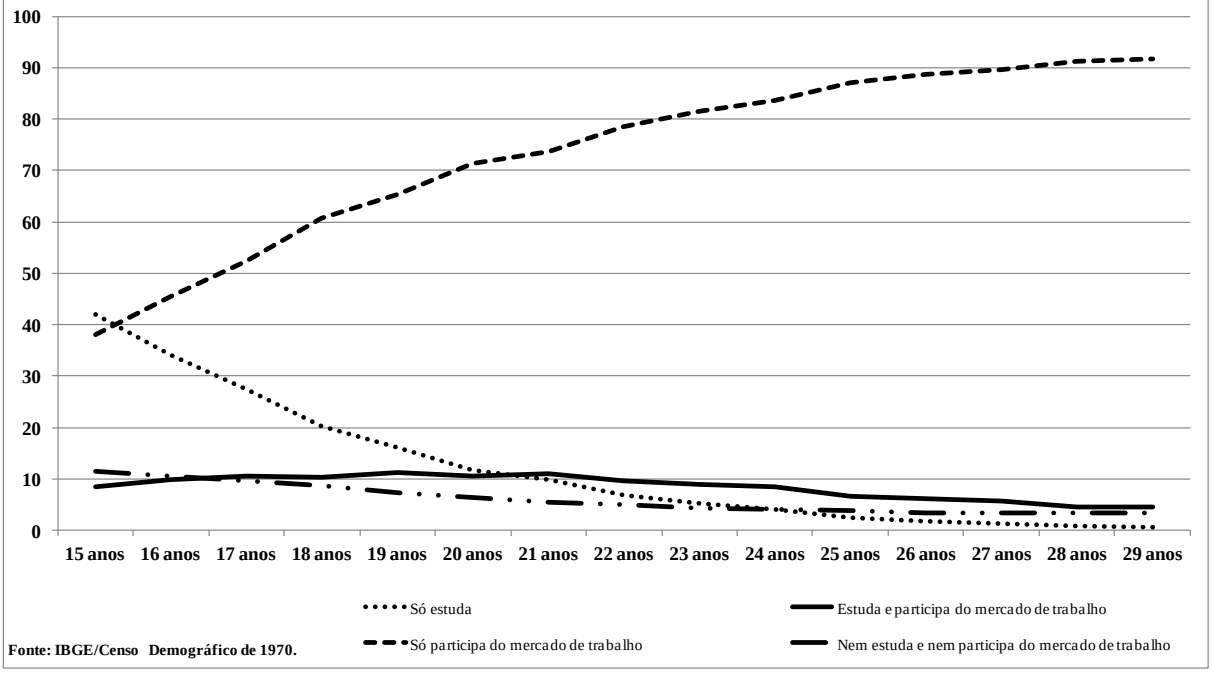
No entanto, os dados do Censo Demográfico de 2010 trazem uma pista de mudança na tendência de crescimento da combinação entre e estudo e trabalho, que pode ou não se confirmar nos próximos levantamentos populacionais. Houve uma queda no percentual de jovens de 15 a 29 anos que combinam estudo e trabalho entre 2000 e 2010. Na última década, entre os homens, o percentual passou de 21,5% para 17%, e de 17, 1% para 15,8% entre as mulheres. Essa queda é mais acentuada justamente nas primeiras idades. A queda também é observada quando se toma por referência os dados da Pnad de 2001 e 2011. Isso reforça a observação de que está em curso uma mudança de tendência, em prol do aumento de jovens que se dedicam apenas à escola nas faixas etárias mais jovens, sugerindo que há um adiamento da entrada no mercado de trabalho.

No período analisado, o percentual de jovens que só estudam cresceu expressivamente, em especial entre as mulheres de 15 a 19 anos. Em 1970, era cerca de 30% das jovens nessa faixa etária; em 2010, o percentual superava 60%. Aos 15 anos, o percentual em 2010 chegava a 77% entre elas. Para os jovens do sexo masculino, também se observou um expressivo crescimento no período, em particular entre o grupo de 15 a 19 anos; de 28,4% para 43,%. Aos 15 anos, o percentual alcançava 72%. O crescimento não foi constante; entre 1970 e 1980, observou uma queda entre os jovens homens que só estudavam em todas as faixas etárias. Alguns estudos mostraram que a probabilidade de se dedicar somente aos estudos, entre os jovens, é mais elevada quando seus pais são mais escolarizados e/ou de classes mais altas (CORSEUIL; SANTOS; FOGUEL, 2001; LEME; WAJNMAN, 2000; RIBEIRO, 2014a). No entanto, estudos mais recentes já apontam para a diminuição do efeito das desigualdades sociais nas chances de os jovens se dedicarem exclusivamente aos estudos (RIBEIRO, 2014a).

O percentual de jovens que só estuda é decrescente com o aumento da idade e é sempre mais elevado entre as mulheres em todos os anos. Os Gráficos 23, 24, 25 e 26 mostram as tendências ao longo do século XX e início do XXI, bem como os eventos predominantes ao longo da transição para a vida adulta no que diz respeito à escola e ao trabalho. Em 2010, observa-se que a freqüência exclusiva à escola cai com a idade, mas é predominante ainda até 17 anos para homens e até 19 para as mulheres. A partir dessas idades, a situação predominante passa a ser a de só participar do mercado de trabalho, que

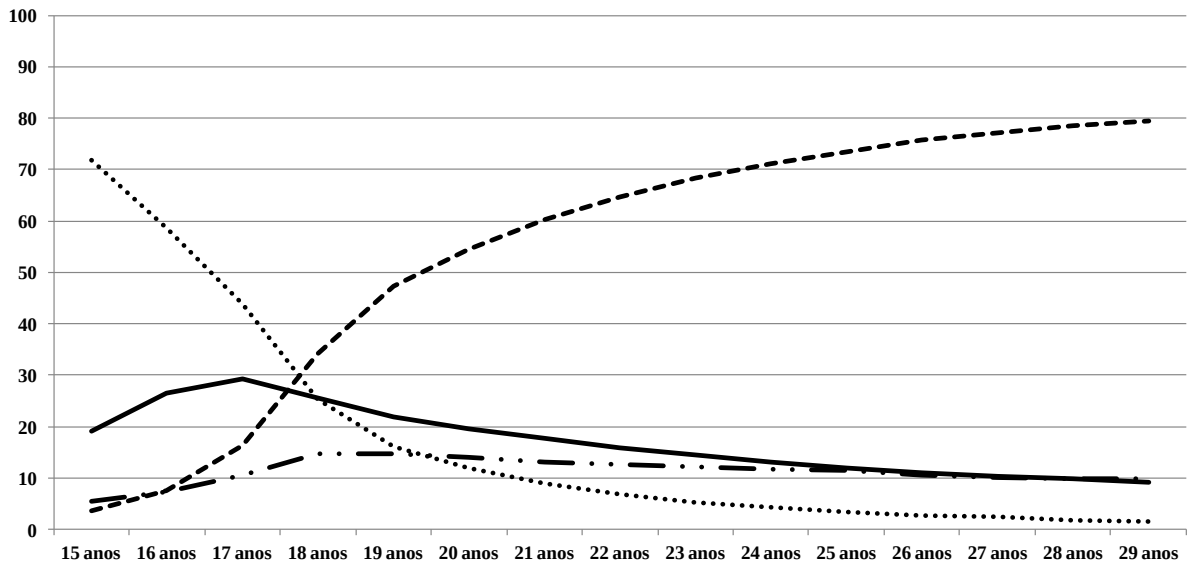
cresce com a idade, e é sempre maior entre os homens. Aos 29 anos, aproximadamente 80% já participavam exclusivamente do mercado de trabalho, enquanto o percentual correspondente entre as mulheres era de 60% em 2010. A combinação entre escola e trabalho atinge o ápice aos 17 anos voltando a decrescer a partir de então para ambos os sexos.

Gráfico 23: Tipologia de transição entre escola e trabalho para os homens jovens Brasil, 1970



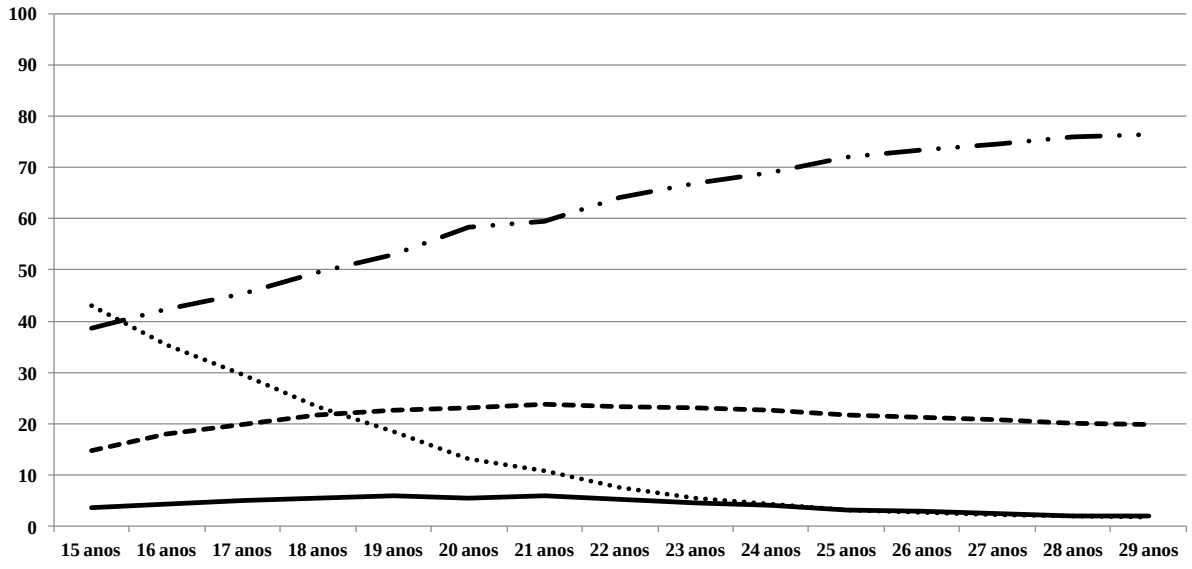
Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1970.

Gráfico 24: Tipologia de transição entre escola e trabalho para os homens jovens Brasil, 2010



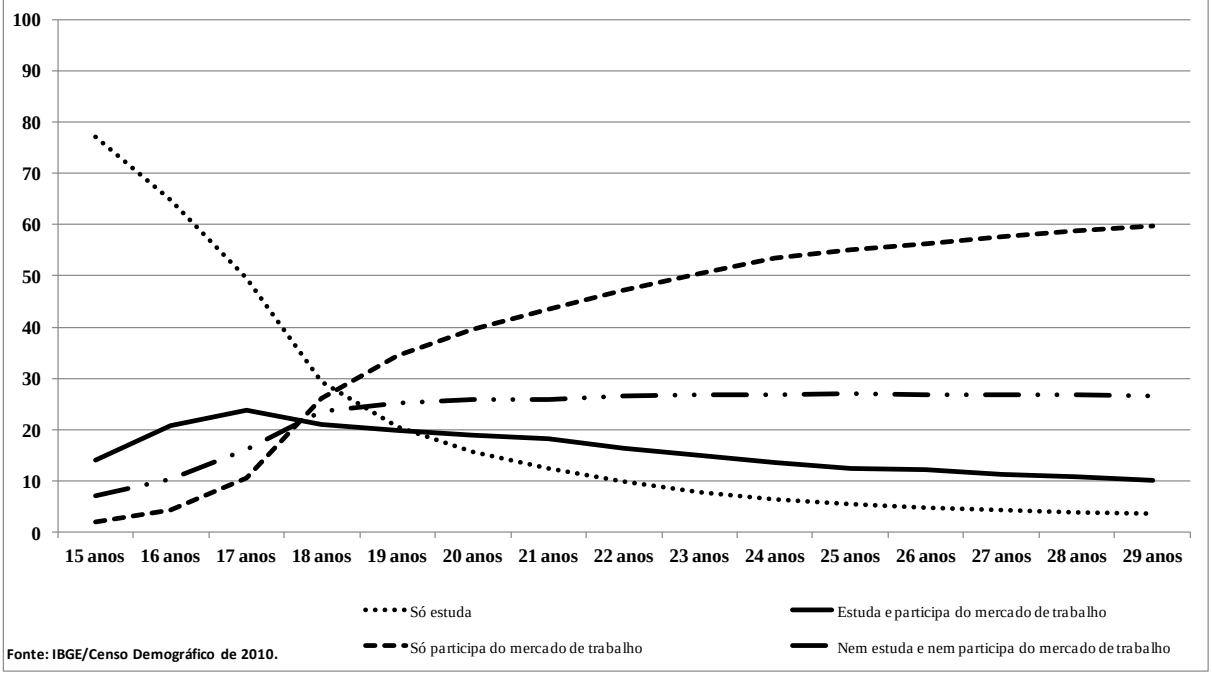
Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 25: Tipologia de transição entre escola e trabalho para as mulheres jovens - Brasil, 1970



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1970.

Gráfico 26: Tipologia de transição entre escola e trabalho para as mulheres jovens - Brasil, 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2010.

Destaca-se também o percentual de jovens que não estudavam e não participavam do mercado de trabalho. Ele caiu expressivamente entre as mulheres, provavelmente, em virtude da tendência crescente de sua entrada no mercado de trabalho a partir de 1970, e é sempre maior que o dos homens. O mesmo não ocorreu entre os homens, trazendo preocupação entre os pesquisadores e os formuladores de políticas públicas. O tema será objeto de discussão detalhada no capítulo 5 desta tese, a partir das PNADs entre 1993 e 2013, que também captam o aumento dessa categoria entre os homens nos últimos anos.

4.2.2 Transição pela esfera familiar e reprodutiva

Apesar de vários indicadores mostrarem importantes mudanças na dimensão familiar a partir de meados do século XX, discutidas no capítulo 2, quando a análise é feita utilizando as idades medianas, os quartis de idade e as médias em que os eventos de transição ocorreram para o conjunto dos jovens brasileiros, as mudanças são menos nítidas do que as relacionados à escola.

Os Gráficos 15 e 16 mostram que a saída de casa, o casamento e o nascimento do primeiro filho, no caso das mulheres, ocorrem após a saída da escola e entrada no mercado de trabalho, eventos cujo adiamento foi expressivo no Brasil. Esse foi o padrão para as transições ao longo das décadas. No caso masculino, a saída de casa e o casamento aconteciam em idades praticamente iguais até 1980. A partir daí, há uma tendência de descolamento crescente: a saída de casa começou a acontecer ligeiramente antes do casamento, cerca de 0,5 ano em 2000 e 2010. Entre as mulheres, a desvinculação entre saída de casa e casamento foi mais acentuada que a dos homens, em cerca de um ano em 2010, comparada à diferença de 0,2 ano em 1970.

Ao analisar cada um dos eventos que compõem a dimensão família, observam-se pequenas oscilações; algumas, inclusive, em direções opostas. No caso masculino, a idade mediana ao sair de casa daqueles que realizaram o evento não apresentou alteração importante entre 1970 e 2010, permanecendo em torno de 23 anos. Ver Tabela 7. Também não foram observadas mudanças quando se compara as médias. No entanto, ao analisar os quartis da distribuição por idade, verificou-se que os mais novos passaram a sair ligeiramente mais cedo. Na comparação com 1970, observou-se uma diminuição de 0,7 ano em 2010. O movimento contrário é observado entre os jovens do 3º quartil, com um aumento de 0,8 ano. O desvio padrão aumentou no período, indicando que uma dispersão maior em relação ao valor médio. Ao invés de convergir, como no caso de escola e do mercado de trabalho, a saída de casa, que é um importante definidor da transição para a vida adulta, está se despadronizando no período recente para os homens.

Tabela 7 - Idades medianas em que ocorreram os eventos relacionados à família
Homens - Brasil, 1970 a 2010

	1970	1980	1991	2000	2010	2010 - 1970
Saída de casa						
Mediana	23,2	23,2	23,2	23,3	23,2	0,0
Quartil 1 de idade	21,0	20,8	20,7	20,7	20,3	-0,7
Quartil 3 de idade	25,6	25,7	25,9	25,9	26,4	0,8
% que não fizeram o evento	23,3	22,4	27,6	30,7	37,4	14,1
Média	23,8	23,8	23,7	23,8	23,7	-0,1
Desvio Padrão	3,2	3,3	3,5	3,5	4,0	0,9
Casamento		0,0				
Mediana	23,4	23,1	22,9	22,8	22,8	-0,6
Quartil 1 de idade	21,2	20,8	20,5	20,3	20,0	-1,2
Quartil 3 de idade	25,7	25,6	25,7	25,6	25,9	0,2
% que não fizeram o evento	26,3	22,5	27,5	31,0	38,3	12,1
Média	23,9	23,7	23,5	23,4	23,4	-0,5
Desvio Padrão	3,1	3,2	3,5	3,5	3,9	0,8

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1970 a 2010.

No que refere ao casamento, evento relacionado à saída de casa, observou-se uma pequena diminuição na idade mediana entre os homens, o que ocorre também quando se observa a média. No entanto, no início da distribuição referente ao 1º quartil, a diminuição é mais acentuada. Ou seja, 25% dos jovens do sexo masculino casaram-se até os 20 anos em 2010, enquanto, em 1970, a idade correspondente era de 21,2 anos. Na parte superior da distribuição, não houve alterações no período (3º quartil). O aumento do desvio padrão também reforça a ideia de que há um aumento da despadronização do fenômeno do casamento entre os homens.

O que se pode concluir dos dados acima é que, para o conjunto dos homens que fizeram a transição, a idade mediana e a média de sair de casa e a de casar não sofreram alteração expressiva. Contudo, a proporção daqueles que não fizeram o evento aumentou no período, sinalizando um adiamento em que esses eventos acontecem. Aproximadamente 37% dos jovens até 30 anos não haviam feito a transição via saída da casa dos pais, e 38% não haviam casado. Os percentuais em 1970 eram de 23% e 26%, respectivamente. Isso indica que há um grupo maior de pessoas que está realizando esses eventos depois dos 30 anos, limite superior de idade utilizada para o cálculo das idades aqui apresentadas. Ou seja, há um contingente populacional que não está realizando os eventos relacionados à dimensão da

família no intervalo etário classificado como juventude, de 15 a 29 anos. Isso destoa bastante do que ocorre com os eventos relacionados às transições da escola e do trabalho, que, na maioria dos casos, ocorre ainda na adolescência, como discutido acima.

Os dados reforçam também o viés de gênero presente nas transições relativas à constituição de família. Os homens saem de casa e se casam aproximadamente três anos mais velhos que as mulheres. Ao longo do tempo, não há alteração no diferencial entre homens e mulheres quanto à idade de sair de casa. No entanto, a idade ao casamento apresenta uma tendência de diminuição desse diferencial.

Do conjunto de eventos do processo de emancipação familiar, o relativo ao nascimento do primeiro filho é um dos mais emblemáticos[38]. Isso porque o início da vida sexual dos jovens é um evento marcante na sua busca por autonomia. Se, por um lado, a dependência financeira pode impor algumas limitações à autonomia juvenil em relação ao núcleo familiar; por outro, o arbítrio sobre o próprio corpo coloca-se como o espaço de legitimação de sua autonomia. A sexualidade impõe-se, neste sentido, como o espaço mais autônomo do cotidiano dos jovens, escapando aos limites da escola e da família. Tal possibilidade abre mais espaço para alterações nas idades em que estes eventos se iniciam na vida dos jovens ao longo do tempo (BRANDÃO, 2004). Apesar da importância do evento, para o conjunto das mulheres jovens, a idade mediana em que o nascimento do primeiro filho se realizava mudou menos do que se podia imaginar. Ou ainda, mudou em uma direção não esperada, contrapondo-se aos achados em outros países.

No Brasil, a idade mediana das jovens que tiveram filhos diminuiu, ainda que discretamente, comparando 1970 e 2010, como mostra a Tabela 8. Isso foi observado também para os valores médios. Nota-se que essa diminuição é bastante elevada quando se consideram os jovens na cauda superior da distribuição. Ou seja, 75% das jovens que realizaram o evento o fizeram 2,2 anos mais cedo em 2010. Esses dados poderiam indicar um rejuvenescimento da maternidade. É interessante verificar que a diminuição da idade ao nascimento do primeiro filho é maior entre 1970 e 2000. Isso corrobora os achados feitos por estudos sobre gravidez na adolescência, que apontaram um aumento desse fenômeno no Brasil justamente nos anos 1990, como discutido no capítulo 2 (CAMARANO, 1998; HEILBORN, 1988). A partir de 2000, a gravidez na adolescência começa a cair (CAVENAGHI; BERQUÓ, 2005).

[38] Os dados dos Censos Demográficos não trazem informações sobre paternidade.

Por outro lado, entre 1970 e 2010, verificou-se um aumento de 7,8 pontos percentuais - de 21,9% para 29,8% - na proporção de jovens que não tinham tido filhos até os 30 anos, fato que sugere que um grupo de mulheres está tendo filhos mais tarde. Ou ainda, não está tendo filhos. Ou seja, quem está tendo filhos os têm mais cedo, mas parece existir um incremento no número de mulheres que experimentam o evento mais tarde, que não podem ser captados pelo método das tábuas de vida.

Tabela 8 -Idades medianas em que ocorreram os eventos relacionados à família
Mulheres - Brasil, 1970 a 2010

	1970	1980	1991	2000	2010	2010 - 1970
Saída de casa						
Mediana	20,7	20,8	21,0	21,3	21,4	0,7
Quartil 1 de idade	18,2	18,2	18,2	18,4	18,2	0,1
Quartil 3 de idade	23,6	23,9	24,2	24,5	24,8	1,2
% que não fizeram o evento	18,9	20,6	22,4	23,3	27,7	8,8
Média	21,4	21,6	18,2	21,9	21,9	0,5
Desvio Padrão	3,7	3,8	4,0	4,1	4,3	0,7
Casamento						
Mediana	20,5	20,2	20,1	20,3	20,3	-0,2
Quartil 1 de idade	18,0	17,7	17,5	17,4	17,4	-0,7
Quartil 3 de idade	23,2	23,1	23,2	23,6	23,9	0,6
% que não fizeram o evento	24,5	23,4	26,3	28,5	33,3	8,9
Média	21,1	21,0	20,9	21,1	21,1	0,0
Desvio Padrão	3,4	3,7	3,9	4,1	4,2	0,8
Primeiro filho						
Mediana	21,5	21,0	20,9	20,5	21,2	-0,4
Quartil 1 de idade	19,0	18,6	18,3	17,8	18,1	-0,8
Quartil 3 de idade	27,2	24,1	24,1	24,0	25,0	-2,2
% que não fizeram o evento	21,9	20,9	23,3	22,1	29,8	7,8
Média	22,9	21,9	21,8	21,5	22,0	-0,9
Desvio Padrão	4,3	3,7	3,9	4,1	4,3	0,1

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1970 a 2010.

No que se refere à idade de saída de casa, diferente do que ocorre entre os homens, ocorreu um adiamento da idade em 2010; discreto quando se analisa a mediana, de 0,7 ano, e mais acentuado entre aqueles do 3º quartil da distribuição, de 1,2 anos. No que se refere ao casamento, não se observaram mudanças expressivas na idade mediana. No entanto, os movimentos dos jovens da cauda inferior e superior têm direções contrárias. Entre os

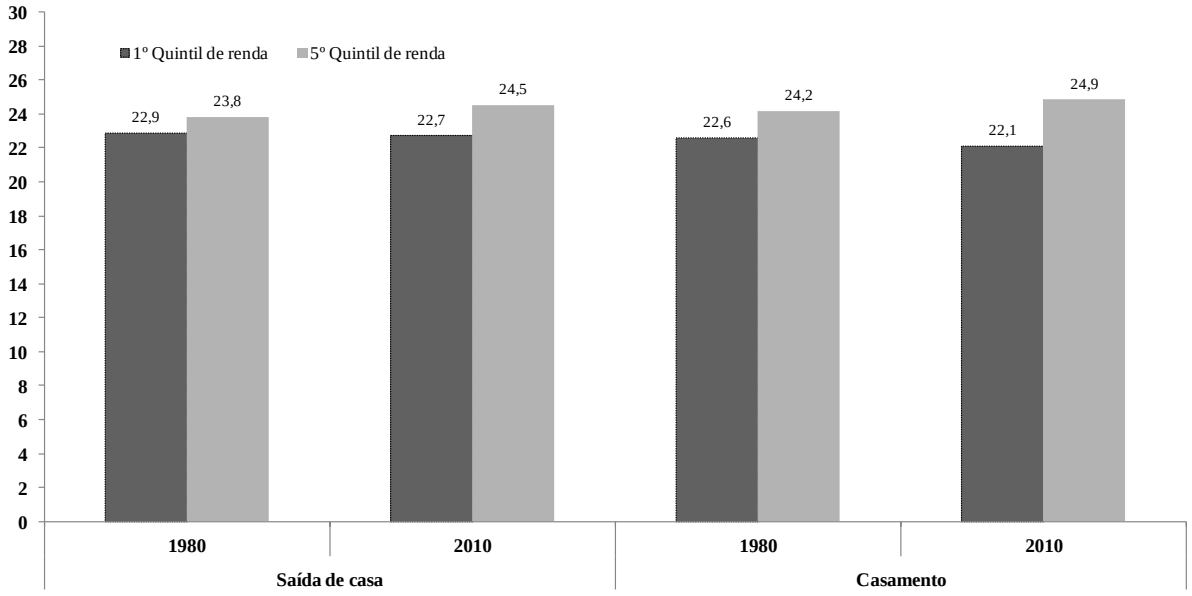
primeiros, houve uma discreta diminuição da idade; entre os últimos, observou-se um discreto aumento. Tanto no caso da saída de casa quanto no do casamento, verificou-se o aumento do percentual daqueles que não haviam realizado o evento até aquele momento. Aproximadamente 28% das jovens não haviam saída de casa em 2010 comparado a 20% em 1970. No que diz respeito ao casamento, os percentuais são de 33% e 25%, respectivamente. Entre os homens, como se viu, os percentuais de não realização dos eventos relativos à dimensão da família eram mais elevados.

Importantes diferenciais são encontrados quando as análises dos eventos de transição relacionados à família são desagregados por quintis de renda domiciliar *per capita*. A constatação é a mesma observada para os eventos de transição da escola para o trabalho: homens e mulheres jovens mais pobres parecem transitar para um novo núcleo familiar mais cedo do que os inseridos em contextos mais favoráveis de renda em 1980 e 2010. No entanto, a direção dessas mudanças diverge entre a dimensão da escola e trabalho e da dimensão familiar, sugerindo um aumento da desigualdade do processo de transição nos eventos relacionados à família. Em sentido amplo, parece estar em curso uma maior precocidade na transição para a vida adulta dos jovens das camadas mais pobres.

Considerando inicialmente os jovens do sexo masculino, observou-se que a idade mediana de saída de casa entre os jovens do 1º quintil de renda apresentou uma discreta alteração; de 22,9 anos para 22,7 anos. Movimento contrário, e mais acentuado, ocorreu com os jovens do 5º quintil; de 23,8 anos para 24,5 no período. Ver Gráfico 27. Apesar de pequenas, essas alterações em direção contrária resultaram em um aumento da diferença da idade mediana em que jovens pobres e ricos passaram a assumir a chefia dos domicílios. Note que, se, em 1980, ela era de 0,9 ano, em 2010, ela era de 1,8 ano.

No que diz respeito ao casamento, observou-se um aumento mais expressivo da diferença dos momentos em que esse evento ocorreu no período entre os homens. A distância entre os jovens inseridos em domicílios com menor renda e os com renda mais elevada passou de 1,6 anos para 3 anos. Também se verificou a diminuição da idade do casamento entre os mais pobres e o aumento entre os mais ricos, ampliando os diferenciais entre os dois grupos.

Gráfico 27: Idades medianas em que os homens saem de casa e se casam por quintis de renda domiciliar *per capita*
Brasil, 1980 e 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 a 2010.

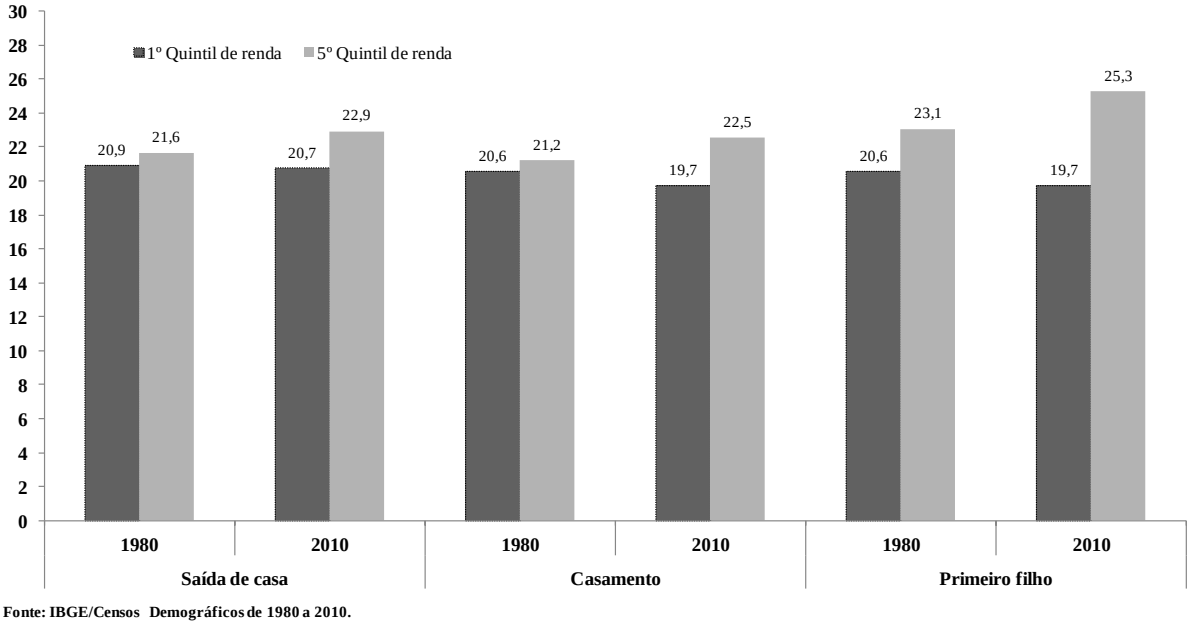
O Gráfico 28 apresenta os indicadores de transição para as mulheres. De modo geral, a tendência é de as jovens mais pobres saírem de casa, se casarem e terem filhos mais cedo que as de renda mais elevada. Nas últimas três décadas, verificou-se a antecipação da idade mediana desses eventos para as mais pobres e o adiamento para as demais, acarretando em um aumento da distância entre esses dois grupos. Os fenômenos da saída de casa e do casamento comportam-se na mesma direção dos os homens. Porém, de forma mais expressiva para elas, e indica que, ao menos na dimensão familiar, a transição para a vida adulta para mulheres pobres e ricas mudou mais do que para os homens nas mesmas condições ao longo das últimas décadas. A diferença na idade ao sair de casa entre os grupos foi de menos de um ano em 1980 e passou a ser de 2,2 anos em 2010. Para a idade ao se casar, foi de 0,6 anos e passou para 2,8 anos no período considerado.

Utilizando a saída de casa como evento definidor da transição, pode-se dizer que ocorreu um encurtamento do tempo de juventude dos jovens de camadas de menor renda. Esses jovens passaram a se tornar adultos ainda mais cedo do que os de maior renda em 2010. Uma das conseqüências desse fato é que, provavelmente, as mais pobres assumem a responsabilidade por um novo domicílio em condições piores, com nível mais baixo de

escolaridade e menores chances de obter empregos em postos melhores. Nota-se também que as mulheres saíam de casa mais cedo que os homens.

Apesar dos importantes diferenciais por renda verificados na idade de saída de casa e do casamento, a maior variação no processo de transição das mulheres nas últimas três décadas foi a idade do nascimento do primeiro filho. Para o conjunto das mulheres, a idade mediana sofreu pequenas alterações, como mostrado anteriormente. No entanto, quando esse indicador é desagregado por renda, nota-se um acirramento da desigualdade entre as mulheres jovens. Nos dois anos censitários, a idade mediana ao se ter o primeiro filho era menor entre as mulheres de baixa renda. O fato é que, entre elas, se observou uma antecipação na idade ao primeiro filho em cerca de um ano, ao passo que, entre as de renda mais elevada, constatou-se um adiamento de 2,2 anos. Esse duplo movimento resultou em um expressivo aumento nos diferencias entre essas mulheres. Em 2010, 50% das mulheres mais pobres tiveram filhos aos 19,7 anos. Entre as de renda mais elevada, aos 25,3 anos. A diferença na idade ao ter filhos, que era de 2,5 anos em 1980, passou a ser de 5,5 anos em 2010.

Gráfico 28: Idades medianas em que as mulheres saem de casa, se casam e têm o primeiro flho por quintis de renda domiciliar *per capita*
Brasil, 1980 e 2010

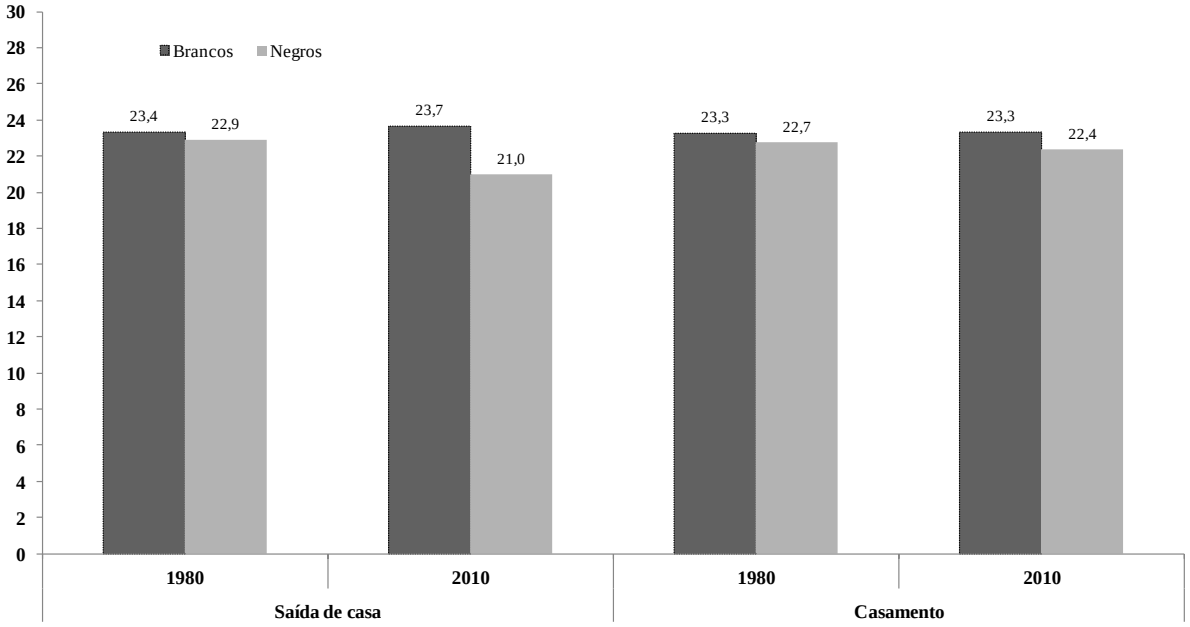


Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 a 2010.

As transições familiares também variam de acordo com a cor/raça dos jovens, assim como as transições entre escola e trabalho. A constatação é a mesma: jovens negros parecem

transitar mais cedo para um novo núcleo familiar mais cedo do que os brancos. No entanto, a direção dessas mudanças é distinta, e aponta para um aumento da desigualdade racial na transição familiar. Elas também são bastante diferentes entre homens e mulheres. Ver Gráficos 29 e 30. Os jovens do sexo masculino saíram de casa e se casaram antes dos brancos nos dois anos considerados. É o que mostram todos os indicadores.

Gráfico 29: Idades medianas em que os homens saem de casa e se casam por cor/raça - Brasil, 1980 e 2010

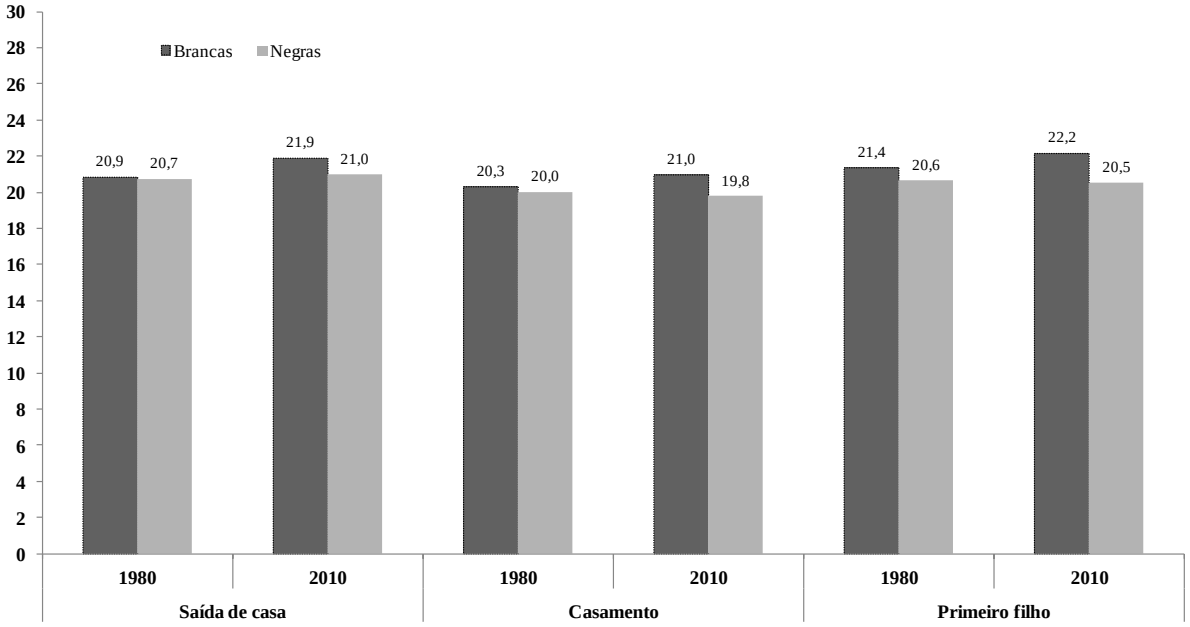


Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 a 2010.

Observa-se, no entanto, uma alteração bastante expressiva no padrão de saída de casa. Há um aumento do distanciamento entre as idades em que esse evento ocorre entre brancos e negros no período, ao contrário do que ocorreu na transição escolar. Se, em 1980, os jovens brancos e negros saíam de casa com 0,5 ano de diferença, em 2010, a idade em que eles realizavam este evento passou a ter uma distância de quase três anos, como mostra o Gráfico 29. Isso é resultado de uma diminuição na idade em que os negros saíam de casa entre 1980 e 2010. Enquanto os jovens brancos adiaram ligeiramente a saída de casa, os negros passaram a realizar esse evento expressivamente mais cedo do que o faziam em 1980. Observe, por exemplo, que a idade mediana dos jovens negros que saíram de casa diminuiu em quase dois anos no período, passando de 22,9 para 21,0 anos.

Entre as mulheres, os eventos de saída de casa e casamento também ocorreram antes para as jovens negras. Em 1980, a diferença era pequena, mas acentuou-se consideravelmente em 2010, em virtude do aumento da idade em que as mulheres brancas experimentavam os eventos. No que se refere ao momento em que elas tiveram filhos, a diferença entre brancas e negras também aumentou, mas menos do que se observou na desagregação por renda.

Gráfico 30: Idades medianas em que as mulheres saem de casa, se casam e têm o primeiro filho por cor/raça - Brasil, 1980 e 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1980 a 2010.

4.3. Novos e velhos padrões de transição: escola, trabalho e família

Nas seções anteriores, foi possível analisar o *timing* em que cada evento da transição para a vida adulta ocorreu entre aqueles que experimentaram esses eventos nas últimas quatro décadas. Também foram observados os percentuais de pessoas que não haviam passado por esses eventos até os 30 anos. Até aqui, esses eventos – escola, trabalho e família - foram analisados isoladamente. Na presente seção, serão discutidas algumas relações entre eles, ressaltando, dessa forma, o caráter multidimensional do processo de transição para a vida adulta. Para tanto, foram criadas categorias combinando as variáveis de condição no

domicílio, freqüência à escola e participação na PEA. Optou-se por utilizar a variável PEA por entender que os jovens desempregados também estavam fazendo a transição para a esfera produtiva. No caso das mulheres, levou-se em consideração também o fato de elas terem tido filhos ou não. Para esse exercício, foram comparados os resultados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Neste capítulo, o evento de saída de casa foi considerado o definidor da passagem para a vida adulta, pois se entende que o jovem, em um novo espaço, possui autonomia para gerir sua vida, mesmo no caso de depender economicamente de pais e responsáveis. Para mensurar esse evento, como nas seções anteriores, adotou-se ser chefe ou cônjuge no domicílio como o jovem que saiu de casa. Ser filho ou outros parentes é a condição definida para designar o jovem que permanece na casa de origem. Ou seja, aqueles que não fizeram a transição completa. As categorias elaboradas levaram em consideração as particularidades das transições experimentadas entre homens e mulheres, uma vez que se sabe que a transição para a vida adulta tem um forte viés de gênero, questão abordada mais detalhadamente no capítulo 1. De modo geral, pode-se dizer que o padrão de transição para a vida adulta entre os homens está fortemente vinculado a sua inserção no mercado de trabalho e, entre as mulheres, apesar da sua crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, a constituição de uma família ainda apresenta importância expressiva. Por essa razão, a análise será feita separadamente, a partir de categorias de transição diferentes, e que não podem ser comparadas.

Ressalta-se ainda que essas combinações consideram o momento em que as informações foram coletadas. Ou seja, não se pode inferir se os jovens saíram da casa dos pais e voltaram para ela, se saíram da escola e voltaram a freqüentá-la, e assim por diante. O caráter de reversibilidade da condição juvenil, mencionado na literatura sobre transição e discutido no capítulo 1, não pode ser captado a partir desses levantamentos populacionais. No entanto, os dados a seguir chamam a atenção para o caráter de transitoriedade da juventude, em que operam diversas condições fortemente associadas ao aumento da idade. Tal visão também tem sido recorrentemente mencionada nos estudos sobre juventude.

4.3.1. Padrões de transição entre os homens

O objetivo dessa seção é analisar os estágios de transição para os homens, nos quais a saída de casa é o evento que difere os diversos momentos. Para isso, no caso dos homens, foram combinadas as variáveis de frequência à escola, participação no mercado de trabalho e condição no domicílio. Busca-se identificar a evolução das seguintes condições ao longo das quatro décadas: 1) Realizou a transição nos moldes tradicionais; 2) Realizou via escolarização prolongada; 3) Não realizou, mas apresenta elementos típicos do mundo adulto e; 4) Não realizou e apresenta atividades típicas da adolescência. Foram definidas quatro categorias de transição para os homens, conforme apresenta a Tabela 11. A categoria 1 é ser chefe ou cônjuge, não freqüentar escola e participar do mercado de trabalho. Ela representa o padrão tradicional de transição para a vida adulta, em que o jovem saiu da escola, entrou no mercado de trabalho e saiu de casa. Trata-se de um padrão de transição completa. A categoria 2 é composta das condições de ser chefe ou cônjuge, participar do mercado de trabalho e freqüentar a escola. A categoria 2 leva em consideração a possibilidade de uma escolarização prolongada, em que estudo e trabalho coexistem por mais tempo. O que diferencia essas duas categorias é a freqüência à escola. Os dados mostrados nas seções anteriores mostram que, com o aumento do tempo passado pela escola, combinar escola e trabalho tornou-se uma situação freqüente.

Tabela 11: Categorias de transição para homens de 15 a 29 anos

Categorias	Condição no domicílio	Escola	Trabalho	Status de transição
1	Chefe ou conjuge	Não frequenta a escola	Participa da PEA	Saiu da escola, entrou no mercado de trabalho e saiu de casa
2	Chefe ou conjuge	Frequenta a escola	Participa da PEA	Não saiu da escola, entrou no mercado de trabalho e saiu de casa
3	É filho ou outros parentes	Não frequenta a escola	Participa da PEA	Saiu da escola, entrou no mercado de trabalho e não saiu de casa
4	É filho ou outros parentes	Frequenta a escola	Não participa da PEA	Não saiu da escola, não entrou no mercado de trabalho e não saiu de casa

Fonte: Elaboração da autora.

As categorias 3 e 4 referem-se às situações em que os jovens não saíram de casa. A categoria 3 é definida por ser filho ou outros parentes, não freqüentar a escola e participar do

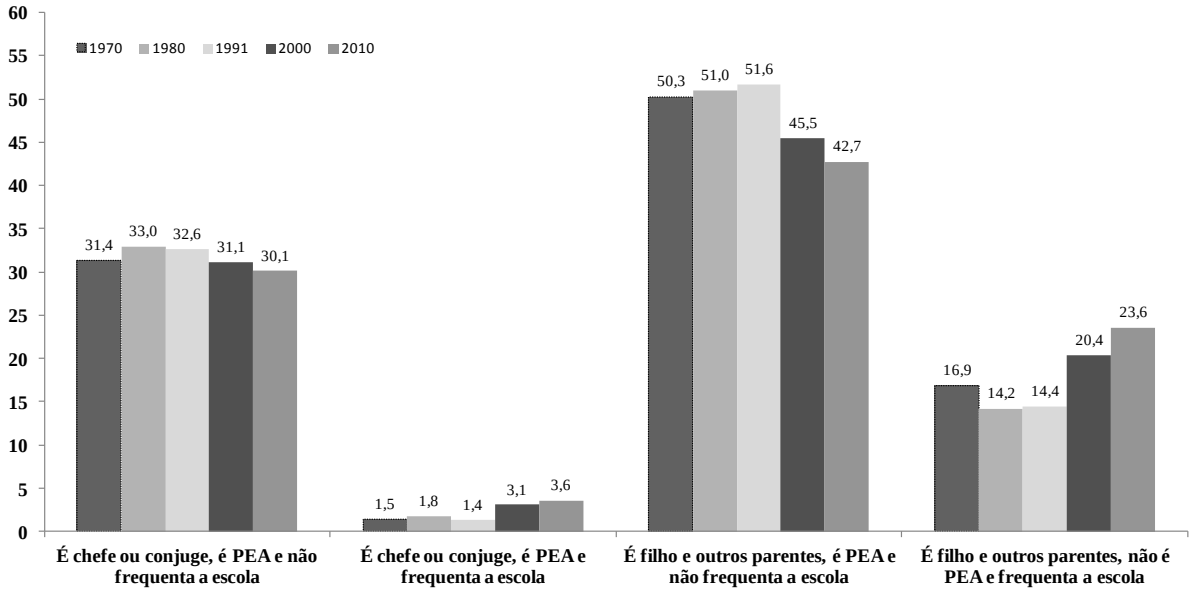
mercado de trabalho. A análise dessa combinação de eventos busca identificar se o os jovens assumem atividades tidas como de adultos, como o trabalho, mesmo dentro dos domicílios de origem. A categoria 4 é caracterizada pelo jovem estar na condição de filho ou outros parentes, não participar do mercado de trabalho e frequentar a escola. A combinação que considera os homens jovens na condição de filhos ou outros parentes, de não participação no mercado de trabalho e não freqüência à escola não foi incluída na categorização aqui apresentada, pois será tratada detalhadamente no capítulo 5 desta tese.

O Gráfico 31 apresenta a evolução da distribuição proporcional das combinações de transição para o conjunto dos homens de 15 a 29 anos[39]. Ele mostra que a categoria predominante, nos anos analisados, foi a de jovens que eram filhos ou outros parentes, participavam do mercado de trabalho e não freqüentavam a escola (terceiro conjunto de barras). Apesar de predominante, ela vem decrescendo no período; passou de 50,3% em 1970 para 42,7% em 2010. A diminuição não foi linear. Entre 1970 e 1991, a proporção cresceu discretamente. A partir dos anos 1990, começou a diminuir. Em 2000, ela já era de 45,5% do total de jovens[40]. São jovens que já assumiram algumas atividades de adulto, como o trabalho, e estariam em uma situação intermediária de transição. É possível que esses jovens tenham migrado para a categoria 4, que contabiliza os jovens que estão exclusivamente dedicados aos estudos (quarto conjunto de barras). Essa categoria apresentou crescimento expressivo justamente nesse período, marcado por uma grande expansão do sistema educacional, como se viu no capítulo 2, e pelo baixo crescimento econômico. Esse movimento pode ser entendido como positivo, uma vez que identifica a manutenção do jovem na escola, e indica que ele está se preparando para uma entrada no mercado de trabalho em melhores condições. Sinaliza também o adiamento da saída da escola, fenômeno identificado nas seções anteriores. Nota-se que esse grupo foi o que mais cresceu no período, especialmente a partir dos anos 1990, caracterizando quase um quarto dos jovens entre 15 a 29 anos em 2010.

[39] Os dados descritos nesta seção não estão padronizados pela idade. Tal padronização é apresentada nos anexos. O anexo 1 traz a explicação sobre os métodos de padronização. No anexo 2, são mostrados os resultados da comparação entre 1970 e 2010, com as proporções padronizadas pela estrutura etária de 2010. Ressalta-se que o uso do método de padronização pela idade não altera as conclusões da análise apresentadas nesta seção.

[40] Tal tendência também é observada quando as proporções de 1970 são padronizadas pela estrutura etária mais envelhecida, como a de 2010. Notou-se, inclusive, o aumento da intensidade da diferença entre as proporções.

Gráfico 31: Distribuição percentual de homens jovens de 15 a 29 anos por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.

A segunda categoria mais expressiva (primeiro conjunto de barras) é composta por jovens que estavam na condição de chefe ou cônjuge, participavam do mercado de trabalho e não freqüentavam a escola. Ela apresenta discreta diminuição ao longo das décadas, quando as proporções não estão padronizadas pela idade, conforme a análise presente [41]. No período, essa categoria se situou em torno de 30% do total de jovens homens de 15 a 29 anos. Observa-se, no entanto, que, desde 1980, ela vem apresentando tendência de redução. Pela definição adotada, eles atendem aos requisitos de uma transição tradicional para a vida adulta. Ou seja, são homens que saem de casa, da escola e estão inseridos no mercado de trabalho, trabalhando ou procurando trabalho. Os dados mostram que o mercado de trabalho é ainda um importante definidor do *status* de adulto. No entanto, a diminuição dessa proporção e o aumento daquela em que os jovens também são PEA e continuam frequentando a escola mostram uma nova tendência: os jovens que saem de casa permanecem se escolarizando, cada vez em maior número. Embora essa categoria seja ainda bastante pequena, ela apresenta tendência de crescimento no período; em 2010, era 3,6% do total de jovens homens de 15 a 29 anos.

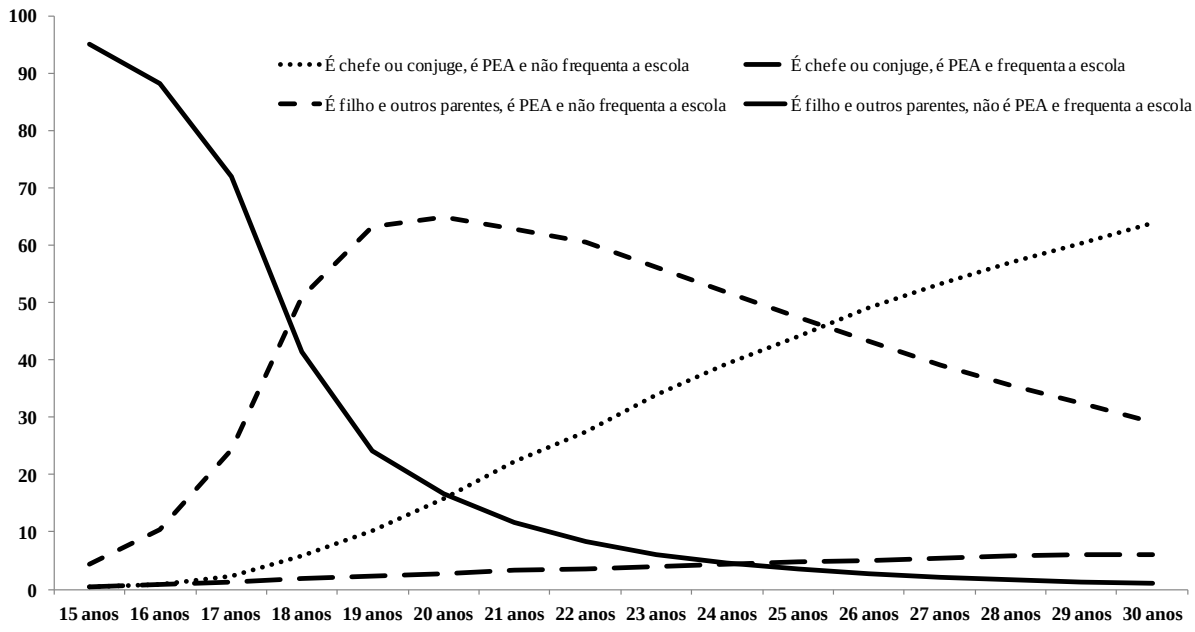
[41] Quando se padroniza, a diferença das proporções é mais acentuada, ressaltando a tendência de diminuição dessa categoria no período. Ver gráfico 31.1 do Anexo 2.

O estágio da transição em que esses jovens se encontram é bastante afetado pela idade, como suposto. O Gráfico 32 ilustra bem como a predominância das categorias vai sendo alterada com o avanço da idade: à medida que ela aumenta cresce o percentual de jovens que são chefes e cônjuges, que pertencem à PEA e não estudam, características que descrevem o *status* de adulto sob a ótica tradicional. Em paralelo, diminui a proporção dos que se encontram na condição de filhos, que estudam e não participam do mercado de trabalho, características típicas da adolescência. Os dados da Tabela 12 reforçam esses achados. Nela, compara-se 1970 e 2010. A idade dos jovens que estão na condição de chefia dos domicílios é mais elevada que a dos que se encontravam nas demais categorias, sugerindo que os jovens gradualmente vão assumindo atividades típicas da fase adulta pela via da saída de casa. Nota-se que os jovens que eram chefes ou cônjuges, estavam na PEA e não estudavam (primeiro conjunto de barras) tinham mais de 26 anos em 2010, a idade mais elevada entre todas as categorias.

Na categoria em que os jovens eram filhos ou outros parentes (quarto conjunto de barras), não estavam na PEA e estudavam, a idade mediana era de 16 anos naquele ano. A alteração de maior destaque ocorrida no período foi o aumento da idade mediana dos jovens da terceira categoria, a que engloba os jovens filhos ou outros parentes, que não estudavam, mas já participavam do mercado de trabalho. Provavelmente, são jovens que estão adiando a saída de casa, apesar de já estarem no mercado de trabalho e apresentarem escolaridade mais elevada; 49%% deles tinham ensino médio completo ou mais[42].

[42] Dado não mostrado na Tabela 8.

Gráfico 32: Distribuição percentual de homens jovens por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA - Brasil, 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2010.

A Tabela 12 apresenta também os jovens de 15 a 29 anos por categoria de transição de acordo com o nível de escolaridade, situação no mercado de trabalho e estado conjugal. A maioria dos jovens da primeira categoria de transição trabalhava e era casada ou unida, o que era de se esperar, uma vez que eles são os mais velhos e já tinham saído de casa. As proporções de jovens nessas condições diminuíram no período, mas permaneceram preponderantes em 2010. Interessante notar que o percentual de desempregados é maior em 2010. Isso pode refletir os anos de crise econômica do final da década de 2000, situação distinta da que viviam os jovens no final da década de 1960.

Tabela 12: Características dos jovens de 15 a 29 anos por categoria de transição

Homens - Brasil, 1970 e 2010

	1		2		3		4	
Categorias	**É chefe ou conjuge, é PEA e não frequenta a escola**		**É chefe ou conjuge, é PEA e frequenta a escola**		**É filho e outros parentes, é PEA e Não frequenta a escola**		**É filho e outros parentes, não é PEA e frequenta a escola**	
Homens	**1970**	**2010**	**1970**	**2010**	**1970**	**2010**	**1970**	**2010**
Idade mediana	26,0	26,0	25,0	25,0	20,0	23,0	17,0	16,0
% dos jovens estudavam	-	-	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0
% dos jovens tinham pelo menos fundamental completo	7,2	64,9	46,6	79,4	4,6	70,1	26,7	58,5
% dos jovens tinham fundamental incompleto	92,7	35,1	53,4	20,6	95,4	29,9	73,3	41,5
% dos jovens trabalhavam	98,7	95,7	98,8	93,9	95,2	88,9	-	-
% dos jovens eram desempregados	1,3	4,3	1,2	6,1	4,8	11,1	-	-
% dos jovens eram casados ou unidos	90,5	86,0	73,0	67,7	0,3	13,4	0,1	0,6
% dos jovens eram separados/divorciados/viuvos	0,6	3,9	0,5	4,3	0,8	8,7	0,1	1,1
% dos jovens eram solteiros	8,8	10,2	26,4	28,0	98,8	77,8	99,9	98,3

Na categoria em que os jovens eram filhos ou outros parentes, estavam inseridos no mercado de trabalhando e não estudavam (coluna 3), aproximadamente 89% encontravam-se ocupados em 2010, percentual menor do que o registrado em 1970, 95%. A maior parte desses jovens homens era solteira, mas o percentual de casados aumentou entre 1970 a 2010, o que pode indicar que eles estão formando um novo núcleo familiar dentro dos domicílios dos pais. É um indício do adiamento da saída de casa, quando se combinam as três dimensões da transição (escola, trabalho e família). Pode-se dizer que os jovens dessa categoria representam um tipo de transição alternativa em que o jovem, apesar de não ser responsável por um domicílio, está desenvolvendo uma atividade tipicamente de adulto, que é a do trabalho, em oposição à da escola, uma atividade relacionada à infância e à adolescência.

Uma das características que mais sofreram alteração ao longo do tempo foi o nível de escolaridade, o que é compatível com todas as tendências apresentadas nesta tese. O percentual de jovens com ensino fundamental completo apresentou aumento expressivo em todas as categorias de transição, e era mais elevado entre os jovens chefes ou cônjuges, eram da PEA e frequentavam a escola (coluna 2) em 2010. Foi, no entanto, entre os jovens filhos que faziam parte da PEA e não estudavam que se observou o maior incremento.

O que se pode concluir é que, entre os homens, não houve uma inversão de preponderância entre as categorias de transição analisadas acima ao longo das décadas. A maior parte dos jovens do sexo masculino encontrava-se na categoria 3, seguida da categoria 1, da 4 e da categoria 2, e assim permaneceu até 2010. Por esse ângulo, portanto, é arriscado afirmar que o processo de transição tenha se despadronizado generalizadamente. Isso, pelo menos, quando se analisam os jovens que completaram a transição pela via da saída de casa. Os que saíram de casa eram os mais velhos, em maior proporção estavam unidos e trabalhavam nos dois anos comparados, um padrão tipicamente tradicional de transição.

No entanto, há sinalizações de pelo menos três importantes mudanças em curso entre os homens. A primeira é o aumento da escolarização, e corrobora todos os estudos sobre o assunto. Para todas as combinações estudadas, houve expressivo avanço na educação. A segunda e a terceira mudanças ocorrerem entre os jovens que eram filhos ou outros parentes, não estudavam e participavam da PEA. Ou seja, não saíram de casa, saíram da escola e entraram no mercado de trabalho. Observa-se que eles eram três anos mais velhos em 2010 do que em 1970. Isso pode sugerir um adiamento da saída de casa, o que, à primeira vista, parece contraditório com o resultado estimado pela tábua de vida, que aponta para a estabilidade da

idade de saída de casa ao longo dos anos. Uma das explicações pode estar justamente no aumento da proporção de pessoas que não realizaram esse evento até 30 anos e que pelo método das tábuas de vida não é captado (Ver 4.2.2). A terceira importante sinalização é a permanência desses jovens na casa dos pais ou responsáveis mesmo quando vivem em união. Ou seja, esses jovens estão formando uma família no interior do domicílio de origem, sem assumir a condição de chefes ou cônjuges. Tal formato pode indicar uma despadronização, se o parâmetro de comparação for um modelo típico de transição tradicional. Ou dito de outra forma, pode-se entender que ele representa um padrão emergente de transição.

4.3.2. Padrões de transição entre as mulheres

Para a análise do padrão e dos estágios de transição entre as mulheres foram definidas categorias específicas, não comparáveis às dos homens. A principal diferença é que, para as categorias em que as mulheres jovens estão nas condições de chefe ou cônjuge, a participação no mercado de trabalho não é definidora da transição. Isso se deve ao fato de a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho ser bastante mais baixa que a dos homens, especialmente em 1970. No caso feminino, não participar do mercado de trabalho não significa que elas estejam deixando de transitar para a vida adulta. A condição de inatividade entre as mulheres pode corresponder a um padrão tradicional de transição, em situações em que elas assumem exclusivamente atividades domésticas, incluindo as que se relacionam ao cuidado dos filhos.

As combinações entre as variáveis resultaram em categorias que identificam os estágios em que as mulheres se encontram: 1) Realizou a transição nos moldes tradicionais; 2) Realizou via escolarização prolongada; 3) Não realizou, mas apresenta elementos típicos do mundo adulto e; 4) Não realizou e apresenta atividades típicas da adolescência. Esses estágios são representados por quatro categorias, sistematizadas na Tabela 13. A categoria 1 é identificada pela combinação entre ser chefe ou cônjuge, não freqüentar escola, independentemente se participa ou não do mercado de trabalho. A segunda varia em relação à primeira pela freqüência à escola e é definida por ser chefe ou cônjuge, freqüentar escola, independentemente se entrou ou não no mercado de trabalho. Ambas referem-se a situações

que representam a transição pela saída de casa. A categoria 3 é representada por estar na condição de filho ou outros parentes (ou seja, não ter deixado a casa dos pais), estar no mercado de trabalho, variando em relação à freqüência à escola e a categoria 4, por ser filho ou outros parentes, não fazer parte das atividades econômicas, independentemente se freqüenta ou não a escola. A primeira categoria foi considerada o modelo tradicional de transição para a vida adulta, em que o jovem saiu de casa e da escola. As demais são maneiras alternativas de transição em que os jovens saíram de casa, mas não saíram da escola e/ou que permaneceram na casa dos pais ou familiares e entraram no mercado de trabalho.

Tabela 13: Categorias de transição para mulheres de 15 a 29 anos

Categorias	Condição no domicílio	Escola	Trabalho	Status de transição
1	Chefe ou conjuge	Não frequenta a escola	Participa ou não da PEA	Saiu da escola, saiu de casa, independentemente se entrou no mercado de trabalho
2	Chefe ou conjuge	Frequenta a escola	Participa ou não da PEA	Não saiu da escola, saiu de casa, independentemente se entrou no mercado de trabalho
3	É filho ou outros parentes	Frequenta ou não a escola	Participa da PEA	Não saiu de casa, entrou no mercado de trabalho, independentemente se saiu da escola ou não
4	É filho ou outros parentes	Frequenta ou não a escola	Não participa da PEA	Não saiu de casa, não entrou no mercado de trabalho, independentemente se saiu da escola ou não

Fonte: Elaboração da autora.

O Gráfico 33 apresenta a distribuição percentual das categorias entre as mulheres de 15 a 29 anos nos cinco anos analisados e ilustra as transformações no período[43]. No agregado, o padrão tradicional de transição - aquele em que as mulheres saíram de casa e da escola - apresentou queda bastante expressiva (primeiro conjunto de barras). Em 1970, quase a metade das mulheres jovens encontrava-se nessa situação[44]. A diminuição foi gradativa e linear. Em 2010, aproximadamente 33% delas enquadrava-se nessas características. Dois fenômenos podem explicar a diminuição dessa categoria de transição: a entrada das mulheres no mercado

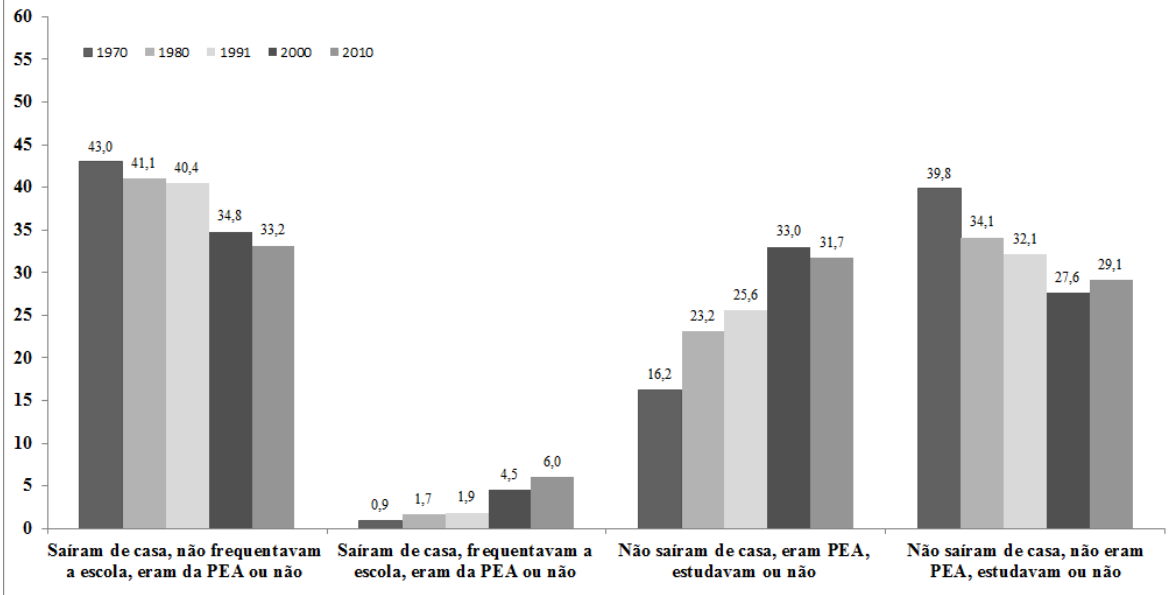
[43] Os dados descritos nesta seção não estão padronizados pela idade, assim como foi realizado para os homens. Tal padronização para o caso feminino é apresentada nos anexos. O anexo 1 traz a explicação sobre os métodos de padronização. No anexo 2, são mostrados os resultados da comparação entre 1970 e 2010, com as proporções padronizadas pela estrutura etária de 2010. As tendências mencionadas nesta seção, analisadas com base nas proporções não padronizadas, é a mesma de quando se faz a análise das proporções padronizadas pela estrutura etária de 2010.

[44] As proporções padronizadas pela idade mostram que a queda entre 1970 e 2010 foi ainda mais acentuada, como pode ser visto no Gráfico 33.1 do anexo 2.

de trabalho a partir de 1970 e a permanência prolongada das mulheres na escola ao longo do período.

O segundo fenômeno pode explicar também o incremento do estágio em que as mulheres saíram de casa e freqüentavam a escola, independentemente de sua participação no mercado de trabalho (segundo conjunto de barras). No período, a proporção cresceu monotonicamente. Apesar desse crescimento, essa categoria representava 6,0% do total. É pequena em relação às demais em todos os anos, mas aponta para uma tendência de crescimento, sugerindo que é cada vez mais comum as mulheres saírem da casa e continuarem estudando. Tal configuração indica uma transição pela via do prolongamento do tempo passado na escola, na qual a escolarização parece ser parte integrante da vida adulta. Nesse sentido, pode-se dizer que a própria definição de vida adulta vem sendo alterado.

Gráfico 33: Distribuição percentual de mulheres jovens de 15 a 29 anos por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Na direção contrária à categoria tradicional (primeiro conjunto de barras), observou-se o crescimento da categoria que corresponde a ser filho ou outros parentes, estar na PEA, independente de estudar ou não (terceiro conjunto de barras). Interessante notar que essa

categoria figura como um modo intermediário de *status*, pois ela mistura um elemento típico da juventude (a dependência domiciliar) com um típico de adulto (participar do mercado de trabalho). Aproximadamente 31% das mulheres jovens estavam nessa condição em 2010, proporção bastante semelhante à observada entre as mulheres que saíram de casa, não frequentaram a escolas, independentemente se era PEA, que era de 33,2% (primeiro conjunto de barras). O Gráfico 33 mostra também que categoria das mulheres jovens que não saíram de casa nem entraram no mercado de trabalho (quarto conjunto de barras) apresentou tendência de queda, à exceção do último período.

A Tabela 14 apresenta alguns indicadores das mulheres distribuídas nas categorias acima e traz mais informações a respeito sobre quem eram elas em 1970 e 2010. Aqui também o efeito idade é importante e indica uma tendência de as mulheres saírem de casa quando a idade aumenta. O Gráfico 34 ilustra o efeito da idade em 2010. Isso é bastante evidente quando se compara as mulheres das categorias 1 e 2 com as que não tinham saído de casa. Elas eram mais velhas, majoritariamente casadas com filhos. Isso foi observado nos dois anos analisados, e aponta para uma condição de emancipação pelas vias tradicionais: casamento e filhos. O percentual de mulheres nessa categoria que já tinham filhos é expressivo, 84% em 1970 e 72% em 2010. Observa-se, no entanto, que o percentual de mulheres com filhos e casadas é decrescente, sugerindo uma mudança no padrão. É possível que esses dados estejam refletindo a opção por não ter filho, o que é cada vez mais comum, fenômeno discutido no capítulo 3. Ver seção 2.4.

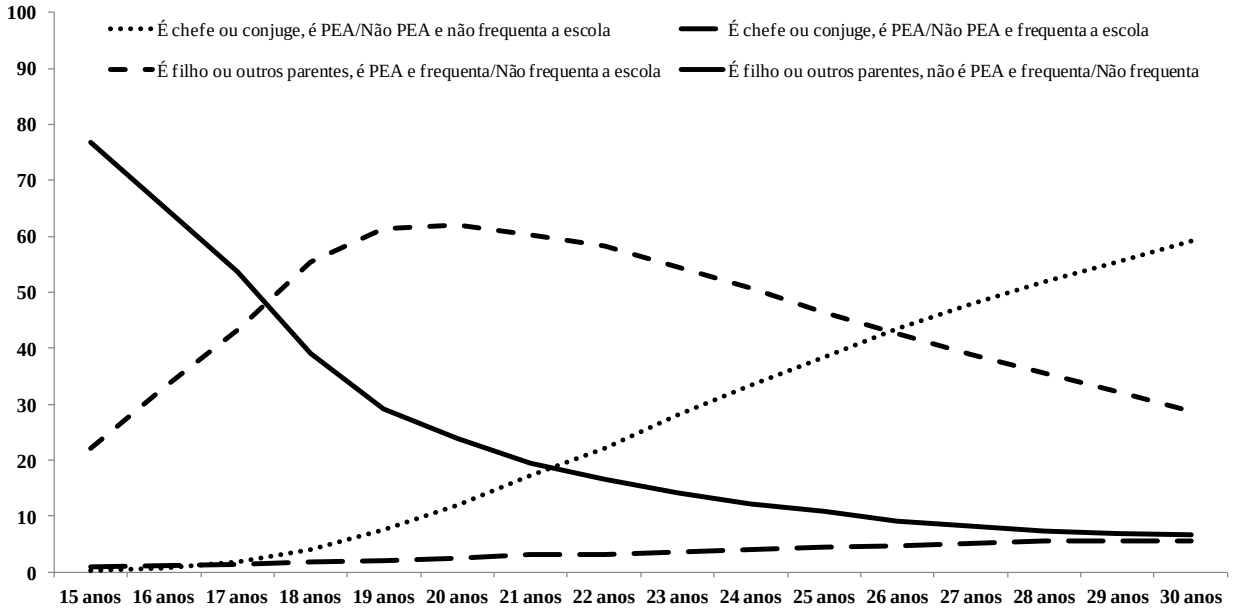
Tabela 14: Características dos jovens de 15 a 29 anos por categoria de transição

Mulheres - Brasil, 1970 e 2010

Categorias	1		2		3		4	
	É chefe ou conjuge, é PEA/Não PEA e não frequenta a escola		É chefe ou conjuge, é PEA/Não PEA e frequenta a escola		É filho e outros parentes, é PEA e frequenta/Não		É filho e outros parentes, não é PEA e frequenta/Não	
Homens	**1970**	**2010**	**1970**	**2010**	**1970**	**2010**	**1970**	**2010**
Idade mediana	24	25	24	24	20	22	18	18
% dos jovens estudavam	-	-	100,0	100,0	20,5	37,8	39,5	64,6
% dos jovens tinham pelo menos fundamental completo	6,8	68,3	45,4	77,1	22,0	86,1	12,8	67,2
% dos jovens tinham fundamental incompleto	93,2	31,7	54,6	22,9	78,0	13,9	87,2	32,8
% dos jovens eram casados ou unidos	94,5	87,8	84	74,4	0,2	10,9	0.5	9,5
% dos jovens eram separados/divorciados/viuvos	2,8	6,6	4,8	7,0	1,2	11,1	1,2	6,7
% dos jovens eram solteiros	2,6	5,5	11	18,6	99	78,0	98,3	83,8
% das mulheres tinham filhos	83,2	71,9	62,4	50,2	1,8	19,8	1,6	15,7

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos de 1970 e 2010.

Gráfico 34: Distribuição percentual de mulheres jovens por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA
Brasil, 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2010.

A diferença entre as mulheres que tinham saída de casa e as que estavam na condição de filhas é expressiva nos dois anos (Tabela 14). As mulheres que não tinham saída de casa eram mais novas, solteiras e não tinham filhos. No entanto, o interessante é que a idade mediana dessas mulheres aumentou dois anos em relação a 1970, bem como aumentou o percentual de casadas e com as mulheres com filhos. No período, o percentual de jovens filhas casadas passou de menos de 1% para 11% e o de mulheres com filhos chegou a quase 20% em 2010, percentual que não passava de 2% em 1970. Por esses dados, essa alteração sugere que as jovens estão permanecendo mais tempo na casa dos pais, onde iniciam a transição para a constituição de um novo núcleo familiar.

No caso das mulheres, os dados indicam mais claramente que parece estar em curso uma ruptura de um padrão linear de transição, expressa pelo fato de as mulheres estarem mais presentes no mercado de trabalho e em maior número na condição de filhas em 2010 do que em 1970. Para essas mulheres, observou-se aumento do percentual de casadas e das que já tinham filhos. Por outro lado, entre as mulheres que saíram de casa, nota-se uma diminuição no período. O aumento da freqüência à escola e, por consequência, o aumento da escolaridade

é evidente para todas as combinações. Também é expressivo o efeito da idade, o que mostra que, apesar dos indícios de despadronização, há uma tendência à saída de casa com o aumento da idade. Essas duas últimas observações são válidas também para os homens.

4.4. Discussão e conclusão

À luz do debate sobre a despadronização do curso da vida, no decorrer deste capítulo, buscou-se analisar as mudanças no processo de transição para a vida adulta no Brasil ao longo das últimas cinco décadas, levando em consideração o momento em que os eventos relacionados a esse processo ocorreram na vida dos indivíduos e as formas como eles se relacionaram. Tratou-se aqui de duas esferas distintas, porém que se articulam ao longo da transição e do curso da vida: a dimensão produtiva e a reprodutiva e/ou familiar. De modo geral, os dados mostram que houve no período um processo de despadronização da passagem da juventude para a vida adulta no Brasil. No entanto, essa não é uma constatação que pode ser generalizada. Aqui, o fenômeno parece não estar ocorrendo nos mesmos moldes que o observado em outros países, especialmente os europeus. Por algumas razões que se seguem.

Uma das questões sobre o curso da vida ter ou não se despadronizado está relacionada à ordem em que os eventos que o compõem ocorreram ao longo das décadas. Por este ângulo, pelo menos, duas observações podem ser feitas. Permanece existindo uma linearidade no que diz respeito ao ordenamento das duas grandes esferas de transição: os eventos relacionados à esfera produtiva ocorrem sempre antes dos eventos relacionados à esfera reprodutiva e familiar. Isso é verdadeiro para todas as décadas analisadas, e mais nítido para os homens. Como mostrado, os eventos da esfera produtiva acorrem em torno dos 14 e 18 anos, seguidos dos relacionados à independência familiar, que se dão a partir dos 21 anos. Por mais que se observem proporções crescentes de combinações mais flexíveis de *status* e arranjos familiares – jovens que combinam trabalho e escola, que não saem de casa, mesmo com independência financeira, jovens casados vivendo com famílias de origem, casamentos e divórcios, jovens que não se casam, mulheres morando sozinhas, com ou sem filhos, jovens que estudam e trabalham, entre tantos outros -, não há elementos que permitam refutar a ideia de que os indivíduos se movem, primeiro, para o aumento da escolarização e a entrada no mercado de

trabalho e, depois, para a constituição de um novo núcleo autônomo, familiar e/ou reprodutivo. Por esse enfoque, mais simplista e agregado, não houve despadronização e o que permanece válido é um padrão ordenado e tradicional do curso da vida.

No entanto, os resultados desse trabalho apontam para a inversão na ordem dos eventos que compõe a esfera produtiva ao longo das décadas, e isso é novo. Os dados mostram que, antes, os jovens concluíam um certo grau de escolaridade e, depois, entravam no mercado de mercado. A partir dos anos 1980, para as mulheres, e de 1991 para os homens, os jovens passaram a entrar no mercado de trabalho antes de sair da escola. E, então, aqui se pode começar a sugerir que o modelo tradicional linear de transição deixa de ser capaz de descrever o processo de transição da esfera escola e trabalho. Isso porque houve um adiamento muito expressivo da idade de saída da escola, maior do que o adiamento que se deu na idade de entrada no mercado de trabalho.

O aumento da idade mediana à saída da escola é crescente até 2000 para ambos os sexos, oscilando ligeiramente para baixo em 2010, e sugerindo uma estabilização no patamar. Há duas questões interessantes aqui. A primeira é que o avanço institucional no campo das políticas educacionais parece ter surtido mais efeito do que às relacionadas ao mundo do trabalho. A segunda é que o avanço mais expressivo no campo educacional ocorreu nos anos 1980 e 1990, e foi captado aqui pelos dados do Censo Demográfico de 1991 e 2000. Na última década, a idade mediana ao sair da escola – utilizada como indicador de avanço educacional – não sofreu alteração expressiva para homens e mulheres.

Apesar desse arrefecimento e/ou estabilização na última década, que reflete provavelmente as limitações para a conclusão do ensino médio e entrada no ensino superior, como se viu no capítulo 3, analisando a idade mediana para todo o período, de 1970 para 2010, o avanço no campo educacional foi valioso; de 3,5 anos para os homens e 3,9 para as mulheres. Informação que vale ainda ser ressaltada é que há uma convergência para o aumento da escolaridade, assim como há um certo teto para ela, que envolve a conclusão do ensino médio. Isso pode ser observado a partir da análise da idade em que o primeiro quartil passou a entrar na escola. O aumento é extraordinário e indica uma capacidade grande do Estado brasileiro de inclusão das crianças na escola. Observou-se que os primeiros 25% (1º quartil de idade) de ambos os sexos saíram da escola com aproximadamente 10 anos, em 1970, e 16 anos, em 2010, resultando em um extraordinário aumento de seis anos no período. Já na cauda superior da distribuição de idade esse aumento foi menor: 75% dos jovens do

sexo masculino saíram da escola aos 18,4 anos, em 1970, e aos 19,9, em 2010. Entre as mulheres, 75% saíram da escola aos 18 anos, em 1970, e 20,1 anos, em 2010.

Do ponto de vista educacional, portanto, pode-se falar em prolongamento do tempo passado na escola, o que é um ganho em si, para homens e mulheres. Do que tange ao mercado de trabalho, também se observou um adiamento. Porém, ele foi mais tímido. Verificou-se que a metade dos jovens já entrava no mercado de trabalho em 2010 com idade superior a 16 anos. E, mesmo entre os que entram mais cedo, a idade já superava os 14 anos, idade mínima permitida para o trabalho em condição de aprendiz. O padrão de desigualdade das transições da esfera produtiva persistiu ao longo das décadas. No entanto, ele diminuiu de forma expressiva, resultado em especial da institucionalização do sistema educacional e do trabalho, e aponta para uma certa convergência e padronização de acesso. Pode-se dizer ainda que o aumento do tempo passado na escola é um dos principais fatores para as mudanças das modalidades de transição, analisadas na seção 4.3.

Na esfera reprodutiva, os resultados não apontam para um adiamento das idades médias e medianas de entrada nos eventos - saída de casa, casamento e nascimento do primeiro filho -, como ocorreu nos países desenvolvidos. O fenômeno no Brasil é bastante singular, porque os dados mostram a ocorrência de dois movimentos distintos, por exemplo no caso da maternidade. Observou-se que mulheres de renda mais baixa passaram a ter filhos em torno de dois anos antes em 2010, enquanto que as mulheres de renda mais elevada adiaram a idade do nascimento do primeiro filhos em cerca de um ano entre 1970 e 2010. A esfera reprodutiva no Brasil parece ser, portanto, a que mais se distancia dos padrões de transição nos países desenvolvidos.

No próximo capítulo, será abordado especificamente o grupo de jovens do sexo masculino que não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho em 1993, 2003 e 2013, uma modalidade de transição cujo perfil pouco ainda se conhece e que, no período, apresentou crescimento, inclusive entre os jovens de 15 a 17 anos. Ou seja, há um grupo de jovens, ainda em idade escolar de ensino médio, que não estavam se beneficiando do expressivo aumento do acesso ao sistema educacional, e isso é, no mínimo, inquietante e merece uma análise em separado.

5. JUVENTUDE "NEM NEM" E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

5.1 Introdução

Nos últimos anos, a discussão sobre os jovens que não estudam e não estão no mercado de trabalho ganhou espaço nos estudos sobre a transição para a vida adulta, no debate político e governamental, na imprensa e, até mesmo, nos programas de entretenimento na televisão[45] (CARDOSO, 2013; CAMARANO et al., 2006; CAMARANO; KANSO, 2012; COSTA; ULYSSEA, 2014; MENEZES, CABANAS, KOMATSU, 2013; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013; MONTEIRO, 2013). A abordagem ao tema é, em geral, de preocupação, o que tem conferido a essa condição o *status* de problema social.

Há um conjunto de evidências e questionamentos que fomentam esse debate. Uma delas é que pouco se conhece a respeito do tempo livre desses jovens, particularmente sobre os homens, grupo que será objeto do presente capítulo: o que fazem esses jovens, se não estão na escola nem no mercado de trabalho? Outra é que se observou um aumento do percentual de homens jovens nessas condições nas últimas duas décadas, inclusive entre aqueles com idade entre 15 e 17 anos. O aumento ocorreu, curiosamente, no período em que se observou a ampliação do sistema educacional e o amadurecimento das instituições brasileiras. Diante desse quadro, por que esses jovens, em particular os mais novos, não estão se beneficiando do aumento do acesso à escola?

O contexto da discussão é o de que a juventude é um momento peculiar do curso de vida dos indivíduos, no qual eles definem uma identidade, a partir de escolhas pessoais; vivem novas experiências em diversos campos da vida social e familiar; e se preparam para o mercado de trabalho. Nesse contexto, a escola é um dos espaços privilegiados para o

[45] O assunto foi objeto de uma novela na TV Globo em 2014.

desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais[46], que as acompanharão pela vida adulta. Uma parte considerável – embora não exclusiva, como apontado pela literatura - das ferramentas para se lidar com os desafios do mundo adulto vem do ambiente escolar. Nele, também são abertas portas para maior participação social e política, em torno dos quais se consolida a cidadania. Assim posto, não freqüentar a escola durante a juventude pode significar uma restrição de oportunidades futuras e piores condições socioeconômicas na vida adulta, o que, do ponto de vista econômico, é prejudicial, em última instância, para o desenvolvimento do país; e do ponto de vista individual, é a chance perdida de interação com outros jovens e de compartilhamento de novas experiências. Se, por um lado, a escola é um dos responsáveis pelo desenvolvimento das habilidades de um indivíduo; por outro, o trabalho pode ser entendido como espaço para o exercício e a experimentação dessas habilidades ao longo da juventude. Não estar em nenhum desses espaços pode indicar uma condição de "dupla exclusão", como ressalta Cardoso (2013), e reafirma a importância de se entender mais profundamente que tipo de transição para a vida adulta esses jovens estão fazendo.

O presente capítulo está concentrado na análise da condição masculina do jovem "Nem Nem", denominação usual utilizada para identificar jovens nessas condições. Recortou-se o público masculino para análise em função do aumento que ele apresentou nas últimas décadas, inversamente ao que ocorreu entre as mulheres. Neste estudo, ser "Nem Nem" é ter entre 15 e 29 anos, não freqüentar a escola, não trabalhar e não procurar trabalho[47]. O estudo parte do pressuposto de que se os jovens não trabalham, mas estão procurando por um, eles, de alguma forma, estão inseridos no mundo produtivo, compondo a População Economicamente Ativa (PEA). Eles estão sendo afetados negativamente pela dinâmica própria do mercado de trabalho, o que os coloca em desvantagem, mas não significa que estejam, particularmente, à margem do processo de transição para a vida adulta.

A discussão aqui empreendida versa sobre as condições que viabilizam ou favorecem a ocorrência do fenômeno. Ou seja, em que tipo de família esses jovens estão situados? Pode-

[46] Por habilidades socioemocionais, entende-se um conjunto de competências relacionadas à perseverança, autonomia e curiosidade dos indivíduos. Estudos recentes têm mostrado que essas habilidades são tão importantes para o desenvolvimento dos indivíduos quanto às habilidades cognitivas. As evidências sugerem que o estímulo a essas habilidades contribuem para o sucesso escolar, e para a vida adulta. No Brasil, são poucas as pesquisas sobre a relação entre características socioemocionais e desempenho escolar. Uma delas foi realizada pelo Instituto Airton Senna, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro, em 2013, com 24.605 alunos da rede pública em 2013. Para detalhes, ver Santos e Primi (2014).

[47] Refere-se à situação de ocupação na última semana de referência das pesquisas, e não nos últimos 30 dias.

se falar em um "colchão" familiar que os permita estar nessas condições? Que especificidades esses jovens apresentam? E, em que medida o papel social das mulheres nesses domicílios relaciona-se à condição "Nem Nem"? Há transformações das relações de gênero no âmbito doméstico em função da presença deles? A partir dessas questões, busca-se responder se é pertinente a suposição de que eles estão em situação de vulnerabilidade social. E ainda: eles apresentam-se como um problema social passível de intervenção estatal e de políticas públicas específicas?

Para discutir essas questões, o capítulo foi dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na seção dois, serão apresentados os estudos recentes sobre o assunto e os pressupostos a partir dos quais este estudo parte. Na terceira, discute-se as diferenças das tendências entre os jovens do sexo masculino e feminino e, na quarta, será detalhado o perfil do jovem homem "Nem Nem". Na quinta, serão abordadas as características familiares desses jovens, possibilitando, assim, discutir as possíveis estratégias familiares que favoreçam a incidência desse fenômeno[48]. O presente estudo utiliza as bases da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNADs) de 1993, 2003 e 2013.

5.2. A condição "Nem Nem" em debate

Há ainda poucos estudos sobre o tema no Brasil. A maior parte das contribuições existentes ressalta o caráter de vulnerabilidade desses jovens e de suas famílias. Alguns enfocam nos aspectos estruturais da exclusão do mercado de trabalho. Outros estudos destacam a característica de transitoriedade dessa condição, sinalizando que se trata de uma questão conjuntural e que, de certa forma, o fenômeno "Nem Nem" não deveria ser entendido necessariamente como um problema social. Apesar de os estudos utilizarem diferentes metodologias e base de dados, eles convergem para um quadro de incidência maior da condição "Nem Nem" entre os jovens com menores credenciais para inserção na vida adulta, pelo menos no que diz respeito à escola e à renda de suas famílias, sugerindo que esses jovens estão em situação de desvantagem.

[48] Utiliza-se o termo família, mas a unidade de análise será sempre de domicílio. Para uma discussão sobre essas diferenças, ver Medeiros e Osório (2002).

Algumas considerações devem ser feitas sobre esse objeto de estudo no sentido de recortá-lo e qualificá-lo adequadamente. A mais geral é que o fenômeno não é novo no Brasil. Nem é uma exclusividade brasileira. Houve sempre um grupo de jovens, homens e mulheres, que esteve fora da escola e do mercado de trabalho, simultaneamente. Não se trata, portanto, de um fenômeno típico dos jovens do início do século XXI. Nesse sentido, é importante esclarecer que esse conjunto de jovens brasileiros não deve ser tratado como uma geração submetida a um contexto histórico particular e único (CARDOSO, 2013). Pelo menos no Brasil, entende-se que essa condição não é uma marca de um tempo. No caso brasileiro, houve um aumento do percentual de homens jovens nessas condições no total da população jovem nas últimas décadas, mas o fenômeno já existia. Apesar de não se caracterizar uma geração, eles podem ser entendidos como uma espécie de modalidade de transição para a vida adulta peculiar, sempre presente, mas em crescimento entre os homens. Sob esse olhar – não geracional - é que os jovens "Nem Nem" no Brasil serão discutidos neste capitulo.

No contexto europeu, sobre o qual há diversos estudos, dada às proporções que o problema assumiu, os jovens que enfrentaram dificuldades de inserção no mundo adulto e de emancipação podem ser entendidos como uma geração marcada pelas consequências da crise econômica do final dos anos 2000. É comum comparar as proporções no Brasil e na Europa. A abordagem de problema social se assemelha à do Brasil, mas os fenômenos e as estatísticas, a rigor, não são comparáveis. Isso porque os conceitos são diferentes. Lá, em geral, as análises incorporam os jovens que procuram trabalho e não o encontram. A questão está centrada no desemprego juvenil, e não como no Brasil, onde a discussão está centrada mais na não participação na PEA. Ou seja, aqui o conceito não envolve o desemprego, uma vez que se discute o jovem que não trabalha e não procura trabalho[49]. No presente texto, reafirma-se, assim, que o conceito é o de não estudar, não trabalhar e não procurar trabalho, o que pode refletir uma situação em que o jovem está à margem do processo de transição para a vida adulta, e não o desemprego juvenil, por mais que ele seja mais elevado entre os jovens, como discutido no capítulo 3.

[49] A Espanha é considerada um caso emblemático. Lá, esses jovens têm sido chamados de geração "*ni ni"*, aqueles que *ni estudia, ni trabaja*. De acordo com dados da OIT (2013), a proporção de jovens que não estuda, não trabalha nem recebe formação é crescente e atingiu 23,7% em 2010, o dobro da observada na Alemanha. Na Turquia, a proporção é a mais elevada dos países da OCDE, de 36,6% em 2010. No entanto, nesse país, a tendência é de queda.

Outra ressalva a ser feita a respeito da investigação do fenômeno "Nem Nem" é a idade desses jovens. A ela estão associadas as etapas do processo de transição, padronizadas ou despadronizadas, como discutido nos capítulos anteriores. Nesse sentido, a idade concede peso e significado distintos às etapas do curso da vida dos indivíduos. No tocante ao fenômeno "Nem Nem" não é diferente. Isso se traduz da seguinte forma. Não estar no sistema educacional quando se têm 15 anos é diferente de não estar nele aos 25 anos. Isso porque o início da juventude está fortemente associado à freqüência à escola. O esperado é que, aos 15 anos, o jovem estivesse cursando o ensino médio. Não estar, portanto, pode acarretar restrições de oportunidades na vida adulta. Por outro lado, o trabalho aos 15 anos não é a atividade esperada, mas o é para os jovens mais velhos, como os de 25 anos, por exemplo, para os quais é suposto que algum tipo de atividade laboral esteja em andamento. Assim, entende-se que, para qualquer análise sobre os jovens "Nem Nem", deve-se considerar os diferentes grupos etários da juventude. Neste estudo, na maior parte das análises, eles são abordados em três faixas: os jovens de 15 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos. Optou-se por esses intervalos, e não os tradicionalmente utilizados nas análises sobre juventude – 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos -, porque a idade adequada de frequência do ensino médio é a de 15 a 17 anos. Acima dela, os jovens já são considerados em distorção idade-série. Os demais intervalos estão relacionados ao ensino superior e ao exercício da atividade laboral.

Destaca-se também que os dados utilizados neste capítulo medem o estoque de jovens que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho em um ano determinado, e não o fluxo de entrada e saída nessa condição. A análise realizada neste estudo está baseada nos dados da PNAD, que são um retrato do período de coleta da informação, e não medem o movimento desses jovens durante o ano. Para uma análise do fluxo de jovens nessas condições seria necessário acompanhá-los ao longo do tempo. O IBGE tem uma pesquisa com desenho compatível para a análise de fluxo, a Pesquisa Mensal do Emprego (PME)[50]. A pesquisa tem um desenho em painel rotativo, cujo domicílio é entrevistado oito vezes no total, sendo as quatro primeiras entrevistas realizadas em quatro meses consecutivos e as quatro

[50] A PME está em processo de incorporação pela PNAD Contínua, cuja amostra tem abrangência nacional, e não somente as regiões metropolitanas, sem perder a possibilidade de acompanhamento de conjuntura, como, hoje, a PME possibilita. A PNAD Contínua também vai incorporar a atual PNAD. Os quesitos sobre trabalho e renda serão divulgados trimestralmente nos moldes do que ocorre com a PME. Os demais quesitos existentes hoje na PNAD, tais como migração, fecundidade, trabalho infantil, entre outros, serão divulgados anualmente. A PNAD de 2013, utilizada no presente texto, é a última da série.

últimas entrevistas após um intervalo de oito meses, possibilitando o acompanhamento de uma pessoa ao longo desse período. Apesar dessa vantagem, a PME foi idealizada especificamente para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, contendo perguntas mais focadas nessa dimensão, e não inclui informações sobre nupcialidade e fecundidade. Além disso, ela não pode ser generalizada para o Brasil[51]. Por essas razões, não se optou pelo seu uso no âmbito deste estudo.

Os resultados de Menezes, Cabanas e Komatsu (2013) trazem pistas interessantes para se entender melhor os jovens "Nem Nem" no Brasil. Os autores analisaram os jovens entre 17 e 22 anos em dois períodos, 2003/2004 e 2010/2011, por meio da adaptação de uma metodologia de fluxos de entrada e saída utilizada, em geral, para estudos sobre desemprego. A partir dessa metodologia, eles conseguem obter a taxa de transição dos jovens "Nem Nem" entre as demais - só estudar, estudar e estar no mercado de trabalho, só estar no mercado de trabalho - e a duração média que cada jovem permanece em cada uma dessas condições.

Diferentemente da maior parte dos estudos (COSTA; ULYSEEA, 2014; CARDOSO, 2013; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013; CAMARANO; KANSO, 2012; CAMARANO et al., 2006), os autores chamam atenção para o caráter de transitoriedade que essa condição pode apresentar. Por essa perspectiva, os jovens "Nem Nem" não representariam um grupo de excluídos permanente. Eles ressaltam o caráter conjuntural, e não estrutural do fenômeno. O ponto defendido por esses autores é que há, na realidade, uma grande rotatividade dos jovens entre as quatro categorias[52] de transição para o mercado de trabalho e uma duração relativamente curta na situação "Nem Nem. O estudo mostra que 57,6% dos jovens inicialmente "Nem Nem" mudaram de condição no período analisado, sendo a transição para a condição de estar no mercado de trabalho o principal fluxo de saída. Ou seja, esses jovens transitam com mais freqüência para o mercado de trabalho, e não para a escola. Aproximadamente 41,8% deles permanecem como "Nem Nem". Os autores mostram também que a duração dos jovens nessa condição é menor do que a observada nas demais categorias. No período de um ano, ela era de aproximadamente três meses para o conjunto dos jovens de 17 a 22 anos. Quando desagregada por sexo, observa-se que a duração entre as mulheres é maior, mas ela manteve-se estável no período, ao passo que

[51] Ela é realizada mensalmente em seis das principais Regiões Metropolitanas, São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Salvador, de Recife e de Porto Alegre.

[52] São elas: só estudar, só estar na PEA, estudar e estar na PEA e não estudar e não trabalhar.

a duração do evento entre os homens cresceu, passando de cerca de 2,4 para 3,0 meses entre 2004 e 2010, o que parece explicar o aumento da proporção de jovens "Nem Nem", segundo os autores.

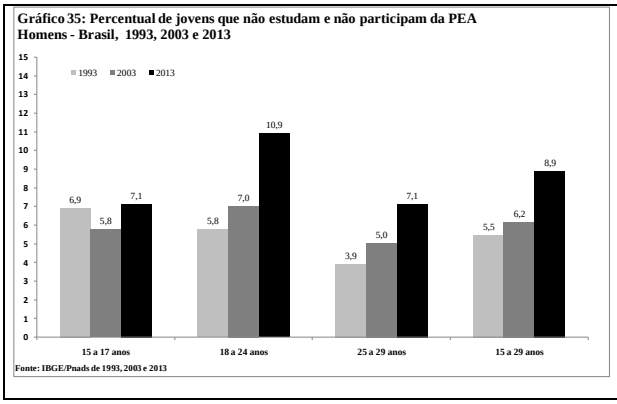
Apesar de relativamente baixas, o estudo mostra que tanto as taxas de entrada quanto a duração média eram significativamente maiores, e crescentes, entre aqueles com ensino fundamental incompleto do que entre os demais níveis de escolaridade. Entre 2008 e 2011, a duração média daqueles na condição de "Nem Nem" com baixa escolaridade passou de 4,0 meses para 6,5 meses. Os indicadores são menores também entre os jovens de 17 e 18 anos, mas, da mesma forma, eles aumentaram no período. Para a comparação por idade e níveis de escolaridade, os indicadores não foram desagregados por sexo. O estudo mostra que os jovens mais jovens e aqueles menos escolarizados estavam em situação de desvantagem e tendiam mais a estar na condição "Nem Nem" do que os demais, constatação que remete também a uma maior vulnerabilidade desses jovens.

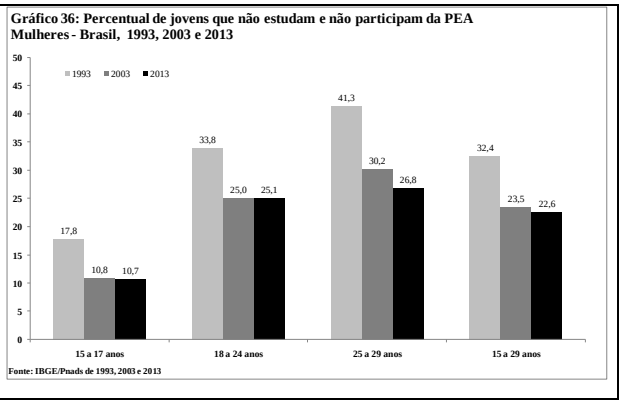
A seguir, pretende-se explorar essas questões, partindo do pressuposto de que os jovens "Nem Nem" não constituem uma geração e de que o fenômeno é particularmente afetado pela construção social dos papéis de gênero e pela idade.

5.3. Juventude "Nem Nem": uma questão de gênero

Aproximadamente 15% dos jovens brasileiros não estudavam nem estavam no mercado de trabalho em 2013. A proporção de jovens nessas condições vem caindo ao longo das décadas - em 1993, ela chegou a 19% -, e esconde tendências distintas. É o que se pode verificar nos Gráficos 35 e 36, que apresentam a distribuição proporcional desses jovens de acordo com a idade e o sexo. Neles, é possível observar que a distribuição etária dos jovens por sexo é sistematicamente diferenciada nos três anos analisados. Enquanto as maiores proporções entre os homens eram observadas no grupo etário intermediário, de 18 a 24 anos, entre as mulheres, elas estavam concentradas na faixa etária das mulheres jovens mais velhas, de 25 a 29 anos. Entre as mulheres, à medida que cresce a idade cresce a proporção de mulheres que não trabalhavam e não participavam do mercado de trabalho. Há também uma diferença expressiva na magnitude da condição "Nem Nem" entre homens e mulheres. A

proporção entre elas é sempre mais elevada do que a entre os homens. Isso ocorre nos três grupos etários e nos três anos.





Tal diferença entre homens e mulheres pode ser atribuída às desigualdades ainda existentes na divisão do trabalho doméstico, do cuidado com os filhos, e do próprio período de gestação e amamentação. O *status* de "Nem Nem" para os homens não tem, portanto, o mesmo significado do que para as mulheres, ponto também ressaltado por outros estudos (CAMARANO; KANSO, 2012; CAMARANO et al, 2006; CARDOSO, 2013; MONTEIRO, 2013).

Apesar da persistência das diferentes proporções ao longo do tempo, as tendências são opostas. Entre os homens, o crescimento é contínuo. Eles representavam 5,5% do total dos jovens em 1993; 6,2% em 2003; e 8,9% em 2013. Por outro lado, a proporção entre as mulheres caiu aproximadamente 10 pontos percentuais entre 1993 e 2003, e um ponto no último período. Foi, portanto, a diminuição do fenômeno "Nem Nem" entre as mulheres que levou à diminuição da proporção para o conjunto dos jovens nesse período. Isso se deve, em especial, a dois movimentos amplamente discutidos pela literatura de gênero: a intensa entrada das mulheres no mercado de trabalho e a diminuição do número de filhos por mulher.

As diferenças de padrão e de tendência entre homens e mulheres podem ser exploradas também a partir dos dados das Tabelas 15 e 16. Elas trazem o comparativo das tendências, em termos absolutos e relativos, do total de jovens brasileiros e dos "Nem Nem" de ambos os sexos. Observou-se que, enquanto a tendência no período é de aumento do número absoluto e relativo de jovens homens "Nem Nem", a do total de homens jovens diminuiu, à exceção daqueles que se encontram entre 25 e 29 anos. No período de 2003 a 2013, a taxa de crescimento médio anual da população jovem do sexo masculina brasileira foi de -0,2%, e a

de jovens “Nem Nem” foi de 3,5%, chegando a 4,2% na faixa de 25 a 29 anos. Tendência contrária é observada para o conjunto das mulheres. Para todos os grupos etários, verificou-se redução do número absoluto e do relativo nas duas décadas. A diminuição do crescimento médio anual é mais acentuada nos anos 1990 para todos os grupos etários, particularmente para as jovens “Nem Nem” de 15 a 17 anos; período em que ele é -3,7%, como mostra a Tabela 16. Tal diminuição, especialmente nessa faixa etária, deve-se à ampliação do acesso ao sistema educacional no período.

Tabela 15 - População absoluta e relativa dos jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho por faixa etária

Homens - 1993, 2003 e 2013

Ano	População		Crescimento absoluto		Crescimento relativo (%)		Taxa de crescimento médio anual (%)	
	Jovens	Nem Nem	Jovens	Nem Nem	Jovens	Nem Nem	Jovens	Nem Nem
15 a 17 anos								
1993	4.738.059	326.562						
2003	5.417.702	312.846	679.643	(13.716)	14,3	(4,2)	1,3%	-0,4%
2013	5.265.582	375.933	(152.120)	63.087	(2,8)	20,2	-0,3%	1,9%
18 a 24 anos								
1993	9.196.769	530.468						
2003	11.966.215	842.061	2.769.446	311.593	30,1	58,7	2,7%	4,7%
2013	11.174.406	1.219.593	(791.809)	377.532	(6,6)	44,8	-0,7%	3,8%
25 a 29 anos								
1993	5.882.704	229.530						
2003	6.999.493	353.154	1.116.789	123.624	19,0	53,9	1,8%	4,4%
2013	7.471.924	533.624	472.431	180.470	6,7	51,1	0,7%	4,2%
15 a 29 anos								
1993	19.817.532	1.086.560						
2003	24.383.410	1.508.061	4.565.878	421.501	23,0	38,8	2,1%	3,3%
2013	23.911.912	2.129.150	(471.498)	621.089	(1,9)	41,2	-0,2%	3,5%

Fonte: IBGE/Pnads de 1993, 2003 e 2013

Tabela 16 - População absoluta e relativa das jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho por faixa etária Mulheres - 1993, 2003 e 2013

Ano	População		Crescimento absoluto		Crescimento relativo (%)		Taxa de crescimento médio anual (%)	
	Jovens	Nem Nem	Jovens	Nem Nem	Jovens	Nem Nem	Jovens	Nem Nem
15 a 17 anos								
1993	4.678.917	833.484						
2003	5.270.335	570.237	591.418	(263.247)	12,6	(31,6)	1,2%	-3,7%
2013	5.113.214	546.919	(157.121)	(23.318)	(3,0)	(4,1)	-0,3%	-0,4%
18 a 24 anos								
1993	9.363.575	3.166.737						
2003	11.869.595	2.968.725	2.506.020	(198.012)	26,8	(6,3)	2,4%	-0,6%
2013	11.102.616	2.788.312	(766.979)	(180.413)	(6,5)	(6,1)	-0,7%	-0,6%
25 a 29 anos								
1993	6.293.118	2.596.275						
2003	7.446.093	2.245.667	1.152.975	(350.608)	18,3	(13,5)	1,7%	-1,4%
2013	7.897.961	2.113.000	451.868	(132.667)	6,1	(5,9)	0,6%	-0,6%
15 a 29 anos								
1993	20.335.610	6.596.496						
2003	24.586.023	5.784.629	4.250.413	(811.867)	20,9	(12,3)	1,9%	-1,3%
2013	24.113.791	5.448.231	(472.232)	(336.398)	(1,9)	(5,8)	-0,2%	-0,6%

Fonte: IBGE/Pnads de 1993, 2003 e 2013

Desagregando os dados para mulheres com e sem filhos, verificou-se que a maior parte das mulheres jovens "Nem Nem" têm filhos; cerca de 61% do total em 2013, proporção que vem caindo desde 1993, ano em que era de 70%. As Tabelas 17 e 18 mostram que as tendências são opostas no período para o conjunto de mulheres. Observou-se a diminuição do crescimento médio anual entre as mulheres "Nem Nem" com filhos nos dois períodos analisados, -1,4% e -1,8%, respectivamente. Isso acontece nas três faixas etárias, sendo mais acentuada entre as jovens de 18 e 24 anos. Por outro lado, entre as mulheres sem filhos, o crescimento médio anual é positivo na primeira década do século, de 1,7%, diferentemente ao que foi observado entre as mulheres sem filhos no período 1993-2003, quando ele foi negativo, -1,4%. Ou seja, nesse período, o ritmo de crescimento da população feminina "Nem Nem" sem filhos aumentou.

Tabela 17 - População absoluta e relativa do total das jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho com filhos por faixa etária

Mulheres - 1993, 2003 e 2013								
Ano	**População**		**Crescimento absoluto**		**Crescimento relativo (%)**		**Taxa de crescimento médio anual (%)**	
	Jovens	**Nem Nem com Filhos**	**Jovens**	**Nem Nem com Filhos**	**Jovens**	**Nem Nem com Filhos**	**Jovens**	**Nem Nem com Filhos**
15 a 17 anos								
1993	4.678.917	216.188						
2003	5.270.335	188.858	591.418	(27.330)	12,6	(12,6)	1,2%	-1,3%
2013	5.113.214	175.242	(157.121)	(13.616)	(3,0)	(7,2)	-0,3%	-0,7%
18 a 24 anos								
1993	9.363.575	2.128.273						
2003	11.869.595	1.918.989	2.506.020	(209.284)	26,8	(9,8)	2,4%	-1,0%
2013	11.102.616	1.522.258	(766.979)	(396.731)	(6,5)	(20,7)	-0,7%	-2,3%
25 a 29 anos								
1993	6.293.118	2.243.669						
2003	7.446.093	1.896.427	1.152.975	(347.242)	18,3	(15,5)	1,7%	-1,7%
2013	7.897.961	1.653.061	451.868	(243.366)	6,1	(12,8)	0,6%	-1,4%
15 a 29 anos								
1993	20.335.610	4.588.130						
2003	24.586.023	4.004.274	4.250.413	(583.856)	20,9	(12,7)	1,9%	-1,4%
2013	24.113.791	3.350.561	(472.232)	(653.713)	(1,9)	(16,3)	-0,2%	-1,8%

Fonte: IBGE/Pnads de 1993, 2003 e 2013

Tabela 18 - População absoluta e relativa do total das jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho sem filhos por faixa etária

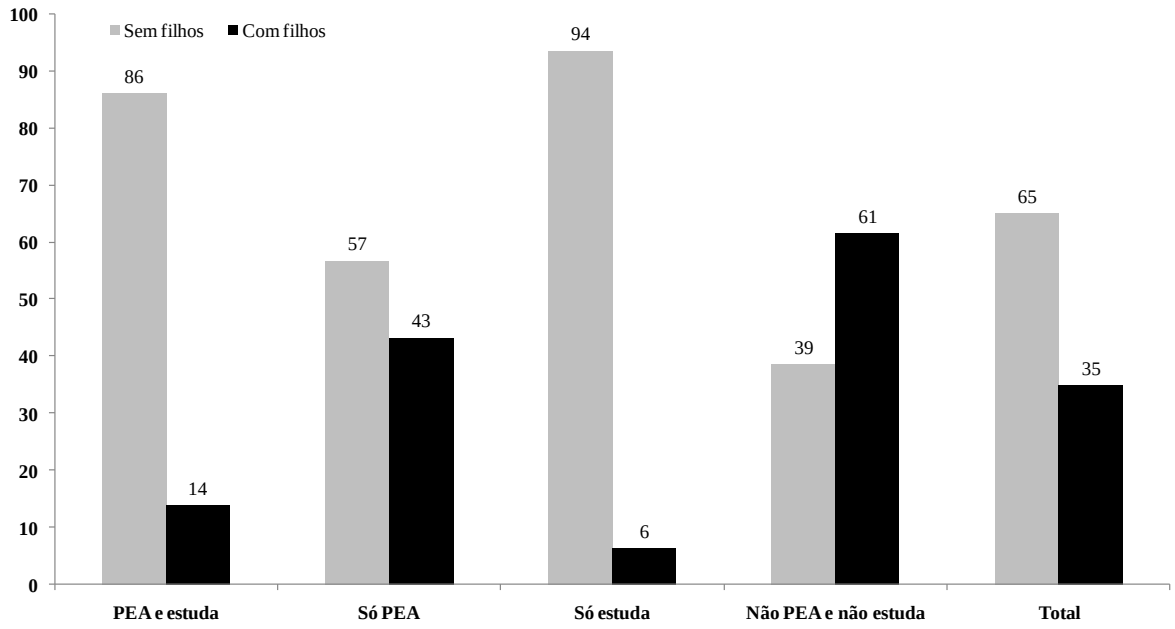
Mulheres - 1993, 2003 e 2013								
Ano	**População**		**Crescimento absoluto**		**Crescimento relativo (%)**		**Taxa de crescimento médio anual (%)**	
	Jovens	**Nem Nem sem Filhos**	**Jovens**	**Nem Nem sem Filhos**	**Jovens**	**Nem Nem sem Filhos**	**Jovens**	**Nem Nem sem Filhos**
15 a 17 anos								
1993	4.678.917	612.696						
2003	5.270.335	381.379	591.418	(231.317)	12,6	(37,8)	1,2%	-4,6%
2013	5.113.214	371.677	(157.121)	(9.702)	(3,0)	(2,5)	-0,3%	-0,3%
18 a 24 anos								
1993	9.363.575	1.030.214						
2003	11.869.595	1.049.524	2.506.020	19.310	26,8	1,9	2,4%	0,2%
2013	11.102.616	1.266.054	(766.979)	216.530	(6,5)	20,6	-0,7%	1,9%
25 a 29 anos								
1993	6.293.118	350.017						
2003	7.446.093	349.240	1.152.975	(777)	18,3	(0,2)	1,7%	0,0%
2013	7.897.961	459.939	451.868	110.699	6,1	31,7	0,6%	2,8%
15 a 29 anos								
1993	20.335.610	1.992.927						
2003	24.586.023	1.780.143	4.250.413	(212.784)	20,9	(10,7)	1,9%	-1,1%
2013	24.113.791	2.097.670	(472.232)	317.527	(1,9)	17,8	-0,2%	1,7%

Fonte: IBGE/Pnads de 1993, 2003 e 2013

O Gráfico 37 apresenta a distribuição proporcional das mulheres segundo as diferentes transições da escola para o trabalho entre as mulheres com e sem filhos em 2013. Por ele, pode-se entender melhor o peso que a maternidade tem nas chances de uma mulher não estudar e não participar da PEA. Nota-se que a proporção de mulheres que tiveram filhos era acentuadamente maior entre as jovens "Nem Nem" do que nas demais categorias. Ao que

parece, as mulheres saem da esfera escola-trabalho e passam a se dedicar à maternidade, o que as confere um tipo particular de inserção na vida adulta. O evento nascimento de um filho, em um modelo tradicional, é visto como uma etapa singular da transição.

Gráfico 37: Percentual de mulheres de 15 a 29 anos por tipo de transição escola trabalho pela ocorrência de filhos - Brasil, 2013



Fonte: IBGE/Pnad de 2013.

Os dados acima parecem apontar para uma diferença nos significados entre ser "Nem Nem" para homens e mulheres, e, assim sendo, a abordagem ao fenômeno deve também ser diferenciada. No caso delas, é possível supor que elas estejam fora do sistema escolar e do mercado de trabalho, mas que desempenhem um papel social relevante dentro de suas famílias. Não se pode menosprezar que algumas mulheres têm a expectativa de ter filhos e depositam nesse evento uma grande carga de realização e satisfação pessoal, o que lhes confere um papel social. Arrisca-se a dizer que, no caso dos homens, o fenômeno dos "Nem Nem" é mais relevante e a inquietação sobre os números, mais justificada. Se o fenômeno entre as mulheres é, em grande medida, explicado pela ocupação delas com a maternidade e/ou com afazeres domésticos, sobre eles pouco ainda se sabe. Uma série de suposições são levantadas sobre esse fenômeno entre os homens. A mais recorrente é que a não participação no mercado de trabalho e a não freqüência à escola estejam relacionadas à apatia e à falta de perspectiva, ou ainda à participação deles em atividades ilícitas e, por essa razão, não

declaradas como trabalho. A visão corrente, embora factível, parte de um pressuposto de que os contratos de gêneros não mudaram.

Vários estudos mostram que, na dimensão pública – do trabalho e da escola -, as mulheres vêm ocupando cada vez mais espaço: a taxa de participação no mercado de trabalho é crescente e a freqüência à escola, mais elevada. Na dimensão privada, no campo doméstico, os sinais de mudança são mais tímidos para o conjunto da população, e mostram certa imobilidade dos papeis sociais de gênero na sociedade. Ou seja, as mulheres ocupam espaços ditos masculinos – dimensão pública -, sem que tenham deixado de ser a primeira responsável pelo espaço privado, o que as leva a uma jornada dual de trabalho. Dessa visão, nasce a explicação de que os jovens "Nem Nem" por não participarem das atividades econômicas e não estarem nas escolas não estão fazendo nada. A provocação que se faz aqui é a seguinte: estaria em curso uma maior equalização na divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres? Ou ainda, uma inversão? Jovens homens na condição "Nem Nem" estariam absorvendo atividades domésticas, em lugar, ou em parceria com as mulheres, sejam elas filhas ou esposas? Há algum indício que aponte na direção de uma mudança nos contratos de gênero no interior das famílias com jovens? Se sim, a condição masculina de "Nem Nem" não seria, então, necessariamente sinônimo de vulnerabilidade e não significaria uma modalidade precária de transição. Passa-se, a partir de agora, a discutir essas hipóteses.

5.4. O que há de específico entre os jovens homens "Nem Nem"?

O objetivo desta seção é caracterizar os jovens homens "Nem Nem" e identificar padrões diferentes dos observados para o conjunto dos jovens brasileiros do sexo masculino. Foram utilizadas as variáveis de cor/raça, situação de domicílio, escolaridade, renda domiciliar *per capita*, condição de domicílio e nupcialidade em 1993, 2003 e 2013. Para algumas situações, a categoria "Nem Nem" será comparada também a outras modalidades de transição escola trabalho, quais sejam: só estuda, só é PEA e combina escola e PEA.

A Tabela 19 apresenta a distribuição proporcional desses jovens pelas características selecionadas e os compara com a população jovem brasileira. Os dados indicam diferenças importantes e indicam que os jovens "Nem Nem" apresentam maior grau de vulnerabilidade

do que o conjunto dos jovens. Do ponto de vista da localização desses jovens, o padrão é semelhante ao do restante, mas não a tendência. A grande maioria está localizada em áreas urbanas, acompanhando o processo em curso de urbanização do país[53]. Há, no entanto, uma particularidade importante. Em 1993, havia uma proporção de jovens "Nem Nem" mais elevada em áreas urbanas do que o do total de jovens do Brasil. Observa-se que, em 2003, as proporções eram praticamente iguais e, em 2013, há mais jovens "Nem Nem" no campo com uma diferença de cinco pontos percentuais em relação aos jovens brasileiros O padrão se inverte com o tempo.

[53] O IBGE classifica situação urbana as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Por rural, entende-se toda a área situada fora desses limites. Essa classificação foi definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico de 1991. A partir de 2004, as PNADs passaram a incluir informações das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para tornar os dados comparáveis ao longo do tempo, as bases de dados foram compatibilizadas, excluindo-se essas informações da Pnad de 2013.

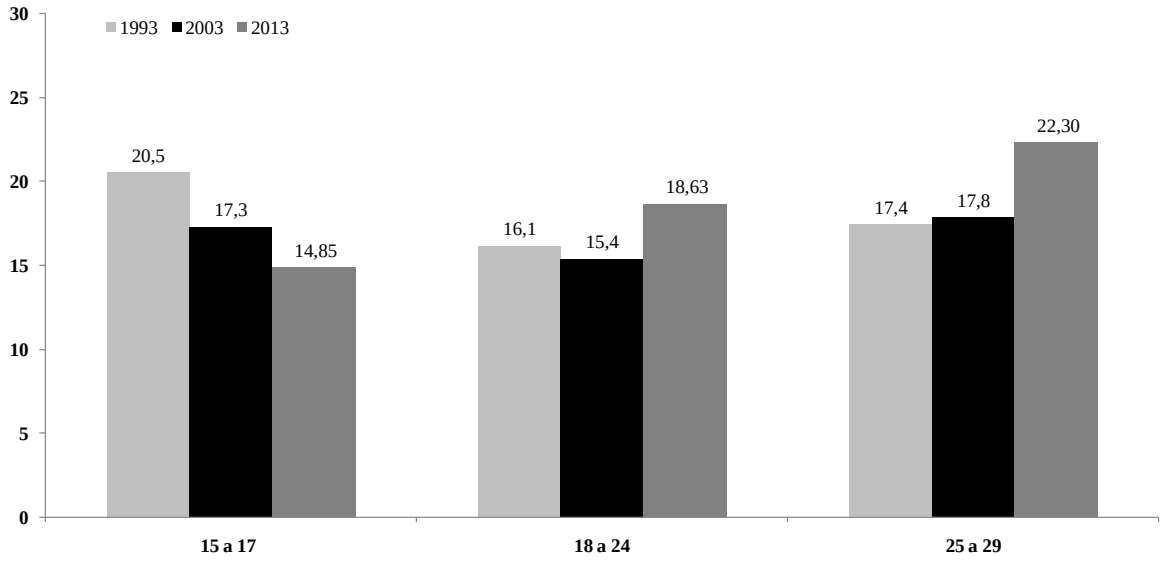
Tabela 19 - Distribuição proporcional de homens "Nem Nem" e do total de 15 a 29 anos por características selecionadas Brasil, 1993, 2003 e 2013

	1993		2003		2013	
	Total Jovem	**Nem Nem**	**Total Jovem**	**Nem Nem**	**Total Jovem**	**Nem Nem**
Idade média	21,5	20,6	21,6	21,2	21,7	20,6
Urbano	78,6	82,3	83,9	83,6	86,7	81,1
Rural	21,4	17,7	16,1	16,4	13,3	18,9
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Brancos	51,4	42,0	48,6	39,4	42,9	36,1
Negros	48,6	58,0	51,4	60,6	57,1	63,9
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
20% mais pobres	26,7	29,4	28,7	33,2	31,4	38,4
20% mais ricos	13,8	7,1	12,3	8,4	10,5	8,4
Ensino fundamental incompleto	66,8	80,7	44,3	63,3	25,9	43,1
Ensino fundamental completo	11,1	8,1	13,2	9,3	14,3	11,7
Ensino médio incompleto	8,2	2,4	14,3	5,5	17,0	8,5
Ensino médio completo	9,7	8,1	20,8	19,9	29,9	31,8
Ensino superior incompleto e mais	4,4	0,7	7,4	2,0	13,0	5,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefes e cônjuges	26,9	7,2	23,9	7,6	23,6	10,3
Filho	63,2	80,3	65,3	78,1	62,8	75,0
Outros parentes	8,7	11,5	9,7	13,3	12,2	13,3
Demais categorias	1,2	1,1	1,1	1,0	1,4	1,4
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Casado/unido	27,8	8,8			25,0	12,2
Separado/Divorciado/Viúvo	2,6	2,9			5,8	6,0
Solteiro	69,6	88,3			69,1	81,9
	100,0	100,0			100,0	100,0

Fonte: IBGE/Pnads de 1993, 2003 e 2013

Interessante notar que as proporções variam com a idade ao longo do tempo, sendo menores nas idades mais jovens em 2013 (Gráfico 38). As tendências foram opostas: as proporções entre os jovens de 15 a 17 anos apresentaram redução no período, inversamente ao que ocorreu entre os jovens de 18 a 24 e 25 a 29 anos. No período, apesar de todos os entraves, novas linhas de financiamento de transporte escolar rural foram abertas e, possivelmente, tiveram impacto positivo na ampliação do acesso do sistema educacional entre os mais jovens também no campo. Por outro lado, o aumento da proporção de jovens "Nem Nem" com 18 anos e mais indica que as oportunidades no campo estão se tornando menores, ou ainda que a pesquisa tenha captado de forma mais expressiva em 2013 a sazonalidade de alguns dos tipos de trabalhos do meio rural.

Gráfico 38: Percentual de homens jovens que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho residentes na área rural por faixa etária - 1993, 2003 e 2013



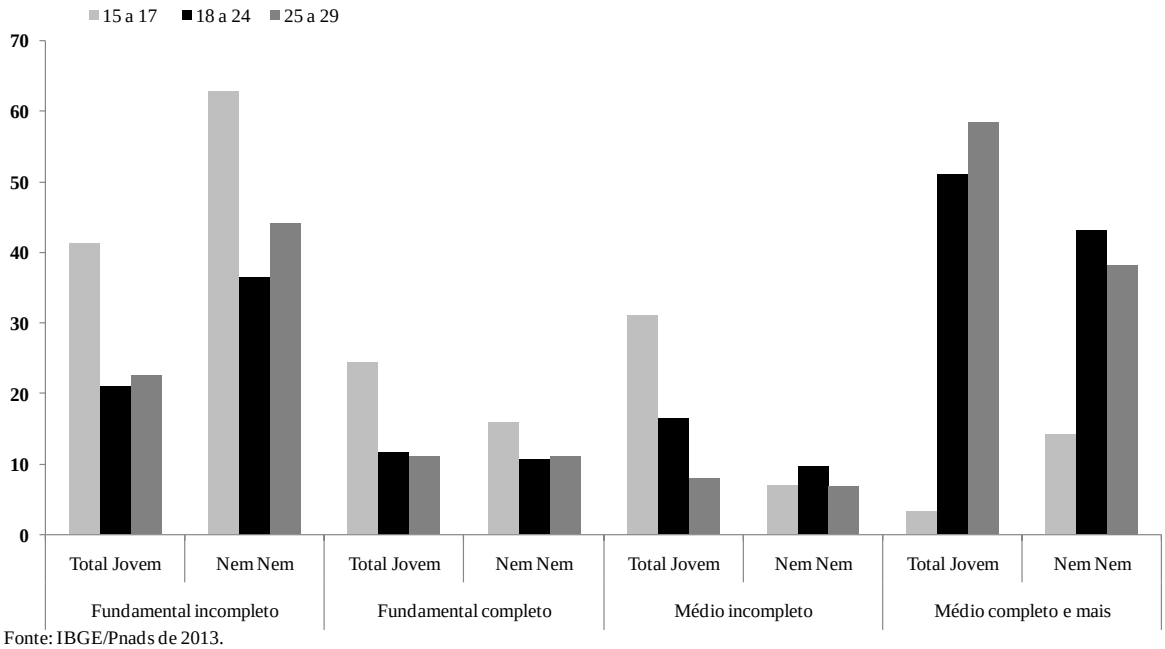
Fonte: IBGE/Pnads de 1993, 2003 e 2013.

As diferenças mais acentuadas estão relacionadas às variáveis socioeconômicas, como renda domiciliar *per capita* e escolaridade. Há uma prevalência de jovens "Nem Nem" entre os 20% mais pobres, em todos os anos, de forma mais expressiva do que o observado para o total da população jovem, o que é esperado, uma vez que esses são jovens que não contam com renda do trabalho. O indicador de escolaridade pode fornecer mais esclarecimentos do que as de renda. Observou-se que há uma sobrerepresentação dos jovens "Nem Nem" nas categorias mais baixas de escolaridade nos três anos. A tendência é similar, assim como tem sido para o Brasil. Não é novidade o progresso do acesso ao ensino e dos níveis de escolaridade e isso está refletido também entre aqueles que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho. Mas esse avanço parece ser menor entre esses jovens.

Um dos indícios é que, quando se analisa os dados por faixas etárias, percebe-se que eles apresentam maior defasagem idade-série do que o conjunto dos jovens, como mostra o Gráfico 39. Ele traz a distribuição proporcional dos jovens por níveis de escolaridade e idade em 2013. Note-se que as proporções desses jovens no fundamental incompleto eram mais elevadas para todas as faixas etárias naquele ano. Aos 15 anos é esperado que os jovens já tivessem terminado o ensino fundamental. No entanto, há uma grande proporção de jovens

que não chegaram a conclui-lo entre os jovens brasileiros e uma proporção ainda mais acentuada entre os "Nem Nem". Do total de jovens de 15 a 17 anos nessas condições, aproximadamente 60% deles tinham fundamental incompleto, enquanto para o conjunto dos jovens a referida proporção era de 41%, bastante elevada ainda, mas expressivamente menor. A defasagem vai se acumulando, o que pode ser constado quando se observa que, entre os jovens de 25 a 29 anos, a proporção de jovens com ensino fundamental incompleto era de 44% dos jovens "Nem Nem".

Gráfico 39: Percentual de homens de 15 a 29 anos total e que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho por escolaridade - 2013



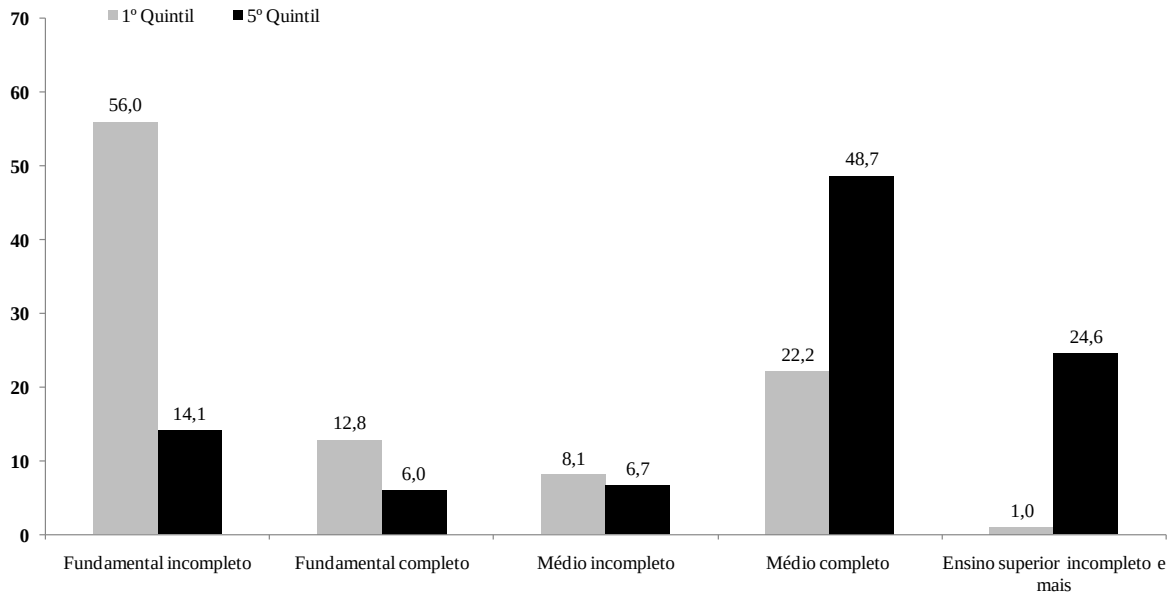
Fonte: IBGE/Pnads de 2013.

O cruzamento entre a renda domiciliar *per capita* e a escolaridade em 2013 é apresentada no Gráfico 40 e ressalta a relação entre essas variáveis, também, para o grupo de jovens que não estudavam e não trabalhavam em 2013. O padrão é muito claro. Entre os mais pobres, verificou-se uma proporção bem mais elevada de jovens com ensino fundamental incompleto do que entre os mais ricos. Por outro lado, a proporção de jovens com pelo menos o ensino médio completo entre eles é o triplo da observada entre os mais pobres.

No que se refere à cor, também apresentada na Tabela 5, observa-se uma preponderância dos jovens negros. A diferença entre as proporções de negros e brancos "Nem

Nem" aumenta entre 1993 e 2003, sendo sempre maiores entre os negros. Em 2013, a proporção de "Nem Nem" era de aproximadamente 64%, enquanto, em 1993, era de 58%.

Gráfico 40: Distribuição percentual de homens de 15 a 29 anos "Nem Nem" por quintil de renda domiciliar *per capita* e níveis de escolaridade - 2013

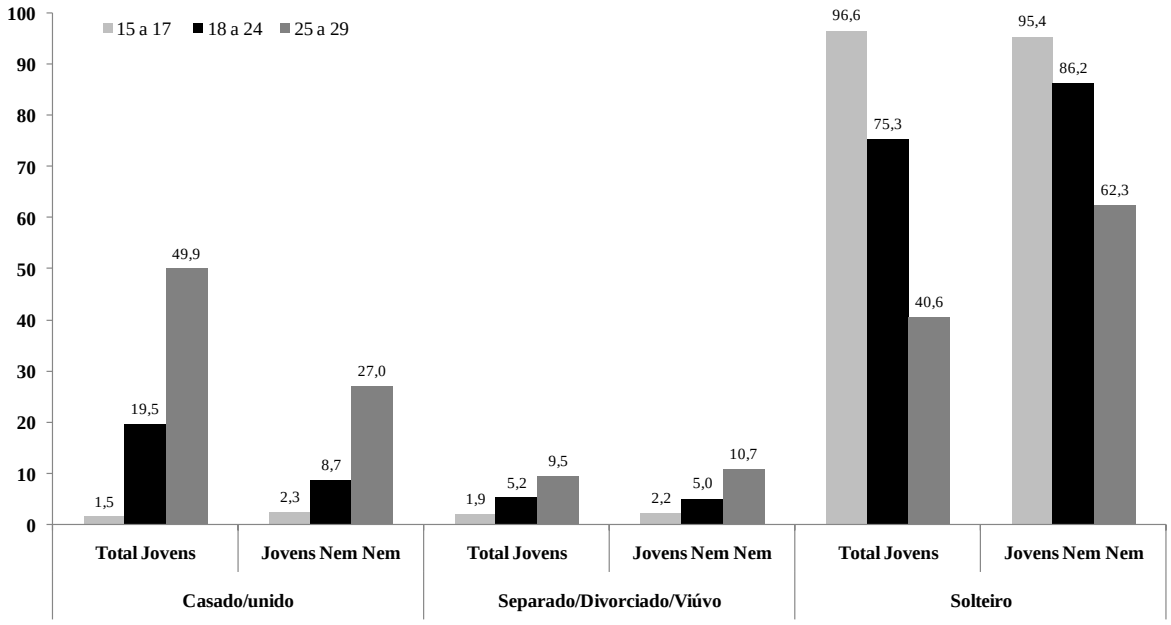


Fonte: IBGE/Pnads de 2013.

Variáveis que dizem respeito à esfera familiar da transição para a vida adulta também foram analisadas e trazem algumas especificidades quando comparadas ao total da população jovem masculina. Sabe-se que no conjunto, sem levar em consideração a idade, a maior parte dos jovens está na condição de filho ou outros parentes no domicílio. O mesmo ocorre para aqueles que não estudam e não estão no mercado de trabalho. No entanto, nota-se que a proporção de filhos e outros parentes entre esses jovens era expressivamente mais elevada, como mostra a Tabela 19, e se reduziu ao longo das últimas duas décadas. O padrão de nupcialidade também é similar: os jovens "Nem Nem" eram majoritariamente solteiros nos três anos, evidência também observada para o conjunto dos jovens. Mas, entre os primeiros, a proporção de solteiros era mais elevada, diminuindo com o tempo. Quando se observam os dados por faixa etária, as singularidades dos jovens que estavam na condição "Nem Nem" ficam mais notórias (Gráfico 41). Como esperado, a proporção de casados tende a aumentar com a idade. Isso ocorre também para os jovens "Nem Nem". Contudo, estar nessa condição de trabalho e estudo parece não favorecer a união entre os mais velhos. Ou seja, o efeito da

idade sobre as chances de se casar (ou se manter casado) parece ser menor entre os jovens que não estudavam e não estavam inseridos no mercado de trabalho e sugere que esses jovens encontravam mais dificuldades em transitar para a vida adulta via casamento, evento ainda marcante no processo de autonomização dos indivíduos, como se viu no capítulo 4.

Gráfico 41: Percentual de homens de 15 a 29 anos que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho por nupcialidade - 2013

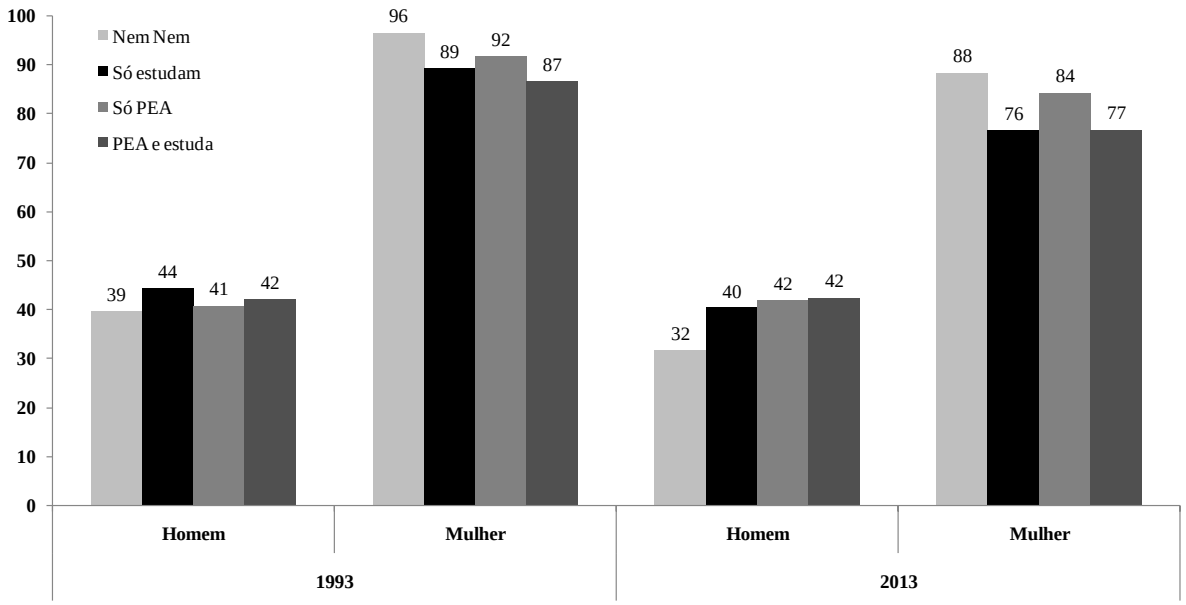


Fonte: IBGE/Pnads de 1993 e 2013.

A divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres também traz pistas sobre a alocação do tempo dos jovens homens que não estudam e não compõe a força de trabalho. A PNAD contou em alguns anos com o quesito que mede o número de pessoas que declaram realizar tarefas domésticas e, entre as que a realizam, qual o número médio de horas semanais despendidas com essas atividades. Optou-se aqui por comparar os dados para os quatro tipos de combinação da transição da escola para o trabalho, de acordo com o sexo. Isso permitirá discutir se há em curso transformações no campo privado, pelo menos no que refere aos homens que estão na condição "Nem Nem". Os dados, apresentados nos Gráficos 42 e 43, chamam atenção para dois pontos especialmente. O primeiro, mais geral, é de conhecimento amplo: mulheres despendem mais tempo em atividades domésticas do que homens. Tal padrão estende-se também aos jovens. Interessante notar que isso se repete para quaisquer combinações entre freqüência à escola e à participação no mercado de trabalho nos dois anos

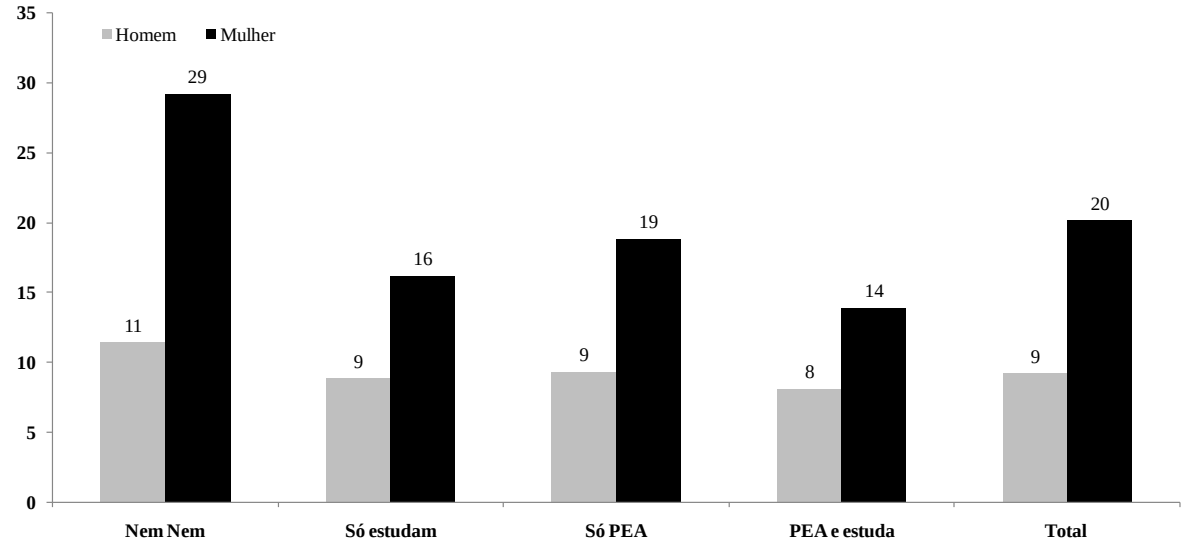
analisados. O segundo é que a proporção de homens jovens "Nem Nem" que declara desempenhar atividades domésticas era, curiosamente, menor que a observada para as demais categorias e, entre eles, há uma estabilidade na diferença em pontos percentuais entre as proporções verificadas entre mulheres e homens na condição "Nem Nem" no período. Em 1993, aproximadamente 39% deles diziam exercer tarefas domésticas, contra 96% das mulheres. No período recente, as proporções diminuíram para 32% e 88%, respectivamente, resultando em uma estabilidade da diferença em torno de 57 pontos percentuais, a maior diferença entre os grupos de jovens analisados.

Gráfico 42: Percentual de jovens de 15 a 29 anos que declararam realizar atividades domésticas por *status* de transição da escola para o mercado de trabalho por sexo - 1993 e 2013



Fonte: IBGE/Pnads de 1993 e 2013.

Gráfico 43: Número médio de horas dedicadas ao trabalho doméstico entre jovens de 15 a 29 anos por *status* de transição da escola para o mercado de trabalho e sexo - 1993 e 2013



Fonte: IBGE/Pnads de 1993 e 2013.

A proporção de mulheres que declararam se ocupar de afazeres domésticos reduziu-se expressivamente em todas as categorias. Entre os homens, também se observou a redução dessas proporções, porém em intensidade menor, à exceção da observada entre os que não estudavam e não estavam na PEA. Como visto, essas proporções diminuíram sete pontos percentuais, sugerindo que, pelo menos por esse indicador isolado, não se pode dizer que passou a existir uma divisão mais igualitária no cuidado doméstico entre 1993 e 2013.

No entanto, quando se analisa o indicador de horas semanais entre aqueles que responderam realizar atividades domésticas - informação captada em 2013 -, nota-se que os jovens "Nem Nem" se ocupavam mais dessas atividades do que os que se encontravam nas demais situações. Isso ocorreu para homens e mulheres, sem, contudo, alterar o padrão de desigualdade na divisão do trabalho doméstico. Como pode ser visto no Gráfico 43, as mulheres que estavam fora da escola e que não pertenciam ao mercado de trabalho despendiam, em média, 29 horas semanais em atividades domésticas, enquanto os homens na mesma condição alocavam apenas 11 horas. Apesar de bastante inferior, esse número é mais elevado que o verificado para as demais categorias, que oscilam entre oito e nove horas semanais gastos em tarefas do cuidado doméstico. A princípio, olhando para os dois

indicadores - percentual de jovens que declara realizar tarefas domésticas e o número médio de horas semanais despendidas com essas atividades -, pode-se achar que eles são contraditórios. No entanto, eles indicam que não há preponderância do trabalho doméstico entre os jovens "Nem Nem" quando comparados com as demais categorias de trabalho e estudo. Mas é pertinente dizer que, entre os que desenvolvem atividades domésticas, elas ocupavam mais tempo da vida de um jovem "Nem Nem" do que da vida dos demais jovens.

A seguir, será analisado o contexto familiar em que vivem os jovens que não estudavam e não pertenciam ao mercado de trabalho. O objetivo é entender se há uma configuração particular nessas famílias que os permita transitar para a vida adulta na inatividade.

5.5. Jovens "Nem Nem" em família

Na seção anterior, foi observado que a maior parte dos jovens que não estudava e não participava do mercado de trabalho estavam na condição de filho ou outros parentes no domicílio, o que se explica, em grande parte, pela idade. Viu-se também que à medida que ela aumenta cresce expressivamente a proporção de jovens na condição de chefes ou cônjuges, sugerindo a transição para um estágio de autonomização dos indivíduos pela saída de casa, que traz consigo novos papeis sociais e novas responsabilidades. Como discutido no capítulo 4, a saída de casa – seja na condição de chefe ou cônjuges de domicílios - é considerada um evento definidor do processo de transição para a vida adulta por diversos autores. Por essa razão, optou-se por realizar duas análises separadas sobre as famílias dos jovens homens "Nem Nem". A primeira terá como objeto de análise as famílias em que os jovens estão na condição de chefe ou de cônjuge no domicílio. Ou seja, em que os jovens assumem a responsabilidade por elas. A título de identificação do tipo de domicílio, aqui os domicílios em que o homem jovem está na condição de chefe ou de cônjuge serão chamados de domicílios ***de*** jovens. Na segunda análise, serão analisadas as famílias em que os jovens

"Nem Nem" são filhos ou outros parentes no domicílio, aqui denominados por domicílios ***com*** jovem[54].

A análise foi realizada para 2003 e 2013. A escolha desses dois anos teve como objetivo captar as alterações da última década nos domicílios com jovens nessas condições, período marcado por altas taxas de crescimento econômico e por aumento da cobertura dos programas de transferência de renda, particularmente o Bolsa Família. Justifica-se também essa escolha pelo fato de as PNADs desses anos contarem com informações sobre o número de horas despendidas nas atividades domésticas, uma das dimensões de interesse deste capítulo. Os resultados estão sistematizados nas Tabelas 20 e 21.

5.5.1. Domicílios *de* jovens "Nem Nem"

Para melhor entender os domicílios em que os homens jovens "Nem Nem" eram chefes ou cônjuge, optou-se por fazer um contraponto entre eles e os domicílios em que os chefes ou cônjuges jovens não eram "Nem Nem". Ou seja, nesses domicílios os jovens estavam na condição de "só estudo", "só PEA" ou "estudo e PEA". Os domicílios serão chamados de domicílios ***de*** jovens "Nem Nem" e domicílio ***de*** jovens não "Nem Nem". Os resultados dessa comparação estão na Tabela 20.

O perfil dos domicílios ***de*** jovens "Nem Nem" é semelhante nos dois anos analisados. Eles eram mais pobres, tinham em média uma criança, eram dependentes do trabalho das mulheres e da renda de outros parentes. Neles, os homens chefes ou cônjuges apresentavam escolaridade mais baixa que a dos homens dos demais domicílios. Esses eram domicílios em situação de maior dependência da renda dos cônjuges e da proveniente de outros tipos de rendimento, quando comparados com os domicílios ***de*** jovem não "Nem Nem". Quanto ao tamanho médio dos domicílios, não foram observadas diferenças nos dois tipos de domicílio. Em ambos, houve diminuição do número de moradores. O mesmo aconteceu com a idade média dos chefes ou cônjuges. Os domicílios eram relativamente pequenos, com três membros, e os jovens tinham idade em torno de 25 anos, idade referente à cauda superior do intervalo etário da juventude. A proporção de chefes homens é preponderante nos dois tipos de domicílio e decrescente de um ano para o outro, mas de forma mais acentuada entre os

[54] Esta terminologia já foi amplamente utilizada em outros estudos sobre jovens e adultos.

"Nem Nem". Note-se que, em 2003, a proporção de chefes homens "Nem Nem" era de 92,1% e, em 2013, ela era de 71,9%, uma redução de mais de 10 pontos percentuais.

O quadro geral indica um domicílio mais vulnerável que os demais. Neles, além da renda *per capita* mais baixa, o indicador que parece ter maior importância é o diferencial de escolaridade dos chefes ou cônjuges existente entre os dois tipos de domicílio, o que pode explicar, em alguma medida, a não participação no mercado de trabalho do primeiro tipo. É possível que esses homens jovens "Nem Nem" enfrentem maior dificuldade de se empregar, em função da baixa escolaridade, oscilando com maior frequência, assim, entre estar ocupado em trabalhos mais precários durante um tempo e/ou na inatividade temporária em outro. A diferença é expressiva nos dois anos, e apresenta ligeiro aumento no período. Observou-se que, em 2003, a escolaridade média dos "Nem Nem" era de 5,6 anos, ao passo que a dos demais era de 7,1 anos, resultando em uma diferença de 1,5 anos. Em 2013, as respectivas escolaridades eram de 7,6 e 9,4 anos, uma diferença de 1,8 anos entre os dois perfis de domicílios.

Observa-se também que o orçamento dessas famílias é mais dependente da contribuição da renda dos cônjuges, ao contrário do que ocorre nos domicílios ***de*** jovens não "Nem Nem". As proporções eram bastante expressivas nos dois anos. Em 2013, a contribuição da renda dos cônjuges dos domicílios ***de*** jovens "Nem Nem" é quase o dobro da renda dos cônjuges no domicílio de comparação, 42,9% e 29,6, respectivamente. Por outro lado, a dependência da renda dos chefes era bem mais elevada nos domicílios em que o chefe ou cônjuge não é "Nem Nem", de 61,9%, em oposição a 31,3% nos domicílios com chefes "Nem Nem" em 2013. Partindo da observação de que a maioria absoluta dos cônjuges nesses domicílios é de mulheres, é possível supor que a renda, portanto, desses domicílios são provenientes, provavelmente, das mulheres. Destaca-se também a contribuição da renda dos outros parentes do domicílio. Deles, vinham cerca de 12% da renda do domicílio de jovens "Nem Nem" em 2003, proporção que cresceu expressivamente em 2013, passando a ser de aproximadamente 23%. A parcela de contribuição de outros parentes nos domicílios ***de*** jovens não "Nem Nem" é bastante mais baixa, especialmente em 2013.

Tabela 20 - Características dos domicílios com homens jovens chefes ou cônjuges segundo a condição de frequência à escola e participação na PEA

Brasil, 2003 e 2013.

	É Nem Nem	Não é Nem Nem	É Nem Nem	Não é Nem Nem
	2003		2013	
Percentual de chefe homens	92,1	95,5	79,1	80,4
Idade média do homem chefe/conjuge	25,3	25,4	25,0	25,4
Escolaridade do homem chefe/conjuge	5,6	7,1	7,6	9,3
Tamanho médio do domicílio	3,3	3,2	3,1	2,9
Número médio de pessoas que são PEA	0,49	1,63	0,46	1,64
Número médio de mulheres que são PEA	0,42	0,5	0,38	0,6
Número médio de pessoas menores de 10 anos	1,2	1,1	0,9	0,8
Percentual de homem chefe/conjuge que realizam afazeres domésticos	69,5	58,4	53,4	57,8
Percentual de mulheres que realizam afazeres domésticos	61,9	64,3	64,9	67,1
Número de horas que homem chefe/conjuge que realizam afazeres domésticos	13,7	10,4	15,0	10,0
Número de horas que mulheres que realizam afazeres domésticos	27,6	30,3	26,9	25,5
Rendimento médio domiciliar *per capita* (em reais)	145,7	373,4	215,8	706,6
Contribuição da renda dos membros no domicílio*				
% do chefe	43,2	70,9	31,3	61,9
% do conjuge	41,3	21,5	42,9	29,6
% dos filhos	2,7	0,5	1,8	0,5
% de outros parentes	11,5	5,2	23,1	6,7
% dos demais membros	1,3	1,8	1,0	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Fonte de rendimento do domicílio				
Trabalho	52,5	95,1	59,4	95,5
Aposentadoria/pensão**	20,8	2,3	15,7	1,8
Aluguel + Doações	12,3	1,7	6,3	0,7
Outros rendimentos***	14,3	0,8	18,6	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNADs de 2003 e 2013.

* Exclui renda de empregado doméstico e parente de empregado

** Inclui pensão alimentícia

*** Outros rendimentos inclui programas sociais, rendimentos de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras.

Como mencionado, nota-se um crescimento da renda de outros rendimentos, entre os quais se encontra a renda recebida pelos programas sociais, abono permanência, rendimentos de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras. Não é possível desagregar a fonte desses rendimentos, mas é razoável supor que ela seja oriunda de programas sociais, dado o perfil desses domicílios. Esse resultado é compatível com o incremento expressivo dos programas de transferência de renda no período, entre os quais o Programa Bolsa Família.

Destaca-se ainda a relação dos homens chefes ou cônjuges e o trabalho doméstico. Na comparação entre os dois tipos de domicílio, notou-se que nos domicílios ***de*** jovens "Nem Nem" os homens despendiam mais horas com afazeres domésticos do que nos domicílios ***de*** jovens não "Nem Nem". No período, houve um pequeno aumento nesse número, o que não ocorreu dos domicílios ***de*** jovens não "Nem Nem". A diferença era de aproximadamente cinco horas em 2013, enquanto, em 2003, ela era de 3,2 anos. Mas a proporção dos "Nem Nem" que realiza tarefas domésticas diminuiu. Esses dados sugerem, ainda que com bastante parcimônia e cautela, que esses chefes jovens não estavam transitando para a vida adulta via trabalho, mas estavam exercendo alguma atividade doméstica, em maior intensidade do que os demais domicílios ***de*** jovens. Nos dois tipos de domicílio, as mulheres despendiam mais horas com o trabalho doméstico, sendo a diferença entre homens e mulheres menor entre os domicílios em que os chefes ou cônjuges homens eram "Nem Nem".

5.5.2. Domicílios *com* jovens "Nem Nem"

Nesta seção, tomou-se como análise os domicílios com jovens homens "Nem Nem" que estavam na condição de filhos ou outros parentes em 2003 e 2013, em comparação com os domicílios cujos jovens não eram "Nem Nem". Os dados da Tabela 21 também apontam na direção observada acima: os domicílios com a presença de jovens "Nem Nem" apresentavam características de maior vulnerabilidade. Dois indicadores, pelo menos, sugerem esse quadro: a menor renda domiciliar *per capita* e a baixa escolaridade dos chefes, dos cônjuges e dos jovens. A seguir, será analisado o contexto familiar em que vivem esses jovens. O objetivo é entender se há uma configuração particular nessas famílias que os permita transitar para a vida adulta na inatividade

Observa-se que renda dos domicílios ***com*** filhos homens "Nem Nem" era expressivamente mais baixa do que a dos domicílios em que os jovens não eram "Nem Nem" nos dois anos considerados. Nos primeiros, havia um menor número de pessoas que participavam da PEA, o que é compatível com os indicadores de composição da renda do domicílio e com a própria definição dos domicílios. Observa-se que os domicílios ***com*** jovens filhos "Nem Nem" eram menos dependentes da renda do trabalho nos dois anos, muito

embora esta seja a principal fonte de renda e sua importância relativa tenha crescido no período. Nesses domicílios, a renda proveniente de aposentadoria ou pensão era expressiva, embora tenha decrescido no período. Aproximadamente cerca de 20% da renda do domicílio com jovens "Nem Nem" eram de aposentadoria e pensão em 2013, aproximadamente o dobro da proporção observada nos demais domicílios com jovens no mesmo ano.

No que diz respeito à escolaridade, as diferenças entre os membros dos dois tipos de domicílios também são importantes, sendo sistematicamente mais baixas para os dos domicílios ***com*** filhos ou outros parentes "Nem Nem". Observa-se que, por exemplo, que a escolaridade do chefe dos domicílios ***com*** jovens "Nem Nem" é cerca de dois anos mais baixa que a dos chefes dos domicílios ***sem*** "Nem Nem". O mesmo ocorre para os cônjuges e para os jovens homens.

Os domicílios também diferiam quanto ao tamanho médio, embora fossem similares na sua composição. Ou seja, os domicílios ***com*** filhos ou outros parentes "Nem Nem" eram maiores que os demais, mas contavam com número médio de crianças e idosos similares. Acompanhando a tendência demográfica, ambos apresentaram diminuição do número de moradores no período. Interessante assinalar também que, nos domicílios com jovens "Nem Nem", o percentual de chefes mulheres era mais elevado que no domicílio com jovens que não eram "Nem Nem". Em 2013, 45,7% deles contavam com chefia feminina.

Tabela 21 - Características dos domicílios com e sem jovens Nem Nem. Brasil, 2003 e 2013.

	Domicílio com, pelo menos, um jovem Nem Nem na condição de filho ou outros parentes	Domicílio sem Nem Nem*	Domicílio com, pelo menos, um jovem Nem Nem na condição de filho ou outros parentes	Domicílio sem Nem Nem*
	2003		2013	
Percentual de chefes mulheres	35,1	21,2	45,7	35,1
Escolaridade média do chefe	4,3	6,1	6,0	7,9
Escolaridade média do cônjuge	4,5	6,5	6,3	8,3
Escolaridade média dos jovens homens	6,0	7,8	7,6	9,3
Tamanho médio do domicílio	5,2	4,2	4,5	3,8
Número médio de pessoas que são PEA	1,8	2,3	1,5	2,2
Número médio de mulheres que são PEA	0,7	0,8	0,7	0,7
Número médio de pessoas menores de 10 anos	0,7	0,7	0,4	0,5
Número médio de pessoas com 60 e mais	0,4	0,2	0,35	0,2
Rendimento médio domiciliar *per capita* (em reais)	287,3	479,7	521,8	815,2
Contribuição da renda dos membros no domicílio**				
% do chefe	58,9	58,6	54,7	51,0
% do conjuge	14,0	15,9	20,8	21,2
% dos filhos	21,5	19,8	18,8	20,2
% de outros parentes	5,3	4,9	5,3	6,6
% dos demais membros	0,3	0,8	0,4	1,0
	100,0	100,0	100,0	100,0
Fonte de rendimento do domicílio				
Trabalho	67,3	82,4	73,4	85,3
Aposentadoria/pensão ***	29,1	14,6	20,3	11,6
Aluguel	1,2	1,5	0,7	0,9
Doações	0,7	0,6	0,2	0,2
Outros rendimentos****	1,7	1,0	5,4	1,9
	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNADs de 2003 e 2013.

* Nesses domicílios, há jovens homens, mas nenhum deles é "Nem Nem".

** Exclui renda de empregado doméstico e parente de empregado

*** Inclui pensão alimentícia

**** Outros rendimentos inclui programas sociais, rendimentos de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras.

5.6. Discussão e conclusão

Ao longo deste capítulo, buscou-se entender melhor quem são os jovens do sexo masculino que não estudam e não compõem a força de trabalho e em quais famílias eles vivem. Três questões principais nortearam essa investigação. São elas: 1) Esses jovens estão realizando a transição para a vida adulta em condições de vulnerabilidade social?; 2) Em que medida o papel das mulheres nesses domicílios relaciona-se à condição "Nem Nem"?; e 3) É possível que esses jovens estejam assumindo novos papéis no interior de suas famílias? Em

sentido amplo, buscou-se saber quais condições viabilizam ou favorecem a ocorrência do fenômeno “Nem Nem”. O período analisado foi o de 1993 a 2013.

A primeira pergunta é, em certo sentido, mais fácil de ser respondida. Do ponto de vista individual e familiar, os indicadores mostram que esses jovens se encontravam em situação de vulnerabilidade e/ou desvantagem social frente aos demais jovens nos anos analisados. Partindo da análise das características individuais, observou-se a prevalência de jovens “Nem Nem” entre os 20% mais pobres e nas categorias mais baixas de escolaridade nos três anos. Ao analisar os dados por faixas etárias, confirma-se a desvantagem em escolaridade. As proporções desses jovens no fundamental incompleto eram mais elevadas para todas as faixas etárias. Do total de jovens de 15 a 17 anos nessas condições, aproximadamente 60% tinham fundamental incompleto, enquanto para o conjunto dos jovens a proporção era de 41% em 2013. A defasagem vai se acumulando: entre os jovens de 25 a 29 anos, a proporção com ensino fundamental incompleto era de 44% entre os jovens “Nem Nem”.

Do ponto de vista familiar, os resultados também indicam um quadro de vulnerabilidade, desmontando o argumento de que esses jovens poderiam pertencer a famílias com condições de vida que os permitissem experimentar situações de inatividade, ainda que temporárias. Pelo menos, por meio dos dados aqui utilizados, não há indícios de que tal suporte familiar exista. Antes o contrário. As famílias desses jovens apresentam piores condições socioeconômicas. Isso pode ser observado no caso em que eles estavam na condição de chefe ou cônjuge nos domicílios ou quando eram filhos ou outros parentes. Ou seja, quando eram os responsáveis pelo domicílio e quando eram, em tese, dependentes. Nessa última condição, por exemplo, o chefe e o cônjuge desses domicílios possuíam escolaridade mais baixa do que o chefe e o cônjuge de domicílios em que os jovens não são “Nem Nem”. Quando os jovens “Nem Nem” eram chefes ou cônjuges nos domicílios, observou-se uma contribuição relativamente maior de outros rendimentos na composição da renda desses domicílios, entre eles, está a renda proveniente de programas sociais. É possível que essas famílias sejam mais dependentes de transferências governamentais. Entre 2003 e 2013, a parcela desse tipo de rendimento apresentou aumento.

No que tange às outras duas questões apresentadas para discussão neste capítulo, os dados não parecem conclusivos, mas podem apresentar sugestões para pesquisas futuras. Elas foram abordadas, especialmente, na última seção, na qual se discutiu o jovem “Nem Nem” em

família. Interessante notar que, mesmo sem ter renda proveniente do trabalho, a grande maioria dos jovens "Nem Nem" estavam na condição de chefes nesses domicílios. Um sinal significativo de mudança é que essa proporção diminuiu expressivamente no período, podendo sugerir um protagonismo maior das mulheres – via trabalho e renda - também nesse tipo de domicílio. Observa-se também que nos domicílios em que os jovens na condição de filhos ou outros parentes a chefia feminina era expressiva nos dois anos, e ainda maior em 2013.

No primeiro tipo de domicílio, em que o jovem "Nem Nem" é chefe ou cônjuge, observou-se um aumento do número médio de horas despedidas com trabalho doméstico entre 2003 e 2013, enquanto o das mulheres não se alterou significativamente. Os jovens "Nem Nem" chefes ou cônjuges despendiam mais horas nessas atividades do que os demais chefes ou cônjuges não "Nem Nem", ainda que bastante inferior ao tempo gasto pelas mulheres. Isso pode sugerir que esses jovens, em maior proporção que os demais, realizem, por algum tempo que seja, a transição para a vida adulta por uma via que não a do trabalho. Esses dados não parecem ser suficientes para sugerir que esteja em curso uma mudança mais substantiva nos papeis de homens e mulheres em domicílios em que o jovem homem não estuda e não trabalha. Eles parecem reproduzir ainda o padrão observado para os outros domicílios brasileiros no que se refere ao trabalho doméstico. No entanto, refletir sobre qual é o papel social desses homens no contexto doméstico abre a possibilidade de pensar a condição masculina sob novos moldes e flexibilizar a visão corrente de que eles são exclusiva e necessariamente um problema social. Parte da assunção de que esses jovens estão realizando a transição para a vida sem nenhum tipo de atividade – e, portanto, representam um problema – vem da percepção vigente de que o único tipo de transição possível para os homens é via trabalho.

Os indicadores discutidos ao longo deste capítulo chamam a atenção para o fato de que uma parcela de jovens brasileiros não se beneficiou da expansão do sistema educacional no período em que ela foi mais expressiva. É possível que a baixa escolaridade esteja relacionada a não participação desses jovens no mercado de trabalho, ou ainda a uma participação errática. Pela idade média desses jovens – em torno de 21 anos – era de se esperar que eles já tivessem concluído o ensino médio e ingressado no ensino superior, o que aumentaria as chances de encontrar um trabalho mais estável e menos precário. Aos 21 anos, esses jovens estariam transitando para a vida adulta pela entrada no mercado de trabalho. A

chave, portanto, parece estar no período escolar. E é nele que deve estar a saída para a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

Por fim, cabe ainda uma ressalva. As evidências discutidas neste capítulo se limitam aos dados quantitativos e, por esta razão, mostram que eles estão em vulnerabilidade social, provavelmente por deficiências e fragilidades no campo institucional: um grupo de jovens não se escolarizou adequadamente, não freqüenta a escola, não entra no mercado de trabalho ou sai dele com maior freqüência. Por meio dos dados das PNADs – e de outros dados secundários disponibilizados pelos órgãos oficiais - não é possível saber quais são as aspirações desses jovens. Não é possível discutir em que medida eles encontram dificuldades objetivas de inserção – seja na escola, seja no trabalho – ou se, por alguma razão subjetiva, eles optem por despender seu tempo com atividades não remuneradas. A suposição de que eles não tenham perspectivas e estejam apáticos em relação ao seu próprio processo de autonomização - o que é recorrentemente veiculado -, só poderia ser discutida a partir de pesquisas qualitativas ou *surveys* específicos.

Assim, a partir dos dados utilizados neste capítulo, não há como confirmar ou rejeitar a hipótese de que há uma insatisfação generalizada entre eles. O que se pode dizer, objetivamente, é que eles experimentam uma transição para a vida adulta em condições desvantajosas, ainda que a condição "Nem Nem" possa ser reflexo mais de um movimento do que uma condição permanente, como sugeriram Menezes, Cabanas, Komatsu (2013).

CONCLUSÃO

O século XX foi um período de transformações em ritmo acelerado. Nele, as instituições brasileiras se solidificaram, o Brasil se abriu para o mundo e as famílias traçaram trajetórias distintas às do passado. O início do século XXI não tem sido diferente. Novos estilos se consolidam, a heterogeneidade na vida adulta vira o padrão, os desafios da juventude permanecem e as potencialidades se multiplicam diante da emergência de novos valores e tecnologias. Nesse contexto, é que se desenrolaram as mudanças no processo de transição da juventude para a vida adulta nas últimas décadas, objeto de investigação desta tese. O eixo condutor da discussão sobre as mudanças ocorridas na passagem de um indivíduo para a condição de adulto foi a própria mudança do curso da vida. No capítulo 1, foram expostos os elementos centrais desse debate, que se seguem.

Na literatura sociológica, predominam argumentos sugerindo que o curso da vida e da juventude estaria se despadronizando ou se desestruturando desde o final dos anos 1960, fruto de uma crescente individualização. A discussão emergiu nos Estados Unidos e na Europa, onde o tema da juventude como transição para a vida adulta foi inicialmente abordado (BUCHMANN, 1989; ELCHARDUS; SMITS, 2006; MAYER, 2004). A despadronização seria um novo fenômeno que estaria ocorrendo em oposição à padronização do curso da vida, definida pela literatura como um movimento em que os eventos se tornaram mais universais e condensados em torno de idades semelhantes, dando um contorno de linearidade e uniformidade às transições. Esse modelo de transição foi típico na era industrial/fordista, em que o Estado passou a ter maior poder e ingerência na vida dos indivíduos, por meio da estruturação de um arcabouço legal e institucional bastante definido (BRÜCKNER; MAYER, 2005; MODELL et al., 1976; SHANAHAN, 2000; WYN; DWYER,1999).

A despadronização do curso da vida apresenta um conjunto de características que moldam um estilo de vida mais flexível, com elevados níveis de complexidade e heterogeneidade, em que se observam a sobreposição e o adiamento dos marcos da transição para a vida adulta: saída da escola, entrada no mercado de trabalho, casamento e nascimento do primeiro filho. Nos países europeus, por exemplo, observou-se um adiamento expressivo dessas idades, em especial as relacionadas à esfera familiar e/ou reprodutiva, o que não parece

ter ocorrido no Brasil para todos os segmentos socioeconômicos, como foi mostrado no capítulo 4 desta tese.

O argumento teórico em que a hipótese da despadronização se fundamenta, como discutido no capítulo 1, é o da tese da individualização, segundo a qual uma biografia padronizada torna-se uma biografia escolhida, em um contexto de desintegração de certezas da sociedade industrial e reincorporação de novas certezas e estilos de vida em que os indivíduos produzem suas biografias. (BECK, 1997; DU-BOIS REYMOND, 1998; DU BOIS-REYMOND; LÓPEZ BLASCO, 2004; EGRIS, 2001). Discutiu-se também que, associadas à ideia de despadronização do curso da vida, estão as hipóteses de desinstitucionalização e pluralização, também em oposição ao padrão que vigorou até em torno das décadas de 1960 e 1970, marcada por um crescente institucionalização e homogeneização.

Ao longo desta tese, buscou-se, portanto, analisar a pertinência em se falar de despadronização da transição para a vida adulta no Brasil, de forma articulada, em especial, com um dos elementos que a caracterizam: a suposição da desinstituicionalização do curso da vida. Daí, o destaque à discussão realizada do capítulo 2, que descreveu a consolidação das políticas sociais no Brasil, universais e focalizadas. Nele, observou-se que o Estado brasileiro exerce (e continua a exercer) forte influência na normatização da vida dos indivíduos, em especial na esfera produtiva, que envolve o acesso à escola e a garantia do trabalho, ainda que essa influência não tenha atingido todos os grupos sociais com a mesma intensidade. A emergência desse modelo deu-se a partir da década de 1930, apresentou elementos de universalização já por volta dos anos 1960 e 1970, consolidou-se a partir da Constituição Federal de 1988, com avanços expressivos nas políticas de educação, de trabalho e da proteção às crianças e adolescentes, particularmente nos anos 1990 até meados dos anos 2000, o que, de modo mais expressivo, afetou as transições juvenis. Ocorreu a universalização do acesso ao ensino fundamental, o adiamento da idade de saída da escola para todos os grupos socioeconômicos e o aumento da idade à entrada no mercado de trabalho. A última mudança deu-se de forma mais discreta, como mostrado no capítulo 4. Importante ressaltar que a universalização do ensino fundamental ocorreu, inclusive, para classes mais baixas, diminuindo as diferenças existentes de oportunidades entre ricos e pobres nesse segmento, pelo menos do ponto de vista do acesso. Tal fenômeno aponta para uma forte influência das instituições brasileiras na vida dos indivíduos também no período recente.

O avanço institucional no campo educacional foi gradual e contínuo. Um dos pontos de destaque foi a definição da obrigatoriedade ao ensino fundamental na LDB de 1971 em oito anos e sua extensão para nove anos em 2006; a vinculação de receitas de impostos da União, estados e municípios na manutenção da educação em 1988; a instituição do Fundef na década de 1990 e, posteriormente a do Fundeb, em 2006. Os avanços no ensino fundamental são mais evidentes que os observados no ensino médio. Pode-se dizer que, em certo sentido, ele "andou de lado" nos últimos 10 anos, afetando de modo singular justamente a fase de transição da juventude para a vida adulta na esfera produtiva, uma das transições mais importantes no processo de emancipação dos indivíduos.

No passado recente, algumas medidas de institucionalização na esfera da família foram importantes para as mudanças nessa área, especialmente no que diz respeito à instituição do divórcio, fenômeno recorrente. Analisando o conjunto de normatizações no que se refere ao campo da família, elas não parecem ter tido a mesma força que aquelas ocorridas na esfera produtiva, que vieram de cima para baixo. A análise do período sugere que a institucionalização no âmbito privado teve menor efeito que a da institucionalização da educação e do trabalho na vida dos indivíduos no Brasil. Essas, sim, configurando um processo de padronização das etapas de transição para a vida adulta.

Ao menos do ponto de vista dos elementos institucionais relacionados à esfera produtiva não há evidências de que esteja em curso no Brasil um processo que se assemelhe com desinstitucionalização. Também no que se refere à normatização dos aspectos sobre a família não se pode dizer que esteja em curso tal processo. Ao contrário, hoje os cidadãos vêm pleiteando em várias situações a maior ingerência do Estado na normatização de direitos, como, por exemplo, a aprovação no Congresso da legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Há, pelo menos, ainda dois enfoques sob os quais a despadronização pode ser discutida, além da sua relação com uma possível desinstitucionalização. Um deles é pelo ***timing*** em que os eventos de transição ocorrem ao longo do tempo. Neste sentido, importam as idades da saída da escola, da entrada no mercado de trabalho, da saída da casa de origem, do casamento ou da união e do nascimento do primeiro filho. Essa abordagem considera o momento em que ocorrem esses eventos, e, em certo sentido, fornecem informações sobre a duração de cada uma dessas etapas e sobre o ordenamento desses eventos ao longo do processo de transição. Nessa perspectiva de análise é que se encontra a discussão sobre

prolongamento da juventude, que tanto marcou o debate europeu. O segundo ângulo é o da **forma** como se dá essa transição. Dito de outra maneira, a discussão é sobre como se relacionam as esferas produtivas e reprodutivas e/ou familiares ao longo da transição. Ou seja, importa saber sob quais arranjos as transições ocorrem quando se combinam estudar e não estudar; trabalhar e não trabalhar; sair e não de casa; casar e não casar; e ter filhos ou não ter filhos. Aqui se discute as modalidades em que a transição é realizada. Ressalta-se que analisar o fenômeno a partir desses dois enfoques - ***timing*** **e forma -** é uma opção mais operacional do que conceitual. A rigor, elas são indissociáveis, e se complementam.

A depender do enfoque adotado, pode-se discutir o tema da despadronização com mais ou menos ressalvas. São fortes as evidências de que o processo de transição para a juventude se despadronizou no Brasil. No entanto, essa não é uma constatação que pode, de fato, ser generalizada e universalizada. Isso porque esse processo vem ocorrendo de maneira distinta entre os grupos socioeconômicos.

Sob o enfoque da **forma** como se dá a transição, é difícil refutar a hipótese da despadronização. O capítulo 4 mostrou que houve um crescimento de novos estilos e modalidades de transitar para a vida adulta quando mensuradas pela combinação de *status* entre escola, trabalho e família. Nessa última, estão incluídos casamento, assunção de chefe ou cônjuge nos domicílios e maternidade. Observou-se, por exemplo, o aumento da freqüência à escola, mesmo quando os jovens estão em condição de chefes ou cônjuges no domicílio para homens e mulheres; o aumento expressivo da proporção de jovens que são filhos e só estudam entre os homens; e a presença de jovens unidos ou casados na condição de filho no domicílio, entre outras combinações menos típicas em 1970. Novas configurações familiares também foram apresentadas no capítulo 3: aumento de domicílios sem filhos, de mulheres sozinhas, de homens com filhos e de um tipo específico de família conhecida como "DINC", que é caracterizada pela presença de um casal com renda e sem filhos.

Apesar das mudanças observadas no período, o padrão de novas combinações, heterogeneidade e aumento da pluralidade de transição convivem com modelos tradicionais em que as pessoas se escolarizam, trabalham, se casam e têm filhos, sugerindo que, mesmo em um contexto de crescente individualização, existe um tipo ideal de transição a ser feita, que está associada ao aumento da idade. Independentemente se os casamentos se dão entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, com filhos adotados ou não. A

despadronização e a pluralidade são de forma, e podem ser mais de adaptações, como sugeriram Elchardu e Smits (2009), do que propriamente de rupturas.

Do ponto de vista de uma análise sobre o ***timing*** das transições, que envolve também o ordenamento das etapas, a confirmação da hipótese da despadronização merece importantes ressalvas. No capítulo 4, foi possível observar o aumento da idade em que os jovens saíram da escola e entraram no mercado de trabalho de forma generalizada, para homens e mulheres de todos os segmentos socioeconômicos. Na esfera produtiva, parece ter havido um processo mais padronizado de inserção, de alguma convergência entre os diversos grupos. O aumento foi generalizado entre eles e as diferenças foram diminuídas, mas não o suficiente para que o padrão de desigualdade deixasse de existir. Desagregando os indicadores por renda e por cor/raça, observou-se que os jovens pobres e negros realizam a transição mais cedo, o que afeta negativamente sua transição para a vida adulta. Apesar de as transições ainda serem marcadas por desigualdades, o efeito equalizador dos aspectos institucionais ao longo do tempo parece ter sido bastante intenso na esfera produtiva. Sob determinados aspectos, arrisca-se a dizer que eles foram maiores que o efeito da desigualdade. É o caso do início da transição, particularmente no campo educacional com a universalização do acesso ao ensino fundamental.

Na esfera familiar, as observações merecem ainda aprofundamentos. Há vários elementos que mostram sinais contraditórios, como visto no capítulo 4. Os dados não apresentam variações tão expressivas de adiamento de idades nesse âmbito da vida dos indivíduos, quando analisados pelas idades médias, medianas e desvio padrão. Por essa análise agregada do conjunto da população, o Brasil não experimentou aumento da idade de transição para um novo núcleo familiar. No entanto, quando o fenômeno é observado por grupos de renda e cor/raça, o quadro é de acentuada desigualdade. No caso das transições familiares, houve no período dois movimentos contrários, de adiamento e antecipação, redundando no aguçamento da desigualdade no processo de transição para a vida adulta entre os jovens de renda mais baixa e mais alta. O fenômeno é particularmente expressivo no evento da maternidade.

O processo de transição para a vida adulta no Brasil pode ser denominado, assim, de **despadronização seletiva**, uma vez que não se pode afirmar que esse fenômeno seja universal para todos os grupos e sob todos os enfoques analíticos e operacionais, **forma** e ***timing***, como discutido nesta tese. É importante que essas ressalvas sejam feitas justamente

para que o fenômeno não seja simplificado e estigmatizado, como ocorreu com a noção de prolongamento da condição juvenil. Por diversas vezes, ela foi vista como um problema social, em que estaria em jogo uma permanente condição de dependência e negação ao amadurecimento. É interessante notar como o que é novo pode ser rapidamente apropriado como problema, especialmente quando o assunto é juventude. O novo tempo de ser jovem e transitar para a vida adulta no Brasil pode ser resumido em um processo de **despadronização seletiva**, de pluralidade de estilos e de forte viés de institucionalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. R. D. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

_____. As políticas populacionais e os direitos reprodutivos: "o choque de civilizações" *versus* progressos civilizatórios. In: **Dez anos do Cairo**: tendências da fecundidade e direitos reprodutivos no Brasil. Campinas: Abep e UNFPA, p. 21-47, 2004a.

_____. **O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil,** Aparte, Instituto de Economia/FRJ, 2004b. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf>. Acesso em: 18/04/2015.

_____. A transição demográfica e a janela de oportunidade. **Braudel Papers**, v. 1, p. 1-13, 2008. Disponível em: <http://en.braudel.org.br/research/archive/downloads/a-transicao-demografico-e-a-janela-de-oportunidade.pdf>. Acesso em: 16/09/2013.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M; BARROS, L. F. W.. **A família DINC no Brasil: algumas características sociodemográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Texto para Discussão Ence).

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Transições urbana e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, p. 91-114, 2012.

ARIÈS, P. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARRUDA, M. R. **Prolongamento da Juventude**: opção ou falta de opção? 2004. 107 f. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

AZEVEDO, J.P.; PAES DE BARROS, R.; CARVALHO, M.; HENRIQUES, R. Um mapa de avaliação: o caso do Programa Brasil Alfabetizado. In: HENRIQUES, R.; PAES DE BARROS, R.; AZEVEDO, J.P. (Orgs.) **Brasil Alfabetizado**: caminhos da avaliação. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BARBOSA, R.J. **Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995 e 2005)** São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2014. (Texto para Discussão, 017).

BARROS, R.; Paes; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade no Brasil:** uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

BATISTELLA, C. Saúde, Doença e Cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D'A. (Orgs.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 25-50.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 11-71.

BELTRAO, K.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Campinas: ABEP, 2004. v. 1. p. 1-10.

_____. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, 2009.

BELTRÃO, K.; CAMARANO, A.; KANSO, S. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. (Texto para Discussão, n. 1.034).

BELTRÃO, K.; NOVELLINO, M. S. **Alfabetização por raça e sexo no Brasil**: evolução no período 1940-2000. Rio de Janeiro: Ence/IBGE, 2002. (Texto para Discussão, 1).

BERQUÓ, E. S. A Família no Século XXI: um enfoque demográfico. Revista Brasileira de Estudos da População, Abep, São Paulo, v. 6, n.2, p. 1-16, 1989.

_____. Comportamento sexual e percepções sobre o HIV/Aids no Brasil, 1998-2005. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, 2008.

BERQUÓ, E.; LOYOLA, M. A. União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População 1, n. 1/2. p. 35-98, 1984.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, 2004, Caxambu. **Anais**... Caxambu: ABEP, 2004.

_____. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, p. 471-482, 2014.

BILLARI, F. The analysis of early life courses: complex descriptions of the transition to adulthood. **Journal of Population Research**, vol. 18, Issue 2, p. 119-142, 2001.

_____. Becoming an adult in Europe: a macro (micro) - demographic perspective. **Demographic Research**. Special Collection 3, article 2, april, 2004. p. 15-43.

BILLARI, F.; FURNKRANZ, J.; PRSKAWETZ, A. ***Timing,* sequencies and quantum of life course events: a Machine Learning Approach.** Working paper. Max Planck Institute for Demographic Research, outubro, 2000.

BILLARI, F.; WILSON, C. **Convergence towards diversity? Cohort dynamics in the transition to adulthood in contemporary Western Europe**. Working paper. Max Planck Institute for Demographic Research, dezembro, 2001.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**, p. 112-121, 1983.

BRANDÃO, E. R. Iniciação Sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, M. L. (Org). **Família e sexualidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 63-86.

BRASIL. **Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ l6515.htm> Acesso em: 12/03/2015 às 18h.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/11/2013 às 12h.

_____. **Código Civil.** Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/11/2013 às 12h.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Edição especial 12 anos. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), 2002.

_____. **Lei 11.129 de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, cria o Conselho Nacional da Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 15/01/2015 às 20h.

_____. **Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/01/2015 às 20h.

BRITO, F. et al. A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (Coord.). **População e políticas sociais no Brasil**: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. p.19-62.

BRÜCKNER, H.; MAYER, K.U. De-standardization of the life course: What it might mean? And if it means anything, whether it actually took place? **Advances in Life Course Research**, v. 9, p. 27-53, 2005.

BRUSCHINI, C. **Uma abordagem sociológica da família**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.6 n. 1, p. 1-23, jan/jun 1989.

BUCHMANN, M. **The Script of Life in Modern Society**: entry Into Adulthood in a Changing World. Chicago: Universidade de Chicago, 1989.

CAMARANO, A. A. **Fertility Transition in Brazil in the Twentieth Century: a comparative study of three areas**. 1996. f377. (Tese de doutorado). The London School f Economics and Political Science. University of London, Londres, 1996.

_____. Fecundidade e Anticoncepção da População Jovem. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. (Org.). **Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas,** v. 1. Brasília: CNPD, 1998.

_____. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

_____. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa:** um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

_____. (Org.). **Novo Regime Demográfico:** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006a.

_____. Semelhanças e diferenças nas transições ao longo do ciclo da vida por regiões e cor/etnia. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006b.

_____. Juventude e envelhecimento na Conferência do Cairo: 15 anos depois no Brasil. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. ABEP; UNFPA, Campinas, 2009.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Perspectivas de crescimento populacional**: velhos e novos resultados. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. (Texto para Discussão, 1.426).

_____. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Boletim de Mercado de Trabalho** – Conjuntura e Análise, Rio de Janeiro, n. 53, nov. 2012.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX: In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo Regime Demográfico uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo Regime Demográfico:** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAMARANO, A. A. et al. **Caminhos para a vida adulta:** as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para Discussão, 1.038).

CAMARANO, A. A. et al. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In**:** CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CAMPELLO, T.; NERI, M. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CARDOSO, A. Transições da Escola para o Trabalho no Brasil: Persistência da Desigualdade e Frustração de Expectativas. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008.

_____. Juventude, Trabalho e Desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Cadernos CRH**, Salvador v.26, n.68. 293-314, Maio/Ago. 2013.

CARDOSO JUNIOR J. C; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.

CARNEIRO, I.; KNUDSEN, L.; OSÓRIO, R. **Late-Stayers**: Who are they? The home leaving process in Brazil and Denmark. Danish Center for Demographic Research. Research Report, 24, 2002.

CARVALHO, J.A.M; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 2005; 22 (2): 351-369.

CARVALHO, J.A.M.; PAIVA, P.T.A.; SAWYER, D.R. **A recente queda da fecundidade no Brasil**: evidências e interpretação. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1981. (Monografia, 12).

CARVALHO, J.A.M; SAWYER, D. R; RODRIGUES, R. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. São Paulo: ABEP, 1994.

CARVALHO, J.A.M.; WONG, L. R. **A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil**. Cedeplar, Belo Horizonte: UFMG, 1995. (Working paper).

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 725-733, 2003.

CASAL, J.; MASJOAN, J.; PLANAS, J.. Elementos para un Análisis Sociológico de la Transición a la Vida Adulta, **Politica y Sociedad,** Barcelona, n 1, p. 97-104, 1988.

CASAL, J. Modos Emergentes de Transición a la Vida Adulta en el Umbral del Siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración. In: **Jovens em Mudança - Atas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery**, Lisboa, 2 a 4 de maio de 1996.

CASTRO, J. A. et al. A CF/88 e as políticas sociais brasileiras. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). **A Constituição brasileira de 1988 revisitada**: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social, v. 1. Brasília: Ipea, 2009.

CASTRO, J. A.; DUARTE, B. de C. **Descentralização da educação pública no Brasil**: trajetória dos gastos e das matrículas. Rio de Janeiro: Ipea, 2008. (Texto para Discussão, 1352).

CASTRO, J. A. de; RIBEIRO, J. A. C. As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, p. 17-71, 2009.

CASTRO, J. A; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. **Juventude e Política Social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

CAVENAGHI, S.; BERQUÓ, E. Increasing Adolescent and Youth Fertility in Brazil: A New Trend or a One-Time Event? In: Population Association of America: 2005, **Annual Meeting,** Philadelphia: PAA, 2005. v. 1. p. 1-18.

_____. Perfil socioeconômico e demográfico da fecundidade no Brasil de 2000 a 2010. In: VI Congreso de ALAP: Dinámica de población y desarrollo sostenible con equidad, 2014, Lima. **Anais...** Rio de Janeiro: ALAP, 2014. v. 1. p. 1-20.

CERQUEIRA, D.; MOURA, L. Demografia e Homicídios no Brasil. In: : CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo Regime Demográfico:** uma nova relação entre população e desenvolvimento**?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CHAMBOREDON, J. C. Adolescence et post-adolescence: la juvénisation. In ALLÉON, A. M. et al. **Adolescence terminée, adolescence interminable**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

COBO, B.; SABOIA, A. L. A "geração canguru" no Brasil. **Anais** do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010.

CORRÊA, H. **A Fecundidade na Adolescência**: a interpretação de um problema ou um problema de interpretação? 2004. 145 f. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

CORROCHANO, M. C.; NAKANO, M. Jovens, mundo do trabalho e escola. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Juventude e Escolarização – estado do conhecimento**. São Paulo: Ação Educativa, 2000. p. 128-183. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org>. Acesso em: 15/11/2003 às 10h.

CORSEUIL, C. H. et al. A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro. In: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 20. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D.; FOGUEL, M. N. **Decisões Críticas em Idades Críticas**: A Escolha dos Jovens entre Estudo e Trabalho no Brasil e em Outros Países da America Latina. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, 797).

COSTA, J.; ULYSSEA, G. Fenômeno dos Jovens Nem-Nem. In:CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (Org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 20. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CRAVEIRO, C. B. A.; XIMENES, D. de A. Dez anos do programa bolsa família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CURY, C. R. J. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v.38, n.134, p.293-303, maio/ago, 2008.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. R. Sensos e Dissensos: as Inovações Metodológicas do Censo Demográfico 2000. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.30 - 60, 2003.

DOMINGUES, José Maurício. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. **Tempo social**, v. 14, n. 1, p. 67-89, 2002.

DRAIBE, S. **As políticas sociais brasileiras**: diagnósticos e perspectivas para a década de 90. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

DRAIBE; CASTRO; AZEVEDO. **O sistema de proteção social no Brasil**. Campinas: NEEP/UNICAMP, 1991.

DU-BOIS REYMOND, Manuela. I Don't Want to Commit Myself Yet: Young People's Life Concepts. **Journal of Youth Studies**, v. 1, n. 1, 1998.

DU BOIS-REYMOND, M.; LÓPEZ BLASCO, A. Transiciones tipo yo-yo y trayectorias fallidas: hacia las políticas integradas de transición para los jóvenes europeus. **Revista de Estudios de Juventud**, Madrid, n. 65, p.11-29, 2004.

DUARTE, C. M. R. Reflexos das políticas de saúde sobre as tendências da mortalidade infantil no Brasil: revisão da literatura sobre a última década. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 7, p. 1511-1528, 2007.

DUNLOP, D. et al. Gender and ethnic/racial disparities in health care utilization among older adults. **J Gerontol B Psychol Sci Soc Sci,** 57, 2002. p. 221-233.

EGRIS (EUROPEAN GROUP FOR INTEGRATD SOCIAL RESEARCH) Misleading Trajectories: Transition Dilemmas of Young Adults in Europe. **Journal of Youth Studies**, v. 4, n. 1, 2001.

ELCHARDUS, Mark; SMITS, Wendy. The persistence of the standardized life cycle. **Time & Society**, v. 15, n. 2-3, p. 303-326, 2006.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova,** 24. 1991.

EVANS, A. Converging patterns to emerging adulthood? Australia and the US in Comparative perspective. **Annual Meeting PPA**, Boston Massachusetts, 2004.

FARIA, V. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: ANPOCS (Org.), **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Vértice e Anpocs, 1989, p. 62-103.

FERNANDEZ, E et al. Gender inequalities in health and health care services use in Catalonia (Spain). **J Epidemiol Community Health**,53, p. 218-222, 1999.

FERRO, A. R.; KASSOUF, A. L. Avaliação do impacto do Programa Bolsa-Escola sobre o trabalho infantil no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 35, n. 3, p. 417-444, 2005.

FIGUEIREDO, M. G.; CERVENY, C. M. O. Ninho cheio, geração canguru: a permanência do filho adulto em casa. Pensando fam, v. 16, n. 1, p. 143-162, 2012.

FUSSEL. E. Measuring the Transition to Adulthood in Mexico: An Application of the Entropy Index. **Advances in Life Course Research,** 9: 91-122, 2005.

_____. Structuring the transition to adulhood: an Entropy analysis of the early life course in the United States, 1880 to 2000. **Meeting PAA, 2006**. Disponível em: <hhtp://paa2006.princeton/download.aspx?submissionId=60160>. Acesso em: 11/10/2007.

FUSSEL. E.; EVANS, A.; GAUTHIER, A. The transition to adulthood in three liberal welfare regimes: Australia, Canada and US, 1970-2000. **Workshop Becoming an adult: an international perspective on the transitions to adulthood.** Panel on transitions to adulthood in developed countries (IUSSP), Montreal, 15-17, june.

GALLAND, O. Un nouvel âge de la vie. **Revue Française de Sociologie**. XXXI, Paris, p. 529-551, 1990.

_____. Adolescence, Post-Adolescence, Youth: Revised Interpretations. **Revue Française de Sociologie**, n. 44, (English Selection), 2003.

GONÇALVES, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. **Tempo Social**, USP, v. 17, n. 2, p. 208, 2005.

GONZALEZ, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In**:** CASTRO, J. A; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e Política Social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

_____. **Employment policies in Brazil**: history, scope and limitations. Working Paper, International Policy Centre for Inclusive Growth, 2010.

GUEDES, M. de C. **As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho**. Brasil: 1970-2000. 2004. 106 f. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

GIDDENS, Anthony. Risco, confiança, reflexividade. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 68-110, 2005.

GUIMARAES, N. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionai. In**:** CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

HADDAD, S.; PIETRO, M.C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n.14. p. 108-130. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. In: **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

HEILBORN, M. et al. Aproximações sócio-antropológicas sobre gravidez. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 17, 2002.

HEILBORN, M. L. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: VIEIRA, E. et al. (Orgs). **Seminário Gravidez na Adolescência**. Brasília: Ministério da Saúde, Projeto de Estudos da Mulher, Associação saúde da Família, 1998.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. Parentalidade Juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

HENRIQUES, C. R.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. A geração canguru: algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. **Psico**, v. 35, n. 2, p. 195-205, 2004.

HENRIQUES, R.; PAES DE BARROS, R.; AZEVEDO, J.P. **Brasil Alfabetizado**: caminhos da avaliação / organização. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

HENRIQUES, R. Alfabetização e Inclusão Social: contexto e desafios do Programa Brasil Alfabetizado. In: HENRIQUES, R.; PAES DE BARROS, R.; AZEVEDO, J.P. (Orgs.) **Brasil Alfabetizado**: caminhos da avaliação. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

HOGAN, D.P.; ASTONE, N. M. The Transition to Adulthood. **Annual Review of Sociology**, v. 12, p. 109-128, 30, 1986.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais:** Acompanhamento e Análise**,** 10. Edição Especial. Brasília: IPEA, 2005.

_____. **Brasil:** o estado de uma nação. Brasília: IPEA, 2006.

_____. **Boletim de Políticas Sociais:** Acompanhamento e Análise**,** 13. Edição Especial. Brasília: IPEA, 2007.

JANNUZZI, P. M. **Os quesitos de mão de obra nos censos demográficos brasileiros**. In: Encontro transdisciplinar espaço e população. Campinas: NEPO/Unicamp, 2003. Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br//>. Acesso em: 20/12/2014 às 17h.

LESTHAEGUE, R.; VAN de KAA, D. J. Two demographic transitions? **Population Growth and Decline**, Deventer, p. 9-24, 1986.

KANSO, S. **Causas de morte evitáveis para a população idosa**. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP, 2011.

_____. Compressão da Mortalidade no Brasil. Demografia e Homicídios no Brasil. In: **Novo Regime Demográfico uma nova relação entre populaçãoe desenvolvimento?** – Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 2006, Caxambu. **Anais...**, 2000

LONGO, L.F.B.; RIO-NETO, E. Virgindade matrimonial e iniciação sexual: uma análise temporal. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, Caxambu. ***Anais...***, 1998.

MADEIRA, F. C.; RODRIGUES, E. M. Recado dos jovens: mais qualificação. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. (Org.). **Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas**, v. 2. Brasília: CNPD, 1998.

MADEIRA, F. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

MADEIRA, F. C. **A transição para a vida adulta no Brasil**: etapas e contextos a partir das PNADs de 1995 e 2005. 2009. 173 f. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2009.

MARTELETO, L. J.; CRAVALHAES, F.; HUBERT, C. Desigualdades de Oportunidades Educacionais dos Adolescentes no Brasil e no México. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 29(2): 277-302, 2012.

MAUGER, G. Juventude: Idades da Vida e Gerações. **Dados**, v. 56, n. 1, p. 169-183, 2013.

MAYER, U. Whose lives? How history, societies, and institutions define and shape life courses**. Research in human development**, v. 1, n. 3, p. 161-187, 2004.

MEDEIROS, M. **O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 639).

_____. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 852).

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. **Mudanças nas famílias brasileiras**: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998. Rio de Janeiro: Ipea, 2002 (Texto para discussão, 886).

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H.; KOMATSU, B. K. A. Condição "Nem Nem"entre os Jovens é Permanente? **Insper Policy Paper**, n. 7, 2013.

MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**: de 1880 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MERRICK, T. W.; BERQUÓ, E. **The determinants of Brazil's recente rapid decline in fertility**. Washington: Nacional Academic, 1983. Disponível em https://books.google.com.br/.

MELLO, J. L. **Transições para a vida adulta:** os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. 2005. 148 f. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

MELLO, J. L. ; CAMARANO, A. A. . Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 2006, Caxambu. **Anais...,** 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Os jovens que não estudam nem trabalham: discussão conceitual, caracterização e evolução de 2001 a 2011. **Estudo Técnico,** 3, 2013.

MODEL, J.; FURSTENBERG, F.; HERSHBERG, T. Social change and transitions to adulthood in historical perspective. **Journal of Family History** 38: 7-32, 1976.

MONTEIRO, J. **Quem são os jovens nem-nem?** Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, 2013. (Texto para Discussão, 34).

MUTRAN, E.; FERRARO, K. F. Medical need and use of services among older men and women. **Journal of Gerontology**, v. 43, n. 5. p. 162-171, 1988.

NADALIN, S. O. Para uma história da População Brasileira. **Revista Demographicas**. v.1, parte 3, 2004. p. 142-156. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/Demographicas1/demographicas1parte3p142a156.pdf. Acesso em: 20/04/2015.

NOVAES, R.C. R. Prefácio. In**:** CASTRO, J. A; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e Política Social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

OMRAN, A. R. The Epidemiologic Transition: A Theory of the Epidemiology of Population Change. **The Milbank Memorial Fund Quarterly**, v. 49, n. 4, p. 509-538, 1971. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3349375. Acesso em: 19/07/2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global employment trends for youth 2013**. Geneva: OIT, 2013.

OLIVEIRA, E. L. de. **Transições: três aplicações a partir de dados das pesquisas domiciliares no Brasil**. 2005. 137 f. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. S. D. **Determinantes da repetência escolar no Brasil:** uma análise de painel dos censos escolares entre 2007 e 2010. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, 1706).

OLIVEIRA, J. A. A.; TEIXEIRA, S. F. **(Im)previdência social**: 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993.

_____. Growing Up on the EU Periphery: Portugal. In: CHISHOLM et al (eds) **Growing Up in Europe** – Contemporary Horizons in Chidhood and Youth Studies, Gruyter, Berlim, New York,1995.

_____. **Ganhos, Tachos e Biscates**: Jovens, Trabalho e Futuro. Porto: Editora Âmbar, 2001.

_____. "The Multiple Faces of the Future in the Labyrinth of Life". **Journal of Youth Studies**, v. 6, n. 2, 2003.

PAIVA, P. de T. A. A Concentração e a enumeração da população economicamente ativa nos censos demográficos brasileiros. In: **Censos, Consensos e Contra-sensos**. III Seminário metodológico dos Censos Demográficos. Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, junho, 1984.

PATARRA, N. L. Transición Demográfica: resumen histórico o teoría de población? **Demografía y economía**, 1973. p. 86-95.

_____. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. In: Conferencia Latinoamericana de Población: transición demográfica en américa latina y el caribe, 4, 1993, Ciudad de México, **Anais...** Ciudad de México, 23 a 26 de Marzo, 1993.

PATARRA, N., FERREIRA, C. E. **Repensando a Transição Demográfica**: formulações, críticas e perspectivas de análise. Campinas: Unicamp, 1986. (Textos Nepo**,** 10). http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes. Acesso em: 16/09/2013.

PATARRA, N.; OLIVEIRA, M, C. Transição, Transições. In: IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Olinda, 1988. **Anais...** Olinda: ABEP, 1988. v. 1.

PAIXÃO, A. N.; FERREIRA, T. Determinantes da mortalidade infantil no Brasil. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, n. 2, p. 6-20, jul./dez. 2012.

PIMENTA, M. M. **Ser jovem e ser adulto**: identidades, representações e trajetórias. São Paulo, 2007. 464p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo.

PINHEIRO, R. et al . Gênero, morbidade, acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 7, n. 4, p. 687-707, 2002.

RAFFO, C.; REEVES, M. Youth Transitions and Social Exclusion: Developments in Social Capital Theory. **Journal of Youth Studies**, v. 3, n. 2, 2000.

RIOS-NETO, E. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 22, n. 2, p. 371-408, 2005.

RIBEIRO, C. A. C. **Transitions into Adulthood in Brazil**, 2009. Mimeo.

_____. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

_____. Desigualdades nas transições para a vida adulta. In: RIBEIRO, C. A. C. (Org). **Juventudes e Educação**: escola e transições para vida adulta no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2014a.

_____. Padronização e despadronização das transições para a vida adulta. In: RIBEIRO, C. A. C. (Org). **Juventudes e Educação**: escola e transições para vida adulta no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Azougue, 2014b.

RIBEIRO, S. C. A Pedagogia da Repetência. In: Mendonça, Rosane; Urani, André (Org). **Estudos Sociais e do Trabalho**, v 1. Rio de Janeiro: Ipea, 1994. p. 55-67.

ROCHA, L.; ARAÚJO, E. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego no Rio de Janeiro: desafios para a inserção no mercado de trabalho. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 2006, Caxambu. **Anais...**, 2008.

RUA, M. das G. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. (Org.). **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. p. 731-749.

RUDD, P.; EVANS, K. Structure and Agency in Youth Transitions: Student Experiences of Vocational Further Education**. Journal of Youth Studies**, v. 1, n. 1, 1998.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979.

SANTOS, D.; PRIMI, R. **Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar**: uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas. Resultados preliminares do projeto de mediação de competências socioemocionais no Rio de Janeiro. São Paulo: IAS/OCDE/Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, 2014.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Guia de Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

SHANAHAN, M. J. Pathways to Adulthood in Changing Societies: Variability and Mechanisms in Life Course Perspective. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 667-692, 2000.

SILVA, N. do V. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SILVA, N.; KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 99-115, jul./dez. 2002.

SILVA, I. S.; ROHDE, L. A. Estilos de vida líquidos: casais Dinc (duplo ingresso, nenhuma criança). **Revista brasileira de marketing**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 196-222, jan./mar. 2013.

SIMÃO, A. B. et al. Comparando as idades à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho de duas coortes de mulheres brancas e negras em Belo Horizonte: evidências quantitativas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais,** São Paulo, v. 23, n 1, p.151-66, jan/jun. 2006.

SIMÕES, C. C. S. **Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil**: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Opas/OMS, 2002.

SINGLY, François de. O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C; SIGLY, F.; CICCHELLI, V. (Org.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOARES, S. S. D. **Aprendizado e seleção**: uma análise da evolução educacional brasileira de acordo com uma perspectiva de ciclo de vida. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, 1185).

SPOSITO, M. P. **Juventude, pesquisa e educação**. In: 24ª Reunião Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2001. Disponível em http://www.cefetes.br. Acesso em: 29/03/2015 às 18h.

TAFNER, P.; GIAMBIAGI, Fábio. (Org.). **Previdência no Brasil**: debates, dilemas escolhas. Rio de Janeiro: Ipea, 2007

THEIL, H. **Statistical Decompostion analysis: with aplications in the social and administrative sciences**. Amsterdam/London: North-Holland Publishing Company, 1972.

THOMÉ, D. **O Bolsa Família e a social-democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

TOMÁS, M. C.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; RIOS-NETO, E. L. G. Adiamento da ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso), São Paulo, v.25, n.1, p.71-107, Jan/Jun 2008.

TOMÁS, M. C. Reviewing family studies: a brief comment on selected topics. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.30, n.1, p.171-198, Jan/Jun 2013.

ULYSSEA, G.; AZEVEDO, J. P.; SCHWARTZMAN, I. Avaliação de Processo: a gestão do Programa Brasil Alfabetizado. In: HENRIQUES, R.; PAES DE BARROS, R.; AZEVEDO, J.P. (Orgs.) **Brasil Alfabetizado**: caminhos da avaliação. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.
WYN, J.; DWYER, P. New Direction in Research on Youth in Transition. **Journal of Youth Studies**, v. 2, n. 1, 1999.

VIANNA, M. L. T. W. **A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil**: Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.

VIEIRA, J. M. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso), v. 25, p. 27-48, 2008.

_____. **Transição para a vida adulta em São Paulo:** cenários e tendências sócio-demográficas. Campinas, 2009. 208p. Tese (doutorado).

VIEIRA, J. M. ; MIRET, P. Transición a la vida adulta en España: una comparación en el tiempo y en el territorio utilizando el análisis de entropía. **Rev Espinvestig Soc**, v. 131, p. 75-107, 2010.

ANEXO 1 - Base de dados, indicadores e metodologia utilizada no capítulo 4

1. Bases de dados

Os dados utilizados no capítulo 4 são provenientes dos microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. A escolha dessas bases de dados e do recorte temporal justifica-se por elas terem representatividade nacional e por contarem com quesitos sobre nupcialidade no período, dimensão essencial para o estudo sobre transição para a vida adulta, que não estão presentes em outras bases para o período analisado. Os microdados desses Censos foram preparados, majoritariamente, com auxílio do pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

2. Indicadores de transição

O estudo da transição para a vida adulta tem como pilar três dimensões fundamentais: escola, trabalho e família. Para discutir as transformações ocorridas nessas dimensões, o capítulo 4 analisou o *timing* e a forma com que as transições da juventude para a vida adulta se desenvolveram no período selecionado. Inicialmente, os indicadores de transição foram calculados isoladamente (seção 4.2). Na segunda parte, discutiu-se o tema a partir da combinação das variáveis de interesse (seção 4.3). Em conjunto, essas seções buscaram analisar as mudanças e/ou permanências no padrão de transição para a vida adulta.

Quatro eventos foram utilizados como parâmetros de transição para a vida adulta: 1) saída da escola; 2) entrada no mercado de trabalho; 3) saída da casa dos pais; 4) casar; e 5) ter o primeiro filho. Uma das estratégias adotadas nesta tese foi mensurar o *timing* em que os indivíduos realizaram esses eventos. Para tal, foram calculadas as idades medianas e médias em que eles ocorreram, bem como os quartis de idade e o desvio padrão (seção 4.2). Os indicadores referentes a esses eventos foram construídos a partir das seguintes variáveis:

1. Saída da escola: não frequentar a escola;
2. Entrada no mercado de trabalho: participar da PEA;
3. Saída de casa dos pais: ser chefe ou cônjuge no domicílio;
4. Casar: ser unido ou casado;
5. Ter o primeiro filho: ter tido filhos nascidos vivos.

3. Construção das variáveis e comparação entre os Censos

A construção dos indicadores de transição mencionados acima merece algumas considerações. Ao longo das décadas, a captação de determinadas condições mudou, reflexo, em vários casos, das próprias mudanças sociais e econômicas do país e da maneira como os eventos foram sendo percebidos pela sociedade. Para desenvolver esta tese, foi necessário realizar adequações e compatibilizações, o que solucionou ou, ao menos, minimizou o efeito dessas diferenças.

No tocante ao mercado de trabalho, uma das principais diferenças observadas e discutidas na literatura é a maneira como a condição de ocupação foi captada pelos Censos de 1970 a 2010 (BARBOSA, 2014; JANNUZZI, 2003; DEDECCA; ROSANDISK, 2003; PAIVA, 1984). No período, houve reformulações conceituais, de classificação e de protocolos de coleta. Se, por um lado, essas mudanças são positivas, pois permitem captar de forma mais precisa as transformações estruturais do mercado de trabalho; por outro, elas geram dificuldades na realização de comparações temporais (JANNUZZI, 2003). Na prática, ocorreu uma ampliação gradativa do número de quesitos para melhor captar a condição de ocupação. O grupo populacional investigado foi mantido em pessoas de 10 anos e mais.

Para a comparação realizada nesta tese, cabe destacar, especialmente, a construção da PEA em 1970, que foi feita a partir de uma única pergunta. Nesse caso, a pergunta que definia a PEA era "Se não trabalha, nem procura trabalho, qual a ocupação ou situação que tem e considera principal". As possibilidades de respostas eram: afazeres domésticos, estudante, aposentado, vive de renda, doente ou inválido, detento e trabalha ou procura trabalho, apresentadas ao entrevistado nessa ordem. A captação da PEA em 1970 foi mais restrita que nos demais Censos. Além de ser mais restritiva, Paiva (1984) alerta para o fato de que, ao

perguntar de forma indireta, oferecendo como respostas, em primeiro lugar, as alternativas de inatividade, o Censo de 1970 pode ter subestimado a participação das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho, já que, se esses respondessem afirmativamente à primeira ou à segunda resposta como atividade principal, estariam excluídas automaticamente da PEA (MELLO, 2005). Nos demais Censos, a PEA passou a ser definida por um número maior de variáveis do mercado de trabalho, tornando-a mais abrangente. Trata-se, portanto, de uma limitação inerente ao dado de origem, não passível de compatibilização. Também por esta razão, optou-se pela utilização de todos os Censos. Assim, foi possível observar a tendência da participação no mercado de trabalho, especialmente das mulheres, que é crescente, como se viu. A mesma observação deve ser feita sobre a investigação da renda dos domicílios. O Censo de 1970 tem apenas uma pergunta para captá-la, sem desagregar por tipo de rendimento, o que pode ter redundado em subestimação da renda total.

Por fim, vale registrar ainda que, para captar a dimensão do trabalho na transição da juventude para a vida adulta, optou-se por utilizar a PEA - e não apenas os que estavam efetivamente trabalhando no momento da coleta dos dados - por entender que a condição de desempregado implica uma disposição em trabalhar, o que sugere a passagem de uma situação de dependência para independência, ainda que possa significar, em algumas situações, momentos de instabilidade. Essa abordagem é também adotada por outros estudos sobre transição para a vida adulta.

A forma de captação da dimensão familiar também passou por substantivas mudanças entre 1970 e 2010 e merece alguns comentários. Nesta tese, foram considerados os domicílios como a unidade de análise – e não a família - e os tipos de arranjos neles estabelecidos nos diversos anos analisados. No Censo de 1970, não foi captada diretamente a condição no domicílio, e sim apenas na família. Foi necessário, assim, construir uma variável da relação com o chefe do domicílio, o que permitiu a comparação com os demais anos. Para definir casamento, levou-se em consideração as pessoas que se declararam casadas ou vivendo em união. Não se fez distinção entre essas duas situações. Ambas foram entendidas como a assunção de um novo papel social. No caso dos jovens, é importante considerar a união consensual, pois esse é um modelo usualmente adotado pelos jovens. Em várias situações, ela é tomada como uma fase de experimentação, que pode ou não ser sucedida da formalização civil. No entanto, a união em si já representa um passo na direção da autonomia pessoal.

No tocante à passagem para a condição de ter filhos, relacionada também à dimensão familiar, o evento restringiu-se à maternidade, uma vez que esse quesito é captado somente para as mulheres nas bases de dados dos Censos Demográficos.

Para captar as diferenciações socioeconômicas na transição para a vida adulta, foram utilizadas as variáveis de renda domiciliar *per capita* e cor/raça. Para a construção da variável renda domiciliar *per capita*, considerou-se todas as rendas, exceto as de empregados domésticos, de parentes dos empregados e de pessoas que vivem na condição de pensionista no domicílio. Ressalta-se ainda que, na comparação por cor/raça, utilizou-se o Censo de 1980, em função da ausência do quesito no Censo de 1970. Foram considerados somente os brancos, pretos e pardos. Os amarelos e indígenas não foram incluídos nessa análise. A categoria negro foi construída a partir do somatório de pretos e pardos. As análises foram desagregadas por sexo, uma vez que essas transições são bastante diferenciadas.

4. Metodologia

4.1. Análise de sobrevivência: cálculo do *timing* dos eventos da transição

A metodologia utilizada no capítulo 4 para o cálculo das idades em que os jovens transitaram de uma condição à outra é uma adaptação simplificada das tábuas de vida, que são consideradas um método indireto de análise de sobrevivência, particularmente utilizado na Demografia. Essa metodologia foi usada nos estudos de Arruda (2004), Mello (2005) e Camarano (2006). A escolha desse método justifica-se pelo fato de os Censos Demográficos não possuírem quesitos para medir diretamente a idade na qual os indivíduos realizam os eventos de transição. Ou seja, não há uma pergunta sobre a idade em que os indivíduos saíram da escola, entraram no mercado de trabalho, saíram de casa, casaram-se ou tiveram filhos. No IBGE, somente a Pesquisa de Padrão de Vida (PPV) conta com quesitos deste tipo para escola, trabalho e filhos. No entanto, a PPV foi realizada em 1996 e restringe-se às regiões nordeste e sudeste, o que prejudicaria a análise temporal e geográfica de interesse desta tese.

Assim sendo, foi necessário adotar uma metodologia indireta para o cálculo dos indicadores de transição.

Para esses cálculos especificamente, o intervalo etário definido para estimar os indicadores de transição foi o de 10 a 30 anos. Incorporou-se a faixa etária de 10 a 14 anos, que não está entre a considerada jovem, por se entender que alguns dos eventos de transição da juventude para a vida adulta ocorrem precocemente no Brasil, alguns, inclusive antes do que se convencionou legalmente chamar de juventude no Brasil[55]. Calculou-se, inicialmente, a probabilidade de o evento ocorrer nas idades individuais entre 10 e 30 anos.

$$F(x) = \frac{\text{evento na idade (i)}}{\text{População na idade (i)}}$$

A partir do cálculo dessas probabilidades individuais, foram calculadas as probabilidades incondicionais para cada evento. Elas consistem na probabilidade de o evento ocorrer na idade (i) com a diferença das prevalências das idades (i) e (i –1), tal como mostra a fórmula abaixo.

$$f(x) = \text{Prevalência na idade (i)} - \text{prevalência na idade (i-1)}$$

Para suavizar as oscilações entre as probabilidades referentes a idades individuais, foram calculadas médias móveis de três anos. Elas são calculadas a partir de uma sequência de médias aritméticas consecutivas contendo três valores observados. A partir dessas médias móveis por idade individual, foram calculadas a mediana, a média, os quartis de idade, o desvio padrão e o percentual de pessoas que não realizaram o evento até os 30 anos no momento da coleta.

Duas observações devem ser feitas sobre a aplicação desse método para o estudo da transição para a vida adulta. A primeira é que o cálculo das idades leva em consideração apenas aqueles que saíram da escola, entraram no mercado de trabalho, saíram de casa, se casaram ou tiveram filhos até o momento da coleta dos dados. Esse método não leva em

[55] Ver capítulo 3.

consideração os dados censurados à direita e à esquerda. No caso da transição para a vida adulta, a estimativa é mais afetada pela censura à direita. Isso quer dizer que ele não capta os jovens que experimentaram alguns desses eventos após os 30 anos no período de referência da coleta dos dados. Por esta razão, utilizou-se também como indicador para captar um possível adiamento da transição o percentual de pessoas que não realizaram esses eventos até o momento da pesquisa.

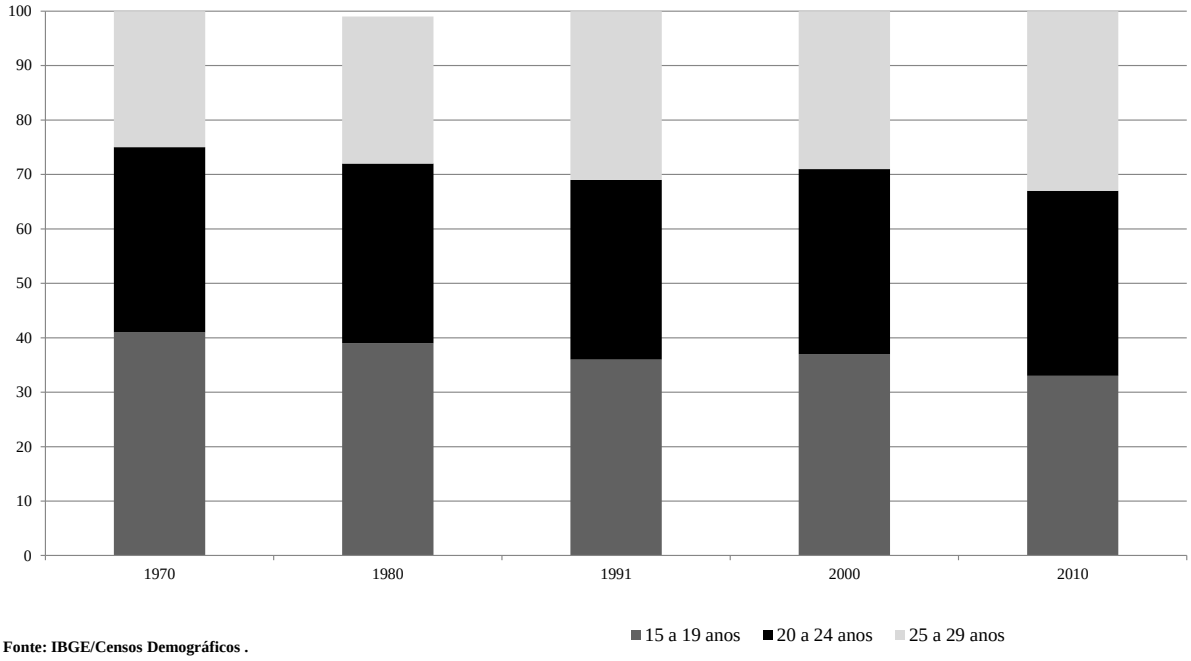
A segunda é que essa metodologia não é capaz de inferir sobre a reversibilidade do evento, fenômeno mencionado pela literatura como característica das transições juvenis. Não se pode captar se houve ou não movimentos dessa natureza: se saem de casa e voltam; se param de estudar e voltam; e se entram e saem do mercado de trabalho. As tábuas de vida e suas adaptações são aplicadas para eventos não renováveis, como o caso do evento morte. Nesta tese, ele foi utilizado para situações que podem variar ao longo da juventude e da vida adulta, à exceção do evento do nascimento do primeiro filho, condição não renovável. Apesar disso, entende-se que, se ele está naquela condição no dado momento, o evento foi realizado, o que já identifica o fenômeno da transição para a vida adulta.

4.2. Padronização direta: comparação temporal de proporções

Alguns indicadores são afetados pela distribuição etária de uma população, o que pode prejudicar comparações regionais e temporais, caso as populações analisadas tenham composição etária muito diferentes. Nesses casos, é recomendável que se adote uma técnica conhecida como padronização por idade (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1994). Ela permite eliminar ou controlar o efeito da composição etária sobre os indicadores analisados. Optou-se por, adicionalmente aos dados apresentados seções 4.3.1 (homens) e 4.3.2 (mulheres), efetuar essa técnica para comparar as proporções que definiram a forma e o estágio de transição dos jovens para o *status* de adulto. Isso porque o grupo de interesse para a análise era o conjunto da população jovem (15 a 29 anos), e não as faixas etárias desagregadas, e a idade é uma variável importante na probabilidade de ser chefe, ter trabalho, sair da escola e ser mãe. O gráfico abaixo ilustra a mudança da distribuição dos grupos etários de 1970 a 2010. Nele, observa-se que a estrutura etária de 2010 é mais envelhecida que a de

1970. A técnica de padronização por idade foi realizada especificamente para os anos de 1970 e 2010. Assim, foi possível captar a mudança no período. Os resultados encontram-se no Anexo 2.

Gráfico Anexo: Distribuição proporcional da população jovem por grupos etários - Brasil, 1970 a 2010



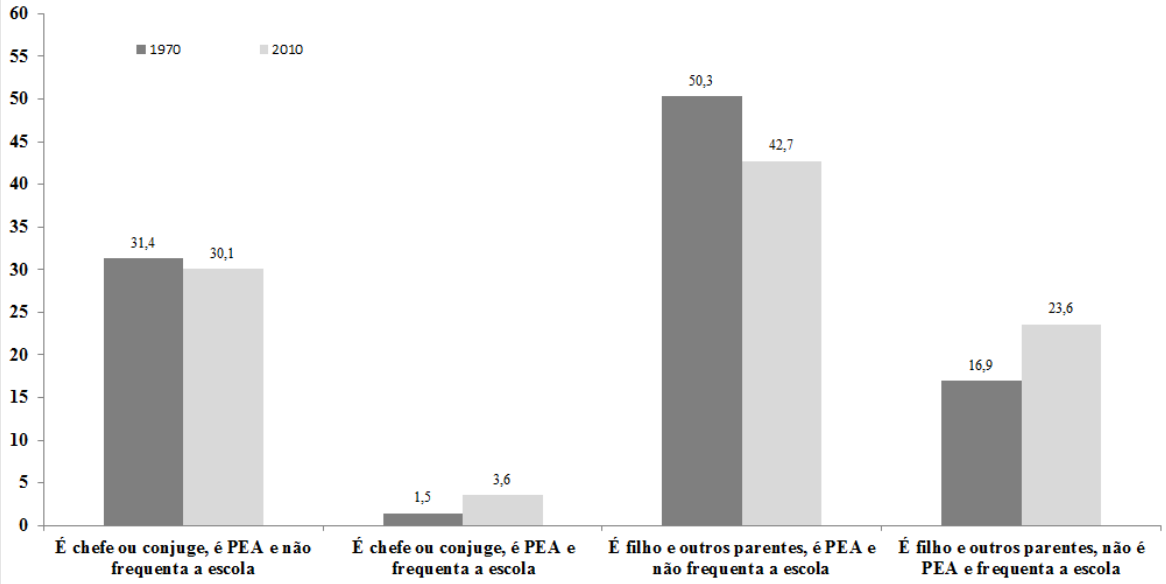
Fonte: IBGE/Censos Demográficos .

Há dois tipos de padronização, a direta e a indireta, e a escolha entre eles se dá em função das informações disponíveis. Utilizou-se a técnica de padronização direta, uma vez que se conhecia o número do total de eventos, distribuídos por grupos de idade e a distribuição etária das populações analisadas. Os gráficos padronizados encontram-se no Anexo 2. A técnica consiste em aplicar a distribuição etária de uma população, definida como padrão, a outra, que será a população de comparação. No caso estudado, definiu-se a população padrão a de 2010. Assim, a população jovem de 1970 foi comparada a de 2010 como se elas tivessem a mesma distribuição etária. A técnica garante que as diferenças entre os indicadores reflitam apenas as diferenças reais, e não o efeito da idade. Ressalta-se que as taxas padronizadas não têm significado isolado. Elas servem apenas para fins de comparação.

Não houve alteração na tendência entre as proporções observadas e padronizadas, para ambos os sexos. O que se viu foi justamente o aumento da intensidade da diferença entre as proporções, corroborando as conclusões do capítulo.

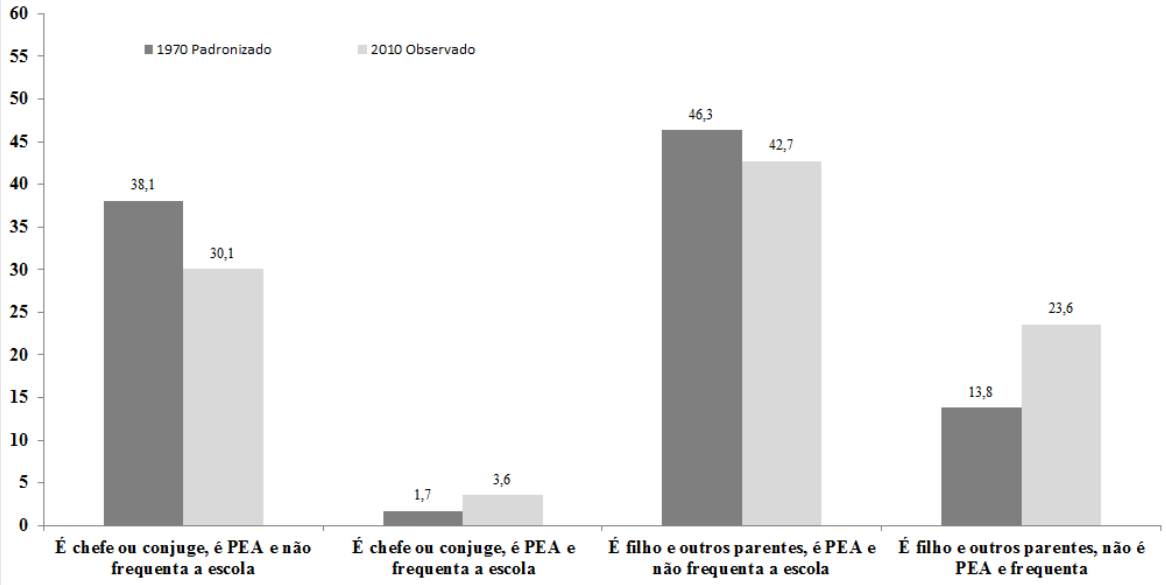
ANEXO 2 – Gráficos comparativos entre as proporções observadas e padronizadas de 1970 e 2010

Gráfico 31: Distribuição percentual de homens jovens de 15 a 29 anos por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA Brasil, 1970 a 2010



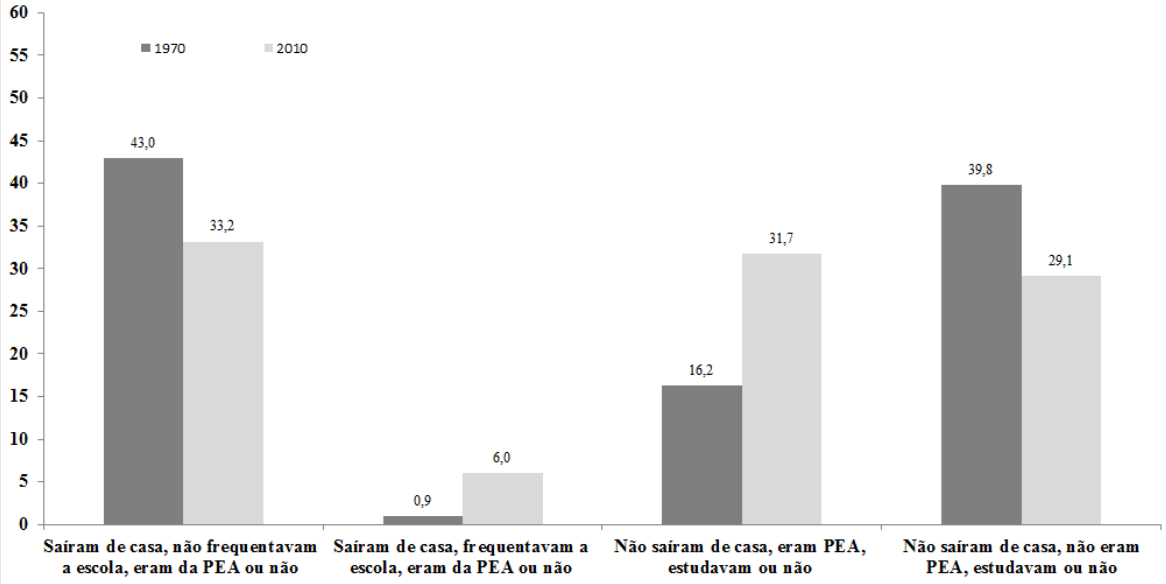
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Gráfico 31.1: Distribuição percentual de homens jovens de 15 a 29 anos por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA Brasil, 1970 a 2010 - Valores padronizados



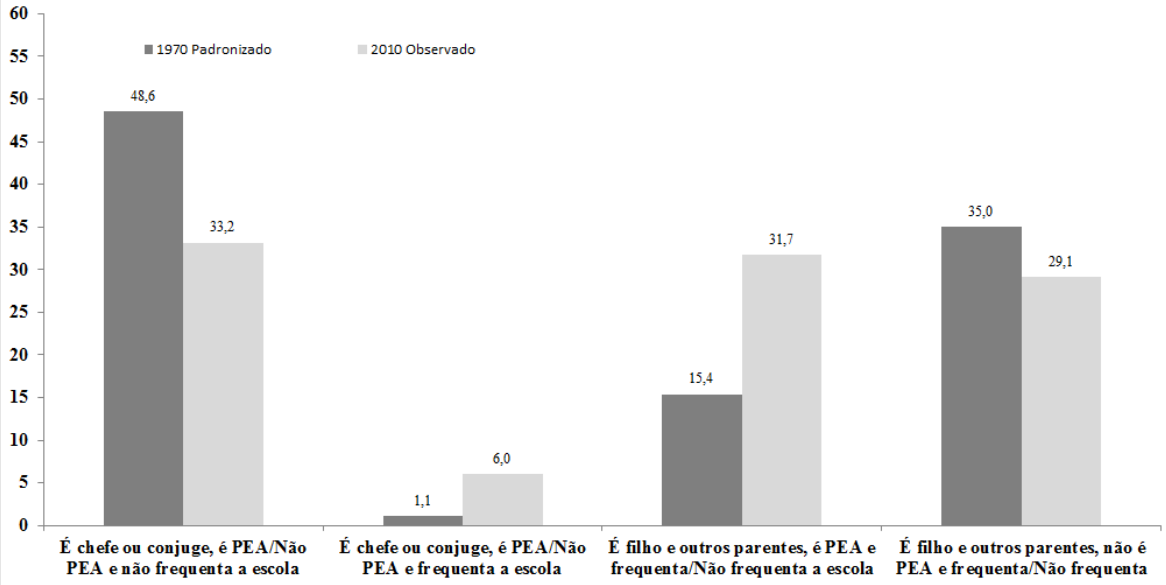
Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Gráfico 33: Distribuição percentual de mulheres jovens de 15 a 29 anos por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA Brasil, 1970 a 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Gráfico 33.1: Distribuição percentual de mulheres jovens de 15 a 29 anos por condição de domicílio, frequência à escola e participação na PEA Brasil, 1970 a 2010 - Valores padronizados



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 a 2010.